



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA AIDS NO JORNAL NÓS POR
EXEMPLO (1991-1995)**

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA AIDS NO JORNAL NÓS POR EXEMPLO (1991-1995)

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para à obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas.

Orientador: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior.

**CAMPINA GRANDE – PB
2021**

H519p Henriques, Adolfo Veiller Souza.
As práticas educativas da AIDS no jornal *Nós Por Exemplo* (1991-1995) / Adolfo Veiller Souza Henriques. – Campina Grande, 2021.
171 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2021.
"Orientação: Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior".
Referências.

1. História Cultural. 2. Jornal *Nós Por Exemplo* – Análise do Discurso. 3. Discursos Pedagógicos – AIDS. 4. AIDS – Práticas Educativas. 5. Homossexualidade – Biopolítica – Jornal *Nós Por Exemplo*. I. Soares Júnior, Azemar dos Santos. II. Título.

CDU 930.85(043)

ADOLFO VEILLER SOUZA HENRIQUES

**AS PRÁTICAS EDUCATIVAS DA AIDS NO JORNAL NÓS POR
EXEMPLO (1991-1995)**

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Universidade Federal do Rio Grande do Norte – PPGEd/UFRN
Orientador

Prof. Dr. Ricardo dos Santos Batista
Universidade do Estado da Bahia – PPGH/UNEB
Examinador Externo

Prof.^a Dr.^a Joedna Reis de Meneses
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Universidade Estadual da Paraíba – CH/UEPB
Examinadora Interna

Prof.^a Dr.^a Claudia Engler Cury
Universidade Federal da Paraíba – PPGH/UFPB
Suplente Externa

Prof. Dr. Iranilson Buriti de Oliveira
Universidade Federal de Campina Grande – PPGH/UFCG
Suplente Interno



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Às 10h (dez horas) do dia 14 (quatorze) de julho de 2021 (dois mil e vinte e um), através de sala de videoconferência do Mestrado da Universidade Federal de Campina Grande, a Comissão Examinadora da Dissertação para obtenção do grau de Mestre apresentada pelo aluno **Adolfo Vieller Souza Henriques**, intitulada: As Práticas Educativas da Aids no Jornal Nós Por Exemplo (1991-1995), em ato público, após arguição feita de acordo com o Regimento do referido Curso, decidiu conceder ao mesmo o conceito “**Aprovado**”, em resultado à atribuição dos conceitos dos professores doutores: Azemar dos Santos Soares Júnior (Orientador), Joedna Reis de Meneses (Examinadora Interna), Ricardo dos Santos Batista (Examinador Externo). Assinam também a presente Ata o Coordenador do Programa Prof. Dr. José Otávio Aguiar e o Secretário do PPGH Yaggo Fernando Xavier de Aquino, para os devidos efeitos legais.

Parecer: A dissertação atende as exigências necessárias para a aprovação, sendo ressaltado pela banca a densidade teórica, a análise das fontes e a importância do tema para os estudos acadêmicos e para a sociedade de forma geral.

Lista de Presença

Orientador	Azemar dos Santos Soares Júnior	
Examinador Interno	Joedna Reis de Meneses	
Examinador Externo	Ricardo dos Santos Batista	
Coordenador	José Otávio Aguiar	 Prof. Dr. José Otávio Aguiar Unidade Acadêmica de História Universidade Federal de Campina Grande
Secretário	Yaggo Fernando Xavier de Aquino	 SIAPE 1350982

Campina Grande-PB, 14 de julho de 2021.

Dedicatória

Dedico este trabalho a cada um que viveu ou ainda vive em busca da disseminação do respeito, da empatia e do amor na luta contra o preconceito.

Quando morrer, que a morte me seja
leve, mas não me vou deixar matar pelos
preconceitos. Estes matam em vida, de
morte civil, a pior morte.

Herbert Daniel

Agradecimentos

Agradecer é sempre uma tarefa difícil, mas sem qualquer dúvida gratificante. Lembrar daqueles que possibilitaram, colaboraram e incentivaram a realização dessa pesquisa é fundamental. Desta forma, gostaria de agradecer em especial a Deus, a quem devo toda honra e glória deste trabalho. Viver essa jornada que é a vida, seus percalços e desafios diários, tudo isso é (assim como foi neste trabalho), possível graças a Ele.

A todos que compõem a coordenação do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande. Agradeço o atendimento gentil dedicado a mim. Pela presteza de me receberem quando se fazia necessário e pelas orientações dispensadas a mim enquanto aluno do curso de Mestrado em História.

A Universidade Federal de Campina Grande, agradeço por ter me proporcionado um ambiente intelectual favorável à consecução da pesquisa, bem como, nas pessoas dos funcionários dessa instituição, que colaboram para o seu funcionamento.

Ao Prof. Dr. *Azemar dos Santos Soares Júnior*, orientador, amigo de minh'alma, que abraçou meu sonho, me acolheu com o mais terno sorriso e abraço e segurou minha mão nos momentos mais difíceis. Ofereço a ti a mais profunda gratidão. Que o brilho dos meus olhos e a suavidade das minhas palavras lhe deem a certeza do quanto o admiro e o estimo, que cada abraço meu revele o carinho e o zelo que tenho por ti e pelo compromisso desse encontro. Azemar, ensinou-me a ouvir o sussurro das fontes, assoprar a poeira dos documentos e reunir os indícios do passado para tecer uma narrativa histórica. Não me deixaste desamparado, acreditaste quando nem eu mesmo era capaz. Grato sou por tamanho amor e carinho. Espero que, tenhamos ainda, muitas histórias das doenças para contar.

A banca examinadora, composta pelo Prof. Dr. *Ricardo dos Santos Batista* (UNEB) e pela Prof.^a Dr.^a *Joedna Reis de Meneses* (UEPB), minha gratidão pela leitura atenta e por todas as contribuições que foram de fundamental importância para o aperfeiçoamento dessa dissertação. Muito obrigado.

Agradeço a minha mãe, *Luzinete dos Santos Souza*, a mulher mais extraordinária que já conheci. Nunca será possível enumerar todos os ensinamentos que você me dá. Do mesmo modo, agradeço ao meu pai, *Herbert Luis Henriques*, por todo o apoio nessa jornada. A minha irmã, *Wegna Souza Henriques*, fonte de inspiração e dona de um

coração generoso. Aprendemos tudo juntos, assemelhamo-nos em grande parte por nossas escolhas e, somos privilegiados, por podermos ter um ao outro durante as batalhas da vida. A certeza do teu apoio torna a vida mais fácil. À Maria Emanuela Martins dos Reis por todo o seu apoio e paciência nessa trajetória

Agradeço ainda a todos os afetos construídos durante o curso: *Ana Karoline Morais, Eduardo Silva, Guilherme Arruda, Walber Silva, Rafael Coppi, Emília Medeiros e Emanuella Oliveira.*

A todos que, porventura, vierem a ler este trabalho, meu mais sincero agradecimento.

Resumo

Essa dissertação tem por objetivo analisar os discursos pedagógicos sobre a Aids publicados no jornal *Nós Por Exemplo* no período que compreende o recorte que vai de 1991 a 1995. As notícias publicadas no referido jornal continham orientações para os leitores a respeito do sexo seguro como também de informações sobre a doença. Compreendemos que esses discursos se configuravam como práticas educativas a partir do momento que buscavam promover nos leitores do jornal hábitos higiênicos pautados pelo saber médico a respeito do tema. Para tanto, inspirado pelos modos de fazer história, possibilitados pela História Cultural, me apropriarei dos conceitos de *biopolítica* de Michel Foucault (1988), de *sensibilidades* a partir dos escritos de Sandra Pesavento (2007), de *doença* de acordo com Jacques Le Goff (1985), *doença como metáfora* conforme Susan Sontag (2007) e *estigma* de acordo Erving Goffman (2013). Metodologicamente, me apoiei em Michel Foucault (2014) para operar a *análise do discurso*, que só pode se referir a coisas ditas, a frases que foram realmente pronunciadas ou escritas, a elementos significantes que foram traçados ou articulados e, mais precisamente, a essa singularidade que as faz existirem, as oferece à observação, à leitura, a uma reativação e apropriação dos discursos de uma dada época e em uma determinada sociedade, para problematizar os discursos pedagógicos sobre a aids publicados no impresso no recorte em análise. Conclui-se que, por se tratar de um periódico voltado para o público gay, existia um interesse de desenvolver um cuidado de si nesse público por meio da promoção da vida, uma biopolítica.

Palavras-chave: Nós Por Exemplo. Aids. Homossexualidade.

Abstract

The purpose of this dissertation is to analyze the pedagogical discourses about AIDS published in the journal *Nós Por Exemplo* in the period that comprises the clipping from 1991 to 1995. The news published in that journal contained guidelines for readers about safe sex as well as about information about the disease. We understand that these discourses were configured as educational practices from the moment they sought to promote hygienic habits in the newspaper readers guided by medical knowledge about the subject. Therefore, inspired by the ways of making history, made possible by Cultural History, I will appropriate the concepts of biopolitics by Michel Foucault (1988), of sensibilities from the writings of Sandra Pesavento (2007), of illness according to Jacques Le Goff (1985), disease as a metaphor according to Susan Sontag (2007) and stigma according to Erving Goffman (2013). Methodologically, I relied on Michel Foucault (2014) to operate discourse analysis, which can only refer to things said, sentences that were actually uttered or written, significant elements that were traced or articulated and, more precisely, this uniqueness that makes them exist, offers them to observation, to reading, to a reactivation and appropriation of the discourse of a given time and in a given society, in order to problematize the pedagogical discourses about AIDS published in the printed section in the analysis. It is concluded that since it is a periodical aimed at the gay public, there was an interest in developing self-care in this public through the promotion of life, a biopolitics.

Keywords: Nós Por Exemplo. Aids. homosexuality.

Lista de imagens

Imagem I: Capa da segunda edição do jornal Nós Por Exemplo	34
Imagem II: Capa da quarta edição do jornal Nós Por Exemplo	35
Imagem III: Seção <i>La Fora</i> nas 2ª e 4ª edições do jornal Nós Por Exemplo	36
Imagem IV: Capa da nona edição do jornal Nós Por Exemplo	38
Imagem V: Tabela de troca de medicamentos entre soropositivos disponibilizada no encarte <i>Agaivê-Hoje</i>	94
Imagem VI: Instruções para o uso correto do preservativo	96
Imagem VII: Capa da décima terceira edição do impresso Nós Por Exemplo	102
Imagem VIII: Capa da décima oitava edição do impresso Nós Por Exemplo	116
Imagem IX: Lucinha Araújo abraçada com Cazuzá.....	134
Imagem X: Capa da décima quinta edição do impresso Nós Por Exemplo.....	149

Sumário

DEDICATÓRIA.....	i
EPÍGRAFE.....	ii
AGRADECIMENTOS.....	iii
RESUMO	iv
ABSTRACT.....	v
LISTA DE IMAGENS.....	vii
SUMÁRIO	viii
INTRODUÇÃO	1
Já que as doenças pertencem a história e aos historiadores.....	5
Sobre escolhas, formas e caminhos	19
CAPÍTULO I - UMA PUBLICAÇÃO GAY COM ALGUM CONTEÚDO DE RELEVÂNCIA EXTRA ERÓTICA”: O JORNAL NÓS POR EXEMPLO.....	25
1.1. O rosa-rubro-lilás-alaranjado ou os discursos de um impresso gay: o jornal Nós Por Exemplo	26
1.2. A promoção da união de forças e as propostas de prevenção à Aids	44
1.3. Não se pega Aids o que se pega é o vírus do HIV”: um debate sobre Aids, estigma e o cuidado de si.....	58
CAPÍTULO II - QUANDO VAMOS PEDIR AO BELO PRÍNCIPE QUE USE CAMISINHA?”: HISTÓRIAS DA EDUCAÇÃO DO CORPO CONTRA O VÍRUS DO HIV	70
2.1. A camisinha é pequena? As orientações de prevenção no <i>Nós Por Exemplo</i>	71
2.2. Sobre o “use camisinha” ou a “Pedagogia da Aids”	86
2.3. Preconceito, discriminação e estigma ou as penitências aos portadores de HIV	100
CAPÍTULO III - UM PAPO “ENTRE NÓS”: HOMOSSEXUALIDADE E AIDS ATRAVÉS DAS ENTREVISTAS COM FAMOSOS	115
3.1. Uma “traveca” ou a “rainha dos gays”: Marcia Rachid e sua contribuição médico-discursiva no combate a Aids.....	116
3,2. O preconceito não era contra a doença, era contra as pessoas serem homossexuais”: João Silvério Trevisan e Lucinha Araújo falam sobre a Aids.....	128
3.3. “Ainda mais no Brasil que todo homem gosta de comer cu”: os artistas gays falam sobre o imaginário acerca da Aids.....	141
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	151
REFERÊNCIAS.....	156

Introdução

[...] foi assim que compreendi, e o disse ao doutor Chandi desde que ele acompanhou a evolução do vírus no meu corpo, a Aids na verdade não é uma doença, só simplifica as coisas dizer que ela é isso, é um estado de fraqueza e de abandono que abre a jaula da fera que se carrega dentro de si, à qual sou obrigado a dar plenos poderes para que me devore, a quem deixo fazer com meu corpo vivo o que ela iria fazer com meu cadáver para desintegrá-lo.

Nesta obra de Hervé Guibert (1995, p. 12-13), intitulada “Para o amigo que não me salvou a vida”, o autor narra sua dramática experiência com a Aids e, vai além ao narrar também, as experiências de seus amigos, entre eles, em especial, a do próprio Michel Foucault, apresentado na obra como Muzil, que faleceu em decorrência da Aids.

Assim como acontece na novela escrita por Susan Sontag (1986), “*Assim vivemos agora*”, em que um grupo de amigos se mobilizam para ajudar um jovem antiquário bissexual que contraiu o vírus do HIV e lutava contra a morte, a obra de Hervé Guibert também descreve a mobilização dos amigos do autor enfermo, com destaques para os personagens Muzil e Bill, que apresentaram comportamentos opostos, ao auxiliarem o autor no enfrentamento de sua doença.

Muzil, que adoeceu e faleceu de uma acharque que, só depois de sua morte foi anunciada como Aids (alguns anos antes de Hervé Guibert se descobrir soropositivo), teve comportamentos exemplares para o autor em relação a doença. Quando adoeceu, Muzil estava prestes a concluir o seu livro dedicado a história da sexualidade, todavia, com “a certeza de sua morte próxima [em que] o tempo era contado, resolveu terminar o seu livro com limpidez” (GUIBERT, 1995, p. 22). Assim, tomou providências para que não fosse perturbado, dedicando-se ao seu trabalho integralmente. Segundo Eduardo Jardim (2019, p. 60), sua obra, isto é, o legado que pretendia deixar para o mundo, foi sua única preocupação.

Bill, o outro amigo, ao contrário de Muzil, não teve comportamentos exemplares à doença. A cada encontro, apontava para a possibilidade de uma cura e com promessas de que o autor seria o primeiro a receber o medicamento ou a vacina. Todavia, ao longo da obra, a vacina se revela um insucesso e o autor experimenta a esperança de um prolongamento de sua vida se desfazer. Bill passou a ser visto pelo autor como um manipulador. Em meio as esperanças e frustrações das expectativas de sobrevivência, o autor aprendeu uma lição importante: “que se a vida era só o pressentimento da morte, nos torturando sem descanso quanto à incerteza de sua chegada, a Aids, ao fixar um termo

determinado para a nossa vida, fazia de nós homens plenamente conscientes de nossas vidas, livrava-nos da ignorância” (GUIBERT, 1995, p. 99-100).

Nesta obra, podemos visualizar como a Aids foi impiedosa. Ceifou a vida de homens em pleno vigor, de forma dramática e rápida. Bill era procurado e bajulado porque lhes prometia a suspensão da morte iminente. Em contrapartida, “a Aids era portadora da revelação de que a vida dos doentes, dos soropositivos e, também, a de todos nós, sendo muito curta, é também, muito precisa” (JARDIM, 2019, p. 61). O autor é um dos principais nomes da intelectualidade francesa dedicada a falar e escrever sobre a epidemia de Aids¹, tema recorrente na produção literária nas duas primeiras décadas da propagação da doença. Sabedor “de sua soropositividade desde 1988, faleceu três anos depois decorrente de uma tentativa de suicídio, já com a saúde fragilizada” (CARDOSO, 2019, p. 121).

Eu, como fruto de uma sociedade que vê a morte como término da nossa existência, ou melhor, que tenta *não ver* a morte, que tenta negá-la o quanto puder, havia fugido dela por tempo demais. Selecionei esta obra especificamente porque nela leio possibilidades de se reconsiderar o valor da vida. Filho de professores e vindo do interior da Paraíba, da cidade de Barra de Santa Rosa, prematuramente tive que apartar-me longe dos meus pais, em busca de um futuro melhor. No ano de 2008, aos treze anos de idade fui estudar na cidade de Campina Grande. Quilômetros de saudades me afastavam dos meus familiares e em meio as lágrimas diárias um objetivo: se um dia retornasse, que fosse com um diploma na mão.

Minha formação inicial deu-se na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), no curso de Direito. Ao longo de cinco anos percorridos na Academia - recheados de disciplinas propedêuticas e dogmáticas, congressos e práticas jurídicas, fiz amizades sinceras e leais que tornaram o meu caminho muito mais dinâmico na academia e, por meio delas, conheci o *Movimento Estudantil Independente Organizado* (MEIO), onde tive a oportunidade de desenvolver - em conjunto com os demais integrantes, projetos com foco na área social, que enriqueceram e contribuíram no meu processo de formação profissional. Já prestes a concluir a graduação em Ciências Sociais e Jurídicas, no segundo semestre de 2017, fiz a inscrição para o curso de História – modalidade EaD, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) no qual obtive aprovação.

¹ Para Albert Camus (2020) guerras e epidemias, apesar de previamente anunciadas, sempre pegam as pessoas de surpresa, e a Aids não foi exceção. Isto quando as sociedades industrializadas alardeavam para o final do século XX o controle, por imunização ou tratamento, de todas as doenças infecciosas.

Assim, como um jovem protagonista de seu mundo e de si mesmo, lancei-me sobre esse novo desafio aberto e indefinido nos meses finais do ano de 2017, mesmo sob a incredulidade de minha família. Logo no início da graduação em História entrei em contato com a leitura de uma das obras clássicas da Terceira Geração dos Annales, a *História da Morte no Ocidente*, de Philippe Ariès. Todavia, as minhas leituras eram meramente informativas e acumulativas - e, tal como um sedentário, me recusava em refletir e metabolizar as informações em conhecimento. O abdômen ia crescendo e crescendo, cada vez mais distante da jovialidade idealizada por Nietzsche (Cf.: LARROSA, 2004). Mas, tudo isso mudou a partir do ano de 2019, quando conheci o professor Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior, que ministrava a disciplina de Estágio Supervisionado de Formação de Professores I – História.

Na oportunidade, surgiu o convite para participar na condição de ouvinte da disciplina de Metodologia da Pesquisa Histórica da Linha de Pesquisa: História Cultural das Práticas Educativas, do programa de Pós-Graduação em História da UFCG. Como ouvinte da disciplina, foram indicadas para leitura diversas obras no campo da história cultural, que me abriu outras formas de ver a pesquisa histórica. Uma dessas leituras, foi o livro “Doença como metáfora. Aids e suas metáforas” de Susan Sontag (2007).

Esse texto em especial, me despertou para trabalhar no campo da História da Saúde e das Doenças, mais precisamente com a Aids. Mas, por que a Aids? Pois “[...] as perguntas que a Aids suscita dizem respeito a todos os homens e se referem precisamente a nossa mortalidade. E ao perseguir uma resposta para elas, vislumbra-se a possibilidade de se reconsiderar o valor da vida” (JARDIM, 2009, p. 60), de refletir sobre a morte, sobre culpabilização de suas vítimas iniciais e outras possibilidades, que contribuíram para que a doença se tornasse um tema de relevância para a historiografia.

Á vista disso, ainda no ano de 2019, me submeti a seleção do Programa de Pós-Graduação em História. Inicialmente, a proposta dessa pesquisa era intitulada: “Estigma e vulnerabilidade: os discursos sobre a Aids na Paraíba (1985-1995)” e, apresentava-se como uma oportunidade de contribuir com a historiografia paraibana acerca da História da Saúde e das Doenças.

Sob a orientação do Professor, Dr. Azemar dos Santos Soares Júnior, o desenvolvimento da pesquisa seria delineado a partir da problematização dos discursos médicos sobre a Aids publicados entre os anos de 1985 e 1995 nos periódicos paraibanos *Correio da Paraíba*, *A União* e *O Norte*. O marco temporal escolhido, seria uma forma de analisar na transição de décadas, as tensões e distorções dos processos de adoecimento

e de sofrimento enfrentados pelos homossexuais em um estado marcado por hábitos conservadores e em cujo modo de vida a Igreja Católica exercia significativo papel nas vidas das pessoas.

Somava-se a esses periódicos também, a documentação pública do *Complexo Hospitalar Clementino Fragra*, localizado na cidade de João Pessoa. A escolha do Complexo Hospitalar, enquanto espaço geográfico para o desenvolvimento da pesquisa, foi pensando pelo fato da instituição, ao final da década de 1980, ter passado a atender os portadores do vírus HIV/Aids. Todavia, no início do ano de 2020, devido às limitações geradas pela pandemia da covid-19 – novo coronavírus (SARS-CoV-2), que tem se apresentado como um dos maiores desafios sanitários em escala global deste século, o meu acesso aos periódicos e a documentação pública do Complexo Hospitalar na cidade de João Pessoa, foi prejudicado, inviabilizando assim, o desenvolvimento da pesquisa.

Apesar disso, e mesmo em meio às invasões de desânimo ocasionadas por essa situação, não desisti de pesquisar sobre a Aids. Desse modo, em diálogo com meu orientador galgamos um novo caminho a percorrer. Com a sua ajuda, realizei algumas pesquisas e consultas em algumas fontes, mesmo com as limitações impostas pela pandemia. Dessa forma, chegamos ao jornal *Nós Por Exemplo* e a possibilidade de continuar estudando sobre a Aids. Sem dúvida, “a descoberta do arquivo é um maná, que se oferece, justificando plenamente seu nome: fonte” (FARGE, 2009, p. 12).

Assim sendo, “partimos do pressuposto de que ao escrever um trabalho de história se faz necessário conhecer o que já foi escrito antes, lançar novos questionamentos e lançar um novo olhar sobre o assunto atribuindo outros sentidos ao passado ressignificado” (MARIANO, 2003, p. 88). Desse modo, recorri ao catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível (CAPES) e encontrei como único trabalho sobre esse jornal, intitulado “Impressões de Identidade: Histórias e Estórias da formação da imprensa gay no Brasil”, Tese de doutoramento defendida na Universidade Federal Fluminense, em 2007 por Jorge Caê Rodrigues, que utiliza o impresso *Nós Por Exemplo* como fonte de pesquisa. O jornal também aparece como fonte de pesquisa no interessante artigo publicado por Paulo Souto Maior Júnior (2014), no qual o autor analisa a produção discursiva sobre a homossexualidade na primeira metade dos anos 1990 e no artigo publicado por Cristina Câmara (2015), no qual a autora analisa a história do ativismo LGBT no Estado do Rio de Janeiro. Todavia, não existem nesses trabalhos uma análise aprofundada acerca do tema Aids e dos discursos médico-educativos sobre a doença publicados no jornal.

Assim, tomo como novo **objetivo** dessa dissertação, analisar os discursos de ordem médico-educativa sobre a Aids, publicados no jornal *Nós Por exemplo*, voltados para o público gay, nos primeiros anos da década de 1990, como uma forma de contribuir para uma compreensão de um tema ainda não trabalhado, utilizando o periódico como fonte, bem como contribuir para a historiografia que vem se dedicando a entender as práticas educativas na perspectiva da História Cultural.

Para tanto, buscarei contextualizar a estigmatização de uma doença considerada um mal próprio a pessoas gays e as políticas empreendidas para conter o avanço da doença; discutir os interesses de um periódico criado por e para homossexuais levando em consideração a promoção da vida como norma biopolítica e problematizar a ordem do discurso médico, enquanto dispositivo disciplinador dos leitores que visavam construir uma educação do cuidado do corpo e combate a propagação do vírus.

Portanto, perceber através de uma história cultural da Aids, de corpos que foram estigmatizados pela doença, da guerra contra um mal, da vida ou da morte das pessoas, a desorganização e reorganização do espaço social, e da vida particular das pessoas nesse recorte proposto, a partir de um periódico, é atribuir aos registros do passado um sentido repleto de pressupostos do presente. Para tanto, me apoio em Durval Muniz Albuquerque Júnior (2007), para escrever uma história que remenda os fragmentos do passado que podemos encontrar nas páginas amareladas do jornal. Para isso, utilizo os recursos literários como às metáforas, as alegorias e os diálogos para recriar, sem inventar os dados, uma história da Aids a partir do jornal *Nós Por Exemplo*.

Já que as doenças pertencem a história e aos historiadores...

Há um ditado sobre o universo dos acontecimentos humanos e históricos, que foi ao longo do tempo tomado como uma “certeza”: os homens nascem e morrem. Todavia, a lógica e o processo do nascer e do morrer não podem ser julgados como imutáveis, uma vez que, o progresso e as transformações processadas pelas sociedades, demonstram que as percepções e as atitudes dos indivíduos diante desses dois acontecimentos sofreram mudanças profundas e drásticas.

Além desses acontecimentos, é reconhecível que se os homens não morrem durante o parto, nas guerras, de acidentes ou de causas naturais, fatalmente irão sucumbir as consequências e ao desenvolvimento de doenças parasitárias, malignas ou crônicas, mas, sobretudo aquelas de caráter infectocontagioso. E entre os principais causadores

dessas doenças que podem levar ao óbito, se não tratadas apropriadamente, destacam-se as bactérias, os protozoários, os fungos e, principalmente, os vírus.

Ao lado da identificação dos agentes parasitários, da nomeação e da classificação das doenças que transitam ao redor do homem, assim como a descoberta de antibióticos e vacinas necessárias para combatê-las - o que as colocam no domínio das Ciências da Saúde, existe uma história das doenças revelada através das práticas médicas, dos discursos médicos e políticos, do registro médico-hospitalar e das estatísticas oficiais. Sendo assim, as doenças também pertencem à história e ao historiador.

O campo de pesquisa da história das doenças apresentou nos últimos anos expressiva expansão. Segundo o historiador britânico Paul Slack (1999), este desenvolvimento muito se beneficiou do alargamento da agenda história e de áreas fluorescentes, como a história demográfica, a antropologia social, a história cultural material e mental. Seu estudo, como nos ensina as autoras, Anny Jackeline Torres da Silveira e Dilene Raimundo dos Nascimento (2004), englobam as doenças crônicas, endêmicas e epidêmicas, as implicações sociais, políticas e ecológicas advindas das trocas entre os diversos continentes, os entendimentos sobre doença e seus cuidados em diferentes contextos sociais. O ponto de vista dos pacientes, os instrumentos de controle médico e social.

Entre os diferentes grupos sociais, existem diferenças marcantes no sofrer ou no modo de reagir às doenças. Ao levarmos em consideração que a Aids tornou-se uma doença que circulava entre os corpos, num primeiro momento sob a alegação de que o contágio era majoritariamente através do ato sexual e que passou a tomar grandes proporções em termos de infectados, é possível passar a pensar esse fenômeno como uma epidemia. De acordo com Nascimento e Carvalho (2004, p. 13), os quadros patológicos que dominavam uma dada época, a exemplo da peste no décimo sexto século, a tuberculose e o cólera no oitocentos; regridem em outra, enquanto prevalecem outras patologias, como atualmente os tumores, as doenças cardiovasculares e, mais recentemente, a Aids. Sendo assim, existe uma historicidade nas doenças ligada a todos os acontecimentos humanos. As doenças passam a surgir, a alterar o roteiro das vidas, bem como, exigir uma reorganização das formas de curar e de prevenir. Com a Aids não foi diferente. Existe uma historicidade nas doenças ligadas a todos os acontecimentos do ser humano.

O historiador francês Jacques Le Goff (1985, p. 9) afirmou, por exemplo, que a “doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais que uma ideia, um

certo abstrato numa complexa realidade empírica e porque as doenças são mortais”. E continuando questionou: “Onde estão as febres terçãs e quartãs dos nossos antepassados?”. Ele defende ainda que a “doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (LE GOFF, 1985, p. 9).

Deste modo, assim como a história², a doença como fenômeno social, também é uma construção. Ademais, “diferentes grupos de cada época, dão significado e sentido específicos à entidade fisiopatológica chamada doença” (NASCIMENTO; CARVALHO, 2004, p. 13). O que possibilita ao historiador, o conhecimento de estruturas e mudanças sociais, reações societárias, constituição do Estado e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidade individuais, constituição de campos de saber e disciplinas” (NASCIMENTO; CARVALHO, 2004, p. 13). O historiador americano da medicina, Charles Rosenberg (1987, p. 318), assinala que “a doença é ao mesmo tempo problema substantivo e instrumento analítico”; ela não é percebida unicamente como entidade biológica ou física, mas como amálgama que envolve tanto sua natureza biológica como os sentidos que lhe são atribuídos pelas sociedades.

Desse modo, como nos ensina Anny Jackeline Torres da Silveira e Dilene Raimundo dos Nascimento (2004) como objeto de estudo, as doenças possibilitam o conhecimento sobre estruturas e mudanças sociais, dinâmicas demográfica e de deslocamento populacional. Reações societárias, constituição de Estados e de identidades nacionais, emergência e distribuição de doenças, processos de construção de identidades individuais, constituição de campos de saber e disciplinas.

A importância do corpo e suas manifestações simbólicas quando está doente, ganharam destaques nos trabalhos de vários historiadores³. O historiador francês Jacques Le Goff (1985, p. 9), afirma por exemplo que a “doença pertence à história, em primeiro lugar, porque não é mais que uma ideia e porque as doenças são mortais”. E continuando

² Lucien Febvre, na sessão inaugural do Collège de France, em 13 de dezembro de 1933, disse: “Dado? Não, criado pelo historiador e, quantas vezes? Inventado e fabricado, com a ajuda de hipóteses e conjecturas, por um trabalho delicado e apaixonante... Elaborar um fato é construí-lo” (Cf.: LE GOFF, 1984, p. 167).

³ *As doenças têm história* (1985) organizado por Jacques Le Goff; *O homem perante a morte* (1988) de autoria de Philippe Ariès; o texto *O corpo: o homem doente e sua história* (1988) escrito pela parceria entre Jacques Revel e Jean-Pierre Peter; *História da medicina* (1996) e *O homem e a doença* (1985) de Jean-Charles Sournia; a *História do medo no Ocidente* (2009), escrito por Jean Delumeau; e a *Microfísica do poder* (2005); *O nascimento da clínica* (2001); *A história da loucura* (2009) de Michel Foucault.

questiona: “Onde estão as febres terçãs e quartãs dos nossos antepassados?”. Ele defende ainda que a “doença pertence não só à história superficial dos progressos científicos e tecnológicos como também à história profunda dos saberes e das práticas ligadas às estruturas sociais, às instituições, às representações, às mentalidades” (LE GOFF, 1985, p. 9).

Deste modo, o que Jacques Le Goff (1985), quer nos dizer é que uma história das doenças escrita por historiadores, ao invés de como foi escrita em séculos passados por profissionais da medicina, que se caracterizavam mais por resultarem de produções de conhecimento científico sobre o combate às doenças e pela preocupação em exaltar o passado de sua profissão, revela os sentidos e significados sociais atribuídos às enfermidades, demonstrando as sensibilidades⁴.

E quando estas, são ofertadas a ver, em formas de fontes, autorizam os historiadores a acessarem o modo como homens e mulheres de um outro tempo registraram as experiências com as doenças e com o adoecer de outro tempo. Teriam eles sentido pânico, angústias, dores, aflições e constrangimentos? Inúmeras vezes esses registros sensíveis apenas nos é acessível com o auxílio da figura do médico. E nessa direção o historiador britânico Roy Porter (1992, p. 298), nos adverte para a dificuldade de escrever uma história sobre o corpo doente através da escassez de registros, pois só é possível saber do doente por meio das informações “preservadas através dos registros dos médicos guardados por seu médico”, e que estes “requerem uma interpretação sutil” por nós, historiadores.

Ainda assim, penso que os historiadores, a partir dos registros médicos, podem estudar a doença não como uma temática fechada em si mesmo, mas reinseri-las em “conjuntos significativos mais vastos, que eles iluminam a seu modo, restituindo-lhes uma complexidade quase sempre escamoteada ou negada” (GRUZINSKI, 2007, p. 7-8), e para isso devemos escavar destinos e exumar corpos que foram acometidos por doenças em epidemias e endemias.

⁴ Por sensibilidades corroboro da argumentação apresentada por Sandra Pesavento (2007), para quem as sensibilidades se apresentavam “como operações imaginárias de sentido e de representação do mundo, que conseguem tornar presente uma ausência e produzir, pela força do pensamento, uma experiência sensível do acontecido”, configurando-se, entre outras coisas, enquanto algo sutil, difícil de capturar, “pois se inscrevem sob o signo da alteridade, traduzindo emoções, sentimentos e valores que não são mais os nossos” (PESAVENTO, 2007, p. 14-15). Neste sentido, as sensibilidades se inserem no âmago do ofício de historiador que busca reconfigurar o passado no presente, dando a ver a diferença no tempo ao recriar outra temporalidade.

Além disso, a doença representa um instrumento singular para os historiadores, pois através dela, podemos analisar os discursos e construir narrativas sobre a história a partir dos eventos provocados por surtos endêmicos e epidêmicos que assolaram a sociedade em determinado período e, também perceber as relações sociais e de poder, por meios dos valores sociais e práticas institucionais construídas sobre ela. Os autores franceses Jacques Revel e Jean-Pierre Peter (1988, p. 14), compreenderam a doença como

[...] um elemento de desorganização e de reorganização social; a esse respeito ela torna frequentemente mais visíveis as articulações essenciais do grupo, as linhas de força e de tensões que o traspassam. O acontecimento mórbido pode, pois, ser o lugar privilegiado de onde melhor observar a significação real de mecanismos administrativos ou de práticas religiosas, as relações entre os poderes, ou a imagem que uma sociedade tem de si mesma.

Concordo com os autores ao afirmarem que “pretenderam expor não a doença enquanto fato biológico ou cultural, mas enquanto um elemento social, um evento de reelaboração das articulações de um grupo social para com os outros grupos” (AGRA, 2014, p. 14). Algo que permite, trazer à tona os olhares de uma sociedade sobre si própria e faria com que as relações estabelecidas entre os dispositivos de poder, o Estado, órgãos administrativos, instituições religiosas e filantrópicas “fossem fortalecidas – em nome da solidariedade – ou enfraquecidas – em nome do medo da peste” (AGRA, 2014, p. 14).

Na opinião de Susan Sontag (2007, p. 6) todos que nascem têm dupla cidadania, no reino dos sãos e no reino dos doentes. Apesar de todos preferirmos só usar o passaporte bom, mais cedo ou mais tarde nos vemos obrigados, pelo menos por um período, a nos identificarmos como cidadãos desse outro lugar. A autora acrescenta que “as doenças epidêmicas geram uma figura de linguagem comum para designar a desordem social” (SONTAG, 2007, p. 184). Desse modo, as doenças revelam, práticas de controle dos corpos e a intervenção médica sobre o corpo social e individual para evitar a “desordem”, como se observará em relação a Aids.

Ademais, quando uma doença provoca medo ou pavor, horroriza e choca, ela é amplamente revestida de sentidos. E como explica Susan Sontag (2007, p. 183),

[...] nada é mais punitivo do que dar um sentido à doença – invariavelmente, tal sentido é de cunho moralista. Qualquer doença importante cuja causalidade seja tenebrosa, tende a ser saturada de significação. Primeiro, os objetos de pavor mais profundo (decomposição, decadência, contaminação, anomia, fraqueza) identificam-se com a doença. A doença em si torna-se uma metáfora. Em seguida, o nome da doença (ou seja, usando-a como metáfora), esse horror é imposto a outras coisas. A doença torna-se adjetiva.

A Aids, trouxe “[...] graves proporções sociais, de impacto talvez nunca vista na história das doenças” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 9). A doença “que representa uma censura genérica à vida e à esperança” (SONTAG, 2007, p. 350), surgiu misteriosamente no começo da década de 1980 e logo alcançou proporções de uma pandemia, trazendo consigo o caráter trágico das grandes epidemias do passado de volta. Para Susan Sontag (2007, p. 416) A “peste” é a principal metáfora através da qual a epidemia de Aids é compreendida.

A “[...] infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) foi descrita pela primeira vez em 1981, nos Estados Unidos, em homossexuais masculinos previamente saudáveis” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992, p. 9). Desde então “[...] outros casos foram notificados entre receptores de transfusões sanguíneas (inclusive hemofílicos), usuários de drogas endovenosas e heterossexuais, tanto homens quanto mulheres, podendo ainda haver transmissão vertical (mãe infectada para o filho)” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9).

Rapidamente, os estudos sobre a doença intensificaram-se e, várias hipóteses foram surgindo para tentar explicá-la, desde a criação do vírus em laboratórios até a punição divina pela transgressão da ordem social. Em 1982 originou-se pela primeira vez o termo síndrome da imunodeficiência adquirida – AIDS⁵. Já em 1983, cientistas americanos e franceses obtiveram êxito no isolamento do agente etiológico, isto é, do vírus HIV, um retrovírus, e elucidaram as formas de transmissão da doença, que se dava por via sanguínea e sexual.

A Aids trouxe consigo “[...] uma constante história de preconceito e discriminação que extrapolam simples atitudes isoladas dos setores mais conservadores da sociedade” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 9). Quando foi descoberta em 1981, “[...] fora rotulada de ‘peste ou câncer gay’ por aparecer em grandes números de homossexuais e trouxe consigo preconceito e estigmas”⁶ (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 17). A Aids nada criou. Ela apenas “exacerbou os elementos que as convenções socio-morais

⁵ Para Susan Sontag, estritamente falando, “o termo Aids não designa uma doença, e sim um estado clínico, que tem como consequência todo um espectro de doenças. Ao contrário da sífilis e do câncer, que fornecem protótipos para a maioria das imagens e metáforas associadas à Aids, a própria definição de Aids requer a presença de outras doenças, as chamadas infecções e malignidades oportunistas. Mas ainda que, *nesse* sentido, não seja uma doença única, a Aids pode ser considerada como tal — em parte porque, como a sífilis e ao contrário do câncer, se acredita que ela tenha uma causa única” (SONTAG, 2007, p. 325).

⁶ O termo estigma, segundo Goffman (GOFFMAN, 1988), é usado largamente de maneira do sentido original da condição, quando os gregos criaram-no para atribuir a sinais de corpo, evidenciando alguma coisa extraordinária ou mau do *status* moral do portador, ou depois, na era Cristã, como referência a sinais corporais de distúrbio físico.

não deixaram aflorar à luz do dia” (TREVISAN, 2000, p. 436). Em que a violência do vírus da Aids, “tornou-se mais assustadora graças a violência desse outro vírus do obscurantismo, presente em nossos empresários socio-morais - sejam eles representantes da igreja, médicos, profissionais da imprensa ou líderes políticos” (TREVISAN, 2000, p. 436).

Deste modo, a epidemia gerada pelo vírus HIV, é “[...] clínica, epidemiológica, mas principalmente SOCIAL. E é na sociedade que estão as respostas para ela, ou seja, em cada um de nós” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 9). Com a epidemia de Aids, “[...] partiu-se subitamente da chamada liberdade sexual para a vigilância sexual, pois enquanto doença sexualmente transmissível, precisava encontrar seus vilões, os verdadeiros culpados pelas expansões da “peste” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 7).

E se diante, da “fatalidade do câncer as pessoas sadias sentem pena, diante da Aids elas tendem a sentir raiva, a partir de um julgamento moral que vê a *doença do corpo* resultante de uma alma *conspurcada*” (TREVISAN, 2000, p. 436), cria-se então “certa mitologia que, de modo infeliz, tende a cristalizar-se em forma de um arquétipo coletivo: a Aids é obscena” (TREVISAN, 2000, p. 436). Desse modo, a doença torna-se sujeita as mais diversas formas de manipulação.

Ela “pode se tornar o bode expiatório de determinadas fobias – o pânico à morte, por exemplo” (TREVISAN, 2000, p. 436). A Aids deu origem “a fobias e temores de contaminação” (SONTAG, 2007, p. 363). Com o seu surgimento, “[...] diversos foram os casos observados de AIDSFOBIA, pessoas que apresentaram um temor exagerado e irracional de Aids, que em muitas situações chegaram a paralisar suas vidas” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12).

A “[...] AIDSFOBIA, é diferente do medo de Aids. Normalmente pessoas que temem a Aids, fazem um teste e se satisfazem com o resultado negativo; tomam precauções para evitar o contágio” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12). No caso da AIDSFOBIA, “[...] os indivíduos ficam quase todo tempo acreditando na possibilidade de estarem doentes, num grave sintoma psicológico que precisa ser tratado” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12).

Mas a doença também pode ser “utilizada para reforçar sistemas políticos ou morais – como o núcleo familiar-monogâmico – ameaçados nas sociedades consideradas ‘permissivas’” (TREVISAN, 2000, p. 437). Ao estabelecer metáforas entre a prática homossexual masculina e a letalidade da Aids nos iniciais da década de 1980, aqueles

empresários morais instauraram um terrorismo difundindo a doença como uma *'peste gay'*. Daí, bastava só um passo para difundir a homossexualidade como um mal.

A rejeição a homossexualidade, isto é, a homofobia, corria o risco de “ser reforçada por novos elementos mistificadores e irracionais, particularmente perigosos quando conclui-se que, para defender-se do mal e da morte, seria válido falar em legítima defesa” (TREVISAN, 2000, p. 438). Deste modo, o “argumento da saúde pública, tal como bandido pela autoridade médica, estaria apelando para uma prioridade do tipo “os fins justificam os meios [e] historicamente, nós sabemos onde isso pode levar” (TREVISAN, 2000, p. 389).

De acordo com João Silvério Trevisan (2000) em relação à Aids, as “implicações culturais se imbricaram, com as generalizações neo-higienistas, e o resultado foi a equação equivocada: todo homossexual dá, logo todo homossexual tem Aids; e partir dele, o vírus se espalhou para toda a sociedade, perversamente”. Ser homossexual e fazer uso do seu corpo, nas décadas de 1980 e 1990, portanto, tornou-se um problema de saúde pública e a instigação de fobias que cercavam a bunda, certamente “vem criar um sério problema para os homossexuais masculinos, mas sobretudo naquela ‘estrutura homoerótica’, que compõe o imaginário das sociedades, acirrando o conflito de milhares de pessoas diante da sexualidade” (TREVISAN, 2000, p. 437).

À vista disso, o surgimento da Aids, também assinala “um momento decisivo nas atitudes em relação às doenças e à medicina, bem como à sexualidade e às catástrofes (SONTAG, 2007, p. 509). Com o surgimento dessa nova doença epidêmica, ficou comprovado que “as doenças infecciosas estão longe de terem sido derrotadas, e que seu repertório não se esgotou” (SONTAG, 2007, p. 510). A medicina teve, portanto, seu status modificado, pois a “convicção, promovida anteriormente por ela, de que ‘todas as doenças sexualmente transmissíveis (bem como quase todas as doenças infecciosas), eram facilmente curáveis” (SONTAG, 2007, p. 510-511), não mais existia.

A medicina, “como a maioria dos saberes que se pretendem “científicos”, tenta objetivar ao máximo sua relação com aquilo que estuda. O grande problema é que o objeto de conhecimento do campo médico é de ‘carne e osso” (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 131). Onde, o médico intervém na vida de seres humanos atuando sobre corpos que possuem subjetividades, histórias particulares, dos quais “nem o sofrimento, nem a morte serão levados em conta, ainda menos o prazer, mas somente a pura corporalidade; reduzido a seus efeitos, suas necessidades, suas permutas e processos – a seu número” (REVEL; PETER, 1988, p. 146).

Curar a qualquer custo se torna o lema, ao mesmo tempo em que a identidade do indivíduo doente – um sujeito histórico-social, e não simplesmente “mais um corpo doente” – vai sendo silenciada para que o saber médico possa se relacionar com o seu “objeto” de conhecimento de maneira científica (OLIVEIRA; SANTOS, 2015, p. 141). Todavia, “tantas teorias e estudos clínicos, não dão conta de alguns quadros decorrentes da Aids que atingem a população como um todo, ou seja, aqueles que não estão infectados pelo vírus HIV (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12).

Ainda na coletânea organizada por Jacques Le Goff (1985), o médico Jean-Charles Sournia (único médico a constar na obra), que ao tempo era membro da *Academia de Medicina Francesa* e da *Sociedade Internacional de História da Medicina*, escreveu o artigo “O homem e a doença”. No texto, o autor defende que a doença não tem materialidade, sendo uma entidade abstrata, existindo apenas quando o homem pode nomeá-la. Em suas palavras:

As doenças têm apenas a história que lhe é atribuída pelo homem. A doença não tem existência em si, é uma entidade abstrata à qual o homem dá um nome. A partir das indisposições sentidas por uma pessoa, os médicos criam uma noção intelectual que agrupa os sintomas de que sofre o ‘doente’, os sinais que um observador pode constatar, as lesões anatômicas, por vezes, uma causa ou um germe causal, e a este conjunto aplicamos uma etiqueta chamada diagnóstico, do qual decorre um tratamento destinado a agir sobre os sintomas e, se possível, sobre a causa (SOURNIA, 1985).

Deste modo, as doenças foram observadas não enquanto essência, mas enquanto nomeação e produção discursiva, para classificar uma realidade material, um evento biológico, enxergada enquanto a reunião de determinados sintomas que, apresentados repetidamente e em diversos corpos em conjunto, levam uma nomeação, ganharam um “rótulo”. Posição que é adotada por Michel Foucault (2011) em o “Nascimento da Clínica”, quando observou o advento do olhar da anátomo-clínica sobre as doenças. O olhar, que antes era sucessor do dizer a doença, inverteu-se: na medicina científica elabora o enunciado que o dizer a doença só é possível quando se vê a doença enquanto espacialização corporal.

A doença, desta maneira, “deixa o mundo da nosografia, mundo inteligível das formas perfeitas, deixa de ser uma essência e torna-se uma invenção discursiva, uma nomeação humana” (AGRA, 2014, p. 14). Georges Caudilhem (2000, p. 100-101), também adotou essa proposta com referência ao olhar clínico na transição do que seria um estado normal, “para o patológico nos indivíduos, onde a normalidade seria a ausência de doença, de sintomas, e a anomalia perturbação do estado de equilíbrio do corpo”.

Logo, podemos observar a partir desses dois posicionamentos duas tendências na historiografia das doenças: o primeiro, pensando a doença enquanto fato social, que provoca rupturas em certas relações estabelecidas entre os dispositivos de poder – o Estado, os órgãos administrativos, as instituições religiosas e filantrópicas, com que a sociedade se regia; o segundo, pensando a doença enquanto produção cultural, que problematiza a nomeação de certos sintomas enquanto patologias.

Deste modo, acredito que importa tanto por um quanto por outro posicionamento, investigar as consequências sociais e culturais de tais posicionamentos: pelo primeiro posicionamento, as batalhas geradas em torno de grupos mais vulneráveis, mais propícios a contrair a patologia devido às condições de higiene à qual são submetidos, numa sociedade que se reorganiza depois do surgimento de um evento epidêmico, bem como as imagens que são associadas e enredadas nos discursos sobre certas patologias, que são produzidas sob uma carga simbólica que ordena, classifica, estigmatiza e exclui aqueles que são portadores de tais patologias.

Na historiografia brasileira das doenças, o primeiro posicionamento, que defende a doença enquanto fato social, foi o que mais prevaleceu nas primeiras obras. Com o passar do tempo, esse posicionamento sofreu influências diretas da segunda forma de pensar a doença: enquanto produção cultural. Exemplos dessa produção de segunda ordem são os textos de Roberto Machado (1978), com a “Da(n)ação da norma”, e de Jurandir Freire Costa (1979), com livro “Ordem médica e norma familiar”.

Nesses trabalhos, os autores estudaram a intervenção do discurso médico sobre o corpo e sobre a organização familiar, e a produção normativa que se exerceu sobre esses elementos para discipliná-los e, utilizam como elemento norteador o estudo da invenção de um conceito médico, o de higiene, e como este foi aplicado às diversas áreas para além da medicina – sociologia, história, arquitetura, psicologia. Os autores analisam, deste modo, a carga simbólica de tal nome e como este exerceu seu poder sobre corpos e espaços na pretensão de normatizá-los e ordená-los. Estes trabalhos, ” apesar de influentes na produção acadêmica, até hoje não conseguiram estabelecer uma tradição historiográfica no Brasil” (AGRA, 2014, p. 7). Provavelmente, “devido ao contexto político-social em que o país se encontrava no final da década de 1970 e início dos anos 80, a abordagem social ganhou mais força e mais adesões entre os intelectuais” (AGRA, 2014, p. 7).

Já na década de 1980, com o processo de redemocratização no Brasil e “o crescimento dos cursos de pós-graduação, os historiadores brasileiros passaram a se

apropriar cada vez mais das diversas novas abordagens historiográficas europeias, dentre elas, a história social inglesa e a história cultural francesa” (AGRA, 2014, p. 7). A vertente historiográfica conhecida como História Cultural⁷, segundo Peter Burke (2008) teve seus primeiros indícios na década de 1790 na Alemanha, tornando-se nos anos finais do século XX uma senhora madura e dona de seu próprio estatuto historiográfico. E ao traçar seus aportes teóricos e suas metodologias deixou em aberto seus objetivos de pesquisas, à vista disso é quase impossível algum tema ou objeto que não possa ser amparado sob seu manto.

Estudar os corpos, as doenças, as práticas médicas, as religiões e as religiosidades, a dança, o ritual, a história dos sentimentos, também conhecida por história das sensibilidades, enfim o que é material e imaterial e que diz respeito ao ser humano. Deste modo, tudo é passível de ser inserido na abordagem cultural e efetivamente tem sido caso haja o desejo de fazer um levantamento historiográfico sobre. A História Cultural tem se empenhado, entre outras coisas, a investigar as sensibilidades do passado, ou as práticas culturais do sensível, através das marcas que deixaram nos materiais de arquivos, nas artes, na literatura” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

Segundo a autora Sandra Pesavento (2007), capturar “as razões e as sensibilidades que qualificam a realidade, que expressam os sentidos que os homens em cada momento da História através de seus rastros, foram capazes de dar a si próprios e ao mundo, constituiria o “*crème de la crème*” da história”! As sensibilidades que são uma:

[...] forma de apreensão e de conhecimento do mundo para além do conhecimento científico, que não brota do racional ou das construções mentais mais elaboradas. Na verdade, poderia se dizer que a esfera das sensibilidades se situa em um espaço anterior a reflexão, na animalidade da experiência humana, brotada do corpo, como uma resposta ou uma reação em face da realidade (PESAVENTO, 2007, p. 10).

Deste modo, “cheiros, gestos, toques, olhares, cores, ruídos, dor, medo, raiva e prazer configuram um verdadeiro índice das possibilidades de definição de novas sensibilidades na história” (OLIVEIRA, 2012, p. 8). A meta buscada por cada historiador. Mas como os historiadores podemos trazer, para o presente, a complexidade da experiência humana do passado?

⁷ Para fins didáticos pode-se dividir as fases da História Cultural em: História Clássica de 1800 a 1950; História Social da Arte de 1930 e 1940; redescoberta da História Cultural Popular em 1950 e 1960 e a Nova História Cultural a partir dos anos 70.

Ora, as sensibilidades, se exprimem em atos, em ritos, em palavras e imagens, objetos da vida material, em materialidades do espaço construído. Falam, por sua vez, do real do não-real, do conhecido e do desconhecido, do intuído e do pressentido ou do inventado. Sensibilidades remetem ao mundo do imaginário, da cultura e de seu conjunto de significações construídos sobre o mundo (PESAVENTO, 2007, p. 20).

Uma das primeiras inquietações desse trabalho será justamente lançar um olhar sobre as sensibilidades que foram deixadas nas páginas do impresso *Nós por Exemplo* sobre o combate à doença e sobre o corpo doente. Como diria Michel de Certeau (2008, p. 78) "Fazer história" é uma prática. Fazer história do corpo doente, das dores, do medo e dos prazeres, é também contribuir para uma história da sensibilidade, marcadas por metáforas, por histórias de vidas, por resistências.

Para tal, se faz necessário que essa experiência sensível possa se dar a ler enquanto fonte, objetivada em forma de registro que permita a apreensão por parte de nós historiadores dos seus significados. E nessa direção, para conseguirmos tal apreensão, precisamos exercitar uma educação dos sentidos, ademais os sentidos podem e devem ser educados, visto que "a sensibilidade como resultado das impressões dos sentidos poderia estimular respostas emotivas particulares" (OLIVEIRA, 2012, p. 11). E deste modo, poderemos encontrar essas *marcas* de historicidade. Ademais, não "há como escrever história sem soltar a imaginação, florear e deixar as metáforas da sensibilidade conduzirem à escrita" (SOARES JUNIOR, 2011, p. 26).

A Aids quando surgiu na década de 1980, deixou diversas *marcas*. Além disso, ela, assim como o câncer, "ao contrário da morte suave atribuída à tuberculose, leva a uma morte sofrida" (SONTAG, 2007, p. 397). E esse "drama da Aids não se confina em nenhum gueto. Ele não é condicionado por nenhuma geografia" (JARDIM, 2019, p. 66). Deste modo, "as perguntas que a Aids suscita dizem respeito a todos os homens e se referem precisamente a nossa mortalidade. Ao perseguir uma resposta para elas vislumbram-se a possibilidade de se reconsiderar o valor da vida" (JARDIM, 2019, p. 66). Como um detetive, terei de reunir indícios e sinais para tecer correlações e estabelecer nexos entre as *marcas* deixadas pela Aids - através jornal *Nós Por Exemplo*, entre os anos de 1992 e 1995 logo, também realizar um esforço imaginativo a partir do poder interpretativo do olhar, para assim compreender que a sensibilidade é um elemento fundamental da vida.

Nessa perspectiva, a Linha de Pesquisa História Cultural das Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (UFCCG), também tem empenhado-se em discutir temas que contemplem "a história das

culturas médicas e de prevenção, combate à doença e promoção da saúde”. Portanto, essa pesquisa tornou-se viável junto aos temas de interesse da referida linha, sobretudo, pela possibilidade de pensar como foram construídos os discursos acerca da Aids num periódico momento em que a doença ainda era estigmatizada como uma “maldição gay”. Aprendi ainda, junto a esse grupo, sobre a importância de uma escrita que verse pelas sensibilidades da história, que traga leveza em face das árduas exigências que academia impõe e que toque no íntimo da nossa existência humana.

Feitas estas considerações acerca da historiografia da História da Saúde e das Doenças, que tem se revelado promissor para um grupo de pesquisadores vinculados a História Cultural, passo a discutir o conceito de *biopolítica* como categoria de análise para entendermos a história da Aids nos primeiros anos da década de 1990.

O conceito de *biopolítica* surgiu, pela primeira vez, no pensamento de Michel Foucault, numa palestra proferida no Rio de Janeiro, intitulada “O Nascimento da Medicina Social”. Contudo, foi só com a publicação de “A Vontade de Saber” (1988) e, depois, com os cursos ministrados no *Collège de France*, intitulados “Em Defesa da Sociedade” (1999), “Segurança, Território e População” (2008) e o “Nascimento da Biopolítica” (2008), que Foucault deu a importância e a amplitude que esse conceito merece.

Segundo Michel Foucault, nos séculos XVII e XVIII “viram-se aparecer técnicas de poder que eram essencialmente centradas no corpo, no corpo individual” (FOUCAULT, 199, p. 288). Técnicas pelas quais se atribuíam a esses corpos, tentativas de aumentar a sua força útil, seja através dos exercícios ou dos treinamentos. Ou seja, uma forma de intervenção e vigilância específica sobre os corpos, que a torna uma tecnologia disciplinar. A isto, Foucault chama de *biopolítica*.

Com a *biopolítica* o homem ocidental aprendia

[...] pouco a pouco o que é ser uma espécie viva num mundo vivo, ter um corpo, condições de existência, probabilidade de vida, saúde individual e coletiva, forças que se podem modificar, e um espaço em que se pode reparti-las de modo ótimo. Pela primeira vez na história, sem dúvida, o biológico reflete-se no político; o fato de viver não é mais esse sustentáculo inacessível que só emerge de tempos em tempos, no acaso da morte e de sua fatalidade: cai, em parte, no campo de controle do saber e de intervenção do poder (FOUCAULT, 1988, p. 134).

Assim, o poder médico e político, que são responsáveis pela defesa da vida e por afastar dos cidadãos as ameaças da morte, deveriam nesse caso apropriar-se dos processos biológicos para controlá-los e eventualmente modificá-los. Para Michel Foucault, o poder

“é cada vez menos o direito de fazer morrer e cada vez mais o direito de intervir para fazer viver, e na maneira de viver, e no ‘como’ da vida” (FOUCAULT, 1999, p. 288). Logo, a partir do momento em que o poder “intervém sobretudo nesse nível para aumentar a vida, para controlar seus acidentes, suas eventualidades, suas deficiências, daí por diante a morte como termo da vida, é evidentemente o termo, o limite, a extremidade do poder.

Deste modo, a *biopolítica* era uma forma de controle de corpos, de poder, pois através dela, estabelecer-se-ia regulamentos, normas em que o controle da sociedade sobre os indivíduos não se operaria “simplesmente pela ideologia, mas começaria no corpo, com o corpo” (FOUCAULT, 2012, p. 47). E foi no biológico, no corporal que a sociedade capitalista investiu. Portanto, o corpo é uma realidade *biopolítica*, a medicina é uma estratégia *biopolítica*.

A medicina que se forma no século XVIII, vai empenhar-se em criar “formas de controle que tinha uma preocupação maior com a higiene pública⁸. Para essa medicina, o poder de controlar a morte, ou melhor, a tentativa de evitá-la, só pode ser obtido através da tarefa de disciplinar o corpo doente e da normalização de comportamentos. E ela vai influenciar desde a distribuição espacial da cidade até a sexualidade das pessoas. O cuidado agora passa a ser com a coletividade e não exclusivamente com o indivíduo. Portanto, essa medicina, é uma medicina que cuida “tanto do indivíduo quanto da população” (FOUCAULT, 1999, p. 189).

Michel Foucault revela que a partir do avanço médico do oitocentos, houve “uma extrema valorização médica da sexualidade” (FOUCAULT, 1999, p. 300). À vista disso, a sexualidade está exatamente na encruzilhada do corpo e da população. Portanto, ela depende da disciplina, mas também depende da regulamentação. Desse modo, os cuidados sobre o corpo tiveram como objetivo discipliná-lo com o propósito que este corpo, envolvido na “devassidão sexual”, não fosse acometido por doenças resultantes deste tipo de comportamento. A preocupação dirigia-se, portanto, à degenerescência que provocariam nas gerações futuras, em função deste tipo de comportamento.

E sendo a via sexual uma das formas de transmissão da Aids, a doença foi vista pela maioria das pessoas como uma calamidade da qual a própria vítima era considerada culpada. Com o seu surgimento na década de 1980, a Aids passou a ser “vista como uma

⁸ É necessário lembrar que esta higiene pública não irá se preocupar apenas com agentes etiológicos da doença como vírus, bactérias e outros fatores que causam doenças. Esta vai preocupar-se também com anomalias, enfermidades diversas e acidentes, ou seja, com o normal e o desvio. A internação de pessoas com comportamentos sexuais desviantes, prostituição e mendicância foram alvo de intervenção médica.

doença causada não apenas pelos excessos sexuais, mas também pela perversão sexual” (SONTAG, 2007, 356-357). E, “[...] no mundo em que vivemos, a Aids ganhou dimensão equivocada de doença de grupos de riscos (hemofílicos, profissionais do sexo, toxicômanos e sobretudo os homossexuais)” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 17), provocando a construção de uma rede de estereótipos sobre a sexualidade e sobre os comportamentos dela gerados.

Hoje “[...] sabemos o esforço que foi necessário para fazer descolar a doença da imagem de grupos de riscos e fazer incorporá-la a noção de comportamentos e práticas de maior e menor riscos aos quais todos estão expostos (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 17). À vista disso, esta pesquisa se propõe falar sobre Aids, mas não só falar, também gerar artifícios mais criativos e de compreensão mais libertadora que vá contra os estigmas que essa epidemia impôs aos homossexuais” (NÓS POR EXEMPLO, nov./dez. 1993, p. 20).

Sobre escolhas, formas e caminhos

Como “todo trabalho artesanal o ofício do historiador exige atenção para o detalhe, o debruçar-se sobre o material singular e raro que se tem a frente. Como diz Michel Foucault (2007), a raridade é a característica do que chamamos de fontes para o nosso trabalho. Ao contrário do aguadeiro, quando o historiador vai as fontes não é para encontrar aí abundância e refrigério, mas escassez e trabalho árduo” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2007, 10). À vista disso, creio que antes de tratar da parte metodológica, seria de bom tom apresentar ao meu leitor, em primeiro lugar a minha *fonte*, o jornal *Nós Por Exemplo*, esta seria por assim dizer “os indícios ou pegadas, deixados pelo homem e que se oferecem à leitura, desde que iluminados por uma pergunta ou questão” (PESAVENTO, 2007, p. 15).

O jornal *Nós Por Exemplo*, segundo Paulo Souto Maior Júnior (2014), foi produzido por Sylvio de Oliveira, um educador social de projetos de prevenção à AIDS /DSTs no Rio de Janeiro, e pretendia fortalecer os grupos vulneráveis ao HIV/Aids. Ao longo do tempo, passou a contar com um encarte específico: “Agaivê-hoje”. Era um jornal dirigido primordialmente ao público gay, pioneiro na maneira de lidar com a homossexualidade e a Aids, sendo “um importante catalisador de grupos LGBT que atuavam de forma isolada no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro” (CÂMARA, 2015, p. 382).

Segundo Rodrigues (2010, p. 504), o surgimento do *Nós Por Exemplo*,

[...] veio preencher várias lacunas por representar a volta de um periódico direcionado à comunidade gay/lésbica, por se constituir em um veículo no qual a Aids pôde ser tratada de forma honesta e segura, livre de cunho moralista e preconceituoso, e por garantir apoio e divulgação para o movimento homossexual brasileiro, à semelhança do que um dia o *Lampião* fez para o iniciante movimento de organização da “minorias gay”, até então sem uma mídia que lhe garantisse espaço de expressão. (...) O NPE não teve o impacto do *Lampião* [...], foi pioneiro em enfrentar a Aids, falando de sexo, doença e morte de uma forma cuidadosa e honesta, sem deixar de lado o cuidado estético. O NPE desaparece no segundo semestre de 1995, mas desta vez a imprensa gay tinha crescido.

O jornal *Nós Por Exemplo*, foi um periódico em que “o nu masculino convivia sem culpa com os longos textos didatizados sobre as novas formas ‘seguras’ de se obter prazer. Publicado entre 1992 e 1995, teve 24 edições” (RODRIGUES 2010), atualmente 18 edições entre os anos de 1992 e 1995 encontram-se digitalizadas e disponíveis ao público em um sítio eletrônico. As notícias veiculadas por esse periódico eram lidas, ouvidas e debatidas pelos seus leitores, garantindo que “a ficção se infiltra contínua e silenciosamente na realidade criando aquela admirável confiança da comunidade no anonimato que constitui a marca registrada das nações modernas” (ANDERSON, 2008, p. 69).

Segundo Vavy Pacheco Borges (2008, p. 130), o pequeno uso da imprensa como fonte se reverteu. Um número crescente de teses e dissertações vem utilizando a imprensa como meio fundamental ou complementar para seus objetos de pesquisa. Ademais, com a Nova História, ocorreu a “promoção de diálogos interdisciplinares, a renovação de problemas, objetos e abordagens historiográficos, como indicado na coletânea coordenada por Pierre Nora e Jacques Le Goff. Alargando a concepção de “documento histórico, ampliando ou renovando o quadro de problemas de pesquisa e suas abordagens” (LUCHESES; BARAUSSE, 2019, p. 8).

Nas últimas décadas, jornais, revistas, impressos produzidos no interior de escolas, jornais de grande circulação, periódicos especializados em educação, panfletos, enfim, uma gama documental foi sendo percebida, pensada e analisada pelos historiadores” (LUCHESES; BARAUSSE, 2019, p. 8). A imprensa, que para os historiadores Ana Luiza Martins e Tânia Regina de Luca (2008), “a um só tempo, objeto e sujeito da história [...], mas também é veículo para a reconstrução do passado” (MARTINS; LUCA, 2008, p. 8).

Segundo o historiador Jacques Le Goff (1994, 545), todo documento é um monumento. À vista disso, o reconhecimento deste fato leva a clareza de que não existe um documento objetivo, inócuo, uma vez que se trata de “um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder”. Isto significa, que ele está repleto de intencionalidades, de “verdades” e desvios, logo, é responsável por “cristalizar” os fatos históricos a partir da subjetividade e/ou interesses de quem produziu.

Portanto, é através dos documentos que o historiador reelabora o passado, perseguindo as intenções daqueles que num dado momento timbraram em palavras um dado fato histórico. Assim, pensar o jornal *Nós Por Exemplo* enquanto um documento-monumento é realizar não apenas a escolha de discursos, mas extrair um conjunto de dados do passado, atribuindo-lhes um valor de testemunhos na mesma medida em que se aplica sobre ele uma crítica, como ensinou Jacques Le Goff (1994).

Jacques Le Goff (1994), também ensina que as fontes históricas precisam ser analisadas, questionadas e problematizadas. Assim, se faz necessário repousar sobre as fontes, inquietações e perceber nelas seus silêncios, os não ditos ou mesmo aquilo que está por trás das palavras. É preciso perceber suas intenções. Quem o produziu, o fez com uma finalidade específica. São nos documentos que encontramos os discursos que nos levam até o passado. Não ao real, mas a um real construído pela imaginação de quem o lê.

Michel de Certeau (1982, p. 82) nos adverte, que “enquanto a pesquisa é interminável, o texto deve ter um fim, e esta estrutura de parada chega até a introdução, já organizada pelo dever de terminar”. Desse modo, a escolha do ano de 1992 deu se por ser o ano da publicação da primeira edição do jornal *Nós Por Exemplo*, e para ponto de chegada, o ano de 1995, por se tratar da publicação de sua última edição. Ressalto ainda, que a escolha desse recorte não se restringe apenas pelo fato da publicação, mas porque nas edições o tema da Aids fora tratado em suas páginas da primeira à última edição do periódico.

O que estamos propondo é, portando, uma leitura do *arquivo* - o jornal *Nós por Exemplo* -, conforme propõe Michel Foucault em “A Arqueologia do Saber” ([1969] 2010). Por *arquivo*, todavia não entendo o amontoado de textos “sob a poeira das bibliotecas, dormindo um sono para o qual não deixaram de deslizar desde que foram pronunciados, desde que foram esquecidos, e desde que seu efeito visível se perdeu no tempo” (FOUCAULT, [1969] 2010, p. 139). Ademais, não iremos despertá-los de seu sono

[...] para reencontrar, encantando as marcas ainda legíveis em sua superfície, o clarão de seu nascimento; trata-se, ao contrário, de segui-los ao longo de seu sono, ou, antes, de levantar os temas relacionados ao sono, ao esquecimento, à origem perdida, e de procurar que modo de existência pode caracterizar os enunciados, independentemente de sua enunciação, na espessura do tempo em que subsistem, em que se conservaram, em que são reativados, e utilizados, em que são, também, mas não por uma destinação originária, esquecidos e até mesmo, eventualmente, destruídos” (FOUCAULT, [1969] 2010, p. 139-140).

Logo, a produção de enunciados estaria mais ou menos definida pela existência de um *arquivo*. Para Michel Foucault ([1969] 2010, p. 147) o *arquivo* se trata do “jogo das regras que, numa cultura, determinam o aparecimento e o desaparecimento de enunciados, sua permanência e seu apagamento, sua existência paradoxal de acontecimentos e de coisas” (REVEL, 2005, p. 18, grifos do original); é:

[...] o conjunto dos discursos efetivamente pronunciados numa época dada e que continuam a existir através da história. Fazer a arqueologia dessa massa documentária é buscar compreender as suas regras, suas práticas, suas condições e seu funcionamento. Para Foucault, isso implica, antes de tudo, um trabalho de recuperação do arquivo geral da época escolhida, isto é, de todos os traços discursivos susceptíveis de permitir a reconstituição do conjunto das regras que, num momento dado, definem ao mesmo tempo os limites e as formas da dizibilidade, da conservação, da memória, da reativação e da apropriação. (REVEL, 2005, 18-19).

Nas palavras de Sargentini (2006, p. 41), o arquivo é, portanto, “um modo de acompanhar as práticas discursivas de uma sociedade”. No que se refere aos limites e às formas de dizibilidade, teríamos o primeiro passo de nossa pesquisa: o aparecimento da Aids no Brasil, mais precisamente ao material produzido entre o ano de 1981 a 1991: “de que é possível falar? O que foi construído como domínio do discurso?” (FOUCAULT, [1968] 2010, p. 10). É esse o ponto de partida para uma aventura histórica: o modo como a doença foi discursivizada nas tramas de uma sociedade conservadora, o modo como foram criadas as representações, as metáforas, a estigmatização e as generalizações neo-higienistas de uma doença vista como uma “peste gay”.

Como continuidade *os limites e as formas de conservação e memória* no momento que se inicia em 1992, com a publicação da primeira edição do periódico. Sobre *os limites e as formas de conservação*, questionamo-nos:

[...] quais são os enunciados destinados a passar sem vestígio? Quais os que são destinados, ao contrário, a entrar na memória dos homens? Quais os que são reprimidos e censurados?” Sobre os limites e as formas de memória: “que tipo de relações são estabelecidas entre os sistemas dos enunciados presentes e o corpus dos enunciados passados? (FOUCAULT, [1968] 2010, p. 10).

Nesse segundo momento da pesquisa, então, buscaremos o modo como as memórias anteriormente sobre a doença são *conservadas* ou *descartadas*, isto é, o modo como a década de 1990, irá estruturá-las, alojando-as na então imagem de uma doença de grupos de riscos para a noção de uma doença ao qual todos estão expostos. Aqui, “interessa-nos o modo como essas memórias serão eleitas enquanto passíveis de combate, outras como passíveis de manutenção e outras, enfim, como passíveis de esquecimento” (BRAGA, 2013, p. 14).

Por fim, interessa-nos, a partir de 1992, com o surgimento do jornal *Nós por Exemplo*, analisar os discursos médico-educativos publicados no periódico, que informaram e educaram os leitores, pluralizando e multiplicando as notícias sobre o cuidado do corpo e combatendo a propagação da doença. Deste modo, o objetivo nesse último passo dessa pesquisa proposta é analisar *os limites e as formas de reativação*: “entre os discursos das épocas anteriores ou das culturas estrangeiras, quais são os que retemos, que valorizamos, que importamos, que tentamos reconstituir?”; e, ainda, *os limites e as formas de apropriação*: “quais indivíduos, quais grupos, têm acesso a tal tipo de discurso?” (FOUCAULT, [1968] 2010, p. 10). À vista disso, após analisarmos o surgimento da Aids no Brasil na década de 1980 – num primeiro momento – e de como a década de 1990 irá acomodar a imagem da doença num momento de transição de décadas, interessa-nos, por fim, analisar como os homossexuais masculinos se organizaram na luta contra a Aids, buscando perceber como foi a sua atuação nesse enfrentamento e discutiremos os interesses de um periódico criado por e para homossexuais levando em consideração a promoção da vida como norma biopolítica.

Para tanto, após uma rápida apresentação do tema e dos caminhos percorridos para desenvolvimento dessa pesquisa, passamos a apresentar como organizamos essa dissertação. No *primeiro capítulo*, problematizo o periódico *Nós Por Exemplo*, a partir de seus interesses educativos. Apresento o jornal levando em consideração o público que ele é criado e endereçado. Nesse sentido, o primeiro tópico se dedica a entender o jornal em tela por meio de seus interesses e vinculações. Trata-se de um momento de pensar o jornal enquanto um impresso responsável por educar sexualmente um determinado público. No segundo tópico, discuto a história dos homossexuais a partir das histórias contadas no *Nós Por Exemplo*. Por fim, o terceiro tópico é dedicado a entender a história da Aids enquanto uma enfermidade e suas formas de estigmatizar enquanto uma “peste gay”, nele realizamos um debate sobre aids, estigma e o cuidado de si.

O *segundo capítulo* é dedicado a entender o modelo de cuidado dedicado ao corpo veiculado no jornal *Nós Por Exemplo. Nós Por Exemplo*. Para tanto, mergulhamos nas orientações de prevenção contidas no impresso, como por exemplo o “use camisinha” ou a “Pedagogia da Aids, discuto também os preconceitos, as discriminações e os estigmas ou as penitências sofridas por portadores de HIV através dos depoimentos de pessoas que perderam seus companheiros, amigos e pacientes (no caso da médica Márcia Rachid), para a Aids.

No *terceiro capítulo*, problematizo os discursos da médica Márcia Rachid e as suas contribuições médico-discursivas no combate a Aids. Soma-se a isso, as sensibilidades em esperança, amor e de amizade contidas no jornal sobre o desejo da cura para uma doença que ceifou a vida de muitos gays na década de 1990 a partir das entrevistas a João Silvério Trevisan, Lucinha Araújo, Renato Russo e Ney Matogrosso publicadas no impresso.

Assim, fazer história, como diria Azemar Soares Júnior (2011, p. 26) é também contribuir para uma história da sensibilidade, marcada por metáforas, por histórias de vida, por superações. A história me forneceu todo um suporte teórico-metodológico para compor o meu ofício de historiador, que “como cozinheiro do tempo, buscarei trazer para nossos lábios a possibilidade de experimentarmos, mesmo que diferencialmente, os sabores, saberes e odores de outras gentes, de outros lugares, de outras formas de vida social e cultural” (ALBUQUERQUE JR., 2019, p. 32). Ademais, “não há como escrever história sem soltar a imaginação e deixar as metáforas da sensibilidade produzirem a escrita” (SOARES JÚNIOR, 2011, p. 26). Organizamos essa dissertação no campo da história da sensibilidade, a qual passamos a apresentar a partir de agora.

Capítulo I

“Uma publicação gay com algum conteúdo de relevância extraerótica”: o jornal *Nós Por Exemplo*

“[...] Ah! Quão lindos os sonhos
Ainda que só utopias devaneios de uma vida
Símbolos de uma era quantas coisas são ditas
Números divulgados, paliativos diversos
Os mortos são um legado.
Inventaram várias origens das causas as mais estranhas
Promiscuidade, símios e das raças suas entranhas
Não nutrindo preconceitos atinge sem piedade
Desabrochando os sentimentos em todas as variedades.
Os moralistas se armam na retórica das fanatizadas
Perolas do espírito nobre, o humor negro é disputado
Amar não é perversão. Prazer não é pecado.
Com HIV não se brinca, é preciso ter cuidado.
Novos valores surdem, ser o todo e o anda
Os solidários se unem. A palavra foi resgatada
Os falastrões que se cuidem, as máscaras estão rasgadas
O sonho é sempre vivo, o cuidado é com a jornada”.

(Altair Alves dos Santos, nov. 1994)

1.1 O rosa-rubro-lilás-alaranjado ou os discursos de um impresso gay: o jornal *Nós Por Exemplo*

Era segunda-feira de um “[...] tempo sombrio e aidético”, como publicou o jornal *Nós Por Exemplo* na sua edição do mês de maio de 1992. Ao sair perambulando pelas ruas do Rio de Janeiro, talvez tentando não “dar pinta”, talvez lembrando de mais um amigo que perdera para *a mais justas das saias*⁹, ou, quem sabe, recordando o rapaz que paquerava na parada de ônibus e nunca mais apareceu, acabou por encontrar algo inesperado na banca de revistas. Eis que o jovem Paulo Corrêa, movido pela surpresa de encontrar naquele jornaleiro, um periódico em dimensões físicas pequenas, e que em sua fisionomia apresentava poucas cores e projeto gráfico simples, mas extremamente sedutor devido ao conteúdo que trazia em suas páginas. Paulo, provavelmente fez uma rápida leitura do enunciado, e entendeu que aquele texto deveria ser compartilhado. Talvez, por isso, tenha escrito: “[...] espero que esse [corpo] não seja exemplo de nada, mas sim vozes vivas de vida, enriquecendo assim o ‘dia’ do homossexual para que ele seja inteiro e não ‘metade’” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 3). Com poucos dias, o sucesso deste corpo chamado jornal *Nós Por Exemplo* foi crescente. Metáfora de um novelo de emoções alinhavado em frases e imagens.

O impresso foi definido por si como “[...] ‘mais um jornal’ [que] fica e se encerra apenas na expressão gramatical, porque este é, além de único (e por isso já merece o nosso respeito), uma aula de fraternidade e liberdade” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 3). Uma ordem discursiva responsável por apresentar aos leitores a possibilidade de circular saberes responsáveis por gestar conceitos que poderiam servir a vida em sociedade e permitir o respeito, o direito e a alteridade.

Desde o verão de 1991, este jornal passou a circular nas ruas do Rio de Janeiro. Ele não foi o primeiro, mas suas páginas traziam conforto e solidariedade a um público historicamente estigmatizado. Sensibilidades eram representadas por palavras como cumplicidade, esperança, desejo, além de criar possibilidades para uma hermenêutica do sujeito. Através das poucas cores pinceladas em suas páginas, buscava o impresso “dar cor à verdade” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 2). Ainda sobre o periódico,

⁹ Crônica do autor Caio Fernando Abreu publicada n’*O Estado de S. Paulo*, em 25 de março de 1987, no qual o autor faz referência a Aids.

algumas definições da escolha de suas cores por parte de seus autores apareciam como justificativas das escolhas, lhes atribuindo um sentido:

[...] o rosa de Jaqueline Muniz, o rubro de Perlonger, tingiram nossos receios, o azul, tão azul de Herbert Blue, pintou os corações, matrizes lilases de Parker, a cor-de-vinho-rascante de Longo, ou mesmo o alaranjado deboche de Larvie, adeririam aos nossos dias uma pintura à têmpera que, esperamos, saibamos admirar” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 2).

Este corpo, foi alvo de especulação, de disputas e de amizades. Transitava de mão em mão, ora adquirido, ora emprestado por aqueles envergonhados ou impossibilitados de ir adquiri-lo diretamente nas bancas de jornais e revistas. A leitura de seu conteúdo abria a possibilidade de se discutir melhor vários aspectos ligados a Aids e, à assuntos até então silenciados.

Seu diferencial estava não apenas na variedade de temas ali contidos, mas na seriedade em procurar informar o homossexual sobre saúde e prevenção, mas também cultura, arte e entretenimento através de discursos sensíveis. Era a força, o conforto necessário e o preenchimento de uma lacuna afetiva sofrida por muitos homossexuais, uma vez que com a elevação do estigma decorrente do advento da Aids e o processo de aceitação da sexualidade, complicavam-se à medida que um dos postulados colocados contra as homossexualidades, era a de que estava sofrendo um castigo divino por serem desviantes dos ditos “bons costumes”. E assim, este jornal agradou a uma parcela do público a qual era endereçado, não deixou de despertar os mais afetos daqueles que condenavam aquela ousadia.

Tratava-se de um jornal cheio de textos, fotografias e propagandas que convidavam os seus leitores à educação sexual, à ação, à aceitação de si, à ideia de que seus desejos pudessem ser externados sem culpas. Textos e fotos persuadiam seus leitores sem meias palavras a “assumir-se” e a “cuidar-se”. No início daqueles anos 1990, este corpo de gestos singulares, surgiu com o desejo de escrever mais um capítulo da história da imprensa gay e da homossexualidade no Brasil, mas não o de “[...] fincar no preconceito [da sociedade] a bandeira da homossexualidade, nem tentar iniciar um movimento de organização dos grupos homossexuais” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1991), fazendo com que “[...] o homossexual brasileiro [fosse] respeitado” e deixando claro que para isso acontecer “[...] a busca do conhecimento [era] indispensável” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1991).

O jornal *Nós Por Exemplo*, foi um periódico produzido e publicado por homossexuais do Núcleo de Orientação em Saúde Social (NOSS), uma organização não governamental que desenvolvia trabalhos nas áreas da saúde e de direitos humanos com ênfase em trabalhos de prevenção à Aids e as outras doenças sexualmente transmissíveis em áreas de prostituição, em presídios etc., cuja circulação iniciou-se em dezembro de 1991. O NOSS possuía diversos projetos de prevenção à Aids junto a grupos específicos tais como o “Programa de Pegação” que funcionava como uma espécie de prevenção junto a rapazes que se prostituíam, o “Programa Tereza” responsável pela prevenção nas unidades carcerárias da cidade do Rio de Janeiro e o jornal “Nós Por Exemplo”, que “[...] além de veicular informações de interesse para seu público alvo (a comunidade homossexual do Rio e de São Paulo), [incluía] em suas páginas artigos e opiniões de profissionais qualificados a discutirem questão da Aids” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992). O jornal, inicialmente foi “[...] vendido nos lugares gays do Rio de Janeiro e de São Paulo ou em algumas bancas de jornais no centro da cidade do Rio de Janeiro” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992).

Com apenas dois editores – inicialmente Sylvio de Oliveira (Designer gráfico) e Paulo Henrique Longo (Psicólogo) -, e mais adiante contando com a colaboração de Sérgio Barcelos, a edição inicial¹⁰ em formato de tabloide e imprensa em papel *offset*, contava com dezesseis páginas e uma tiragem inicial de cinco mil exemplares, trazendo consigo seções variadas. Para melhor apresentá-las, organizei as informações no quadro abaixo:

Quadro I – Seções do jornal Nós Por Exemplo

SEÇÃO	DESCRIÇÃO
Cartas	Espaço destinado a publicação das correspondências dos leitores enviadas a sede do jornal.
Lá Fora	Ambiente destinado a divulgar aspectos da sociabilidade gay fora do Rio de Janeiro.
Nós Mulheres e Nós Homens	Traziam informações para lésbicas e gays na intenção em ganhar a atenção de ambos os grupos.
Aids	Cumpria o ritual de informar e alertar os leitores através de artigos sobre o assunto e as práticas educativas relacionadas a doença.

¹⁰ O acervo do jornal a qual tivemos acesso não constava o primeiro exemplar. Assim, as informações que apresentamos foi extraída da tese de Jorge Caê Rodrigues intitulada “Impressões de identidade: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil”.

Entre Nós	Apresentava entrevistas com homossexuais famosos.
Informes	Lugar reservado para notícias diversas e utilidade pública.
Opinião	Inscrição contendo a opinião do periódico sobre os mais variados temas.
Rumos	Narrava as novidades do mundo gay.
Arte	Local contendo informações sobre filmes, peças de teatro, lançamento de obras literárias, espaço para trechos de livros ou poemas.
Roteiro	Seção que divulgava locais de sociabilidades no Brasil.

Fonte: Quadro elaborado pelo autor a partir das informações contidas em Jorge Caê Rodrigues (2007).

Na segunda edição do jornal, a seção *Lá fora* apresentou “[...] a homossexualidade da República Dominicana” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992). Durante a curta existência do impresso, esta seção, com a exceção das edições vinte um e vinte quatro, esteve presente no jornal, passando por uma alteração em seu nome a partir da edição de número dez, que passou a ser chamada de “Out Rio”. Ao longo de vinte e duas edições quem trouxeram a sociabilidade gay fora da cidade do Rio de Janeiro, o jornal levou seus leitores a atravessarem o atlântico em direção a Tailândia, passando por Londres, Dinamarca e Grécia, sempre buscando informar aos leitores e possíveis turistas, onde encontrar com segurança uma boa diversão.

Apesar de ser um impresso voltado quase por inteiro para homossexuais masculinos, as discussões do universo lésbico também foram contempladas nas páginas do jornal. A seção *Nós Mulheres*, presente nas vinte e quatro edições do jornal, trouxe discursões como “[...] os novos caminhos para a homossexualidade feminina” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992), “[...] como a homossexualidade feminina era interpretada” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1991) e “[...] o amor entre as mulheres” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994). Se a centralidade deste corpo era dedicada ao universo gay masculino, se faz necessários destacarmos a presença não menos importante das ações da militância lésbica que de uma forma ou de outra se beneficiaram com essa abertura midiática proporcionada pelo periódico.

A seção *Nós Homens*, presente nas onze edições iniciais do jornal, trouxe diversos temas em discursão no momento, como a temática dos “[...] banheiros públicos e o risco para infecção pelo HIV” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992). Em matéria assinada por Sylvio de Oliveira¹¹, foi revelado que em uma “[...] pesquisa informal com grupo de gays,

¹¹ Sylvio de Oliveira era educador social de projetos de prevenção à AIDS/DST no Rio de Janeiro.

michês e alguns bissexuais”, constatou-se “[...] que a masturbação a dois [era] ato mais praticado nos banheiros públicos” do Rio de Janeiro. Sylvio, indagou aos seus leitores na matéria da seguinte forma: “[...] visto que a masturbação a dois é uma prática de sexo extremamente segura, como podemos chamar de promíscuos os indivíduos que as praticam (e às vezes só as praticam)?” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992). A matéria informava aos leitores a existência de “[...] inúmeros banheiros onde a pegação rola e, quase todos, com características idênticas e ‘seguras’” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992). Por fim, a matéria afirmava que “[...] se ter práticas de sexo seguro significa amor pela vida e pela saúde, punheteiros, uni-vos! Sua promiscuidade está muito aquém da hipocrisia e do preconceito” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992). Esta seção é a que vai dar mais espaço para as discussões sobre o comportamento sexual gay dos anos 1990, mas não só ela, as seções *Reportagem*, *Opinião* e *Rumos* também trouxeram em várias edições assuntos relacionados a temática.

A seção *Aids*, espaço que justifica o jornal, informou aos leitores ao longo das vinte e quatro edições do *Nós Por Exemplo*, através de discursos pedagógicos acerca da doença buscando desenvolver em seus leitores um cuidado de si. Sylvio de Oliveira (2005), revelou que o jornal só existiu porque existia a doença, e, que a preocupação dos editores do jornal era em não conseguir alcançar o público que desejava. Uma preocupação oportuna, tendo em vista que a doença, apesar de ser o assunto do momento, nas décadas de 1980 e 1990, era difícil de ser tratada sem ter seu entendimento empanado por discursos moralistas e preconceituosos. Contendo informações sobre conferências nacionais e internacionais sobre a doença, o uso correto da camisinha, os mitos sobre o sexo oral, a cidadania e a sexualidade, esta seção, através de seus discursos sensíveis, proporcionou aos seus leitores o conforto e a força necessária para um melhor entendimento sobre os variados aspectos ligados a doença. As discussões sobre a temática da Aids que o *Nós Por Exemplo* trouxe se deram antes da chegada dos retrovirais, ou seja, dos remédios que proporcionam uma considerável melhoria na vida das pessoas vivendo com HIV/Aids.

Como aumento crescente de cartas de seus leitores recebidas pelo jornal com “[...] questões relacionadas a Aids”, em que “[...] cerca de 70% das cartas traziam perguntas básicas no que diz respeito à prevenção da Aids” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993), na oitava edição do impresso, chegava aos seus assinantes e as bancas de jornais apresentando em seu editorial a informação ao seu leitor de que em virtude dessa demanda que se apresentava ao jornal e, em meio a “[...] desinformação geral, sem campanhas

efetivas por parte do Governo Federal e as com as Organizações Não Governamentais (ONGs) não conseguindo atingir um número satisfatório de pessoas” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993). A partir daquela edição, estava criado o encarte *Agaivê-Hoje*. Numa tentativa, segundo o próprio periódico, “[...] de ao menos para a comunidade gay serem passadas informações corretas a respeito da síndrome” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993). Com artigos e reportagens de interesses de todos, o *Agaivê-Hoje*, trazia endereços úteis, entrevistas e orientações preventivas sobre a epidemia de Aids que assolava o país desde os anos iniciais da década de 1980. Segundo o editorial, esperava-se “[...] que o encarte [fosse] do agrado de todos e, que com a mesma atenção que sempre foi dada ao *Nós Por Exemplo*” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993), também fosse dada ao encarte *Agaivê-Hoje* com o envio de artigos por parte dos leitores. Para os editores “[...] iniciativas de apoio e informação ao próximo [serão] sempre a base da união de nossa comunidade” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993). O encarte manteve o critério de qualidade na escolha do papel no qual o jornal era impresso, bem como o seu projeto gráfico.

A seção *informes*, presente nas vinte e quatro edições do noticiário e que passou a se chamar “Babados” a partir da vigésima primeira edição, trazia temáticas sociais variadas para os leitores como: “Sexo seguro: Pode-se pegar Aids no sexo oral”, “Os cuidados com as DSTs”, “DST: o que é sífilis” e “Como fazer sexo seguro”. A partir da décima nona edição do impresso, a seção assumiu um aspecto de coluna social, reunindo informações de personalidades gays na cidade do Rio de Janeiro. Já na seção *Entre Nós*, presente em todas as edições do noticiário, era um espaço destinado a entrevistas de personalidades, destaques para entrevistas de Herbert Daniel, João Antônio Mascarenhas, a Dra. Marcia Rachid, Renato Russo, Ney Matogrosso e João Silvério Trevisan. Na seção *opinião*, que também acompanhou o jornal em todas as suas edições, trazia a opinião do jornal sobre os mais variados temas: “homossexualidade na adolescência”, “casamento gay”, “o gueto e o discurso do gueto” e “em defesa do ser homossexual”. Nos *Rumos*, que desaparece após a terceira edição do jornal, trazia novidades do mundo gay, como “Sadomasoquismo entre tapas e beijos” como uma “[...] alternativa válida na eterna busca do prazer”.

A seção *Arte*, que a partir da sétima edição passou a se chamar *Arte e cultura*, trazia em seus espaços trechos de livros ou poemas, como o conto *Serpente Divina* de Claudio Cutylada; indicações de leitura como “Almas Gêmeas (um romance de Luís Carlos Áustria de Andrade e Araújo que contava a inesquecível história de amor entre

dois homens)” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993); informações sobre concursos de poesias promovidos pela gazeta, a realização do concurso *Nós Por Exemplo*, que premiava as melhores discotecas, os melhores shows de teatro, melhores grupos gays, melhores trabalhos de prevenção à Aids etc.. Na seção *Roteiro*, que se fez presente em todas as suas vinte e quatro edições, publicavam-se as indicações aos seus leitores de locais de sociabilidade gay no Brasil, como bares, discotecas e saunas.

Em seus quatro primeiros números, o jornal contou com uma tiragem de cinco mil exemplares, chegando a dez mil a partir da quinta edição. Nas suas primeiras quatro edições, o jornal possuía dezesseis páginas, passando a contar com vinte páginas a partir da edição de número cinco. Nesta edição, o jornal passou a funcionar com serviço de assinaturas e a contar com o financiamento do então diretor de um dos maiores jornais gays americanos, Mr. Joseph Miller, que ficou impressionado com a qualidade do jornal, o que “[...] permitiu ao jornal aumentar a tiragem e levar o *Nós Por Exemplo* a outros estados” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992).

Como por exemplo o Amapá, conforme a seção carta do leitor, Alex Matos. Na carta, o leitor afirma que “[...] com muita satisfação tomou conhecimento [do] jornal e, a julgar pelo número cinco, os próximos terão qualidade somente a elogiar. Ainda na mesma carta, o leitor suscita uma dúvida em relação ao nome do jornal, segundo ele “[...] o [título] NÓS POR EXEMPLO mereceria uma vírgula, depois do pronome” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1992). Como resposta, o jornal afirmou que

[...] quando dizemos: ‘nós, por exemplo, estamos trabalhando’, a vírgula [seria] obrigatória, [mas] acontece que no título do nosso jornal, a palavra ‘por’ tem a função de conjunção, substituindo ‘como’, ‘enquanto’: Nós como exemplo, nós enquanto exemplo. Neste caso não se [usaria] a vírgula (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992).

Ao passo que o jornal foi se tornando conhecido entre seus leitores e assinantes não apenas nos grandes centros urbanos, mas também nos mais distantes rincões do Brasil, surgiram também a partir das edições três e nona do jornal, as seções *Memória e Movimento*. Esse espaço era “[...] dedicado a reproduções de artigos de publicações gays de outros tempos ou a resgatar aspectos da vida de personalidades famosas do mundo gay, que contribuíram para nossa arte e cultura” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992), por cinco edições o jornal *Nós Por Exemplo* reproduz artigos publicados do jornal *Lampião*

da Esquina, entre eles, “Os feitos do cronista João do Rio”¹², “Assumir-se por quê?”, “Pequeno roteiro gay do Rio de Janeiro” a “Carta aberta ao Sr. Karol Woitjila” e “Um roteiro turístico: os buracos do Rio”. Este último, sem autorização expressa do autor Antônio Carlos Moreira, fato que causou constrangimentos de ambas as partes, fazendo com que os editores do *Nós Por Exemplo* chegassem a cancelar a seção *Memória* no jornal a partir da décima quinta edição. No final das contas, os leitores saíram perdendo, tendo em vista que a seção proporcionava um requerer ao passado que só contribui para difundir ainda mais a cultura gay.

Um dos editores do jornal *Nós Por Exemplo*, o educador social Silvio de Oliveira (2005), em entrevista concedida ao pesquisador Jorge Caê Rodrigues (2007, p. 100) afirmou que

[...] existia uma preocupação em ser um jornal agradável, né? E que o público-alvo se identificasse com ele. Eu não sabia muito bem como fazer, apesar de conhecer bem o público-alvo. Mas não sabia como deveria ser um jornal ou um veículo de comunicação para esse público. Apesar de eu ser gay e ter feito jornalismo, eu não tinha a experiência. Porque o que eu tinha de conhecimento era o jornal *Lampião* que foi o antecessor do *Nós Por Exemplo*. Que primeiro eles não se diziam um jornal gay. Eles se diziam um jornal de minorias. Aliás, eles especificavam: gays, mulheres, negros, índios etc., etc. Então, não seria aquela cara. Eu queria uma coisa muito específica e a solução era buscar em jornais e publicações estrangeiras que eram extremamente bem elaborados caros etc. e tal. Então, a partir do que eu observei nessas publicações, eu tentei fazer uma coisa tupiniquim, barata.

Segundo Sylvio de Oliveira (2005), o público-alvo do jornal *Nós Por Exemplo* era sem dúvida nenhuma o público gay. Sylvio, que conhecia a imprensa gay carioca e, tinha conhecimento do *Lampião da Esquina*, afirmou que sua preocupação era o jornal ser agradável e que o público-alvo se identificasse como ele, embora reconhecesse que não sabia muito bem como fazer, apesar de conhecer o público-alvo do jornal. Como se observa, um dos editores do periódico, não se intimou em beber das fontes jornalísticas e demais publicações estrangeiras. E embora fosse possível ser adquirido a baixo custo, o *Nós Por Exemplo*, trouxe aos seus leitores aquilo que considero bons textos, conciliando com uma boa estética e com certa dose de erotismos.

A questão estética do jornal *Nós Por Exemplo* sempre fez parte das preocupações do Corpo Editorial. No editorial da segunda edição do jornal, foi apresentado aos seus leitores que “[...] de [sua] proposta inicial, a cada número uma cor diferente, [sobrou-lhe]

¹² Cronista homossexual e figura importante do cenário intelectual do Rio de Janeiro do início do século XX.

apenas a esperança traduzida na forma final do primeiro número e [que] está ainda passeia por entre [seus] desejos mais íntimos” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992), deixando claro que ainda não existia um projeto gráfico definido até então.

O texto do editorial prosseguiu afirmando que “[...] não, amigos, não empalidecemos. Chegamos ao 2º número [com a] neutralidade dos tons: nem cores quentes, nem cores frias. Apenas preto no branco. [com a] ausência de cor[es] e o conjunto de todas elas” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992). Com o passar do tempo o jornal assumiu um *design* formal, refletindo a seriedade dos seus artigos, todavia diversas alterações em seu formato gráfico foram surgindo.

Na sexta edição, de caráter comemorativo de seu primeiro aniversário, o impresso escreveu em seu editorial que “não [adiantava produzir] um jornal bonito, com bom conteúdo, com fotos lindas, em excelente papel, se não [houvesse] um público interessado em lê-lo” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993). Esta preocupação com o projeto gráfico do jornal pode ser entendida, a priori, porque um dos editores do jornal, o Sr. Sylvio de Oliveira, era designer gráfico; segundo, porque não existia impresso gráfico sem *designer*, talvez a falta de conhecimento com as novas técnicas de computação gráfica ou mesmo a falta de recursos financeiros fizeram com que as primeiras edições desse corpo, caracterizassem por serem híbridas, sem um rosto, sem uma identidade. O que foi logo superado, pois uma das características do *Nós Por Exemplo* foi o cuidado com a sua apresentação visual. Vejamos a capa da segunda edição do jornal:

Imagem I - Capa da segunda edição do jornal Nós Por Exemplo

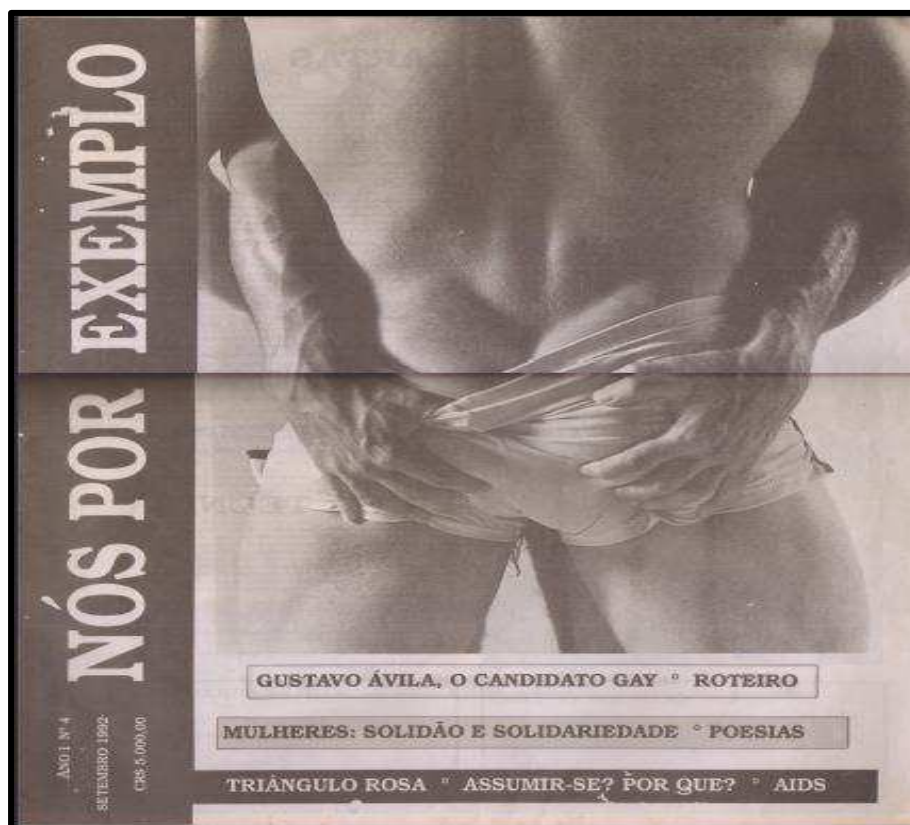


Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1992).

Na imagem acima, podemos observar um dos aspectos mais interessantes da capa do *Nós Por Exemplo*: a representação gráfica de seu nome, traduzida em seu logotipo posicionado a esquerda de baixo para cima. A expressão “NÓS POR EXEMPLO” fazia referência ao título da canção “*Nós, por exemplo*” do disco *Doces Bárbaros* do compositor e cantor Gilbert Gil. Todavia, diferente do título da canção, o nome do jornal não incluía vírgula entre o pronome e a preposição. Ele era grafado em fonte bastão e sombreada de forma irregular, na cor preta nas duas primeiras edições. Esta representação, assim como todo o cabeçalho, sofreu pequenas mudanças até o final de vida do jornal. A capa da segunda edição do jornal, estampava uma grande foto de um modelo masculino seminu, chegando a ocupar $\frac{3}{4}$ de seu espaço gráfico. Abaixo dela, contém retângulos reticulados com três formas de sombreadamento, com três chamadas de capa: “Michês: Vida Fácil?”, “Entre Nós: Margarida, o Juiz”, “Roteiro Gay: Rio e Sampa”, o uso de fotografias tanto nas capas, como em seu corpo, será uma das marcas do jornal *Nós Por Exemplo*.

Vejamos mais uma de suas capas:

Imagem II - Capa da quarta edição do jornal Nós Por Exemplo



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1992).

Do ponto de vista gráfico, na capa da quarta edição, como podemos ver acima, visualizamos uma mudança que considero significativa: o logotipo. Embora ainda posicionado verticalmente no lado esquerdo da página, o título do jornal apareceu escrito com uma nova tipografia. Dessa vez, desenhado de forma regular através de uma letra branca, sendo contornado por um sombreamento verde. Outra mudança ocorrida, foi a diminuição dos retângulos reticulados com as chamadas da capa em três níveis de sombreamento também presentes nas capas anteriores, fato que abriu possibilidade para o aumento dos tamanhos das fotos de modelos masculinos nus nas capas, que passaram ocupar a partir dessa edição, a quase totalidade delas. No interior de seu corpo, a grande mudança foi o desaparecimento de fios tipográficos na construção dos nomes de cada seção, e a utilização de uma padronização da fonte tipográfica, que passou a ser constante nas seções, bem como a ampliação do uso de fotografias, além de apresentar uma diagramação que realçava com a clareza e a sua funcionalidade. Vejamos as imagens abaixo:

Imagem III – Seção La Fora nas 2ª e 4ª edições do Nós Por Exemplo

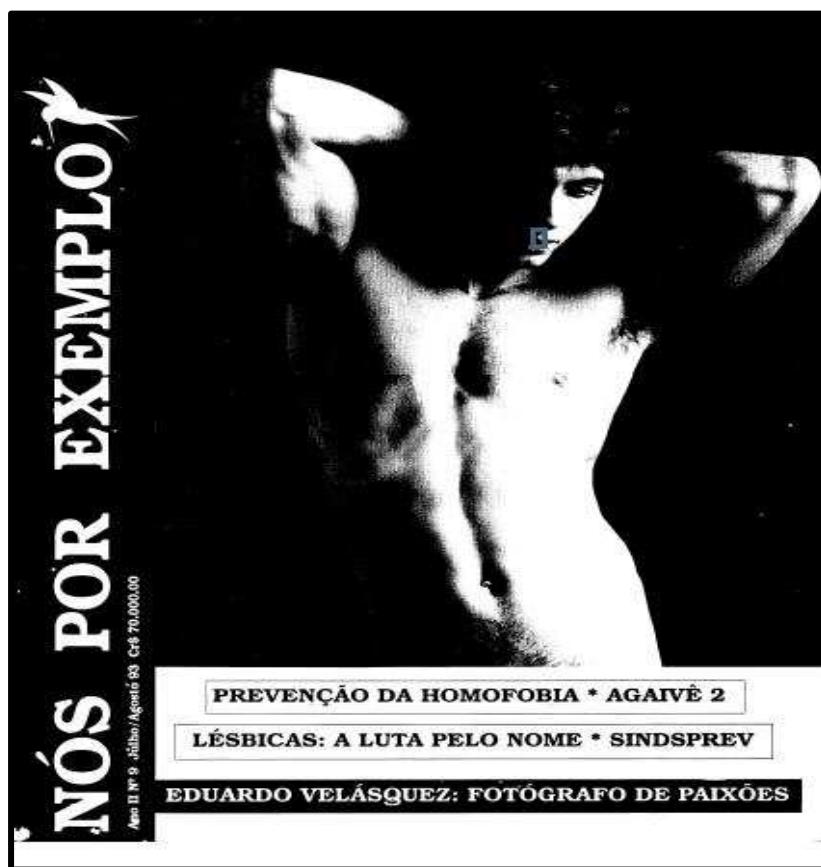


Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1992).

Como podemos observar nas imagens acima, o uso da fotografia tem um papel muito importante no desenvolvimento do jornal. Michael Twyman (1982), definiu o elemento linguagem como sendo a relação entre o conteúdo da informação e a sua representação visual, levando em consideração o usuário e as circunstâncias de uso desta mensagem. O autor chamou atenção para a importância de se valorizar a forma de apresentação para destacar o conteúdo do texto. Esta preocupação é percebida nas páginas do jornal *Nós Por Exemplo*, que apesar dos textos longos e didáticos, o impresso passou a partir da sua quarta edição, a ser recheado de fotografias, fato que lhe auferiu mais coerência não só com as suas propostas, mas também, com a apresentação visual gráfica das páginas, proporcionando ao leitor uma linguagem que favorecia a comunicação feita através da linguagem verbal. Na imagem acima, podemos visualizar um modelo masculino musculoso despido, com o pênis semiereto e diversas ornamentações ao seu lado que o remete a Grécia – escolhida pelos deuses, terra das olimpíadas e, do culto ao físico. Um “verdadeiro” deus grego, só que muito mais concreto e palpável que os da mitologia, como considerou a publicação.

De acordo com Roland Barthes (1993, p. 132), a imagem é certamente mais imperativa do que a escrita, impõe a significação de uma só vez, sem analisá-la, sem dispersá-la. A imagem transforma-se numa escrita a partir do momento em que é significativa. O jornal, ao fazer uso das imagens, aproveitou-se de sua potencialidade para construir sua identidade visual. As capas por exemplo, se caracterizaram por estamparem imagens sensuais, algumas próximas do erótico, de modelos masculinos nus, tornando-se a cara do jornal. Na maioria delas, os modelos encontram-se sozinhos e na posição frontal. Na edição de número seis, o modelo está de costas e, apenas nas edições quatro e vinte as imagens da capa do jornal são de casais masculinos em poses eróticas. Em dois números – quinze e dezoito -, os modelos de capa deram lugar a personalidades caras às causas e questões do jornal. Uma foi o cantor Ney Matogrosso na edição de número quinze e outra foi a doutora Marcia Rachid, ambos fotografados por Eduardo Velásquez¹³.

Imagem IV – Capa da nona edição do jornal *Nós Por Exemplo*



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1993).

¹³ Pintor e fotógrafo que contribuiu com o jornal *Nós Por Exemplo* a partir da nona edição do jornal, fotografando modelos masculinos e recheando de fotografias todo o corpo do jornal.

Como podemos observar na imagem quatro, a capa da nona edição do periódico, apresentou a imagem de um modelo masculino parcialmente nu, fotografado por Eduardo Velásquez. Esta imagem possui como elemento de destaque: a forte sensualidade provocada não só pela pose fotográfica do modelo, mas também pela hábil técnica do fotógrafo utilizando sempre da luz para compor a dose certa de erotismo das fotos, todas sempre em preto e branco. Esta foto foi o início do trabalho de Eduardo Velásquez, que a partir dessa edição se propôs a fazer as fotografias para o jornal, não só das capas, mas também de todas as fotos que recheavam o interior de seu corpo.

As fotos de Eduardo Velásquez distribuídas por todo o jornal, inclusive no encarte *Agaiê-Hoje*, conforme aponta o autor Jorge Caê Rodrigues (2007, p. 110), “colocavam o leitor numa posição de fruidor e de voyeur”. Pois, segundo o autor, ao trabalhar com modelos brasileiros, alguns deles oriundos do próprio NOSS e outros que frequentavam as saunas do Rio, estabeleciam com o leitor do jornal uma certa cumplicidade. Além disso, as imagens dos modelos serviam também, de certa forma, para aliviar o estado de tensão provocado pela Aids, que naquele tempo era trágica. De forma inconsciente, as imagens publicadas no jornal, serviam como propaganda, uma imagem de saúde, já que o jornal falava tanto de doença. As imagens dos modelos não só embelezaram suas páginas, como também “legitimaram de alguma forma no universo gay, o direito à descontração da fruição de imagens eróticas/sensuais, como há muito se vê no mundo heterossexual” (RODRIGUES, 2007, p. 110). Os retratos “levam a representação para além da própria imagem, destinados a serem lidos não apenas como a identidade do modelo, como registro histórico ou privado, mas também como símbolo do que aquela pessoa significava: autoridade, amor, amizade” (MANGUEL, 2001, p. 149).

Outro ponto importante na mudança visual do jornal a partir da nona edição, além das fotos, foi o nascimento de um símbolo: o beija-flor. De forma geral, os impressos não possuem um símbolo. Eles possuem apenas a logotipo, ou melhor, a representação gráfica de um nome através de uma fonte tipográfica. Esta fonte pode ser gestada manualmente ou a partir de um alfabeto já existente. Jorge Caê Rodrigues (2007, p. 110), aponta que “tanto na grande imprensa, quanto na imprensa nanica dos anos 1970, os símbolos não existiam, com exceção do jornal *Lampião da Esquina*¹⁴”. O símbolo juntamente com o logotipo, são elementos essenciais na constituição da identidade visual de um produto. O

¹⁴ O *Lampião da Esquina* foi um jornal voltado para o público homossexual brasileiro que circulou durante os anos de 1978 e 1981 (Cf. Rodrigues 2007).

beija-flor, símbolo do *Nós Por Exemplo*, surgiu por acaso (Cf. SYLVIO, 2015), melhor dizendo, não fez parte da construção do projeto gráfico inicial do jornal. A incorporação desse símbolo ao jornal, acabou tornando-se um fator importante para o projeto visual do impresso, a identidade do jornal.

O editorial da décima edição do *Nós Por Exemplo* mais uma vez anuncia um novo projeto gráfico para sua exibição, com as seguintes palavras “Boas novas! Várias novidades apresentadas neste número do jornal. A primeira delas, vocês já devem ter reparado: mudamos o visual não só da capa como do formato e das páginas internas” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993). O novo projeto alterou as fontes tipográficas das seções, trazendo ora uma letra manuscrita, ora letras no formato bastão, ora no formato *outline*, o que gerou uma incoerência nas fontes tipográficas. Percebe-se então uma precipitação na vontade de mudar. O que continuaram sem alterações foram as fotos, cada vez maiores. As fotos da capa do jornal assumem a partir dessa edição todo o espaço gráfico, as chamadas dos retângulos reticulados e tem seu tamanho diminuído e, passam a serem posicionadas sobre as fotos. Este novo layout do jornal permaneceu até a décima terceira edição.

A partir deste número, o jornal foi sofrendo pequenas alterações em seu projeto gráfico, que não acrescentam muita coisa. Todavia, na edição de número dezessete, a cara do jornal foi mais uma vez alterada. A logotipo, que durante todo este tempo esteve de formal vertical no lado esquerdo do jornal, passou a ocupar a parte superior esquerda da página. A fonte tipográfica serifada foi substituída por uma fonte do tipo bastão, e o nome “Nós Por Exemplo” foi dividido em duas linhas. As chamadas foram reposicionadas, desta vez em um retângulo à direita da foto, que continuou sendo o elemento mais forte da capa. O tão delicado beija-flor, permaneceu como símbolo. Se o acaso contribuiu para o sucesso do beija-flor como símbolo, o mesmo não pode ser dito para as novas mudanças.

Na edição seguinte, de número dezoito, o logotipo do jornal mais uma vez sofreu mudanças. Desta vez, as palavras foram agrupadas para reforçar as letras iniciais do jornal “N”, “P” e “E”. Procurando uma fonte tipográfica mais adequada. O novo projeto utilizou uma fonte cujos contraste entre as hastes das letras tornam-se bem marcantes e as serifas nas letras fossem lineares. Nas próximas edições, o logotipo do jornal assumiu uma nova forma, mudando por completo na última edição. Na tentativa de adaptar-se as mudanças, o jornal tornou-se uma revista, naquela que seria a sua última edição, a vinte e quatro. Segundo Sylvio (2005), o jornal cresceu, mas não economicamente, tornando-o inviável.

É como se a cada duas edições fosse testado um novo projeto gráfico para o jornal, ou essa dinâmica de mudanças estaria indiciando os desdobramentos do universo de seu público. Na edição de número onze, o *Nós Por Exemplo* em seu editorial publicou o resultado de um questionário, correspondente a uma pesquisa de opinião, que tinha como objetivo conhecer melhor os seus leitores e aprimorar os trabalhos do impresso. Na pesquisa, o resultado mostrou que 87% dos leitores do jornal eram do sexo masculino, que 66% tinham o ensino superior completo e que 38% dos leitores participavam de algum grupo gay/lésbica. Estes leitores, apontaram as seções *Entre Nós* e o encarte *Agaiivê-Hoje* como sendo as preferidas e a seção *Informes* como sendo a menos importante. O projeto gráfico do jornal foi elogiado pela maioria dos leitores, principalmente o alto nível das fotos do fotógrafo Eduardo Velásquez, dizendo que eram fundamentais para a beleza das edições. A partir desta pesquisa, o jornal reforçou que continuará fiel a seus propósitos: falar da homossexualidade para homossexuais e participar da luta contra a Aids, levando informações corretas sobre a doença, e que “[...] não [pretendia] adotar uma linha pornográfica – embora [vendesse] muito mais” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993).

Falas como “[...] não, amigos, não é que tenhamos perdido a cor, visto que continuaremos tentado da cor à verdade” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992); “[...] bem, eis aqui o NPE mensal, de cara nova, com novas propostas (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993)”; “[...] vibramos com o casamento de Adauto e Cláudio, em abril, um marco na história gay brasileira (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994)”; ou mesmo, “[...] esperamos que o encarte seja do agrado de todos, e que com a mesma atenção que sempre foi dada ao Nós Por Exemplo, também possamos contar com sua colaboração no envio de artigos para o Agaiivê hoje” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993), nos revelam que este espaço do impresso, era também um local do bate papo informal, sem distanciamentos entre os editores e os leitores.

Se para o autor Clovis Rossi (1984, p. 9) o editorial seria “a página que veicula a opinião dos proprietários de uma determinada publicação”, no *Nós Por Exemplo*, este espaço era o lugar em que se estabelecia um diálogo direto com o leitor. Além de manter o seu editorial, o jornal também trazia a seção *Opinião*. Um espaço ocupado por opiniões diversas sobre assuntos diversos, tais como: “homossexualidade e adolescência”, “o papa e os direitos humanos dos homossexuais”, o “casamento gay” e a “violência contra homossexuais”. Podemos perceber que estes temas, fizeram parte, especificamente, do universo de discursão da homossexualidade, mas todos participaram da própria condição

do ser humano. O surgimento deste impresso em meio a um “[...] tempo sombrio e aidético” como categorizou o jornal *Nós Por Exemplo* em maio de 1992, veio preencher algumas lacunas deixadas pelo *Lampião da Esquina*. Primeiro, pois travou-se do retorno de um periódico direcionado à comunidade gay, um impresso no qual a Aids pôde ser abordada de uma forma considerada honesta e segura, livre de discursos empanados de moralismo e preconceitos; e, segundo, pois era um veículo de expressão do movimento homossexual brasileiro. O qual, segundo Jorge Caê Rodrigues (2007, p. 85), encontrava no *Nós Por Exemplo*, “o que um dia o *Lampião da Esquina* fez para o iniciante movimento de organização da ‘minorias gay’: apoio e divulgação”.

Reafirmo que o editor Sylvio de Oliveira (2005), insistia sempre no argumento de que o jornal *Nós Por Exemplo* só existiu porque existia a Aids. Uma temática difícil de ser abordada, tendo em vista que grande parte do entendimento sobre a doença era empanado por discursos moralistas e preconceituosos. Para melhor entender esse aspecto, passei a dialogar com Elizabeth Ellsworth (2001), que traz do cinema o conceito de *modos de endereçamento* para pensarmos sobre a questão de que um filme pensa quem é o seu leitor, nos ensina que o modo de endereçamento de um filme tem o objetivo de endereçar qualquer comunicação, seja ela, oral, textual ou imagética a alguém e, como ele é sempre intencional, busca-se então, influenciar como e partir de onde o interlocutor ou expectador deveria ler o filme a ele endereçado.

Em vista disso, nos apropriamos dessa proposta para pensar os modos de endereçamento do *Nós Por Exemplo*, ou seja, um dos objetivos dessa dissertação, é desvelar acerca dos saberes endereçados a esses leitores. Ademais, ao procurar informar o homossexual sobre saúde e prevenção, mas também arte, cultura e entretenimento, o *Nós Por Exemplo* colocava, nas ruas, discursos com uma função sensível e, ia constituindo-se num corpo documental que trazia inquietações acerca do cotidiano, das práticas, dos modos de se comportar e da constituição de si, por meio da construção dos enunciados. O impresso em questão demarcou o seu lugar por situar a importância de debater criticamente questões relativas aos preconceitos à Aids e contra os homossexuais. De forma paralela, seus textos também preencheram uma lacuna afetiva que muitos homossexuais sofriam naquele momento. Com a ascensão do estigma no surgimento da Aids, o processo de aceitação da sexualidade, complicava-se à medida que um dos postulados colocados contra a homossexualidade era de que estava sofrendo um castigo divino por serem desviantes dos bons costumes. As discussões sobre a temática da Aids

que o *Nós Por Exemplo* trouxe se deram antes da chegada dos retrovirais – remédios que proporcionam uma considerável melhoria na vida das pessoas vivendo com HIV/Aids.

O autor Marcelo Secron Bessa (2002), afirmou que por toda a década de 1980, e até o início dos anos 1990, as reportagens sobre a Aids aparecem sempre nas seções “Saúde” e “Medicina” dos grandes jornais o fato de estarem inclusas nessas seções dariam mais credibilidade ao texto. Abordar a Aids foi um receio no início do jornal segundos os editores, o medo de que o jornal fosse mal interpretado, onde as pessoas vissem o jornal como se ele só falasse de Aids rodeavam os editores. De acordo com Sylvio Oliveira (2005, p. 98):

Era a época de plena prevenção. Estava no auge a coisa da prevenção, mas também de uma tremenda rejeição a coisa da Aids. Muitos, não só gays, mas... muitas pessoas, né? É... Não queriam saber... A questão da Aids... Preferiam ignorar... Então a gente tinha muito medo disso, mas o que a gente fez? Começou... Eu acho que... Com uma coluna explícita sobre a Aids e no corpo do jornal... No início tinha uma coisinha ou outra. E isso foi aumentando. O que a gente publicava? O que que a gente passou a publicar, a partir do segundo número? O primeiro número eu encomendei artigos. Com pessoas ligadas a Aids, que foi o Richard Parker, a Dr. Marcia Rachid, o Paulo Longo, e mais umas quatro ou cinco pessoas. A partir do primeiro número os artigos chegavam para gente, muitos sobre sexualidade, muitos sobre a Aids. Então eu achei ótimo. Eu vi que alguma coisa estava funcionando ou iria funcionar.

Acredito que Aids foi tratada com respeito ao longo das vinte e quatro edições do jornal. A seção *Aids*, trazia informações sobre conferências nacionais e internacionais que travam a temática da Aids, discursos médico pedagógicos acerca da doença, forma de prevenção e de práticas do sexo seguro, como o discurso do Dr. Márcio Serra¹⁵. “[...] o uso do preservativo deve passar a ser prática comum a todos. Mas importante do que exigir um teste negativo de seu parceiro, achando que isso é prevenção, preocupe - se mais em usar camisinhas como todos” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993). Com o aumento crescente de cartas recebidas pelo jornal relacionadas a questão da Aids conforme o editorial da oitava edição do jornal, o *Nós Por Exemplo* apresentava aos seus assinantes e as bancas de jornais a informação de que a partir daquela edição o leitor poderia apreciar o encarte *Agaivê-Hoje* na tentativa de “[...] ao menos para a comunidade gay, serem passadas informações corretas a respeito da Aids” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993). Assim, em meio a “[...] desinformação geral, sem campanhas efetivas por parte do Governo Federal e as com as Organizações não Governamentais (ONGs) não conseguindo atingir um número satisfatório de pessoas” (NÓS POR EXEMPLO, mai.

¹⁵ Médico dermatologista do projeto AIDS da clínica médica B do Hospital Universitário Gaffée & Guinle.

1993). Era preciso contribuir com artigos e reportagens de interesses de todos, endereços úteis, entrevistas e orientações preventivas sobre a epidemia de Aids que assolava o país desde os anos iniciais da década de 1980.

Outro fator que nos salta os olhos é a pouca presença de discursos proferidos por médicos neste encarte ao longo das edições, ou seja, as publicações timbradas nas páginas do jornal já era uma leitura do discurso médico em voga no combate a propagação do vírus do HIV e disseminação da Aids enquanto doença. Destaca-se assim, o protagonismo de jornalistas gays que se esforçavam em aprender com o discurso médico para investir numa educação da saúde, do cuidado do corpo através de uma linguagem própria aos homossexuais.

O encarte *Agaiê-Hoje* foi mais um dos espaços de propagação de um saber dito médico que visava inculcar no público gay os devidos cuidados para “manter o corpo limpo” de enfermidades. O espaço informativo servia ainda como forma de resistência ao estigma na qual os homossexuais eram acusados: o da sexualidade desviante e o fato de portar um “câncer gay”. Não se tratava de naturalizar a doença, mas de alterar as práticas sexuais como parte de um projeto biopolítico de promoção a vida.

No ano de 1995, desaparece o beija-flor, assim como o jornal e a própria revista. Para o autor Jorge Rodrigues Caê (2007, p. 99) “se há dez anos antes o jornal *Lampião da Esquina* ocupava um lugar de destaque na mídia, por ter sido o primeiro periódico dirigido ao público gay, o *Nós Por Exemplo* não causou nenhuma surpresa”. Ademais, palavras como Aids, homossexual, homossexualidade e lésbica eram nomes constantes nos noticiários da grande mídia no fim dos anos 1980 e início da década de 1990¹⁶. O movimento gay que havia desabrochado junto ao *Lampião da Esquina* e parecia perecer quando o jornal desapareceu, todavia, com o surgimento do jornal *Nós Por Exemplo* revitalizou-se e com muito mais força, pois sempre existiu um público ávido por um jornal ou revista que falasse deles e para eles.

¹⁶ Segundo a autora Guacira Lopes Louro (2018), a partir da segunda metade dos anos 1980, no Brasil, passou-se a discutir muito mais a sexualidade (e a homossexualidade) em várias instâncias sociais, inclusive nas escolas. A preocupação em engajar-se no combate à doença fez com que organismos oficiais, tais como o Ministério de Educação e Cultura, passassem a estimular projetos de educação sexual e, em 1996, o MEC incluiu a temática, como tema transversal, nos seus Parâmetros Curriculares Nacionais (os PCNs, a nova diretriz para educação do País). Vale notar, contudo, que as condições que possibilitaram a ampliação da discussão sobre a sexualidade também tiveram o efeito de aproximá-la das ideias de risco e de ameaça, colocando em segundo plano sua associação ao prazer e à vida.

Muito ainda preciso ser dito sobre a atuação do jornal *Nós Por Exemplo* no combate à epidemia de Aids. Acreditamos que esse impresso pode servir para percebermos formas de combate à doença através da educação sanitária. Uma fonte histórica que nos permite escrever uma história dos homossexuais, bem como, uma história do combate as doenças. Se muito ainda precisa ser selecionado, analisado e dito, assumimos o compromisso de continuar a fazê-lo na sequência deste trabalho.

1.2 A promoção da união de forças e as propostas de prevenção à Aids

Fazia muito calor. Em Salvador, no ano de 1992, o verão chegou mais cedo e mais forte. O relógio ainda não marcava sete horas da manhã, mas o sol já estava a aquecer o corpo das pessoas. O jovem, Osmundo de Araújo Pinho, morador da área central daquela cidade, caminhou na calçada da Praça da Sé. Em sua face, um olhar de coragem mesclava-se com sussurros de receios. Determinado e atento, caminhava firma em direção a banca de jornais e revistas para adquirir um novo número do jornal *Nós Por Exemplo*. Saiu da banca de jornais e revistas, observou o comércio abrindo, parou em uma cafeteria, fez o seu pedido para o seu desjejum e lá mesmo se deleitou na leitura daquele corpo textual e imagético.

Extasiado com o que tinha em mãos, com os conteúdos que aquele impresso trazia, escreveu ao jornal

[...] finalmente uma publicação gay com algum conteúdo de relevância extra erótica, uma publicação com uma feição contemporânea, que [tinha] tudo [para] ser o porta voz da nova consciência homossexual nacional, uma consciência pós-Aids, uma consciência que finca raízes na contemporaneidade e que é a expressão dos homossexuais brasileiros. Tenho a esperança de que possamos construir no Brasil a condição de uma sociedade democrática e pluralista, sem que com isto tenhamos que fazer concessões aos guardiões da moral e dos bons costumes” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993. Grifos meus).

A escolha dessa carta pelos editores do impresso aponta para a voz de um sujeito, do qual sabemos o seu nome que, por sua vez, tem a sua identidade revelada. Sua transcrição explícita o desejo de ler mais edições do impresso. A localização aponta para Salvador no estado da Bahia, o que é sugestivo, pois havia homossexuais em todos os lugares, e onde os houvesse, desde a sua quinta edição, era proposta do *Nós Por Exemplo* se esforçava para chegar.

Ora, mas que textos relevantes seriam esses, quais as contemporaneidades, as rupturas, as novidades, do que se tratava naquelas páginas. Indaga o leitor ansioso. No

impresso, criaram-se outros enunciados sobre os cuidados dos corpos e sobre as homossexualidades e, quebrando certezas inabaláveis, inventaram-se maneiras outras de abordar e escrever as homossexualidades. Se para os estudos de gênero¹⁷ mais atuais as identidades performáticas são flexíveis, talvez, no recorte temporal proposto por essa pesquisa, o foco do discurso do *Nós Por Exemplo*, tenha sido em buscar com palavras sensíveis, a fim de dizer-se, buscando reconstruir as modalidades de existências de outrora para esses afetos e desejos que “[...] pairavam no ar, com um leve [sabor] de anos 70, quando o movimento Homossexual Brasileiro assumiu-se” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2).

No impresso aqui analisado, os homossexuais puderam se tornar porta-vozes de si mesmos, trilhar por trajetórias até então demarcadas por eles mesmos, brincar com os desejos referentes à sexualidade, discutir últimas questões do seu tempo, como a Aids, o casamento gay etc. O *Nós Por Exemplo*, soube pertencer às minorias, ao colocar em questão a política do momento. Mas, o sabor do arquivo destacou palavras de cumplicidade, amor, de encontros e reencontros, de desejos, de alegrias e, acima de tudo, de apoio. O fim dos anos 1980 e início dos 1990 no país, singularizou pela retomada do fôlego do movimento homossexual, agora ligados ao trabalho de apoio e solidárias às vítimas da Aids, às campanhas de esclarecimento e divulgação.

Houve é claro, entraves a esse projeto. Os discursos religiosos investiam pesado contra as mudanças culturais referentes à sexualidade. O antropólogo e articulista do impresso Luiz Mott, na edição de setembro de 1992, destacava em um artigo intitulado “O papa e dos Direitos Humanos dos Homossexuais”, contendo os posicionamentos tomados pelo então Papa Polaca João Paulo II, em relação aos direitos dos homossexuais. No espaço destinado a coluna *Opinião* do jornal nas últimas páginas do jornal, os articulistas argumentaram que “[...] nunca, em toda a história do cristianismo, um Sumo Pontífice foi tão intolerante e cruel em relação aos homossexuais, como o João Paulo II” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2). Seu principal argumento era o de que “[...] mesmo no tempo em que a Santa Madre Igreja queimava nas fogueiras judeus, feiticeiras e sodomitas, nenhum Papa chegou ao extremo de declarar, como fez o [soberano

¹⁷ Nos últimos 30 anos, tem se desenvolvido e ganhado relativa popularidade uma vertente que convencionou-se chamar de teoria *queer*, originária dos estudos gays e lésbicos, estudos culturais norte-americanos e do pós-estruturalismo francês (MISKOLCI, 2009). Esta teoria, cujos autores mais conhecidos são Judith Butler (2012), nos EUA, e Richard Miskolci (2009), no Brasil, entre outros, vem trazendo significativas contribuições para o estudo do gênero ou, numa perspectiva queer, dos gêneros (no plural, como um questionamento ao clássico conceito binário de gênero).

pontífice] no início de seu pontificado que a ‘homossexualidade era intrinsecamente má’” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2).

O discurso considerava que o Papa atacava mais uma vez, ao enviar “[...] às vésperas da confirmação pela OMS, de que o homossexualismo é conduta tão normal, legítima e meritória quanto a heterossexualidade, retirando a homossexualidade da Classificação Internacional de Doenças, que até então rotulava ‘desvio e transtornos sexual’” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2), ao enviar

[...] um documento ao Episcopado Norte-americano, onde [descrevia] a homossexualidade como ‘desordem’ defendendo o direito dos Governos de ‘negar privilégios aos homossexuais’, entre eles, vedando gays e lésbicas o ingresso nas forças Armadas, a adoção de crianças e o preenchimento de cargos públicos” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2).

O discurso ainda fazia um importante registro: de que naquele momento outras igrejas e religiões já concediam igualdade de direitos às mulheres e as homossexuais – como também diversas congregações Israelitas, além da Igreja Anglicana e inúmeras denominações Reformadas. Para o articulista,

[...] a Igreja Católica através de seu Sumo Pontífice – insistia em virar as costas para as sólidas e abalizadas conclusões dos mais variados campos da Ciência, que confirmaram que mulheres e homossexuais são seres humanos com as mesmas capacidades, potencialidades, vícios e defeitos que os machos heterossexuais, não havendo, pois, razão alguma, além do inaceitável preconceito machista, para a discriminação de que são vítimas tais categorias sociais (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2).

Sendo assim, pela autoridade moral que representava o Papa junto a milhões de católicos do mundo inteiro e por sua influência como Chefe de Estado, sua intolerância e obscurantismo face a questões cruciais, como a proibição do divórcio e do uso de métodos anticoncepcionais, a condenação do uso do preservativo como estratégia de prevenção à Aids, a interdição às mulheres e homossexuais do usufruto de seus plenos direitos de igualdade à cidadania - todos estes posicionamentos absolutamente anticientíficos e desrespeitadores dos direitos universais dos seres humanos, tornava, segundo o impresso, o Papa João Paulo II, “[...] não um benfeitor da Humanidade, mais um misantropo tão cruel e sanguinário quanto Hitler ou seu amigo Aiatolá Khomeini” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2).

Do mesmo modo como a Igreja errou ao negar a Galileu o direito de corrigir a tradição bíblica no tocante à astronomia da mesma forma todas as Ciências – da

Psicologia à Genética, da Antropologia à Exegese confirmavam que mulheres e homossexuais são seres humanos merecedores dos mesmos direitos e deveres que os machos heterossexuais, a “[...] discriminação proposta pelo então Papa João Paulo II aos governos do mundo inteiro, [representava] um inaceitável crime de lesa humanidade baseado tão somente na ignorância e intolerância machista” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1992, p. 2).

No Brasil, conforme asseveram Márcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alexsandro Rodrigues (2018, p. 282), a homossexualidade deixou de se configurar como doença nos instrumentos médicos, mais precisamente como desvio mental e transtorno sexual – conforme o Código 302.0 da Classificação Internacional de Doenças (CID) elaborado pela Organização Mundial de Saúde e adotado no país em fevereiro de 1985. Ainda segundo os autores, “esta alteração foi fruto de uma intensa campanha liderada sobretudo, pelo antropólogo Luiz Mott e o Advogado João Antônio Mascarenhas¹⁸, junto ao conselho Federal de Medicina (CFM) que por resolução retirou a homossexualidade da lista de doenças” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 282).

João Antônio Mascarenhas também apareceu nas páginas do *Nós Por Exemplo*. Em entrevista concedida ao então editor Sylvio de Oliveira e publicada na seção *Entre Nós* na edição de julho de 1992, Mascarenhas foi indagado sobre qual seria “[...] a razão principal para a [existência] de uma lacuna de 10 anos – não só a nível de imprensa gay, mas da vida homossexual de maneira geral, entre os últimos anos do [jornal] *Lampião* e os primeiros dias do *Nós Por Exemplo*” (NÓS POR EXEMPLO, jul., 1992, p. 6). O ativista em seus discursos, considerou que o surgimento da Aids teve bastante influência na existência dessa lacuna, pois ela prejudicou os movimentos e a luta pelos direitos foram substituídas pelo combate contra a doença. Ainda em seu discurso, Mascarenhas afirmou que “[...] com a exceção do Triângulo Rosa, todos os outros grupos de emancipação homossexual passaram a dar muita importância à Aids” (NÓS POR EXEMPLO, jul., 1992, p. 6). Seu principal argumento era o de que

[...] esses grupos passaram a ser procurados pelos governos, para consultas e articulações de estratégias para o combate à doença e [tendo em vista que] os ativistas gays eram poucos, apenas 13 grupos em todo o Brasil, a partir do momento em que o governo começa a sugar este grupo o movimento [foi] perdendo a sua força” (NÓS POR EXEMPLO, jul., 1992, p. 6).

¹⁸ João Antônio Mascarenhas – pioneiro na luta em defesa dos Direitos dos Homossexuais, foi um dos fundadores do jornal *Lampião da Equina* e do grupo de liberação homossexual Triângulo Rosa.

Ao contrário do que Mascarenhas afirma em seu discurso, os autores Márcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alexsandro Rodrigues (2018), afirmam ainda que a emergência e o fortalecimento do então movimento homossexual a partir da década de 1990 foi algo que correu como uma das consequências das políticas adotadas ao enfrentamento à Aids nos anos finais da década de 1980. Todavia, é importante que se destaque que a aproximação entre a agenda de combate à Aids e as organizações de direitos civis nas décadas de 1980 e 1990, não foi algo automático. Pois mesmo “com o fato de que a epidemia alcançasse a toda a população LGBT, seja pelo contágio com o HIV ou a (auto) repressão social e política, organizações emblemáticas, a exemplo do Triângulo Rosa, liderada por Mascarenhas, tinha tensões internas quando o assunto eram respostas à epidemia” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 289). Parte hegemônica do grupo, entendia que a mobilização e resposta à epidemia era de responsabilidade das políticas governamentais” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 289).

Ainda de acordo com esses autores, se a década de 1980, o movimento homossexual manteve-se hegemonicamente distante da agenda e possibilidades institucionais proporcionadas e financiadas pelas políticas públicas de Aids (com destaque para o ano de 1986 com a criação do então Programa Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde, na década de 1990, o quadro epidemiológico e a possibilidade de articular a agenda de defesa de direitos civis ao enfrentamento à epidemia produziu uma promissora parceria entre os programas estaduais, municipais e, sobretudo federal de HIV/Aids com várias organizações homossexuais, formados sobretudo por homens. O que possibilitou segundo Augusto Jose de Abreu Andrade (2002), a profissionalização e dedicação de inúmeros ativistas, sobretudo gays e transexuais, que associam ao enfrentamento da epidemia de Aids às barreiras políticas de promoção da cidadania e direitos humanos.

O pesquisador Augusto José de Abreu Andrade (2002, p. 118) afirma que:

Vários grupos no Brasil vinham desenvolvendo projetos de prevenção à Aids junto a Coordenação Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde. Isso representava também uma alternativa para as dificuldades financeiras de várias entidades. A mesma passagem aérea que levava um ativista gay a um congresso sobre prevenção à Aids permitia que, ao término do encontro, outra reunião fosse realizada, agora específica do movimento organizado de gays, lésbicas e travestis. Já havia se consolidado na Coordenação Nacional de DST e Aids a ideia de que era necessário fortalecer a organização dos grupos mais vulneráveis à epidemia. A promoção da autoestima e a organização dessas populações seriam mais um caminho para o combate ao HIV/Aids.

Logo, essas táticas adotadas por esses setores do movimento homossexual de dissociar as imagens da homossexualidade do universo da doença trouxeram outros componentes para auxiliarem na fragilização da discriminação, sobretudo, contra os homossexuais masculinos. Para definir a importância educativa que as organizações da sociedade civil assumiram para os homossexuais, conforme já sinalizado, vamos priorizar o cotidiano vivido por homossexuais que atuavam e frequentavam os grupos Pela Vidda e a ABIA que ganharam destaque nas páginas do *Nós Por Exemplo*.

Apresentado aos leitores do impresso na seção *Aids* da edição de maio de 1992, o Pela Vidda¹⁹ (Valorização, Interação e Dignidade do Doente de Aids) era “[...] mais do que um grupo de pessoas vivendo com Aids, [era] uma organização não governamental referência para uma sociedade ainda desinformada e cada vez, mas confusa quando o assunto [era] o chamado ‘mal do século’” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9).

Segundo o impresso, o grupo buscava dar uma resposta à epidemia, baseada na solidariedade. Pois naquele momento, segundo o enunciado o preconceito era mais nocivo do que a infecção pelo HIV, direta ou indiretamente, os voluntários do Pela Vidda foram afetados pela Aids, mas se recusavam a vivenciar uma morte civil, imposta por aqueles que - vítimas de suas próprias limitações, discriminavam portadores e qualquer pessoa que ousasse pensar em Aids. Contudo, “[...] não [era] fácil ser Pela Vidda. Mas, mais difícil ainda [era] não sê-lo. Lutar pela Vidda, ou seja, pela valorização, integridade e dignidade do doente de Aids, [era] vibrar com cada conquista na luta contra o preconceito” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9). Mas, “[...] também é conviver com perdas de uma forma quase cotidiana. É saber que, por mais que sejamos solidários, faltam medicamentos, leitos, hospitais, enfim condições dignas de vida para a pessoa soropositiva, sobretudo para as mais carentes” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9).

O enunciado ainda nos revela que o Pela Vidda era reflexo nítido dos pensamentos e aspirações das pessoas com Aids e, fundamentava-se no entendimento de que, somente de uma forma coletiva a Aids será vencida. E assim estavam buscando fazer, pois “[...] a presença de um vírus no sangue não [era] uma sentença de morte e a resposta do Pela Vidda era dada com muita vida” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9). Para o grupo,

¹⁹ O Grupo Pela Vidda, conforme as autoras Eliza da Silva Vianna e Dilene Raimundo do Nascimento (2020, p. 144), iniciou os seus trabalhos no Estado do Rio de Janeiro e, posteriormente, foi implementado em outros Estados, unindo soropositivos, seus familiares e amigos, voltando-se para a luta pela cidadania e pelos direitos dos portadores do HIV. Assim. No contexto de efervescência da redemocratização, o Grupo pretendia possibilitar aos soropositivos e seus familiares serem os próprios porta-vozes de suas reivindicações e questões.

“[...] viver é modificar-se. E as pessoas do Pela Vidda estão vivendo. A gente se cuida. E a Aids, felizmente, não vai nos pegar. Nem o governo” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9).

Já a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) também ganhou destaque no impresso. Fundada em dezembro de 1986, a Associação não governamental foi apresentada aos leitores do jornal, na seção Aids da edição de janeiro de 1993. O enunciado revelava que a entidade surgiu diante dos crescentes desafios impostos pela epidemia de Aids, onde o desrespeito da sociedade brasileira para enfrentar mais esta crise de saúde pública, “[...] que se evidenciava principalmente pela ausência de respostas governamentais eficazes, fez com que a ABIA surgisse como uma tentativa de mobilizar, apoiar e estimular iniciativas comunitárias para enfrentar a questão” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12). Ainda seguindo o enunciado, a ABIA, procurava estimular a solidariedade como principal estratégia para enfrentar o preconceito, a discriminação e quaisquer posturas terroristas que envolvesse o HIV/Aids. Em sua ordem discursiva era possível ler que a organização estava “[...] trabalhando principalmente com a prevenção e os Direitos Humanos, a ABIA [procurava] dar exemplos à sociedade de como [era] possível combater a Aids, enfatizando a importância do esforço coletivo e das iniciativas globais no enfrentamento a epidemia” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9). O enunciado também revelou que a questão da homossexualidade e sua associação com a Aids, sempre constituiu um dos objetivos de preocupação das atividades desenvolvidas pela ABIA, já que as repercussões socioculturais de preconceitos emitidos, são fatores intimamente relacionados com a homossexualidade, pois “[...] como registrou Herbert Daniel em 1987, a Aids no Brasil surge com o nome de ‘peste gay’ e, até hoje homossexuais masculinos são vítimas de preconceitos e violências por causa desta associação” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 9). Outro fator agravante revelado pelo enunciado é a ausência de serviços específicos destinados a atender as necessidades de saúde desta população, além do que, muitos homens afastam-se da informação correta, segura de uma possível ajuda os serviços de saúde usuais por medo de serem discriminados ou obrigados a exporem, de forma muitas vezes vexatórias, sua sexualidade e afetividade.

Neste cenário, e buscando somar aos esforços já realizados, além de procurar ampliar e reforçar a discursão sobre a associação da homossexualidade masculina com a Aids, a ABIA em conjunto com o Grupo pela Vidda propuseram implementar a partir de fevereiro de 1993, um projeto de informação e educação sobre HIV/Aids destinado “[...]”

a homens que fazem sexo com outros homens” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12). O projeto previa a produção de materiais educativos gráficos com informações sobre HIV/Aids, uso de preservativos e sobre relações homossexuais para serem distribuídos pelos locais de encontros homossexuais, a realização de oficinas de ‘sexo seguro’ com atenção especial a questão do impacto HIV/Aids na sexualidade de homossexuais masculinos, o que se refletia na necessidade de mudanças de comportamentos e sua manutenção, uso de preservativos, relação com e entre pessoas soropositivas, novas relações, modo de infecção, entre outras questões a serem abordadas.

Ao término do projeto, previsto para setembro de 1993, seria “[...] realizado uma avaliação, quando esperava-se obter um panorama mais realístico do relacionamento entre Aids e a homossexualidade, assim como possíveis caminhos para reforçar atitudes positivas em relação a homossexualidade e a diminuição de preconceitos” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1993, p. 12). As atividades seriam realizadas nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, usando espaços físicos e recursos humanos e materiais da ABIA e do Pela Vidda e, também utilizando espaços de bares e discotecas para a divulgação do projeto e realização das oficinas.

O jornal *Nós Por Exemplo* deu amplo espaço na divulgação do projeto e, também revelou aos seus leitores as ações desenvolvidas até o mês de finalização do projeto, mês também da décima edição do impresso. Na edição de março de 1993, o impresso veiculou a seguinte matéria: “Vestiu uma ‘camisa’... e saiu por aí: Um convite à discussão sobre (Homo) erotismo nos anos 90”. Na matéria, o enunciado afirma que tentará informar ao leitor sobre as oficinas de sexo seguro, sendo esta, considerada mais importante do projeto. A noção de sexo seguro ou mais seguro “[...] surgiu nos Estados Unidos, ainda nos primeiros anos da epidemia de Aids a partir de grupos ativistas gays preocupados com a disseminação do HIV/Aids entre os homossexuais masculinos” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 11). Os primeiros manuais e recomendações sobre sexo mais seguro surgiram antes mesmo da descoberta do vírus HIV no final de 1983, o que demonstra o grau de mobilização política daquelas comunidades tão atingidas pela epidemia e a urgência em dar respostas à tragédia que se aproximava. Segundo o enunciado da matéria, as primeiras noções sobre sexo, muito mais do que definem o que era permitido ou não, ou restringir o elenco de práticas sexuais, procuram estimular a discussão sobre a qualidade dos encontros homossexuais sobre a saúde, relações afetivas e sobre os meios de proteção contra as DSTs (Doenças Sexualmente Transmissíveis) e Aids, entre eles o uso do preservativo. Uma “[...] das preocupações era a manutenção de

uma boa qualidade de vida sexual e a proteção contra as DSTs/Aids, além da própria sobrevivência da homossexualidade enquanto estilo de vida e defesa das liberdades conquistadas nos anos 70” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 11). Nessa direção, as oficinas programadas pelo projeto em questão, segundo o enunciando da matéria, iriam mais do que ensinar o que é sexo seguro, procurando abrir um espaço de discursão sobre os limites e possibilidades de viver o sexo em tempos de Aids. Entre as pautas que compunham as oficinas estavam o uso da camisinha, dúvidas sobre a transmissão do HIV, erotismo e a atualização de informações sobre a doença.

De acordo com a primeiras discursões sobre sexo seguro no início da década de 1980, o sexo seguro não se definia por regulamentos que recomendavam práticas seguras e as inseguras ou apenas o uso da camisinha, mas sim de buscar uma melhor qualidade de vida, entendendo-se aqui mais conhecimento e ampliação da nossa sexualidade e a de nossos parceiros. Ao final de cada oficina, esperava-se segundo o enunciado “[...] ter esclarecido dúvidas sobre a questão do sexo mais seguro e estímulo a atitudes mais positivas e criativas em relação ao homoerotismo nos tempos de Aids, além de ressaltar a importância de se manter canais abertos de comunicações e informações sobre a sexualidade” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 11).

Na edição de setembro do ano de 1993, o impresso veiculou a seguinte matéria: “Projeto de prevenção para ‘homens que fazem sexo com homens’: Intervenção e Oficinas de sexo seguro – Uma nova forma de discutir o prazer em tempos de Aids”. No encarte *Agaiê-Hoje*, foi reiterado que como havia anunciado em números anteriores do impresso, A ABIA e o Grupo pela Vida estavam desenvolvendo desde fevereiro daquele ano, um projeto inédito em termos de Brasil “[...] visando a prevenção do HIV/Aids em homens que fazem sexo com homens” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993, p. 19).

Conforme o enunciado, a matéria buscou de forma sintática, comentar alguns resultados das primeiras semanas de inserção efetiva destas atividades do circuito gay carioca e sua importância como um incentivo para a retomada de uma discussão mais ampla ligada tanto a um histórico subjetivo de vivências homoeróticas, o componente mágico e glamoroso presente nos lugares de contos, como também não perder de vista a necessidade de uma articulação política de grupos homossexuais que, com o surgimento da epidemia de HIV/Aids ainda permanecia desarticulada, o que de certa forma precisava ser resgatado.

Nesse sentido, o enunciado explica que conforme as atividades previstas do projeto foram se desenvolvendo, os grupos passaram a pensar o projeto para além de uma

iniciativa direcionada unicamente a prevenção do HIV/Aids, sem com isso retirar sua devida importância, e visualizar como uma tentativa de mobilizar certos setores envolvidos na questão para uma reflexão mais contundente sobre tais aspectos. Como resultados obtidos até aquele momento, estavam a adesão de alguns proprietários de estabelecimentos gays, considerados os mais frequentados por esta população. O “[...] que [demonstrava] a necessidade de que o enfrentamento da epidemia do HIV/Aids e sua repercussão no meio homossexual masculino [era] uma questão a ser refletida também nesses segmentos” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993, p. 19), que as atividades de intervenção definidas no projeto “[...] não [deveriam serem] confundidas como uma distribuição de material informativo tão somente – no interior de boates e bares, sem que com isso [fossem] alteradas as razões pessoais, prazerosas e lúdicas que [levassem] os indivíduos a busca deste lugares” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993, p. 19), a inserção dos movimentos gays nesse compromisso, em que a maioria do pessoal envolvido nas intervenções faziam parte dos grupos ligados à questão, e por fim, uma nova forma de pensar as oficinas de sexo seguro, pois “[...] diferentemente das primeiras oficinas realizadas por grupos ligados à prevenção do HIV/Aids – respaldados em modelos americanos – essa atividade, que envolve a discussão da homossexualidade nos tempos da Aids, de forma lúdica, teve como princípio básico a reflexão de possibilidades de prazer em tempos tão conturbados” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993, p. 19).

O enunciado da matéria abriu espaço para uma um fato importante ocorrido nas oficinas: a participação descontraída e sem timidez dos integrantes das oficinas ao falaram sobre suas experiências e práticas sexuais sem constrangimentos. Uma vez que “[...] perceberam esse espaço como uma referência para trocas e interações pessoais, sem medo de serem discriminados ou abordados de forma preconceituosa” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993, p. 19), e que para que isso ocorresse “[...] a cumplicidade dos participantes e coordenadores garantiam a confidencialidade da discussão de forma segura e prazerosa” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1993, p. 19).

Nesse sentido, entendemos que através das atividades propostas nesse projeto, em especial as atividades realizadas por meio de oficinas criaram um novo espelho de reflexão sobre a homossexualidade no Brasil, tanto em seus aspectos sócios-culturais, como também no contexto da expressão homoerótica da sexualidade, dando muitas vezes, a oportunidade a algumas pessoas de poderem falar, descobrir e redescobrir que era possível viver uma sexualidade plena em tempos tão difíceis como os anos iniciais da

década de 1990, onde estas pessoas teriam que lutar com diferentes adversidades no campo de suas afetividades.

Outro ponto de destaque no impresso foram as divulgações e coberturas das passeatas gays no Rio de Janeiro: “[...] Sim, senhores, houve uma passeata gay em nossa província Maravilhosa” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). Com essa informação, o jornal apresentava a I Passeata Gay do Rio de Janeiro na seção reportagem da edição de março de 1993. O evento correu no dia 24 de janeiro daquele ano e, segundo o jornal, ele foi amplamente divulgado nas casas gays do Rio, nas páginas do *Nós Por Exemplo* e, através de cartas e ligações telefônicas para os grupos gays de todo o Brasil. Mas ainda assim, “[...] o número de participantes foi pequeno (por volta de 200 pessoas, segundo cálculos dos jornais *o Globo e Jornal do Brasil*” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). No enunciado escrito por Sylvio de Oliveira, o autor confessou que não esperava nem a metade das pessoas presentes e, que talvez o evento não ocorresse, não fossem os grupos gays de outros Estados. O evento contou com as participações “[...] do DIALOGAY de Sergipe, do GGB da Bahia, DIGNIDADE do Paraná, Grupo de Homossexuais do PT de São Paulo e de algumas pessoas que não faziam parte de nenhum grupo, mas que foram ao Rio exclusivamente para a passeata.

Segundo o enunciado, a participação da comunidade gay carioca foi ínfima. Dos sete grupos gays apenas dois compareceram: O ATOBA e o TRIÂNGULO Rosa. Dos bares e boates gay do Rio, além da boate ENCONTRU’S, ninguém esteve presente – a exceção do Elite Clube, que deu a maior força, sem ter sido convocada pois segundo o jornal, o ELITE, em seu entender, apenas realizava bailes gay do final do ano até o carnaval. Dos travestis e transformistas apenas oito apareceram segundo o jornal e, das instituições que trabalhavam com a questão da Aids, apenas o NOSS estava lá. A passeata foi organizada pelo Jornal *Nós Por Exemplo*, “[...] que enviou cartas para TODAS as pessoas e organizações envolvidas na luta pela emancipação homossexual ou em trabalhos Sociais – como [poderiam] ser chamados os trabalhos relativos à Aids” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). Segundo o enunciado, uma reunião prévia teria ocorrido para tratar do evento, nela compareceram um único grupo gay do Rio - o TRIÂNGULO ROSA e, a ABIA e o Pela Vidua foram as únicas instituições presentes. Mas a que fato se daria essa evasão?

Segundo o autor do artigo, oficialmente a diversos fatores. Algumas instituições que trabalhavam com a Aids, alegaram nas respostas dos convites não querem vincular

mais uma vez a síndrome à homossexualidade. Em contraponto Sylvio de Oliveira, na edição que circulou no ano de 1993 afirmou que se estivessem presentes

[...] à reunião saberiam que um dos objetivos era justamente a tentativa de desvinculação esclarecendo a população quanto ao número de homossexuais contaminados e o número bem maior de heterossexuais, distribuindo preservativos a população que estivesse assistindo passeata, significado – vocês também têm que usar! E, finalmente, mostrando seu trabalho – eficiente e efetivo, o que não foi constatado.

Segui afirmando que “[...] dois grupos gays alegaram NÃO DAR CERTO eventos desse tipo e, sendo assim não compareceriam. O que é dar certo? Como saber se um vento jamais ocorrido pode ou não dar certo?” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13), indagou Sylvio de Oliveira. As travestis e transformistas segundo o enunciado juraram todos que estariam presentes e, “[...] no entanto, dos poucos que apareceram, dois ainda tentaram fazer com que a organização do evento lhes pagasse uma Coca-Cola, que seria OBRIGAÇÃO, já que eles tinha feito o FAVOR de comparecer. Meio Absurdo não?” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13).

Ainda segundo o enunciado, muita gente escreveu ou telefonou cobrando máscaras que só ficariam prontas na véspera. De acordo com o periódico, “[...] a ideia das máscaras veio juntamente da conversa com algumas pessoas significativas do mundo gay carioca”. No evento, “[...] ninguém as usou- a exceção de um membro de um grupo gay?” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). O autor da reportagem, Sylvio de Oliveira, também revelou no artigo, que na própria reunião muita coisa ficou clara: o desinteresse de quem não compareceu e a comodidade dos que lá estavam. Dentre outras coisas, queriam atribuir aos organizadores a tarefa de fazer as faixas, pois “[...] cada grupo tem sua própria informação a passar, seu próprio protesto a fazer. E fazer uma faixa não é difícil, principalmente quando há algum interesse” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13).

Aconteceu que, ainda assim, a passeata cumpriu o seu trajeto: do Leme ao Posto 6. Sylvio de Oliveira informou que na altura do Maxim’s, todos os participantes pediram para dar uma paradinha, com o intuito de reunir mais pessoas para participar do evento:

[...] ali tem veado, sobra e chopp (o termômetro marcava 38°), mas não adiantou. O grupo dirigiu-se ao bar e por ali ficamos aproximadamente meia hora. Qual não foi a nossa surpresa ao ver ali, nas mesas nas calçadas, pelo menos 10 pessoas de grupos gays, de instituições que trabalham com Aids e dois donos de casas gay” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13).

Ao que parece o local Maxim's tornava-se naquela tarde uma espécie de posto de observação, se a passeata viesse animada, as pessoas seguiriam, porém, o número de gays era pequeno, pelo menos para quem não queria 'passar vergonha' ou expor-se.

Sylvio de Oliveira, para finalizar a reportagem sobre a cobertura do evento, indagou com um certo sentimento de revolta, aos leitores do impresso na edição de março de 1993 a seguinte questão: “Mas o que pensar depois de um vento elogiado por vários grupos gays e tratado de forma não preconceituosa pela imprensa?”. E em seguida respondeu: “[...] o resultado foi positivo. Poderia ter sido melhor, mas isso não cabe aos organizadores do evento. Cabe, sim a nossa comunidade que, embora fale muito, age muito pouco” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). Segundo Sylvio de Oliveira, tornava-se necessário, falar sobre isso, “[...] saber o que querem os gays cariocas – porque os de outros estados, bem ou mal estão levando a coisa um pouco mais a sério” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). Sylvio ainda confessou, que “[chegava] a se questionar para que [servia] um jornal dirigido ao público gay. Por que compram, o que buscam? Fotos sensuais?” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13). Por fim, defendeu que não desistiria:

[...] no próximo ano estaremos lá novamente. Apesar de alguns grupos gays terem sugeridos a data 28 de junho, por ser o dia do Orgulho Gay, pretendemos entrar em negociação com eles para que seja no mês de janeiro, mais exatamente no dia 20, dia de São Sebastião. É feriado, faz sol, há gente de fora, o santo é brasileiro e, dizem, gay (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 13).

Outro espaço aberto pelo *Nós Por Exemplo*, foi a temática do Casamento entre Gays²⁰. Na edição de novembro de 1992, o jornal convidava por meio da seção *Opinião* os seus leitores a escreverem para o jornal manifestando as suas opiniões sobre assunto. Na oportunidade, o jornal tinha ouvido a opinião de dois importantes nomes do cenário Gay brasileiro: João Antônio Mascarenhas, então presidente do TRIÂNGULO ROSA – absolutamente contra e, Luiz Mott presidente do Grupo Gay da Bahia, totalmente a favor. Para João Mascarenhas,

[...] o casamento [constituía] um jugo, e o jugo não [constituiria] direito. [Negando-se] a aceitar passivamente qualquer restrição a sua liberdade, muito especialmente a [sua] liberdade de expressão sexual, inclusive a [sua] ampla possibilidade de escolher parceiros sexuais e substituí-los quantas vezes [lhe fosse] era agradável (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1992, p. 15).

²⁰ Direitos como o casamento gay, a homoparentalidade ou a visibilidade são, sem dúvida, direitos muito importantes, mas é preciso ter em conta a multiplicidade interligada das relações de poder que existem, também, no seio da própria comunidade LGBTQIA+.

Mascarenhas também afirmou que “[...] se algum dia um associado do TRIANGULO ROSA [levantasse-se] a questão do casamento do mesmo sexo, ele [iria] lutar encarniçadamente para ela não vir a ser incluída entre a reivindicações do grupo” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1992, p. 15).

Em posição contrária a João Mascarenhas e com argumentos mais plausíveis, Luís Mott, afirmou ser “[...] da mesma geração dos Beatles, Caetano e Gil. Um pouco hippie como muitos jovens dos anos 60, furou a orelha durante a ditadura e, que se casou com uma mulher por temer assumir a homossexualidade, depois de 5 anos desquitou-se e, a partir de 1977, tornou-se talvez o gay mais assumido do Brasil” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1992, p. 15). E, enumerou algumas razões que justificam convicção de que a legalização do casamento entre pessoas do mesmo sexo representava uma conquista importantíssima para a liberação homossexual, uma verdadeira revolução politicamente correta que deveria ser abraçada por todos quantos defendam um mundo igualitário regido pelo amor e não pelo ódio.

Entre as razões que Luís Mott defende, estão a de que “[...] nenhuma Lei poderia discriminar os homossexuais, [pois] a Constituição [garantia] que somos todos iguais perante a lei, sem distinção de sexo, cor, raças etc.” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1992, p. 15). De que no Brasil, deveria seguir os exemplos mais modernos, de respeito aos direitos humanos, onde gays e lésbicas são cidadãos plenos, fazendo referência a Dinamarca - primeiro país a legalizar o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Que o Casamento entre pessoas do mesmo sexo era um costume antiquíssimo, “[...] tanto que a primeira referência histórica ao homoerotismo, [ligava-se] ao casal divino Hórus e Seth, que viviam como se casados fossem. E que entre os Hititas, há quase 4 mil anos passados havia uma lei que autoriza o casamento entre dois homens” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1992, p. 15). Uma aspiração de muitas lésbicas e Gays e um direito a fantasia, “[...] por que negar aos gays e lésbicas quem tentem a sorte nesta loteria? Quem somos nós para impedirmos aos homossexuais a fantasia de serem felizes unindo-se ‘de papel passado’? não custa nada tentar” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 15). “[...] aos que contestam, competem o ônus da contraprova. Felicidades aos pombinhos!” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1992, p. 15).

Como podemos visualizar, o fim dos anos 1980 e início dos 1990 no país singularizou pela retomada do fôlego do movimento homossexual, agora ligados ao trabalho de apoio e solidárias às vítimas da Aids, às campanhas de esclarecimento e

divulgação. Parecia que aos poucos as coisas voltavam a tomar o seu devido rumo dentro do movimento homossexual no Brasil e, como os indícios aqui desmontados, para estes acontecimentos estavam as articulações importantes entre grupos gays organizados de todo o Brasil, a exemplo da I Passeata Gay no Rio de Janeiro e do Projeto desenvolvido pelos grupos: Pela Vidda e a ABIA, a retirada da homossexualidade enquanto patologia da Classificação Internacional de Doenças pela Organização Mundial da Saúde e o Jornal *Nós Por exemplo*, acontecimentos que reativam os sabores dos anos 1970, quando o Movimento Homossexual Brasileiro assumiu-se.

1.3 “Não se pega Aids o que se pega é o vírus do HIV”: um debate sobre aids, estigma e o cuidado de si.

Os dias avançavam devagar. O mês de maio tardou a chegar e, num dia desconhecido da primeira semana de maio de 1992, finalmente mais uma edição do *Nós Por Exemplo* estava concluída. Geralmente, essa atividade era realizada por Sylvio de Oliveira e Paulo Henrique Longo que tomavam de empréstimos a dependências físicas do NOOS na execução do trabalho. Em diversos locais do Rio de Janeiro e de São Paulo, leitores, esperavam o próximo número. Esperavam aprender um pouco mais sobre a Aids, com informações consideradas dignas de seu interesse, esperavam a coragem de ir à banca de jornais adquiri-los. Ansiavam com o dia, quem sabe, escrever para o impresso. Aguardavam ainda as palavras sobre si, as palavras de si, as palavras a dizer-lhes, as palavras a confortá-los, as palavras a educá-los.

Nas edições do *Nós Por Exemplo*, é possível perceber a recorrência à temática da Aids. Desse modo, acreditamos, que seja possível situar nos anos 1990 a emergência histórica de um conjunto de discurso preocupados em instruir o seu leitor com saberes responsáveis por gestar práticas educativas como forma de resposta do que era e do que podia fazer um homossexual em tempos de Aids. Uma forma de posicionar após a série de estigmas e preconceitos sofridos especialmente nos anos 1980.

Na seção *Informes* da segunda edição do impresso, o articulista Paulo Henrique Longo respondeu a cara do leitor Carlos Reis da cidade de Ipanema-RJ. Na carta, o leitor perguntava sobre a possibilidade de “pegar Aids” através do sexo oral. Inicialmente, em

seu discurso, o articulista afirmava que era preciso explicar inicialmente, que “[...] não se ‘pega Aids’, pois ela é uma síndrome, ou seja, um conjunto de sinais e sintomas que ocorrem no organismo. O que se ‘pega’ de fato seria o vírus HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana), que é transmitido pelas formas já concebidas” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 11). A ordem do discurso jornalístico em análise afirma que os estudos acerca da transmissão do vírus baseiam-se em dois pontos: a análise científica do vírus e das células onde ele se aloja e o discurso dos infectados pelo HIV.

O enunciado afirmava que até aquele momento ninguém que tinha tido apenas a prática do sexo oral com um parceiro infectado tinha contraído o HIV, o que mostrava que o simples relato não contribuiria para se afirmar que o HIV poderia ser transmitido no sexo oral. Por outro lado,

[...] a análise científica colocava a possibilidade de infecção, já que o vírus poderia estar presente em grande quantidade nas secreções sexuais (esperma e secreção vaginal) e, se houvesse uma porta de entrada, o contato com o vírus aconteceria, ocasionado a infecção daquele que receasse estas secreções (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1992, p. 11).

O discurso sugeria, que no caso mais específico do sexo oral, que os leitores chupassem, mas sem gozar na boca. Um ato que passava pela promoção de um assunto bastante delicado, mas que tinha por objetivo uma biopolítica, ou seja, uma forma de manter a vida saudável.

Em tempos de Aids, era preciso vencer todas as formas de ignorância que pairavam majoritariamente na hora do sexo. “[...] a Aids não estava para castigar quem fazia sexo dessa ou daquela forma. Não escolhia suas vítimas por sua posição social, orientação sexual ou comportamento moral. No entanto, para vencer esta batalha, mudar alguns costumes seria o primeiro passo” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11). Afinal, quem é que quer deixar de sentir prazer?

Nos anos iniciais da década de 1980 tornou-se de conhecimento público a existência de uma doença até então desconhecida no meio médico, uma enfermidade para a qual não se conhecia a causa nem a cura e que se revelava devastadora no organismo aferrado: a Aids.

A infecção pelo HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana)

[...] foi descrita pela primeira vez em 1981, nos Estados Unidos, em homossexuais masculinos previamente saudáveis. Desde então, outros casos foram noticiados entre receptores de transfusões sanguíneas (inclusive hemofílicos), usuários de drogas endovenosas e heterossexuais - tanto homens

quanto mulheres, podendo ainda haver transmissão vertical (mãe infectada para o seu filho) (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1992).

Desconhecida até então no meio médico, a Aids surgiu como uma doença “nova”. O historiador croata Mirko Grmek (1995), ao conceituar a patocenose²¹ considerou que todas as mudanças sociais, a aquisição de altas tecnologias e o controle ou até mesmo a erradicação de outras doenças infecciosas, como é o caso da varíola, criou-se um ecossistema favorável ao surgimento da Aids, pois na medida que uma doença deixa de existir ou a sua virulência passar a ser controlada, dá lugar à emergência ou ré emergência de outra. Deste modo, Grmek (1995), defendeu que a Aids era realmente algo novo. Uma doença nova que não chegou de forma insidiosa, mas sim visivelmente devastadora e, principalmente, mortal para os indivíduos por ela acometidos.

Seu surgimento foi acompanhado por uma associação equivocada entre as primeiras vítimas, homens homossexuais, e uma suposta predileção do vírus por elas. Desde as primeiras notificações da doença até então desconhecida, a relação com a homossexualidade masculina foi enfatizada e a moralização e normatização da sexualidade esteve presente. Em decorrência disso, os primeiros anos da epidemia, foram cercados por uma atmosfera de medo e preconceito alardeados pela medicina, pelos órgãos públicos, veículos e comunicação, dentre outros²². Tanto que a doença nova e desconhecida, ainda não reconhecida com epidemia, recebeu várias denominações, com carga moral, como “pneumonia gay”, “câncer gay”, “síndrome gay”, “peste gay” e até mesmo “síndrome da ira de Deus”.

O historiador Ítalo Tronca (2000), em sua obra *Lepra e Aids*, ao analisar as produções na literatura de ambas as doenças e os discursos médicos em relação a Aids, doenças nos séculos XIX e XX respectivamente, com o escopo de identificar as alegorias e as metáforas presentes no imaginário social dessas doenças e localizar elementos morais no que se escreveu sobre elas, concluiu que no que se refere à Aids, partiu do próprio discurso médico nos primeiros anos da epidemia nos Estados Unidos a construção do trinômio Aids-morte-homossexual masculino.

Há de se pensar por que os homossexuais foram priorizados na construção da Aids. Pouco antes de seu surgimento a comunidade gay começava a experimentar uma abertura, após anos de opressão. A primeira geração nascida após a segunda grande guerra

²¹ Esse conceito refere-se ao conjunto dos estados patológicos presentes numa população em determinado momento (GRMEK, 1995, p. 11).

²² Para maiores esclarecimentos, conferir Dilene Nascimento (2005); Ítalo Tronca (2000); Susan Sontag (2007).

chegara a fase adulta. Desconfiando dos valores dos seus pais e, querendo de fato mudar o mundo. O entusiasmo político “tomou conta das ruas de Paris em maio de 1968, de Praga, na primavera do mesmo ano, de Washington, com os grandes protestos contra a Guerra do Vietnã, e no Rio de Janeiro, nas passeatas contra a ditadura” (JARDIM, 2019, p. 24). Os costumes também mudaram. Segundo Eduardo Jardim (2019), o musical *Hair*, de sucesso mundial, pôs em evidência a relação entre a contestação política e uma proposta de vida mais livre, no qual o prazer teria lugar.

O surgimento da primeira pílula anticoncepcional em 1960, revolucionou a vida das mulheres. Em junho de 1969, uma rebelião no bairro de Greenwich Village na cidade de Nova York, como uma reação da comunidade gay à perseguição policial e iniciativas como a criação da Frente Gay de libertação, a primeira de uma série de organizações em defesa dos direitos dos gays iniciou esta onda libertária. No Brasil, mulheres começavam a organizar-se em grupos feministas e, pouco depois, surgia o primeiro grupo gay no Brasil – Somos – em São Paulo.

A reação a essa onda libertária em várias direções não se fez esperar. A chegada da Aids coincidindo com o fortalecimento dos grupos conservadores que, no caso dos Estados Unidos, “se integraram na campanha e posteriormente, na gestão de Ronald Reagan na Presidência (1981- 1989)” (JARDIM, 2019, p. 24). A Aids tinha tudo para se tornar um alvo referencial desses grupos conservadores. Como observamos, sua transmissão se deu em um primeiro momento, por via sexual, e ela logo se espalhou no meio homossexual. Para os conservadores, isto só poderia ser resultado da depravação e de decadência da costumes. A associação da Aids a homossexualidade “pareceu uma tentativa de (re)patologizar uma condição sexual, já estigmatizada pela sociedade e, ao mesmo tempo, buscar culpados para a doença que já se anunciava como epidemia” (NASCIMENTO, 2017, p. 187).

Charles Rosenberg (1989, p. 4) aponta que, ao buscar explicar uma epidemia as pessoas também procuram minimizar seus riscos diante da ameaça. Para as autoras Dilene Raimundo do Nascimento e Anny Jackeline Torres Silveira Torres (2018), muitas das explicações consideradas científicas da era moderna, por exemplo, estão centradas na noção de “susceptibilidade” particular de indivíduos, grupos, classe ou raças. E o que era chamado de “predisposição” no século XVIII, pode ser discutido hoje sob o rótulo de “grupo de riscos”.

O conceito de grupos de risco foi criado pela Epidemiologia em meados do século XX, inicialmente,

[...] ele serviu para indicar a probabilidade da ocorrência de uma doença, ou de qualquer outro fator relacionado à saúde em uma população, durante um período. Era uma indicação estatísticas. Com a chegada da Aids, vários outros significados se agregaram, desvirtuando o conceito original. A noção de grupo de risco deixou de ter um valor estatístico e passou a designar entidades culturalmente definidas, como os homossexuais ou os usuários de drogas injetáveis. Estas comunidades, definidas na forma de tipos – o gay, o drogado – já não eram sujeitas a riscos, mas passaram a ser elas próprias um perigo para o resto da população. Apenas mais um passo e atribuiu-se a elas a responsabilidade pela doença (SCHILLER; CRYSTAL; LEWELLEN, 1994, p. 1338).

Para Susan Sontag (2007), a Aids foi concebida de maneira pré-moderna, como uma doença produzida pelo indivíduo enquanto tal e enquanto membro de algum grupo de risco – uma categoria burocrática, aparentemente neutra, que também ressuscita a ideia arcaica de uma comunidade poluída para a qual a doença representa uma condenação. Para Dilene Raimundo do Nascimento e Anny Jackeline Torres Silveira (2018), esses esquemas explicativos constituíram – e constituem- um quadro de em que explicações morais e valores sociais podiam ser, ao mesmo tempo, expressos e legitimados.

O discurso que veiculou a Aids aos homossexuais, segundo Germana Fernandes Barata (2006, p. 120), “mexeu com ricos e bem-informados, com contas bancárias e histórico escolar, perfil muito diferente dos das vítimas de febre amarela, da malária e da dengue”. E isso foi percebido, conforme aponta Ítalo Tronca (2000, p. 135), que se visualizou “quando o número de infectados cresceu, que os gays estavam em toda parte – na política, no Congresso, em Wall Street, em Hollywood, nas organizações de extrema direita. Em muitos casos, eles eram silenciosos e invisíveis”.

Susan Sontag (2007), corrobora com a ideia da exposição forçada ao dizer que a doença expõe uma identidade que poderia ter permanecido oculta dos vizinhos, colegas de trabalhos, familiares e amigos. E ao mesmo tempo que ela confirma que uma “identidade e, no grupo de risco mais atingido nos Estados Unidos num primeiro momento, o dos homossexuais masculino, chegou a dar origem a uma comunidade, bem como a uma experiência que isola e expõe os doentes a discriminações e perseguições” (SONTAG, 2007, p. 353).

O sociólogo Michael Pollak, em sua obra *Os homossexuais e a Aids*, analisou as mudanças que a doença provocou na vida dos homossexuais, especificamente franceses, leitores de um determinado periódico gay, na segunda metade da década de 1980. Segundo o sociólogo, observou-se que o medo da morte levou a mudanças de comportamentos e, que a doença “implicou a revelação de certas características das trocas

sexuais, até mesmo uma homossexualidade vivida até então de modo clandestino, a disseminação do vírus HIV, revela igualmente o lugar dos homossexuais na sociedade” (POLLAK, 1990, p. 13).

Segundo Dilene Raimundo do Nascimento e Anny Jackeline Torres Silveira (2018) dos periódicos médicos, a Aids se transportou para a imprensa. Tão logo o cronista de medicina do jornal New York Times, Lawrence Altman, publicou um artigo em julho de 1981, sobre a ocorrência de “um fenômeno patológico que intrigava os especialistas e que começava a assustar os gays de Nova York”, “a Aids tomou o espaço público e se tornou notícia, seja em jornais de grande circulação seja na mídia em geral (GRMEK, 1989, p. 23). E não só nos Estados Unidos, pois a doença surgiu em várias outras partes do mundo.

Por um lado, estavam aqueles “ricos e bem-informados, com contas bancárias e histórico escolar” (BARATA, 2006, p. 120) – assustados pela ameaça de morte por uma doença desconhecida e “por outro, os médicos e cientistas perplexos, sendo postos em xeque na sua capacidade de desvendar essa doença, de imediato, tornou a Aids uma questão pública (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2018, p. 313).

Nesse cenário, “para enfrentar essa questão, esses dois grupos tomaram seus caminhos polvilhados de embate e negociações, mas ambos com uma velocidade extrema” (NASCIMENTO; SILVEIRA, 2018, p. 313). Sem dúvida, a Aids não originou somente esta polaridade. Vários outros atores sociais, incluídos estes, se mobilizaram em torno do surgimento da desconhecida doença e da construção de sua história, como bem registrou Jane Galvão (2000, p. 14):

Governos, pessoas com HIV/Aids, grupos comunitários, cientistas sociais, pesquisadores de ciências básicas, educadores em saúde, organizações não governamentais, indústria farmacêutica, tradições religiosas, agências de cooperação nacionais e internacionais, profissionais de saúde, setor privado, bancos multilaterais etc., disputam espaços tanto da produção de conhecimento quanto de elaboração de respostas eficazes.

De todo modo, são as atuações desses dois grupos inicialmente que nos interessam aqui, com o convencimento que suas práticas foram perpassadas para a atuação de outros atores sociais, formando o que Galvão (2000, p. 16) chamou um “complexo mosaico”. Em relação à atuação dos homossexuais masculinos, segundo o ativista Dennis Altman (1995), com o surgimento da Aids, houve uma crescente organização dos grupos gays e a *Gay Men’s Health Crisis* – GMHC (crise da saúde dos homens gays), criada em Nova

York em 11 de agosto de 1981, foi a primeira de tantas organizações de base gay que se disseminaram pelo mundo com respostas as ameaças pela Aids.

Em um primeiro momento, o GMHC “serviu para conseguir um mínimo de resistência e questionamento da homofobia triunfante que representava o ‘câncer gay’, assim como para iniciar a esboçar o que devia ser uma campanha de prevenção sem preconceitos” (SÁEZ; CARRASCOSA, 2011, p. 149). Com o tempo, o grupo se caracterizou por um viés assistencialista, o que provocou uma volta inesperada do ativismo e deu andamento a criação, em que participaram os fundadores do GMHC do *Act Up Coalition to Unleash Power* (Coalisão da Aids para desencadear o poder).

Esse grupo nasceu em Nova York e outros apareceram nas principais cidades dos EUA e Europa, com um conteúdo claramente político, reivindicavam ações na bolsa de Nova York para exigir investimentos na investigação da doença, manifestações para conseguir a gratuidade de medicamentos ou o seu barateamento, denúncias de homofobia, do machismo, do racismo, convertendo-se em referência para os grupos gays que foram surgindo em todo o mundo, como por exemplo o grupo *Somos* no Brasil.

Por outro lado, o meio médico científico desenvolveu um processo de investigação utilizando de todo o aparato tecnológico existente à época, em especial da virologia e da imunologia, com o intuito de buscar explicações para a doença. Em meados de 1982, a doença foi denominada de *Acquired Immunodeficiency Syndrome*, mas ficou popularmente conhecida nos EUA, assim como no Brasil, pela sigla Aids. Em português, Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, também identificada como Sida. Naquele mesmo ano, em um artigo publicado pela *Morbidity and Mortality Weekly Report* (MMWR), a doença ganhou sua primeira definição. A Aids “foi descrita e caracterizada como uma doença provocada por um defeito na imunidade ocorrido em pessoas sem um quadro de doença imunológica prévia” (NASCIMENTO, 2005, p. 83).

Todavia, só no ano de 1983 o agente causador foi descoberto após o vírus ser isolado pelo virologista e médico francês Luc Montagnier, do Instituto Pasteur, sendo, em 1986, nomeado como HIV (Human Immunodeficiency Virus), Vírus da Imunodeficiência Humana e passou-se a utilizar o conceito de grupo de risco para classificar os homossexuais masculinos. A socióloga Claudine Herzlich (1993, p. 5), afirma que “Pela forma com a qual agia no organismo, a Aids mostrou-se um desafio para a ciência biomédica em um momento espetacular de crescimento da expectativa de vida em virtude dos avanços tanto na ciência quanto na medicina”:

Portanto, a Aids foi inicialmente identificada como síndrome que acomete indivíduos do sexo masculino e homossexuais. A identificação clínica da Aids ocorreu primeiramente nos EUA, onde logo, e quase exclusivamente, os homossexuais masculinos foram categorizados como grupo de risco. Não demorou, porém, e se constatou a ocorrência da doença em usuários de drogas injetáveis e hemofílicos, aumentando então o número dos grupos de risco, mas sobre os quais se manteve a concepção de grupos exclusivamente atingidos pelo mal. A Aids permanecia, assim, como uma doença ‘estranha’ que acometia pessoas consideradas “estranhas” (NASCIMENTO, 2005, p. 83).

Na obra *doença como metáfora*, Susan Sontag (2007), analisou as fantasias sentimentais e punitivas existentes na ocasião em que um indivíduo emigrava e passava a viver no reino da doença. Em sua obra o objeto central não é a doença em si, mas o seu emprego como fantasia ou metáfora. Tal, uso, em muitos casos, tornam a experiência da doença ainda mais complexa e dolorosa. Onde o seu uso pode imputar culpas e castigos aos enfermos, responsabilizando-os pela situação, bem como acabarem estigmatizando tanto a doença quanto o doente.

Para Susan Sontag (2007, p. 8) “é quase impossível fixar residência no reino dos doentes sem ter sido previamente influenciado pelas metáforas lúgubres com que esse reino foi pintado”. Contudo, a obra é um convite a encarramos a doença sob outro olhar. Defrontar-se perante a doença de uma forma distinta do modo habitual. Melhor dizendo, encarar a doença com isenção de pensamentos metafóricos que ela carrega e que está interiorizado e se manifesta na sociedade de diversas formas. Sendo assim, para autora, esvaziar os significados das metáforas e dos mitos da doença, bem como dissolvê-los, é a forma mais saudável de se estar doente.

Assim sendo, a autora Susan Sontag (2007) conclui que as doenças são usadas como metáforas: na projeção de sentimentos negativos; como adjetivos implacáveis, predatórios e cruéis; para caracterizar o que é visto como moral e socialmente errado. Mas, também sobre o que é força, fraqueza e energia (sentimentos bastante complexos); e a respeito de sentimentos como delicadeza, sensibilidade, tristeza e impotência. Em contrapartida, como uma das consequências da doença, o doente recebe uma série de estigmas baseados em padrões morais e teorias psicológicas. À vista disso, essas metáforas não seriam concebidas de forma natural, já que elas são produzidas, utilizadas e ganham interpretações a partir de padrões e discursos morais, políticos, sociais e econômicos.

A enfermidade que acometeu os cinco jovens homossexuais, em Los Angeles, entre o final de 1980 e início de 1981, “como era previsível, em se tratando de uma doença ainda não inteiramente conhecida, além de extremamente resistente a tratamentos, o

advento desta nova e terrível doença — nova ao menos enquanto epidemia — proporcionou uma excelente oportunidade para a metaforização da moléstia” (SONTAG, 2007, p. 323). Assim, nesse momento inicial, a doença foi considerada uma forma de punir uma comunidade específica de indivíduos: homossexuais masculinos. A autora Dilene Raimundo do Nascimento (2005, p. 83), argumenta que a imagem icônica que prevaleceu foi a de que a Aids não escolhia a vítima aleatoriamente, mas sim grupos específicos e pré-determinados, que tinham uma sexualidade divergente ou vício em drogas ilícitas. Desse modo, foram fundamentadas as representações iniciais construídas acerca da Aids:

A visão predominante não era a de que o vírus pudesse atingir quaisquer homens e mulheres sexualmente ativos, usuários de drogas injetáveis, hemofílicos etc., e sim de que a Aids era uma doença de gays. Junto a essa concepção figurava a de que a transmissão não estava associada à falta de métodos preventivos – uso de preservativo masculino, seringas descartáveis, sangue testado para transfusão etc., mas às práticas sexuais consideradas desviantes (VIANA; NASCIMENTO, 2013, p. 242).

Ítalo Tronca (2000), ressalta que o cruzamento entre o tema das drogas e o da promiscuidade sexual atribuída aos gays, como se fizesse parte da própria natureza da homossexualidade, forneceu o travejamento para a construção da história da Aids no início dos anos 1980”. A princípio, não se entendia que a transmissão ocorria pela falta de métodos preventivos nas relações sexuais, pelo compartilhamento de seringas infectadas e pela transfusão de sangue contaminado. No início da história da Aids, de acordo com Susan Sontag (2007, p. 357) “o comportamento perigoso que produz a Aids é encarado como algo mais do que fraqueza. É irresponsabilidade, delinquência”.

A peste é invariavelmente encarada como uma condenação da sociedade, e quando a metaforização da Aids a transforma numa condenação, as pessoas acostumam-se à ideia de que a doença inevitavelmente se espalhará por todo o mundo. Essa é a utilização tradicional das doenças sexualmente transmissíveis: apresentá-las como castigos impostos não apenas a indivíduos, mas também a todo um grupo (“licenciosidade geral”) (SONTAG, 2007, p. 447).

À vista disso, interpretar a doença como uma peste significou um tipo de metaforização que a transformou num castigo divino destinado aos que foram inicialmente acometidos por ela. Nessa perspectiva Mário Jorge de Motta Bastos (1997, p. 186), afirma que “a interpretação era de que a doença demonstrava o poder punitivo de Deus, a realização da sua justiça, uma espécie de castigo-resgate da comunidade dispersa para reintroduzi-la no caminho da salvação”. Já Susan Sontag (2007, p. 363), afirma que preliminarmente, “tal como a sífilis, a Aids foi uma doença

concebida como um mal que afeta um grupo perigoso de pessoas ‘diferentes’ e que por elas é transmitido, e que ataca os já estigmatizados numa proporção ainda maior do que ocorria no caso da sífilis”. Configurando o que Ítalo Tronca (2000) definiu como a ação de buscar no outro a origem do desconhecido mal. De acordo com Dilene Raimundo do Nascimento (2005), tal julgamento não só prevaleceu nos EUA como também foi exportado para muitos países.

Dilene Raimundo do Nascimento (2005), em sua tese de doutoramento, onde realizou um estudo comparado entre a tuberculose e a Aids no Brasil, afirma que:

Quando surgiram os primeiros casos de Aids no Brasil, observou-se imediatamente a categorização criada, principalmente, nos EUA: tratava-se de uma síndrome de imunodeficiência adquirida causada pelo vírus HIV, que, com seu tropismo predominante para as células do sistema imunológico, seria responsável por disfunções da resposta imune, permitindo a instalação de doenças oportunistas que tomariam uma evolução grave. Homossexuais masculinos, usuários de drogas injetáveis e hemofílicos constituiriam os grupos de risco. Não havia tratamento que restaurasse o sistema imunológico do indivíduo infectado pelo vírus da Aids, nem vacina que o protegesse contra a doença” (2005, p. 95).

Claro que naquele momento já circulavam no país informações sobre a Aids, tanto no meio científico quanto aos diversos segmentos sociais. Nos três anos subsequentes, pelo menos, a mídia persistiu em veicular a Aids ao homossexualismo masculino” (NASCIMENTO, 2005, p. 89). Na Edição de 12 de julho de 1983, *O Jornal do Brasil* destacava que o Brasil já registrava dois casos de ‘câncer gay’. Quando o agente causador foi descoberto após o vírus ser isolado, o mesmo jornal em sua edição de 21 de junho de 1993, anunciava que era um vírus pequeno que causava o ‘câncer gay’. Como observamos, esta terminologia empregada para se fazer referência a doença nesse periódico, nos revela de que forma a sociedade naquele momento encarou e tentou compreender a Aids.

Na seção *Agaivê-Hoje* da décima quinta edição do impresso, a articulista do jornal Márcia Rachid em seu artigo “*Para vocês e Por vocês*”, afirmava que mesmo após mais de 10 anos que o HIV estava perambulando pelas correntes sanguíneas de linfócitos, no caso peculiar do combate à Aids e aos preconceitos e discriminação que ainda cercavam as pessoas portadores seria, no mínimo, uma inconsequência e que “[...] a imprensa continuava interessada em publicar apenas e exclusivamente o que [era] bizarro, situações limites, tragédias e notícias truncadas sobre falsas promessas de cura” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11).

O historiador Roger Chartier (1990), nos ensina que as percepções socioculturais construídas não são de forma alguns discursos neutros: elas produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legítima um projeto reformador ou a justificar para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Deste modo, os conceitos e os conteúdos a serem utilizados para tentar tornar a doença de fácil compreensão estavam carregados de representações e percepções socioculturais da Aids. De igual modo, conforme Robert King Merton (1970, p. 133) a comunidade científica não esteve isenta de preconceitos e julgamentos morais, uma vez que, a ciência possui uma forte dimensão social e está compreendida por relações e aspectos sociais, culturais, econômicos e políticos que têm relação com a realidade científica.

Nesse cenário, efetuou-se a construção social da Aids nos Estados Unidos, no qual se compreendeu que a transmissão do seu agente causador ocorria entre indivíduos considerados de comportamento anormal, perigoso, irresponsável e delinquente. Para o sociólogo Michael Pollak (1990, p. 40) “a culpabilização dos homossexuais pela Aids estava relacionada com a busca de uma explicação para a doença e para a epidemia visto que era necessário tentar explicar o que estava acontecendo”. A homossexualidade, considerada uma sexualidade marginal, foi e, ainda é, para alguns grupos, uma conduta social reprovada. Por isso, “tornou-se viável e plausível explicar o advento da Aids como um castigo destinado especificamente a essa comunidade cuja conduta, para o senso comum, era marcada pelo desvio das normas morais e religiosas vigentes, uma transgressão de um dos tabus mais arraigados das sociedades” (POLLAK, 1990, p. 41).

Culpados não só pela origem da enfermidade, como também pela sua disseminação, “os homossexuais masculinos definidos como promíscuos, passaram cada vez mais a ser considerados culpados pelo aumento do número de soropositivos Onde a desinformação acabou perpetuando o pânico entre todos, e a segregação de homossexuais passou a ser uma alternativa naquele período” (VITIELLO, 2009, p. 64). O autor Richard Parker (1994, p. 53), afirma “que no momento do surgimento da Aids, ou seja, no início dos anos 1980, uma estreita relação entre a epidemia e a homossexualidade masculina foi construída pelo imaginário coletivo. Desse modo, “os homossexuais, já estigmatizados por sua orientação sexual diversa do que se pretende predominante ou ‘normal’, passam a carregar mais um estigma, o de responsáveis pela disseminação e mesmo existência da Aids (NASCIMENTO, 2005, p. 88). Mas, como ressalta O Sociólogo Richard Parker (1991), conforme a epidemia de Aids se desenvolveu, no Brasil e no mundo, os bruscos

aumentos de casos da doença entre heterossexuais, usuários de drogas intravenosas e hemofílicos evidenciaram que a caracterização prévia da epidemia enquanto uma doença de homens homossexuais era nitidamente incorreta.

Nesse cenário, era “[...] preciso continuar na luta, denunciando as omissões, os descasos e as incompetências. O único, porém, em continuar a só divulgar os horrores cotidianos da vida de quem vive com Aids, era o de acabar contribuindo com o jogo de espalhar o pânico como forma de chamar a atenção” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 18). E a divulgação de fatos positivos também poderiam servir para o combate ao preconceito e a discriminação. Ademais, “[...] a educação e a prevenção podem ser feitas não só com informações, mas com bons exemplos” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 18). E o *Nós Por Exemplo*, se prontificou em levá-los ao conhecimento de seus leitores.

Capítulo II

“Quando vamos pedir ao belo príncipe que use camisinha? ”: histórias da educação do corpo contra o vírus do HIV.

“Como pudeste tu, imbecil,
Invadir meu oráculo sagrado.
Penetra-me na garupa do gozo
Ou mascar-te de salvação
Num plasma compartilhado.
Como pudeste tu, coisa,
Limite entre o nada e a vida.
Tu não suportas nem o vento!
Nem o tempo!
Então, apoderas-te do meu corpo,
Fazes nele tua mora,
Multiplica-te em mim,
E justo em mim,
Que te acolho,
Matas?
Que covardia, vírus babaca
Como pudeste? ”

(Maria Eliza Maciel, jul. 1994).

2.1 A camisinha é pequena? As orientações de prevenção no *Nós Por Exemplo*

[...] a noite está linda, uma lua luminosa, e o gato ao lado tem tudo para dar certo. Ele é simpático, inteligente e está dando bola para você. É hoje. Onde deveria começar uma bela história de amor, tem normalmente começado com uma dor de cabeça. Quando vamos pedir ao belo príncipe que use camisinha? Antes? Na hora H? Como começar a falar? Como ele vai reagir?

A narrativa acima, escrita pelo articulista do impresso, o Sr. Consuelo Pamplona, está publicado na primeira página da edição do encarte *Agaivê-Hoje*, no ano de 1993 e, discorre sobre o medo que se existia naquela época de ser identificado como promíscuo ou de poder estar ofendendo aquele a quem na verdade queria agradar ao pedir que usasse a camisinha. E o que era uma questão cultural, passava também a influir numa questão psicológica. Ademais, para não usar camisinha, muitos homens se utilizavam do “[...] jargão é ‘como chupar bala com papel’, ou alegavam que o tamanho das camisinhas foi idealizado para crianças e que ‘no dele’ não vai caber. Muitos inclusive, argumentam que não conseguem manter a ereção depois de vestidos” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993).

Como apontado na epígrafe que abre essa seção, evidenciamos questionamentos que colocava dúvida e medo na hora do sexo. A ordem do discurso jornalístico em análise afirma que as relações amorosas já iniciavam com uma “dor de cabeça”: como e quando deveria pedir o uso do preservativo! O enunciado denunciava que o hábito era bastante novo e que a maioria dos homens não gostava de usar a camisinha sob as mais diversas alegações.

Nesse caso, a “dor de cabeça” funcionava como uma espécie de impasse entre o casal: pedia-se para usar o preservativo e corria o risco de perder o parceiro, ou renunciava ao uso preventivo e corria o risco de ser infectado pelo vírus? O discurso sugeria uma reflexão sobre qual era o melhor momento para iniciar um diálogo necessário. Um ato que passava pela promoção de um assunto a época bastante delicado, mas que tinha por objetivo um cuidado do corpo, ou seja, uma forma de manter a vida de forma saudável.

Mas em tempos de Aids, as “[...] estatísticas revelavam que era preciso vencer todos esses preconceitos” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993). A Aids não estava para castigar quem fazia sexo dessa ou daquela forma. Não escolhia suas vítimas por sua posição social, orientação sexual ou comportamento moral, no entanto “[...] para vencermos esta batalha, temos que mudar os costumes. Afinal, quem é que [queria] deixar de sentir prazer?” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993).

Nesse cenário que se apresentava, o impresso investia assim numa propaganda pautada no modelo de uma educação da saúde que consistia em inculcar em seus leitores as formas necessárias de impedir a propagação do vírus. Na seção *Agaiê-Hoje*, da décima nona edição do impresso, o articulista do impresso Paulo Henrique Longo em seu artigo “O sexo seguro, uma breve história”, afirmou que com a epidemia provocada pelo HIV/Aids, diversos conceitos até então desconhecidos ou apenas conhecidos por uma minoria foram trazidos a cena, alguns importados da medicina, outros da psicologia, de disciplinas mais herméticas. Destes conceitos, naquele momento o “sexo seguro” estava em voga na imaginação sexual de milhares de pessoas. Mas, quem sabe exatamente o que querem dizer? Será que eles possuem algum significado? Ou o que significam para cada um de nós? Sexo mais seguro em relação a que? A doenças venéreas? À garantia de prazeres?

O autor Veriano Terto Junior (1992), ao estudar sobre o sexo seguro em tempos de Aids, afirmou que quando o medo das doenças venéreas parecia ter sido relegada ao passado, pelo advento dos antibióticos que podiam curá-las e, que a Aids surgiu trazendo de volta a associação de sexo com morte e de todos os velhos preconceitos e atitudes que ao que pareciam estarem derrotados pela liberdade sexual dos novos tempos. O autor também nos revela que

[...] no ano de 1993, ao mesmo tempo que o vírus era descoberto pela ciência médica, militantes do movimento gay americano, preocupados com a onda de preconceitos e com a ameaça da destruição de suas comunidades e estilos de vida, onde o sexo era parte fundamental, começaram a discutir a evidência de que a Aids seria uma doença sexualmente transmissível e a buscar estratégia e soluções que visassem à proteção dos indivíduos sãos e daqueles já doentes, a preservação da comunidade e a garantia de direitos civis. Uma das primeiras respostas é a elaboração, já naquela época, de manuais que ensinavam os indivíduos a se protegerem da AIDS e a levar uma vida sexual sem riscos para si ou para os outros” (TERTO JÚNIOR, 1992, p. 116).

Preocupações que valeriam para todos – infectados ou não. Segundo o articulista do impresso Paulo Henrique Longo, as mais diversas interpretações começaram a surgir para o conceito de conceito de sexo seguro naquele momento. Para uns, o sexo seguro, era aquele realizado com um parceiro fixo, numa reação estável, considerada de segurança. Para outros, era apenas aquilo que já estava garantido em agendas das mais variadas e, ainda existiam, os que achavam que se referia às práticas sexuais com os mais fortes e musculosos segurança dos barzinhos e boates, isso sem falar na incessante busca pelos vigias noturnos e similares.

Ademais, “[...] partido do princípio de que o vírus HIV é transmitido de formas já conhecidas e que determinadas práticas sexuais (mesmo com seguranças) favorecem a transmissão do HIV, o sexo seguro seria exatamente o que pressupõe práticas que não nos favoreçam a transmissão do vírus” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). De acordo com o Sr. Paulo Henrique Longo, quando os americanos lançaram a história do *safe sex* - sexo seguro em português -, propuseram determinadas práticas, vídeos extremamente eróticos que mostravam que se podia fazer muita coisa sem correr riscos (como se na vida isso fosse possível). Paulo revelou, que os vídeos mostravam cenas picantes de casais quase sempre gays, “ como se o sexo seguro ou não fosse exclusividade do *San Francisco Way of Life*” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). O que era bom para os fabricantes de camisinhas, pois a ênfase sempre estava na borrachinha, que apresentava variações dignas de qualquer mestre cuca: “[...] com mel, com creme de leite, com licores, até com mostarda e ketchup, está última, aliás especialidade da casa” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9).

Mas aí, vieram os europeus “[...] que provavelmente entendem muito mais de culinária e de sexo – dizer que não era bem por aí que os gringos estavam limitando demais o sexo, que não era só camisinha o tempo todo” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). Para o articulista Paulo Longo, o maior racha se dava com a questão do sexo oral, não que os europeus desprezassem os cremes e bebidas, mas diziam que era possível dispensar a camisinha, desde que não houvesse ejaculação. “[...] pronto, ficaram aí os americanos dizendo que era necessário erotizar o uso da camisinha e os europeus dizendo que o erotismo extrapolava limites” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). Paulo revela, que apesar de gostar dos dois, até aquele momento ainda tinha dúvida. “[...] tanto que, os serviços de informações sobre Aids por telefone registravam que o sexo oral era uma das principais dúvidas. Afinal, pode ou não pode? ” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). Segundo o discurso o escritor, as evidências eram cada vez maiores de que, “[...] DESDE QUE NÃO HOUVESSE EJACULAÇÃO, poderia sim” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). De fato, o sexo oral possui baixa possibilidade de transmissão, mesmo em situações que a camisinha não é utilizada. Todavia, existe ainda risco, principalmente para outras infecções sexualmente transmissíveis (IST’s) que também podem ser transmitidas de uma pessoa para outra por sexo oral.

Também foi possível encontrar no texto inquietações do tipo: “[...] ah, mas e aquele liquidozinho que sai antes do cara gozar? ”. O articulista afirmou que para grande parte dos estudos, não haveria o menor problema. Ou do tipo: “[...] ah, mas se eu tiver

uma feridinha ou uma carie ou canal maltratado ou uma afta? Quer deixar de paranoia?!” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). Paulo Longo ainda revelou, outro assunto que as pessoas falavam com muita frequência: a história de o uso de camisinha era um saco, que tirava o prazer, que não era legal, que fazia brochar. Na ordem desse discurso, era possível ler: “[...] será mesmo? De onde é que saiu que o dito cujo só poderia dar prazer inserido em um orifício de qualquer natureza?” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1995, p. 9). E seguiu insistindo na defesa de um sexo seguro: “[...] seria simplesmente abolir ou evitar determinadas práticas? Mais do que isso, seria incorporar novas práticas, reinventar rotas, desejos e sobretudo, fantasias. Tudo isso?” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995).

As autoras Telma Cavalheiro e Eugênia Raizer (1992), ao estudarem sobre o sexo seguro, na época em que o impresso circulava, afirmaram que até que se desenvolvesse uma vacina ou tratamento eficaz, a principal, embora não exclusiva, forma de evitar a disseminação do HIV, seria através do sexo seguro. Para as autoras, falar de Aids e sexo, por sua vez, significava confrontar temores, fantasias, crenças e tabus sobre a sexualidade.

O autor Veriano Terto Junior (1992) afirmou, que as discussões sobre o sexo seguro (*safer sex e safe sex*) começaram a produzir efeito ao questionar posições mais radicais e morais que pregavam fórmulas do tipo “não faça mais sexo”, ao que era contraposto com “faça sexo com mais cuidado”. Ainda segundo o autor, as mudanças de comportamento começaram a ocorrer e a consequência foi a queda do aumento de números de casos em homens gays na cidade de São Francisco, nos Estados Unidos, e, em Amsterdam, na Holanda, o que se mostrava evidente a importância da educação como estratégia de conter o avanço da epidemia.

Para Veriano Terto Junior (1992, p. 117), “a partir da segunda metade dos anos 1980 as compreensões do que seria sexo mais seguro se ampliaram de acordo não somente com as novas evidências epidemiológicas dos modos de transmissão, mas também com perspectivas religiosas, culturais, políticas etc. Segundo o autor, para alguns, sexo mais seguro se restringiu a recomendação do uso da camisinha; para outros, como a Igreja Católica, o uso da camisinha foi visto com desconfiança e até mesmo, condenado. Para outros ainda, “sexo mais seguro seria a interdição de quaisquer trocas de fluidos corporais, como saliva, suor, quiser contato com espermatozoides ou secreção vaginal, mesmo que as evidências epidemiológicas não apontassem nenhum risco pelo beijo e pelo sexo oral (TERTO JÚNIOR, 1992, p. 117). Revelou também que “existiam ainda aqueles para quem sexo mais seguro seria a abstinência total, e a relação monogâmica e a fidelidade seria a garantias contra o vírus” (TERTO JÚNIOR, 1992, p. 117) e aqueles “que nunca

se consideravam em risco e, que por mais que recebessem informações, não mudavam seu comportamento” (TERTO JÚNIOR, 1992, p. 117). Para o autor, a decisão final seria sempre complexa, estando ela relacionada a fatores culturais, econômicos e emocionais, que deveriam ser levados em conta em quaisquer processos educativos ou discussões sobre sexo mais seguro.

Mas afinal, o que seria sexo mais seguro? Para Veriano Terto Junior (1992) a concepção de sexo mais seguro deveria incluir e reforçar o uso do preservativo (camisinha), o que seria um passo importante, porém, não o único. “Mais do que um termo técnico ou o uso do preservativo, sexo mais seguro, quer dizer proteção, responsabilidade consigo e como nossos parceiros; como o passado, o presente e o futuro de cada ato sexual por nós praticado” (TERTO JÚNIOR, 1992, p. 118). Á vista disso, “a ideia de sexo mais seguro não deveria significar ausência ou perda de prazer e satisfação, mas sim descoberta de novas e diferentes maneiras de alcançar prazer em relações estimulantes, satisfatórias, sem culpas e seguras contra o HIV” (TERTO JÚNIOR, 1992, p. 118).

No ano de 1993, a pesquisa recente do IBOPE a nível nacional, revelou “[...] que 61% dos brasileiros passaram a tomar cuidados nas relações sexuais em função da Aids e que, destes 52% passaram a usar camisinha” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11). De acordo com as informações contidas no texto informativo, só seria possível alterar os costumes se houvesse a exigência como forma de incentivo a obrigação do uso de preservativo, pois só seria possível alterar os costumes por meio da imposição. Mesmo sabendo da necessidade, “[...] a teoria na prática é outra”, como afirmou o periódico em sua edição do mês de maio de 1993. Dessa forma, por mais que a maioria das pessoas, conforme os dados acima apresentados, alegassem uso da camisinha, a realidade parecia ser outra. Segundo o impresso, “[...] muita gente, que certamente já tinha resistência com relação ao ‘artefato de borracha’ passou a dizer: ‘para que eu vou usar camisinha se não adianta nada?’ ” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11).

Naquele mesmo ano, “[...] os municípios brasileiros mais atingidos pela epidemia de HIV/Aids eram São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Santos (SP), Porto Alegre (RS), Belo Horizonte (BH), Salvador (BA), Brasileira (DF), Recife (PE), Ribeirão Preto (SP) e Curitiba (PR) ” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 20). Neste cenário, “[...] de aumento crescente do número de casos de HIV/Aids” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11). O impresso *Nós Por Exemplo* seguia insistindo na defesa de um sexo seguro: “[...] seria simplesmente abolir ou evitar determinadas práticas? Mais do que isso, seria

incorporar novas práticas, reinventar rotas, desejos e sobretudo, fantasias. Tudo isso? ” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995, p. 9). O periódico defendia que dava “[...] para engolir (a história, e não outra coisa, meninos)? Será que alguém tem tempo de ficar procurando nos manuais que prática seria MUITO, MAIS OU MENOS, ou POUCO PERIGOSA na hora de transar? ” Ou mesmo, não seria “[...] muito mais fácil saber, que o contato do esperma com mucosas muito absorventes facilita a transmissão do HIV?” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995, p. 9).

Ao que nos parece, a principal preocupação do impresso estava na implementação de uma educação da saúde, uma espécie de orientação correta para preservação do corpo são, assegurando as pessoas prazer e proteção. A intenção do impresso era normalizar as informações sobre as formas de contágio do vírus dando aos homossexuais ânimo e coragem para vencer a ignorância que pairava majoritariamente na hora do sexo. Suscitava assim, questões como a que foi posta na coluna *Agaivê-Hoje*, publicada na edição de maio de 1993: “[...] quando acontecer uma noite de lua, com um gato ao lado, o que é que faz com o nervosismo, com a vergonha e com a ansiedade? ” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11).

Por vezes, os enunciados sugerem que emoções como nervosismo, ansiedade e vergonha funcionavam como empecilhos para o combate a propagação do vírus. Tal sugestão, colocava os homossexuais em condição de vulnerabilidade, ou mesmo de colocar o prazer acima do cuidado de si, tudo pelo fato de ter “um gato do lado”. Apesar disso, deixa nas entrelinhas do discurso o aviso de que o gato poderia estar infectado, afinal de contas o vírus não escolhia os corpos por critérios de beleza, status social ou qualquer outra condição cultural.

Entre os diferentes grupos sociais, existiam diferenças marcantes no sofrer ou no modo de reagir às doenças. Ao levarmos em consideração que a Aids tornou-se uma doença que circulava entre os corpos, num primeiro momento sob a alegação de que o contágio era majoritariamente através do ato sexual e que passou a tomar grandes proporções em termos de infectados, é possível passar a pensar esse fenômeno como uma epidemia.

Neste cenário, a Aids obrigou as inúmeras esferas sociais a olharem para a sexualidade e, de alguma forma, discuti-la. “Independentemente dos paradigmas que orientaram estas discussões, a sexualidade, o desejo e práticas sexuais passaram a estar presentes nas agendas e preocupações sociais, religiosas, estatais e familiares” (CAETANO; NASCIMENTO; RODRIGUES, 2018, p. 289). Cenário que segundo os

autores Marcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alexsandro Rodrigues (2018) produziu outros movimentos e outras redes discursivas de controle e modulação de práticas de sociabilidade e afetivos-sexuais. Com frases imperativas, a exemplo de “use camisinha”, as sexualidades ganharam uma centralidade discursiva e profundamente pragmática e intervencionista nas políticas públicas de prevenção ao HIV. O vírus HIV mostrou facetas sobre a sexualidade, mas não todas. O temor do contágio com o vírus, assim como as discussões sobre a doença e sexualidade, orientou desejos, ensinou práticas, produziu outras variadas formas de relacionamento e modelou corpos (Cf. PARKER; PIMENTA, 2004).

Á vista disso, os discursos do então educador social de projetos de prevenção à Aids/DSTs no Rio de Janeiro, o Sr. Consuelo Pamplona e dos articulistas Paulo Henrique Longo ganharam as páginas do encarte *Agaiê-Hoje*, pontuando informações do risco a saúde em tempos de Aids, do não uso da camisinha, considerada um tabu e rodeada de preconceitos. Desde os anos iniciais da década de 1980, a epidemia de AIDS, pelo caráter incurável da síndrome, apresentou-se como um importante desafio para a saúde pública.

Nesse cenário, a redução de danos e a prevenção se destacaram como estratégias fundamentais para o enfrentamento a doença. No Brasil, desde o “início das políticas relativas à AIDS, a camisinha foi, e continua sendo, a principal aposta no campo da prevenção” (PAIVA; VENTURI; FRANÇA; LOPES, 2003). Vejamos o discurso do Sr. Consuelo Pamplona:

[...] em primeiro lugar, *convença-se que você não está ofendendo ninguém por cuidar de sua preservação e da de seu companheiro*. Preservar-se é sinal de que você tem amor à vida. Outra coisa: não cai nessa de que ‘a camisinha é pequena!’. Está provado que só não caberá se o ‘distinto’ for maior que um braço e mais grosso que um punho cerrado. Experimente no próprio braço e certifique-se. Quanto a ‘chupar bala com papel, não há grandes perdas de sensibilidade. Portanto *a ‘diferença’ é mais uma questão de bloqueio psicológico e costume*. O erotismo não se desenvolve apenas no tato. Se o parceiro for teimoso, a saída é usar e abusar do charme e sedução. Ainda em nosso caso, os brasileiros, há outro, porém que nos emperram a usar a camisinha como instrumento de sexo seguro: o preço. Nesse caso, *fique sabendo que há algumas entidades no Rio de Janeiro que colaboram distribuindo gratuitamente os preservativos necessários as suas ‘performances’*. Nessas entidades você também pode adquirir mais informações sobre a AIDS e o uso correto da camisinha, sem vergonha e sem medo (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993. Grifos nossos).

Certamente, o educador social afirmou que utilizar a camisinha não é um gesto de ofensa a ninguém e sim um sinal de preservação e amor a vida. Pamplona além de revelar que a camisinha possui o tamanho ideal faz uma crítica aqueles que afirmam que ela é

pequena e gera perdas de sensibilidades no seu uso, orientando os seus leitores a experimentarem no próprio braço para se certificarem e usarem do charme e da sedução para que os parceiros dos leitores na prática do sexo utilizem o preservativo. Por fim, o educador social revelou um fator que é considerado até então um entrave para o uso da camisinha, o seu preço, orientando os seus leitores a procurar entidades no Rio de Janeiro que distribuem preservativos e também repassam informações sobre o uso correto da camisinha. Sua ordem do discurso tenta justificar as razões que ele considera a melhor forma de educar os seus leitores pontuando informações sobre o uso correto da camisinha, considerada até então, um tabu e rodeada de preconceitos.

Porém, o que mais chama atenção no discurso educativo, está na consciência de que o não uso de camisinha era muito mais uma questão de “bloqueio psicológico e [de] costume”. Era preciso investir na educação da saúde no sentido de fazer com que as pessoas se apropriassem das orientações colocadas à disposição para a prática sexual segura. Fazia-se necessário vencer a ignorância e fazer do uso de preservativo um costume, uma ação cotidiana capaz de combater a propagação do vírus do HIV. Essa, na ordem do discurso em tela, não era uma tarefa fácil. Nas duas últimas décadas do vigésimo século, usar camisinha ainda parecia ser uma prática abominável ao prazer, portanto, muito ainda precisava ser feito pelo impresso *Nós Por Exemplo*, bem como pelas entidades de defesa da vida e até mesmo por parte do Governo Federal.

Acreditamos que até mesmo as mortes provocadas pela Aids, passaram a ser utilizadas como uma “pedagogia do medo” capaz de despertar nas pessoas o medo, e conseqüentemente, o uso de preservativo. Essa promoção do uso da camisinha, faz parte de “uma perspectiva não supressiva da prevenção, que caracterizou a maioria das respostas nacionais bem-sucedidas à epidemia de HIV, diferentemente de outros contextos, onde os trabalhos preventivos persistiam na ideia de abstinência sexual” (KALICHMAN, 1993, p. 64).

A Aids denunciava os vícios do sexo e as práticas não seguras. Á vista disso, o conteúdo sobre a Aids apresentado nos enunciados do impresso aqui analisados apresentam uma abordagem sobre o corpo e sobre os prazeres e as práticas sexuais dos sujeitos, propondo condutas seguras na hora do sexo e cuidados com o corpo. Segundo Michel Foucault (1985), de acordo com a tradição grega, o cuidado de si mantém laços estreitos com o pensamento e a prática médica, em que tanto a filosofia quanto a medicina

lidam com o “páthos”²³, que tanto remete à paixão da alma quanto as doenças físicas, ou também para afirmar a estreita correlação entre alma e corpo. Para Michel Foucault (1985, p.59-60) o corpo, toma a forma de uma afecção que perturba o equilíbrio de seus humores ou de suas qualidades e que, para a alma, toma a forma de um movimento capaz de arrebatá-la apesar dela própria” (FOUCAULT, 1985, p.59-60). Sendo assim, se faz necessário lembramos que na cultura de si o cuidado médico refere-se à atenção e ao cuidado com o corpo e que para esse cuidado é indispensável a atenção com os mal-estares e com as perturbações que podem circundar corpo e alma.

Neste sentido, Michel Foucault (1985), destaca a importância do cuidado de si ser significativo e valioso para o sujeito, e para isso precisa de um equilíbrio entre as coisas da alma e o que pertence ao corpo, pois um está conectada com o outro. Deste modo, “os males do corpo e da alma podem comunicar-se entre si e intercambiar seus mal-estares: lá onde os maus hábitos da alma podem levar a misérias físicas enquanto os excessos do corpo manifestam e sustentam as falhas da alma” (FOUCAULT, 1985, p.62).

Nesta medida, para Michel Foucault (1985), o corpo não está a serviço da alma, assim como a alma não está do corpo, mas corpo e alma complementam-se e, por isso, não podem ser tomados de forma instrumental de um sobre o outro. Sendo assim, o conceito de alma empregado por Foucault está em um sentido de alma enquanto sujeito de ação, onde o sujeito possa exercer uma relação singular com ele próprio, ou seja, um sujeito agente consigo mesmo.

Á vista disso, Michel Foucault (1985, p. 69), defende “que o fim principal a ser proposto para si próprio deve ser buscado no próprio sujeito, na relação de si para consigo”. Sendo assim, o corpo não pode ser tomado como instrumento da alma, isto é válido também na relação oposta, pois, o que realmente é significativo para Foucault é a existência de uma relação de complementaridade, de integração recíproca para que os seres humanos possam manter ou alcançar o bem-estar no mundo e viver harmonicamente, tanto o corpo como a alma devem receber cuidados especiais. O cuidado com o corpo enquanto sujeitos de ação é um investimento nas práticas de si que cada ser humano não pode dispensar a si próprio, pois se constituem em preocupações de várias ordens, que são elas: “o medo do excesso, a economia do regime, a escuta dos distúrbios, a atenção detalhada ao funcionamento, a consideração de todos os

²³ O termo Páthos, “tanto se aplica à paixão da alma como a doença física, à perturbação do corpo como ao movimento involuntário da alma” (FOUCAULT, 1985, p. 59), que pode tornar-se qualidade de passividade como de movimento, ou seja, tanto pode ser entendida como paixão e como doença.

elementos (estação, clima, alimentação, modo de vida) que podem perturbar o corpo e, através dele, a alma” (1985, p.62).

A partir da apropriação da escrita de Michel Foucault (1985), entendemos que a prática de si envolve o sujeito de forma que se constitua face a si próprio, que se reconheça como alguém que precisa ser cuidado, seja por si próprio ou que dispense a quem tem capacidades para fazê-lo. Em relação a isto, Michel Foucault (1995, p. 63) afirmou que

[...] as desordens do corpo podem, em geral, ser detectadas pelo pulso, a bile, a temperatura, as dores; e que, aliás, as piores doenças físicas são aquelas em que o sujeito, como na letargia, na epilepsia, na apoplexia, não se dá conta de seu estado. Nas doenças da alma o grave é que elas passam despercebidas ou mesmo que podem ser tomadas por virtudes (a cólera por coragem, a paixão amorosa por amizade, a inveja por emulação, a covardia por prudência).

Na perspectiva de Michel Foucault, o mais importante dos cuidados que se deve ter consigo próprio é um olhar atencioso sobre o corpo e a alma, para isso é preciso manter atitudes constantes sobre seu próprio ser, ou seja, é fundamental adotar sobre si próprio o papel e a postura de um vigia noturno, mantendo controle sobre tudo o que se passa com seu ser e a sua volta, sem deixar passar nada despercebido. Frases como “[...] quando sair de casa à fim de transar, muitos podem ser os prazeres, mas também podem ser muitos os riscos, sempre que você [sair] leve preservativo” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 19); “[...] um michê lhe convida para sair e você não vai pois acha que é mais fácil pegar Aids com um garoto de programa? Esse tipo de pensamento faz voltar a ideia ultrapassada de Grupos de Risco. Não existem grupos de riscos. Todas as pessoas estão expostas ao vírus” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 20); “[...] ele vai lhe comer, ponha a camisinha, ele pede para botar só um pouquinho sem caminha, não deixe!” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 20); e, “[...] tanto faz você ser ativo ou passivo numa relação com penetração use SEMPRE o preservativo” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 20) orientavam os seus leitores do impresso a serem vigilantes quando o assunto era o sexo, para terem cuidados na prática do sexo utilizando o preservativo (camisinha), para protegerem o “[...] seu corpo do vírus e assegurar o sexo, afinal, ninguém queria se queimar para o próximo carnaval” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 12). Esse tipo de cuidado, nos leva a pensar com Michel Foucault (1985, p. 69), ao afirmar que “o fim principal a ser proposto para si próprio deve ser buscado no próprio sujeito, na relação de si para consigo”.

Nesta perspectiva, a constituição do sujeito perpassa todas as vivências do corpo, ou seja, o corpo é constituído pelas experiências que cada um desenvolve em si próprio. Para Foucault (2006, p. 168):

[...] o corpo é ao mesmo tempo uma massa, um invólucro, uma superfície que se mantém ao longo da história. [...], isto é, matéria, literalmente um locus físico e concreto. Essa matéria física não é inerte, sem vida. [...] pode-se dizer que o corpo seria um arcabouço para os processos de subjetivação, a trajetória para se chegar ao “ser” e ser prisioneiro deste. A constituição do ser humano, como um tipo específico de sujeito, ou seja, subjetivado de determinada maneira, só é possível pelo “caminho” do corpo.

O corpo que como nos lembra Michel Foucault (2010), por um período ficou esquecido dos cuidados que os sujeitos deveriam desempenhar consigo próprios, isto aconteceu no período socrático-platônico, mas que mais tarde no momento do período helenístico-romano, considerado momento da “idade de ouro” do conceito cuidado de si, o corpo passou a ser reintegrado no cuidado que cada um poderia dispor a si mesmo. O autor ainda ressalta que na atualidade o cuidado com o corpo aumenta significativamente e o conhecimento sobre o corpo segue em um progresso cada vez maior, deixando a impressão que o cuidado demasiado em outras épocas dispensado à alma, agora vigora sobre o corpo. Tal cuidado coloca o caráter do sujeito em uma condição vulnerável, pois se for dado demasiado cuidado de um sobre o outro a constituição do sujeito fica debilitada. Desta forma, a visão sobre o corpo é de um olhar instrumental, em que tanto o cuidado exagerado quanto o conhecimento ilimitado do corpo podem produzir a sua instrumentalização. Se o cuidado demasiado o coloca em situação de evidência e o instrumentaliza, o conhecimento sobre o corpo se concretiza sob sua instrumentalização, pois a maior proporção desse conhecimento estabeleceu-se nas relações de poder exercidas sobre ele, na disciplina imposta aos corpos. Portanto, as dificuldades enfrentadas hoje estão vinculadas no poder enraizado sobre o corpo.

O impresso, ao divulgar informações como ação da educação da saúde fazia investimento de poder sobre os leitores, na defesa de um sexo seguro e do cuidado com o corpo, gestando uma educação capaz de orientar formas da não transmissão do vírus do HIV. Ademais, adotar novas práticas passava pela “obrigatoriedade” do uso da camisinha nas relações sexuais. Por fim, indicava-se: “[...] proteja-se como dizia nosso folheto, ninguém tem seguro de sexo!” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995). Também deve ser sublinhada a importância do conhecimento sobre o corpo, pois através dele muitos avanços significativos foram alcançados para melhorar a vida humana. Porém, o cuidado e conhecimento sobre o corpo não podem ser tomados em um sentido que o

instrumentaliza. Michel Foucault (1984, p. 127), explicou como os corpos são dominados:

[...] o corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma anatomia política, que é também igualmente uma mecânica do poder, ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficácia que se determina” (FOUCAULT, 1984, p. 127).

Michel Foucault afirmou a existência da abordagem do corpo sob óptica do poder e sob diferentes técnicas desse poder, as quais foram muito utilizadas no âmbito institucional de escolas, hospitais e prisões. Em vista do exposto, é possível afirmar que essas técnicas que instrumentalizam o corpo ganharam outros sentidos, mas que de uma certa forma continuam vivas nestes espaços. O corpo que para Michel Foucault (2003, p. 147):

[...] se tornou aquilo que está em jogo numa luta [...] e às instâncias de controle. A revolta do corpo sexual é o contra efeito desta ofensiva. Como é que o poder responde? Através de uma exploração econômica (e talvez ideológica) da erotização, desde os produtos para bronzear até os filmes pornográficos... como resposta à revolta do corpo, encontramos um novo investimento que não tem mais a forma de controle-repressão, mas de controle-estimulação: ‘fique nu..., mas seja magro, bonito, bronzado!’

Deste modo, o corpo foi colocado em uma posição de evidência, onde se vincula um controle que o estimule em suas decisões. E estas decisões estão intimamente ligadas às ações do sujeito, implicando na constituição desse sujeito. À vista disso, os controles exercidos exteriormente passam a fazer parte do ser humano, e, em muitos casos, o controle externo transforma-se em um autocontrole. Porém, se o sujeito conseguir olhar por um viés diferenciado, por um olhar próprio e autônomo e buscar sua constituição de forma singular, passa a não ser estimulado pelos ideais exteriores. Neste contexto, Michel Foucault (2010), expõe que para o homem ser livre, para que possa conduzir sua vida de forma saudável e para que se sinta inserido na sociedade, não deve estar preso a certos ditames.

Neste âmbito a concepção de corpo defendida por Michel Foucault (1985) estaria voltada para a formação de uma corporeidade significativa e aos valores formadores de personalidades autênticas. *O Nós Por Exemplo* ao instruir o homossexual, por meio de vários recursos, isto é, questão da busca do conhecimento como ferramenta para diminuir o preconceito em tempos de Aids, investia na possibilidade de uma reflexão centrada em

conhecimentos acadêmicos, lançando a ideia de que o homossexual ao estar próximo desses argumentos, é um sujeito que se posiciona no mundo através de leituras que o façam entender o seu lugar no mundo, a cuidar de si e de seu corpo. Existia uma estratégia explícita nisso: dar uma resposta consciente do que é e do que pode fazer um homossexual em tempos de AIDS. Era assim, um modo de se colocar após a série de estereótipos e preconceitos sofridos especialmente na década de 1980. Segundo Michel Foucault (1985), a educação do corpo pertence ao nível de formação do sujeito, em que cada um precisa cuidar de si mesmo, pois “[...] o cuidado de si é um privilégio-dever, um dom-obrigação que nos assegura a liberdade obrigando-nos a tomar-nos nós próprios como objeto de toda a nossa aplicação” (FOUCAULT, 1985, p. 53), atitude considerada indispensável por todos. Cada um deveria ter os cuidados com o corpo de acordo com seus objetivos, ou seja,

[...] quem quiser ter uma visão penetrante deve ter cuidado com os olhos para ver, se quiser ser ágil na corrida, deve-se tomar cuidados com os pés que servem para correr [...]. Ocorre o mesmo com todas as partes do corpo do qual cada um deve cuidar segundo suas preferências” (FOUCAULT, 1985, p. 51).

Nesta perspectiva, o corpo para Michel Foucault (1985) não é sinônimo de organismo, mais que organismo pode ser entendido como uma determinada disposição do corpo em uma adaptação ou criação do próprio corpo. Esta adaptação exige transformação, que somente é possível nas relações com o outro, com ideias, com imagens e essas relações têm por força o prazer. Segundo Foucault são através das práticas de si que os indivíduos se tornam sujeitos, ou seja, pelo desenvolvimento dessas práticas que cada um constitui a si próprio, os modos de subjetivação. E, para Michel Foucault (1985), a subjetividade acontece no corpo, nas relações que se estabelecem no corpo de cada sujeito.

Deste modo, cuidar de si envolve envolve-se nas relações com os outros, na maneira de cuidar de si mesmo e na forma de cuidar dos outros, porém essas relações são consideradas complexas. Sob esta perspectiva, da importância de cuidar do outro, adverte Foucault: “não se deve fazer passar o cuidado dos outros na frente do cuidado de si; o cuidado de si vem eticamente em primeiro lugar, na medida em que a relação consigo mesmo é ontologicamente primária” (FOUCAULT, 2006, p. 271), e enfatiza ele que o imperativo socrático “ocupa-te de ti mesmo” pode ser traduzido em nosso tempo como “constitua-te livremente, pelo domínio de ti mesmo (2006, p. 287).

A partir do exposto, pode-se aproximar as relações existentes do contexto do ocupar-se consigo mesmo com o domínio de si mesmo, e, em consequência desse domínio aparece a constituição do sujeito e a forma que cada um pode se constituir. Em consequência, a constituição de um sujeito dono de um caráter exemplar passa pela relação com o corpo, pois ele é a marca do que é levado em diante, ou seja, é através do corpo interconectado com a alma que todas as virtudes do sujeito são passadas para os demais, nas relações existentes entre os sujeitos e de tudo o que os rodeia. Sendo assim, as práticas consideradas de risco tornaram-se um investimento econômico e social para o autocontrole e a mudança do comportamento dos sujeitos, seja pelo uso de preservativos ou campanhas publicitárias; sendo que as políticas desenvolvidas no século XIX, por exemplo, preocuparam-se com a disciplina e adstração dos corpos, bem como uma preocupação com a saúde, o sexo e a gestão da vida (Cf.: FOUCAULT, 1990, p. 89). Para a autora Myriam Mitjavila (2002, p. 131), “a noção do medo, da morte, da possibilidade do risco produziu a sociedade de risco que passou a olhar seus corpos, desejos e prazeres através de novas políticas preventivas e da gestão discursiva moral e política do dispositivo do risco”.

O risco e suas consequências passaram a ser atribuídos a uma questão individual, que se não controlado ou evitado irá tornar-se um problema social, pois “a medida em que o poder se torna mais anônimo e mais funcional, aqueles sobre os quais é exercido tendem a ser mais fortemente individualizados” (FOUCAULT, 1987, p. 197). Esse controle da gestão da vida e dos corpos foi realizado através do investimento discursivo presente nos enunciados aqui analisados com relação à Aids, com frases como: “[...] use camisinha” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 20); “[...] camisinha com amor” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993, p. 11); “[...] só com camisinha” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 19). O conteúdo da Aids apresentado nos enunciados do impresso aqui analisados, apresentam uma abordagem sobre o corpo, sob os prazeres e as práticas sexuais dos sujeitos, em que à vontade e prazer estão relacionados ao risco e ao perigo.

Segundo Michel Foucault (1990, p. 145), é este corpo que será preciso proteger, de um modo quase médico: um lugar dos rituais dos quais se restaurava a integridade do corpo do monarca, serão aplicadas receitas terapêuticas como a eliminação dos doentes, o controle dos contagiosos, a exclusão dos delinquentes. À vista disso, é sobre o corpo que serão aplicados detalhes e padrões comportamentais tidos como corretos e necessários para a manutenção de estatísticas, códigos de conduta em nome da manutenção normalidade, constituindo a biopolítica da população a partir da

responsabilidade de cada sujeito. O corpo que segundo Guacira Lopes Louro (2000), se altera com a passagem do tempo, com a doença, com mudanças de hábitos alimentares e de vida, com possibilidades distintas de prazer ou com novas formas de intervenção médica e tecnológica. À vista disso, em tempos de Aids, a preocupação com o exercício do ‘sexo seguro’ sugeriu novos modos de encontrar prazer corporal, alterando práticas sexuais ou produzindo outras formas de relacionamento entre os sujeitos.

Deste modo, divulgar informações como ação da educação da saúde passou a ser um dos grandes investimentos do impresso voltado ao público homossexual, visando desenvolver um cuidado de si, um cuidado do corpo em seus leitores e também fazendo com que os iguais cuidassem do outro através de uma linguagem própria aos homossexuais – buscando não naturalizar a doença, mas de alterar as práticas sexuais como parte de um projeto biopolítico de promoção a vida.

Sabemos que a Aids “é uma doença como outra qualquer, de que existem, mecanismos de prevenção contra ela e de que a luta contra o HIV é também uma luta contra o pânico, a desinformação, os preconceitos e a discriminação que devem ser combatidos com solidariedade” (NASCIMENTO, 2015, p. 96). Acreditamos que era de suma importância à vida dos leitores, desenvolver naquele momento um cuidado de si, por meio da promoção da vida, com discussões sobre a doença e sexualidade, orientação de desejos, o ensino de práticas do sexo seguro. Para tanto, o impresso *Nós Por Exemplo* passou a investir nos primeiros anos da década de 1990, em uma educação da saúde que visava inculcar nas pessoas práticas de cuidado na hora do sexo a exemplo da conversa sobre proteção e uso de camisinha.

Não podemos ainda afirmar em termos quantitativos sobre os leitores que tinham acesso ao periódico ou mesmo que se apropriaram das práticas educativas postas em circulação em suas páginas. Mas podemos afirmar que o periódico, por meio de sua militância, investiu em divulgar essas informações tão caras a defesa da vida. Sendo assim, tornou-se de grande relevância para os homossexuais possuir um impresso que revelava a amizade como estética de vida, fazendo com que os iguais cuidassem de si e do outro.

Outro fator que nos salta os olhos é a pouca presença de discursos proferidos por médicos. Ou seja, as publicações timbradas nas páginas do impresso já era uma leitura do discurso médico em voga no combate a propagação do vírus do HIV e disseminação da

Aids enquanto doença. Os discursos desses jornalistas, partiam de um lugar de verdade²⁴, tendo em vista que eram legitimados pelo discurso científico e, atuavam como elemento retórico para convencer/instruir o leitor/consumidor para ter hábitos sexuais mais seguros. Como dizia o impresso, “[...] ninguém tinha seguro de sexo!” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995).

Os discursos educativos chamavam a atenção para a grave ameaça representada por esse perigo minúsculo e invisível aos olhos. Destaca-se assim, o protagonismo de jornalistas gays que se esforçavam em aprender com o discurso médico para investir numa educação da saúde, do cuidado do corpo através de uma linguagem própria aos homossexuais.

O impresso *Nós Por Exemplo*, foi mais um dos espaços de propagação de um saber dito médico que visava inculcar no público gay os devidos cuidados para “manter o corpo limpo” de enfermidades. O espaço informativo servia ainda como forma de resistência ao estigma na qual os homossexuais eram acusados: o da sexualidade desviante e o fato de portar um “câncer gay”. Não se tratava de naturalizar a doença, mas de alterar as práticas sexuais como parte de um projeto biopolítico de promoção a vida.

2.2 Sobre o “use camisinha” ou a “Pedagogia da Aids”

[...] deveria escrever sobre Aids, mais especificamente sobre transmissão. Antes de iniciar, fiquei pensando como é difícil orientar sobre prevenção quando na prática, poucos acreditam na possibilidade de adquirir o vírus.

A narrativa acima, escrita pela articulista do impresso, a Dra. Marcia Rachid²⁵, está publicada na primeira página da seção *Aids* da edição de maio no ano de 1992 com o seguinte título “Se pudesse te encontrar outra vez...” e, discorrer sobre duas situações distintas, mas que tem em comum, a perda de pessoas queridas. Pessoas que não tiveram a chance de evitar a doença por total desinformação. A articulista afirmou que “[...] tem

²⁴ Ao tratar dos procedimentos que permitem o controle na produção dos discursos, Michel Foucault (2012), chamou atenção para o dispositivo da “disciplina” que vai definir um domínio de métodos, um *corpus* de proposições verdadeiras e um jogo de regras que define quem pode se servir do discurso elaborado no interior da disciplina. Neste sentido, são impostos limites para reconhecer as proposições verdadeiras e distinguir as falsas. Por esse controle de enunciação de discursos, a disciplina legitima o aquilo que é tido como verdadeiro. No caso do discurso médico, por se inserir num campo de saber disciplinar, tem sua fala legitimada pelo poder atrelado a produção de sentidos que a medicina científica pode formular.

²⁵ Marcia Rachid era médica do Hospital Universitário Gaffrée e Guinle e membra da Comissão Técnica de Aids do CREMERJ, no terceiro capítulos abordaremos sua vida pessoal, sua relação com a comunidade gay e sua relação de amor e cuidado com os seus pacientes.

vivido experiências indescritíveis e, aprendendo a cada dia sobre diferentes maneiras de enfrentar a doença e encarar a morte” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8).

A primeira situação, relatada pela articulista do impresso, ocorreu no ano de 1986, mais precisamente no mês dezembro. Segundo Márcia Rachid, ela recebeu um paciente em seu consultório no Hospital Universitário Gaffrée e Guinle que “[...] acabava de descobrir ser portador do HIV. Aparentemente tranquilo, muito lindo e saudável” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8). Durante o exame clínico, a médica e articulista do impresso revelou que, foram encontrados gânglios e que de prontidão ela pediu a biópsia com a esperança de não haver infecção, todavia, o laudo apresentou tuberculose. Durante alguns meses, o paciente segundo a médica Márcia Rachid, permaneceu bem, porém foram surgindo infecções sucessivas, já que naquela época não se prescrevia o AZT ou outro antiviral, o que permitiu a piora rápida do paciente. Conta-nos a publicação do impresso, que

[...] convivemos durante oito meses, compartilhando a angústia de não acontecer nenhum milagre ou avanço científico imediato. Sofríamos juntos diante da impotência total. Sabia que não veria (ou viveria) o dia da cura, mas desejava muito que outras pessoas pudessem ter este prazer” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8).

Ainda em seu relato, a médica informou que, certo dia após horas de conversas, o paciente despediu-se com um sorriso e olhar de adeus. Estava calmo havia sorrido muito, “[...] lembrando de fatos anteriormente vividos e, que ao sair do hospital naquele manhã, tinha certeza de que não voltaria a vê-lo com vida” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8) e, que chegou a pensar em largar tudo, mas a voz do paciente, que estava gravada em sua mente, lhe dizia: “[...] não jogue tudo pro alto, seu trabalho é importante” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8). A médica afirmou que se fosse hoje – nos primeiros anos da década de 1990 -, certamente, teria outras perspectivas para o paciente. Com a chegada de novos medicamentos tornou-se possível oferecer melhor qualidade de vida para os pacientes acometidos pelo vírus do HIV.

A médica contou aos leitores do impresso em análise, que continuou o seu trabalho e, que sem perceber mais uma vez estava envolvida com os seus pacientes. Uma história repleta de sensibilidade que “se traduz em sensações e emoções, na reação dos sentidos afetados por fenômenos físicos ou psíquicos, uma vez entrado em contato com a realidade” (PESAVENTO, 2007, p. 10). A historiadora Sandra Pesavento (2007) nos ensina a escrever uma história das sensibilidades, preocupada em trazer para o presente a complexidade da experiência humana no passado. Para a autora seria somente “[...] pelo

esforço da imaginação, pela educação e pelo adestramento do olhar, recolhendo sinais, indícios, tecendo correlações, estabelecendo nexos entre as marcas deixadas [...] (PESAVENTO, 2007, p. 20), que seria possível ao historiador restituir a complexidade da experiência passada em seu relato. Neste sentido, as sensibilidades podem remeter ao real e ao não-real, ao mundo do imaginário, e, mesmo que essas representações sensíveis se referissem a algo que “não tenha existência real ou comprovada, o que se coloca na pauta de análise é a realidade do sentimento, a experiência sensível de viver e enfrentar aquela situação” (PESAVENTO, 2007, p. 20).

Ainda conforme os ensinamentos de Sandra Pesavento (2004, p. 25) “a História constrói um discurso imaginário e aproximativo sobre aquilo que teria ocorrido um dia, o que implica fazer uso da ficção”, mas a narrativa histórica não se sustenta em si mesma, uma vez que “ela guarda marcas de historicidade – as fontes, os documentos que deram margem à elaboração do texto” (PESAVENTO, 2004, p. 25). O historiador pode fazer uso de sua capacidade imaginativa, se valendo dos indícios e sinais, as *marcas* timbradas no documento, para tentar traduzir a experiência de outros homens e mulheres numa temporalidade já passada.

A médica Márcia Rachid, tornou público no documento, que entre ela e os seus pacientes “[...] havia troca de afeto, amizade e cumplicidade diante das dificuldades impostas, não só pelas doenças, mas também pelo preconceito e discriminação” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8). São emoções como cuidado, carinho, compaixão, alteridade, solidariedade e medo. Medo de perdê-los, de assistir seus pacientes desistirem de lutar pela vida, dos tratamentos diante das dificuldades impostas, não só plena doença, mas também pelo preconceito e discriminação tão fortes naquela época, emoções não muito comuns aos médicos, que muitas das vezes não são traspassadas através de seus discursos.

Em abril de 1990, ao atender um paciente com Sarcoma Kaposi²⁶ disseminado, a médica explicou que viveu um clima foi de tensão, em virtude da difícil aceitação do paciente no tratamento com quimioterapia e do uso do AZT. Em suas palavras “[...] o tratamento para Sarcoma era discutível, sem boas repostas” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8). Para a surpresa da médica Marcia Rachid, com o tratamento, houve uma

²⁶ Sarcoma de Kaposi conforme a autora Koenigkam (2014, 30) é um tumor vascular que afeta a parede dos vasos linfáticos. Possui quatro formas: clássica, endêmica, iatrogênica e associada ao HIV. É uma doença sistêmica, maligna, multifatorial e de curso variável. A apresentação inicial no pênis é rara, e mais observada em pacientes HIV.

regressão e controle do quadro clínico. Um ano depois, a médica relatou que recebeu uma carta do paciente, que com essas palavras lhe escrevia:

[...] na tragédia que nos uniu, ainda encontro alguns momentos de alegria, poucos, é verdade, mas profundamente intensos. O melhor medicamento que você me prescreveu foi seu amor. O protocolo mais eficaz a que você me submeteu soma quimioterápicos com seu carinho e atenção” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8).

A médica tornou público um documento da intimidade, fruto da sua relação de cumplicidade com o seu paciente aos leitores do impresso. Um documento cheio de emoções: afeto, carinho, cuidado, atenção amor e gratidão. Emoções estas, que supriam naquele momento as dores, as alegrias e desilusões proporcionados pelo tratamento com quimioterápicos no paciente. Acreditamos, que o paciente guiado pela sua relação de cumplicidade e confiança com a médica, não estaria disposto a tornar pública está carta. A carta foi publicada três meses após o seu falecimento. Embora a médica tenha buscado levar a conhecimento dos seus leitores as histórias de vida, de luta contra a doença e da busca por tratamentos, é possível inferir que essa visibilidade poderia também funcionar como uma forma de autopromoção da sua imagem. Afora isso, destaco aqui o enunciado de uma postura capaz de romper com o protocolo adotado pela maioria dos esculápios a época: um acompanhamento mais humano, cúmplice, afetuoso e solidário com os seus pacientes.

Em julho de 1991, o paciente enviou um cartão para a médica Marcia Rachid com o seguinte título “Já vai longe a tragédia...”. Esse cartão foi publicado na edição do mês de maio de 1992. No corpo do cartão postal, o paciente escreveu sobre o amor que recebia das pessoas que o cercavam. Uma semana antes de morrer, em fevereiro de 1992, suplicou a médica que não ficasse triste por sua causa “[...] pois estava feliz por ser possível ver o céu azul e o pôr-do-sol da janela de seu quarto” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8). Segundo a médica Márcia Rachid, o paciente

[...] foi em paz e [sabia] que não gostaria de ter morrido antes, pois viveu intensamente cada momento [da sua vida] (surpreendentemente viveu cerca de dois anos após o diagnóstico de Sarcoma de Kaposi Pulmonar, o que na época, era extremamente raro)” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1992, p. 8).

Na edição de janeiro de 1993, o impresso trazia em seu corpo o artigo *Sarcoma Karposi*, do articulista do impresso, o médico e dermatologista Márcio Serra do projeto Aids da Clínica Médica B do Hospital Universitário Gaffrée & Guinle. Segundo o articulista do impresso, o Sarcoma Kaposi (SK), foi primeiramente descrito em 1868 por

M. Kaposi, e até pouco tempo era comum a homens idosos originários do leste europeu e mediterrâneo, acometendo normalmente membros inferiores, sendo considerado um tumor de baixa malignidade. Todavia, o articulista afirmou que, a partir de 1981, o SK começou a aparecer na Califórnia e na cidade de Nova York. Casos de SK em adultos homossexuais do sexo masculino e que diante destes casos, relacionou-se o tipo de tumor com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (Aids). Ainda segundo o médico Márcio Serra, o SK em 1993, “[...]se mantinha como uma das maiores manifestações clínicas da Aids, sendo, às vezes, a primeira e mais frequente, afetando em até 21% dos pacientes soropositivos para HIV” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 10).

De causa ainda desconhecida e alta prevalência entre homossexuais e bissexuais do sexo masculino quando comparado com outros grupos de riscos, o SK, segundo o médico Márcio Serra, possuía um dado epidemiológico ainda inexplicável, o que levava segundo o médico “[...] a pensar que deveria existir vários cofatores que pudessem levar ao aparecimento de SK nestas pessoas” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 10). Como exemplo de medida profilática, o médico citou “[...] o fato da ocorrência de SK, nos EUA e Europa, ter diminuído após o uso de preservativos e práticas de sexo seguro, o que passou a ser regra na comunidade gay” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 10).

Ainda segundo o médico Márcio Serra, estudos realizados naquele momento trazia informações importantes, mas ainda inconclusivos, entre a reação entre o SK e a Aids. Ainda assim, “[...] os dados conhecidos [até então] ajudavam consideravelmente no tratamento dos pacientes com SK e explicavam por que deveriam usar precocemente antivirais como o AZT e se fazer a profilaxia para as infecções oportunistas que corriam com mais frequências nestes pacientes” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 10).

O diagnóstico de SK segundo o médico Marcio Serra, era relativamente comum ao dermatologista e, normalmente, aparecia como pápulas de coloração vermelho-violáceas que acompanhavam as linhas de tensão da pele e possuíam consistências endurecidas, podendo ser únicos e múltiplos, adquirindo com a evolução formas e tamanhos variados. De acordo com a publicação, podia “[...] acometer não só a pele como qualquer outro órgão interno” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 10). Ainda segundo o médico Márcio Serra, “[...] o exame da cavidade oral deveria ocorrer rotineiramente nestes pacientes, pois lesões no céu da boca poderiam indicar a evolução da doença e acometimento de outros órgãos internamente” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 10) e, o diagnóstico definitivo deveria ser sempre por exame histopatológico, após a realização da biópsia da lesão e nunca somente clinicamente, pois segundo o

dermatologista, se tratava de um tumor e que as vezes seria necessário a realizado de quimioterapia e/ou radioterapia e, que nem profissional responsável faria esses tratamentos sem que houvesse uma confirmação diagnóstico laboratorial e, também porque outras lesões, que possuem tratamentos diferentes, poderiam as vezes se tornarem muito semelhantes ao SK.

Embora o tratamento variasse muito, conforme o caso, o médico afirmou que “[...] o diagnóstico e tratamento precoce eram sempre os fatores mais importantes para a melhor evolução do paciente” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 11). Ademais, segundo os dermatologistas, quando o paciente apresentava poucas lesões, a conduta poderia ser apenas expectante quanto ao sarcoma, mas que deveria se instituir o uso de antivirais como AZT, que inclusive, evitava o aparecimento de infecções oportunistas. O médico descreveu, que a princípio, “[...] o maior problema do SK [era] estético e, dependendo da sua localização e do tamanho da lesão, poderia ser feito o tratamento local pensando não só em uma melhora estética, como até mesmo na cura da lesão” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 11). Ainda de acordo com a publicação, naquela época não era conhecido naquele momento se o SK era um tumor único que se propagava por metástase ou se cada lesão era um tumor independente. O tratamento segundo os especialistas em dermatologia eram a radioterapia superficial, a infiltração intra-lesional, nitrogênio líquido e cirurgia e, que no caso de aumento dos números de lesões ou acometimento interno, se dava preferência ao tratamento sistêmico com o uso endovenoso ou quimioterápico.

Partindo para o encerramento de seu artigo, o articulista do impresso e médico dermatologista, afirmou que “[...] tanto para SK como para a Aids, o mais importante era a prevenção e o tratamento precoce” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 11). O uso de preservativo deveria passar a ser prática comum a todos. Ademais, “[...] mais importante do que exigir um teste negativo de seu parceiro, era exigir o uso da camisinha e práticas de sexo seguro, ao invés de pensar em reduzir o número de parceiros, achando que isso era prevenção” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 11). Orientou os leitores a preocuparem-se em usar a camisinha com todos, e, que passassem a serem agentes de disseminações de informações, ajudando a diminuir preconceitos contra a doença, contra os pacientes soropositivos. O enunciado orientava o leitor a entender que a doença deveria ser encarada como qualquer outra doença; mas, “[...] infelizmente isto ainda não ocorre na comunidade científica, na população em geral e, sobretudo na comunidade gay” (NÓS POR EXEMPLO, jan., 1993, p. 11). Comunidade esta, que segundo o médico continuava

completamente desorganizada e que, na sua opinião, seria a principal responsável pela manutenção do preconceito, não só contra a doença, contra os pacientes soropositivos, como também a própria homossexualidade.

Conforme asseveram os autores Márcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alessandro Rodrigues (2018), nesse cenário complexo em torno da saúde-doença do corpo e da população, fortaleceram-se a presença de grupos e subgrupos (considerados minorias) que, até então, se viam alijados dos debates públicos e políticos e dos direitos de gozar e participar da cidadania que se conecta ao estado democrático de direito.

A partir desses cenários complexos e cambiantes de entrada do vírus HIV e da Aids em nossas realidades mais íntimas, que assombravam nossos desejos e segredos com o outro e com nossas subjetividades, diversos avanços e a ampliação de redes de solidariedades e afetos em torno dessa questão foram ampliados. Assim, o periódico *Nós Por Exemplo*, em sua edição de setembro de 1994, seguia insistindo que “[...] a Aids tem proporcionado o surgimento de laços, de pessoas unidas numa luta que já extrapolou – há muito tempo - os limites de nossas relações mais próximas. Olha a SOLIDARIEDADE aí de novo! Está certo, vivemos perdas, mas também vivemos ganhos”. Para os autores Márcio Caetano, Cláudio Nascimento e Alessandro Rodrigues (2018), essas redes de solidariedades, apostando na vida e na mobilidade dessa vida, foram se constituindo em espaços políticos de lutas, de pesquisa e de debates por aqueles e aquelas que não se conformavam com a moral impressa nos discursos que apresentavam a Aids, como símbolo de morte ou como um câncer gay. Nesta direção, Paulo Henrique Longo na edição do impresso de dezembro de 1994, informou que vários shows em protestos foram realizados e que artistas se uniram contra a ausência de políticas governamentais de combate à epidemia exigindo mudança, seriedade, respeito e fundamentalmente o DIREITO À VIDA. Na edição, foi mostrado

[...] as nossas caras de militantes, de ativistas indignados, de cidadão exigindo mudanças, criticando autoridades, invadindo gabinetes, convocando a imprensa. Levantamos a SOLIDARIEDADE como bandeira. A vacina é a esperança e a cura é a solidariedade” (NÓS POR EXEMPLO, set., 1994, p. 9).

Entre lutas, negociações, desconstruções e aprendizagens em volta das questões da sexualidade e da saúde-doença do corpo, esta última, a partir de uma educação do cuidado sobre o corpo que deveria ser observado e disciplinado para uma educação sexual pautada na não transmissão do vírus. O impresso *Nós Por Exemplo* foi mais um dos espaços de propagação de solidariedade. Como exemplos, citamos a disponibilização na

coluna *Agaivê-Hoje* da edição de maio de 1993 do impresso, de um espaço destinado a facilitar a troca de medicamentos entre soropositivos para HIV/Aids e de orientações para o uso correto da camisinha.

Imagem V – Tabela de troca de medicamentos entre soropositivos disponibilizada no encarte *Agaivê-Hoje*

ATENÇÃO:

Este espaço destina-se à tentativa de facilitar a troca de medicamentos entre soropositivos. Se você precisa de alguma medicação ou tem algum remédio do qual você possa dispor, escreva-nos e envie um telefone de contato. Publicaremos apenas um pseudônimo e a medicação que está sendo doada ou necessitada. Os contatos serão sigilosos e mantidos com o NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO EM SAÚDE SOCIAL, através do tel. 227 5944.

Pseudônimo	Necessita	Quer doar
José F.	AZT	
Veloz	AZT	Zovirax
Bem te vi		Bactrim
Azul	DDI	

Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1993).

Como podemos observar na imagem acima, foi disponibilizado aos leitores do impresso um espaço na coluna *Agaivê-Hoje* destinado a facilitar a troca de medicamentos entre soropositivos para HIV/Aids. Segundo o texto que acompanhava a tabela, se o leitor precisasse de alguma medicação ou possuísse algum remédio do qual ele pudesse dispor, ele poderia escrever e enviar um telefone de contato. Ainda segundo o impresso, os nomes dos leitores seriam guardados em sigilo e mantidos com o Núcleo de Orientação e Saúde Social (NOSS), onde seria utilizado apenas o pseudônimo, assegurando aqueles que estivesse precisando da medicação que estava sendo doada/necessitada fossem expostos indevidamente. Uma exposição que poderia acarretar mais uma série de estigmas²⁷ que a doença carregava consigo. Na imagem, visualizamos alguns leitores que se dispuseram a

²⁷ No próximo tópico deste capítulo faremos uma discussão com o conceito de estigma definido pelo autor norte-americano Erving Goffman (2013).

doar, como os leitores que utilizam os pseudônimos de “Veloz” e “Bem te vi”, estes queriam doar os remédios Zovirax e Bactrim. Por outro lado, “José F.”, “Azul” e “Veloz”, necessitavam dos remédios AZT e DDI.

O AZT que segundo o artigo publicado pela médica Márcia Rachid intitulado “Ainda o medo do AZT”, na edição de novembro de 1992, possuía resistências de alguns profissionais que duvidavam da sua eficácia. Márcia Rachid, afirmou que talvez, isto se desse, pelo desconhecimento científico e o desinteresse em se atualizar, talvez porque era mais fácil alimentar fantasias de cura ou alternativas menos tóxicas, embora sabidamente arriscadas, ou talvez por desejo íntimo de acelerar a piora e aliviar sofrimentos adicionais, esquecendo-se de que as infecções não tratadas gerariam angústias ainda maiores para os pacientes soropositivos para HIV/Aids. Márcia Rachid seguiu pontuando que muitos estudos comprovaram que o uso precoce de antirretrovirais estavam diretamente relacionados a melhor respostas terapêuticas, inclusive com menos frequência de efeitos colaterais, devido a uma melhor condição previa do paciente, além de uma chance menor de resistência à medicação.

Segundo a médica “[...] existiam evidências de que após a suspensão do AZT, cepas resistentes poderiam voltar a ter sensibilidade” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 11). Razão pela qual, melhorava muito o prognóstico e, permitia a associação com os medicamentos DDI ou DDC – dois novos antirretrovirais, aprovados pelo FDA americano, como alternativa para aqueles que não tolerassem o AZT ou quando não ocorresse uma boa resposta no tratamento. Segundo a médica “[...] a terapia combinada vinha sendo avaliada e os resultados [eram] promissores” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 11).

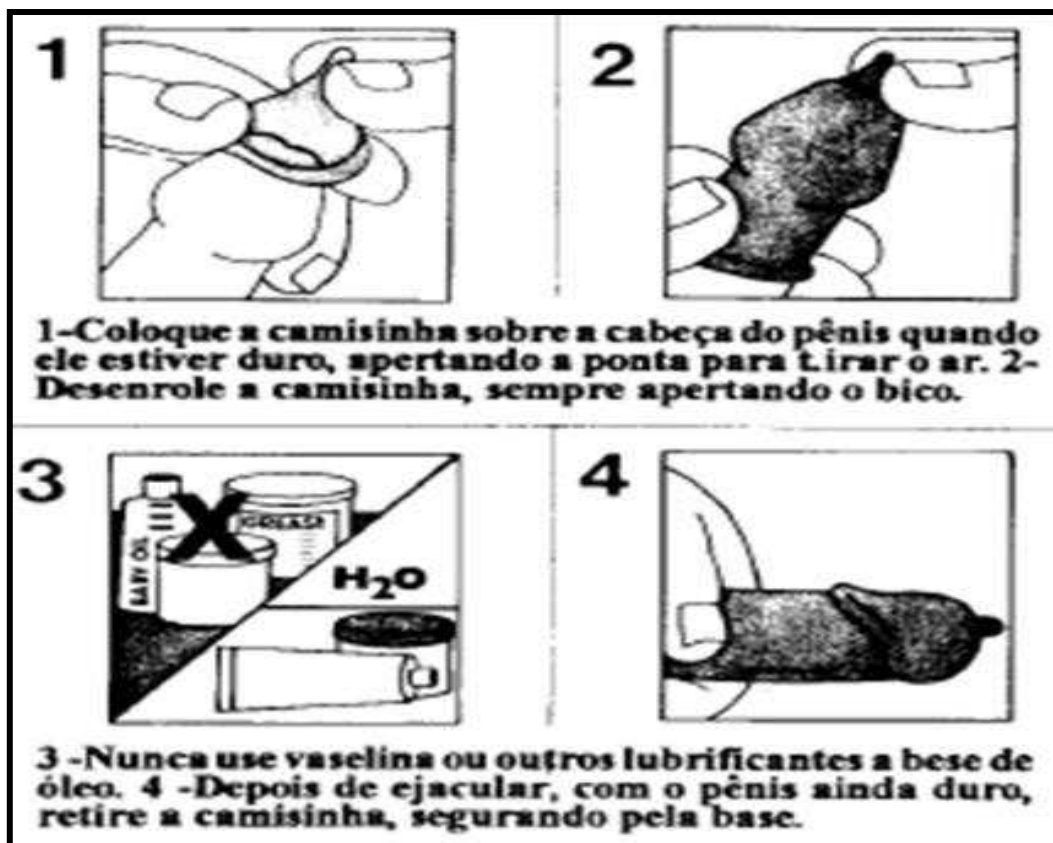
Sabendo-se que a doença poderia ser prevenida, a médica afirmou que se preocupava com o fato de ver tantos pacientes esperarem as primeiras manifestações para só depois procurarem assistência, esquecendo-se de que a medicação era sabidamente antirretroviral e não para tratar a imunodeficiência já instalada. Ainda de acordo com Márcia Rachid “[...] não fazia sentido estimular um sistema imunológico que estava sendo agredido por um vírus, sem fazer nenhum [uso de] medicamento para impedir a sua proliferação” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 11). Ademais, “[...] não era possível esquecer que antes do HIV a pessoa tinha o sistema imunológico normal” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 11).

Partindo para o fim de seu artigo, a médica suscitou a seguinte questão: considerando-se que toda e qualquer experiência com novos tratamentos clínicos em

pacientes com afecção incurável deveria ser feita sob o rígido protocolo e gratuitamente, como poderia ser explicado tantos profissionais prescrevendo “coisas fantásticas”, sem nenhum respaldo científico, com formulas desconhecidas, tantas vezes injetáveis e sem nenhuma prescrição por escrito e sem consentimento por escrito do paciente ou responsável. Para Márcia Rachid, “[...] se os médicos conhecessem o Código de Ética Médica e os próprios pacientes exigissem responsabilidade e capacidade técnica, talvez a Aids já fosse menos maldita e verdadeiramente uma doença tratável” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 11). Por fim, a médica afirmou acreditar na ciência, na verdade científica e na experiência clínica, obtida a partir da prática e da literatura médica mundial e que ao longo destes onze anos, pós descrição do primeiro caso, tinha certeza da cura, quiçá próxima, baseada na seriedade e não no oportunismo. Até lá, “Use Camisinha!” (NÓS POR EXEMPLO, nov., 1992, p. 11).

Ao lado do artigo da médica, o uso da camisinha foi mais uma vez reforçado no impresso, com orientações para o seu uso correto. Vejamos com atenção:

Imagem VI – Instruções para o uso correto do preservativo



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1992).

Como podemos observar na imagem acima, foi dado aos leitores, orientações para o uso correto da camisinha como forma de preservativo. A primeira é que a camisinha deveria ser colocada sobre a “cabeça” do pênis quando ele estivesse duro, apertando a ponta dela para tirar o ar. Feito isto, a camisinha deveria ser desenrolada sempre apertando o seu bico. Também foi orientado aos leitores, a nunca fazer uso de vaselina ou outros lubrificantes a base de óleo e que depois da ejaculação, com o pênis ainda ereto, retirasse a camisinha segurando a sua base. Reforçar o uso da camisinha como medida profilática e educativa para os leitores foi mais uma das missões encabeçadas por este impresso.

Ademais, por ser “[...] a Aids caracterizada como uma doença cujas formas de contaminação eram identificáveis e controláveis ela, reportava em si, um aspecto de persistente imutabilidade e opacidade” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17) e, que apesar de já terem sido descobertas várias informações sobre o vírus HIV, suas propriedades, suas formas de ação e contágio, percebia “[...] uma aceleração crescente (e previamente anunciada há alguns anos) na disseminação da doença” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). O que segundo o articulista do impresso Luiz Morando²⁸, na edição de março de 1994, no artigo “Aids e Prevenção”, esse estado de coisas – divulgação de informações *versus* alta incidência de contaminação –, contribuía para aumentar opiniões equivocadas acerca da doença como um todo e reforçar a sedimentação de conceitos cristalizadas quase imutáveis. Ainda segundo o articulista, “[...] à custa de muito esforços, foram, desenvolvidas ações eminentemente pontuais com a finalidade de tentar tornar menos opaco e mais permeáveis o conceito que se [construía] sobre a Aids” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17).

Tendo isso em vista, o articulista do impresso, afirmava que ao publicar este artigo no impresso, buscava oferecer elementos que fizessem os seus leitores, pensar, refletir e, talvez ajudar a planejar ações preventivas contra a epidemia do HIV/Aids e, que “[...] a origem do texto estava ligada à sua experiência com o trabalho de PREVENÇÃO e às reflexões relacionadas a ele, o que por si confirmava que esta texto não tinha o objetivo de esgotar o assunto” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Para o articulista, uma ação que se queria ser consistente e eficaz deveria levar em conta três operacionalizadores que se articulam em uma espécie de tripé: educação e ação multiplicadora de informações, políticas claras de prevenção e um tratamento contínuo de revisão sobre a Aids. Esses fatores, segundo Luiz Morando, “[...] eram intercambiáveis e interrelacionados e, não

²⁸ Luiz Morando foi vice-presidente do Grupo de Apoio à prevenção da Aids (GAPA) de Minas Gerais.

seguiam obrigatoriamente a ordem estabelecida” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17).

Para o articulista a primeira base mencionada dizia respeito à ação prática. Isto é, o ato de educar e repassar informações implicava a disponibilidade de estabelecer uma relação de troca com o ouvinte e o desejo de transformar um conjunto de práticas e comportamentos. Todavia, “[...] para que tal se realizasse era necessário ter bem claro o que, quando, como e para quem ensinar” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Para Luiz Morando, delineados esses itens e iniciado o trabalho, a eficiência do mesmo se faria perceptível à medida que se se fizesse interagir educação/informação, quer dizer, adequar uma carga de conteúdo específicos a um dispositivo, que garantisse a assimilação, acomodação, incorporação e utilização da mesma, enquanto instrumento estimulador para mudanças de práticas e comportamentos, tornando-os mais seguros. E para que esse processo se realizasse, era “[...] necessário abrir um canal de comunicação com o grupo de trabalho, configurado na confiança e na utilização de um código linguísticos comum, bases para uma relação de identidade” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Por fim, o dispositivo aludido segundo o articulista, se organizaria hierarquicamente segundo categorias mais ou menos eficiente, atribuindo valores diferentes a uma palestra, um debate, uma dinâmica ou um treinamento, por exemplo.

A segunda base do tripé segundo o articulista fazia referência ao planejamento e elaboração de uma estratégia clara de PREVENÇÃO à AIDS. Essa frase previa “[...] a organização de projetos que buscassem ocupar espaços deixados em aberto pelo setor público de saúde ou que tentem satisfazer a demanda originária da necessidade real de determinado grupo” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Além das etapas básicas de um projeto, essa fase segundo o articulista deveria prover a estratégia de ação de elementos avaliatórios que testasse a eficácia do projeto e prevenisse possíveis modificações na estrutura a ser implementado. Ademais, enquanto ocupante de um espaço inoperante o improdutivo, o projeto em execução se tornaria referência à demanda do público-alvo e fonte de pressão para melhorias e aperfeiçoamento e controle do serviço público de saúde.

Como terceira base deste tripé formulado por Luiz Morando, seria a revisão continua sobre a Aids que “[...] apresentava-se como ponto mais abrangente e mais difícil de ser transformado” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Para o articulista, revisar continuamente as informações sobre Aids significava “[...] formular um pensar sobre a doença que transformasse e reorganizasse constantemente o espaço social que ela

ocupava” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Essa formulação segundo o articulista, contribuiria para a revisão do conceito que era construído socialmente e da representação que era feita da doença. Como exemplo Luiz Mirando cita a substituição do termo ‘aidético’ por pessoa vivendo com HIV ou portador do HIV. Ademais, “[...] mais do que fazer uso de um vocabulário politicamente correto, a construção do conceito de Aids requeria o hábito de cotidianizar a doença para retirar a aura discriminatória que a cerca e torná-la uma doença como as demais, com particularidades necessárias que a demarcam como Aids” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17).

Esta terceira base do tripé, segundo Luiz Moranto, ele a denominou de Pedagogia da Aids, pois “[...] por mais estranho que pudesse parecer, o termo pedagogia aqui, deveria ser remetido a seu sentido original: ato de condução ao saber, ato que se preocupa com os meios, as formas e os modos de fazer sujeito chegar ao conhecimento” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17). Uma pedagogia da Aids que estaria estritamente ligada a uma prática educativa específica com o objetivo final de estar operando a construção do conceito de Aids e, criando mecanismo para que esse conceito fosse incorporado pelos setores públicos e privado da sociedade civil. À Vista disso, “[...] ficava clara a inter-relação entre as bases do tripé – uma pedagogia da Aids só funcionaria em articulação ininterrupta com a prática educativa e a política de PREVENÇÃO” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 17).

No mundo em que vivemos, a Aids ganhou dimensão equivocada de doença de grupos de riscos. Hoje sabemos o esforço que foi necessário para fazer deslocar a doença da imagem de grupos selecionados e fazer incorporá-la a noção de comportamento e práticas de maior ou menor risco, as quais todos estão expostos. Em publicação na edição de março de 1994, o impresso *Nós por Exemplo* publicou que “[...] por trabalhar com raízes muito profundas da cultura (sexualidade, prostituição, morte, prazer...), a pedagogia da Aids tem que estar atenta para, senão antecipar, pelo menos atuar como partícipe daquele conceito”. Ademais, a opacidade e persistente imutabilidade do conceito de Aids apenas contribuiria para obstruir uma ação concreta de PREVENÇÃO contra a epidemia do HIV/Aids.

Contribuía também a falta de habilidade ainda existente no Ministério da Saúde no trato da doença. Com a posse do novo presidente da República, o Sr. Fernando Collor de Mello no ano de 1990, o Ministério foi ocupado pelo médico paranaense Alceni Guerra, político conservador e fortemente comprometido com a assistência médica

provada, sendo nomeado para dirigir o Programa Nacional de Combate a Aids, o médico epidemiologista Eduardo Cortês.

Segundo o articulista do impresso, Paulo Henrique Longo em seu artigo *os “Gays e o Ministério da Saúde”* publicado na edição de março de 1993, Eduardo Cortês convocou diversos representantes dos principais grupos gays do Brasil, de norte a sul, técnico dos programas que atuavam na área de prevenção, além de representantes do Programa Nacional de Aids para a produção de uma campanha nacional sobre a doença “[...] dirigida especificamente para a população homossexual, dentro da política de ‘prevenção para grupos sociais marginalizados’ ou para grupos em situações de maior risco” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 10).

Uma campanha que deveria ser elaborada a nível de produção gráfica, não sendo possível uma campanha televisiva ou radiofônica, ou seja, cartazes e folhetos devido à falta de recursos orçamentários. Estes, timbrados “[...] com as organizações ali representadas, caso assim fosse decidido” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 10). Aqui, é importante lembrar que o Ministro Alceni Guerra, “apesar de declarar que pretendia dar uma resposta nova e mais agressiva a epidemia de HIV/Aids, reduziu o orçamento e o número de funcionários do Programa nacional de Combate a Aids e suspendeu a maioria das iniciativas do governo anterior, sem implementar novas propostas” (NASCIMENTO, 2005, p. 101). A insistência na produção de um material quase inofensivo dentro do Programa Nacional de Combate a Aids, vinculando erroneamente a prevenção à política planfetária, vinculando mais uma vez Aids e homossexualidade, contribuía ainda mais uma vez para o estigma, discriminação e preconceito e revelavam que mesmo após anos da descobertas dos primeiros casos, ministério da saúde por meio do Programa Nacional de Combate a Aids ainda tinha setores com visões errôneas sobre a doença, buscando ligá-las ainda a conceitos como grupos de risco.

Educar os leitores para a prevenção do vírus HIV era uma das missões deste impresso. São discursos, relatos, depoimentos de médicos e educadores sociais que passaram a considerar a importância de inculcar nos leitores, práticas de um sexo seguro, do uso correto do preservativo, uma pedagogia da Aids, que tinha como base fundamento o uso do preservativo. Uma pedagogia que só funcionaria com uma articulação ininterrupta com políticas de prevenção, práticas educativas revisão contínua sobre a Aids, contribuindo assim para retirá-la das demarcações sociais e das representações discriminatórias que foram feitas sobre ela e, tornando-a uma doença como as demais,

com particularidades necessárias que a demarcam como Aids. Ademais, “[...] o que transmite o vírus HIV são determinadas práticas e não a identidade sexual de alguém” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1993, p. 10).

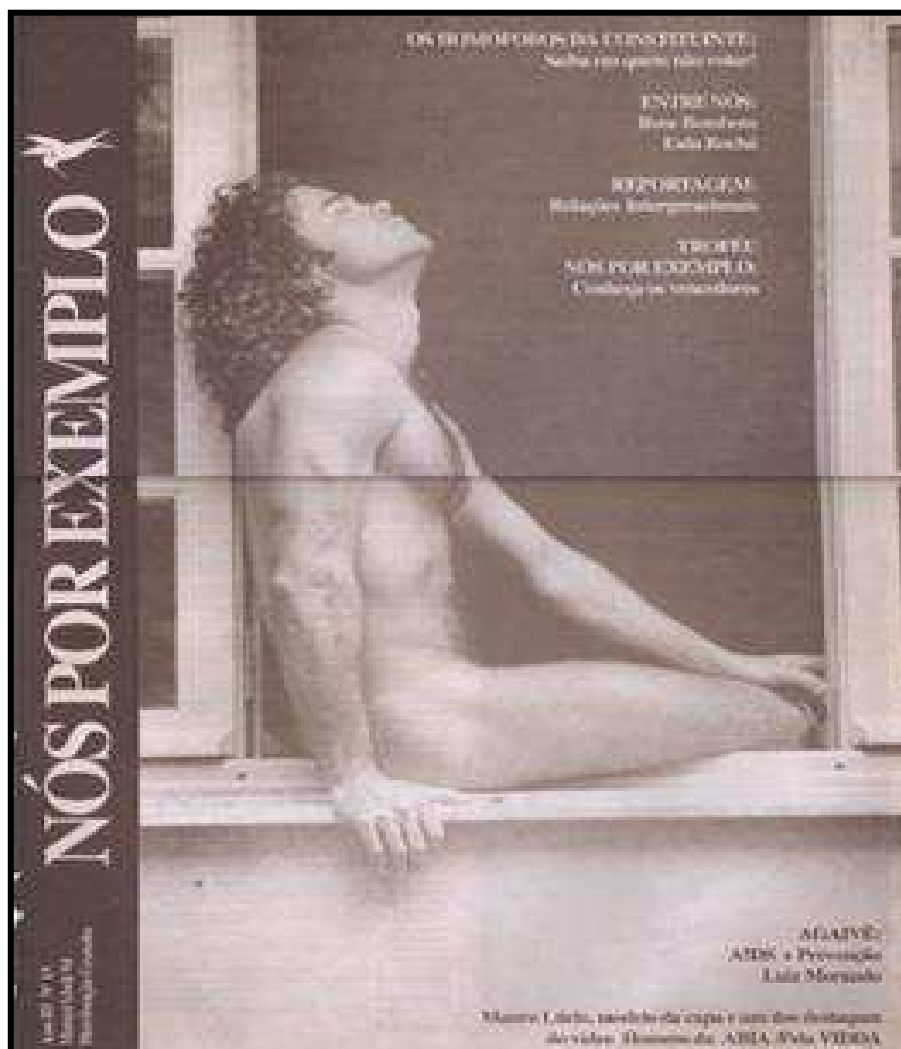
Na próxima seção deste capítulo, abordaremos as penitências sofridas pelos chamados soropositivos através dos discursos, de médicos, pacientes e companheiros de vítimas. São discursos, que revelam, preconceito, sofrimento e insensibilidade por parte de familiares, médicos, planos de saúde, empresas e da seara jurídica.

2.3 Preconceito, discriminação e estigma ou as penitências aos portadores de HIV

[...] na vivência que eu tive com o meu parceiro doente de Aids, enfrentamos preconceitos. As dificuldades que os hospitais, os funcionários ofereciam para internar. Tivemos dificuldades para conseguir um leito, mesmo porque para qualquer outra doença já [era] difícil para internar. As pessoas pensam que o paciente vai cuidar da Aids, e não da pneumonia decorrente dela.

A narrativa acima, faz parte do depoimento concedido pelo modelo Mauro Lúcio ao articulista do impresso, o Sr. Sérgio Barcelos no dia 20 de março de 1994. A entrevista está publicada na primeira página da coluna *Agavê-Hoje* da edição do mesmo mês e ano, e, discorre sobre as vivências que teve com o seu parceiro acometido pela Aids e da sua motivação em trabalhar com projetos de prevenção ao HIV/Aids. O corpo do modelo podia ser visualizado pelo leitor na capa da edição do impresso *Nós Por Exemplo* que continha a entrevista. Vejamos a imagem da capa:

Imagem VII – Capa da décima terceira edição do impresso Nós Por Exemplo



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1992).

Na imagem acima, podemos visualizar a capa da décima terceira edição do impresso. Nela o modelo Mauro Lúcio está despido em uma janela. Foi apresentado como um dos modelos destaques dos vídeos “Homens” da ABIA/Pela Vidda. Mauro Lúcio que no “[...] vídeo ‘Homens’, lançado pela ABIA, falava de sua relação, da doença do companheiro e da briga na justiça com os familiares do seu companheiro” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20). Para Mauro Lúcio, a exposição do modelo na capa do impresso tido como um impresso gay sério, funcionava como uma excelente forma de combater os preconceitos.

Como relatou o modelo, em sua vivência com o seu parceiro acometido positivo para HIV, diversos preconceitos e barreiras foram enfrentados por eles. Como o preconceito por partes das famílias do seu companheiro que o desampará-lo naquele momento. Nas palavras de Mauro Lúcio “[...] a maioria das famílias abandona o filho.

Seria tão bom se toda família fosse como a do filme ‘Filadélfia’, a compreensão, o carinho, o afeto da família” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

Ao contrário da família de seu companheiro que o desamparou, Mauro Lúcio afirmou, que a sua família o tinha como um filho e que assim permaneceu depois que ele ficou doente, tendo uma aproximação ainda maior: “[...] só não se aproximou muito mais porque eu tomei conta de toda situação, para que não faltasse nada a ele” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

O modelo Mauro Lúcio escreveu em seu depoimento que quando soube do quadro clínico de seu companheiro foi como se o mundo tivesse desabado na sua cabeça e na de seu companheiro. Nas palavras do modelo era “[...] muito difícil aceitar essa condição que a vida impõe, [de] de repente se descobrir nessa situação” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20). O modelo afirmou em seu depoimento que sempre pensou que a doença estava longe, mas a realidade era que de repente ela bateu à sua porta e não tinha como expulsá-la, mandá-la embora. Pois, a doença já tinha entrado em suas vidas e tomado conta de toda a situação.

Mauro Lúcio também contou em seu depoimento que seu companheiro foi o primeiro funcionário da empresa *Atlantic* que veio a desenvolver a Aids naquele tempo e, que a empresa tinha pleno conhecimento da situação dele, ofertando-o o maior apoio - em vários aspectos, desde o seu afastamento durante um ano e alguns meses em que recebeu o salário integral, e o reembolso dos gastos com medicamentos. Nas palavras dele, a “[...] empresa foi ótima em termos de assistência a ele, lá ele teve um tratamento que as outras empresas deveriam ter com seus funcionários soropositivos” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

Ainda em seu depoimento ao articulista do impresso, o Sr. Sérgio Barcelos, que estava lutando na justiça contra a família de seu companheiro que havia falecido em decorrência da Aids, revelou que em conjunto com o seu companheiro possuía alguns bens frutos de uma relação vivida por seis anos, e que juntos compraram apartamento e o mobiliaram, além de um carro, todavia, “[...] depois que ele faleceu, a família dele estava querendo tomar as coisas que nós adquirimos juntos. Eu acho que eles não têm o direito de fazer isto. Mas a sociedade impõe que isto é direito deles, por serem familiares. Se eu fosse mulher, por exemplo, eu teria todo o direito” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

O modelo Mauro Lúcio também relatou que naquele momento, sua única preocupação era com a recuperação de seu companheiro e não com os bens adquiridos

por eles. Na narrativa elaborada para publicação, foi exposto que “[...] no dia seguinte ao enterro de seu companheiro. A irmã [dele] e o cunhado [dele] estavam na sua porta para resolver o seguro de vida [de seu companheiro]” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

O modelo também revelou que, foi ajudá-los nos tramites do seguro de vida, mas que depois eles voltaram a lhe procurar, desta vez, eles “[...] queriam a chave do apartamento, a chave do carro e a televisão que [ele comprou] com seu dinheiro” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 20), propondo-lhe um acordo, em que “[...] eles venderiam tudo e lhe daria uma porcentagem. Uma gorjeta daquilo que pertencia [a ele]” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20). Mauro Lúcio, alegou que negou prontamente e, propôs que a situação fosse resolvida pela justiça, todavia, mesmo diante da sua proposta a irmã do seu companheiro tentou convencer-lhe de que “[...] a sociedade não considerava a união entre homossexuais” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

De acordo com a notícia, “[...] era exatamente por isso que ele queria resolver na justiça. Mesmo que não se [resolvesse] nada, ele não [se] omitiria, não [se] acovardaria” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20). Ademais, “[...] se eles ganhassem perante essa justiça arcaica, ninguém iria tirar da sua cabeça que eles roubaram o que lhe pertencia e, que os únicos frutos destes relacionamentos são as suas memórias, que ninguém conseguiria apagar e, esses bens” (NÓS POR EXEMPLO, mar., 1994, p. 20). Partindo para o final de seu depoimento, Mauro Lúcio afirma que “[...] não queria ser o salvador da pátria, mas que só queria alertar as pessoas para que esse elas tivessem que reivindicar alguma coisa, que elas se exponham” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

Após o falecimento de seu companheiro, o modelo ao final de seu depoimento confessou que ficou motivado a trabalhar com prevenção e que havia começado a militar e a fazer um trabalho voluntário pautado na prevenção da doença junto a Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids²⁹ (ABIA) em boates do Rio de Janeiro. Na defesa da prevenção, o modelo informou que durante suas abordagens, ele se apresentava, falava do trabalho desenvolvido e distribuía material explicativo sobre sexo seguro. Na opinião do modelo, naquele momento, “[...] as pessoas [estavam] mais continentemente em relação a

²⁹ A Associação Brasileira Interdisciplinar de Aids (ABIA) é uma organização não-governamental sem fins lucrativos, sediada no Rio de Janeiro, fundada no ano de 1986 em resposta a descoberta do HIV e da Aids. Foi fundada pelo sociólogo Herbert José de Sousa, mais conhecido como "Betinho". Entre seus diretores, destaca-se ainda o escritor Herbert Daniel que atuou na organização entre os anos de 1988 e 1992. A ONG desenvolve diversos projetos, como conferências, oficinas sobre a educação em tratamentos para o HIV e conscientização da população sobre a doença. Ela também desenvolve seminários que abrangem diversas áreas como cidadania e direitos, saúde sexual e reprodutiva, políticas públicas e Aids.

doença, principalmente os homossexuais, até mesmo do trabalho desenvolvido pela ABIA” (NÓS POR EXEMPLO, mar. 1994, p. 20).

Não sabemos como ocorreu o desfecho dessa história, mas acreditamos que sua atitude de não se omitir e se expor possa ter inspirado diversos leitores que viram naquele modelo, um espelho - que se dispôs trabalhar com campanhas de prevenção de maneira voluntária, para lutarem também contra os diversos preconceitos, a desinformação e também as diversas barreiras que surgiam naquele momento e, também para se dedicarem ao combate à pandemia, numa luta solidária, contra a desinformação, os preconceitos e as discriminações, encabeçando esta luta como prioridade no seu dia a dia.

Em matéria intitulada “Aids nos Tribunais: a Filadélfia é aqui”, do jornal *O Globo*, assinadas pelas jornalistas Adriana Ferreira e Elenice Bottari e, publicada pelo impresso na sua décima quarta edição, relevavam que no Rio de Janeiro existiram mais de mil ações trabalhistas (motivadas pelas demissões por preconceito), cíveis (para as indenizações de seguradoras de saúde e hospitais que negavam tratamentos) e de família (quando os doentes eram expulsos de casa), todas protegidas de justiça e originadas pela mesma causa: o preconceito contra os doentes com Aids.

A matéria também contava que até o ano de 1993, a doença já teria causado 18.600 óbitos no Brasil e que mais de 45.859 casos foram notificados, embora a estimativa fosse a de que mais de um milhão de pessoas estivessem contaminadas pelo vírus do HIV. Embora a “[...] ciência ainda não [tivesse] descoberto como acabar com vírus” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 20), a matéria afirmou que existia um medicamento para combater os males causados pela discriminação: a aplicação da lei.

Ainda segundo a matéria, “[...] uma nova prática judicial, a Lex-Aids (lei para Aids) ganhava espaço nos tribunais” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 20), onde as sentenças proferidas eram “[...] quase sempre a favor dos pacientes”, mas “[...] o problema é que nem sempre eles [tinha] força para chegar a saber disso” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 20).

A matéria também anunciava que de “[...] outubro de 1993 ao mês de maio de 1994º Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro (CREMERJ) abriram cem sindicâncias contra profissionais e seguradoras da área de saúde que negavam tratamentos” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 20). Alguns profissionais segundo a matéria “[...] se negavam até em realizar procedimentos cirúrgicos em pacientes por medo da doença” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 20).

A médica Márcia Rachid, em artigo público no impresso na edição de dezembro de 1994, com o título “Brincadeira de mau gosto...”, revelou as propagandas enganosas dos planos de saúde para os pacientes acometidos pelo HIV aos leitores do impresso. A médica em seus discursos afirmava que desde o final de 1990, na Câmara Técnica de Aids do CREMERJ se discute como provar às Empresas de Medicina de Grupo (Entidades que operam planos de Saúde), que a negativa da assistência ao paciente com HIV/Aids era infundada. Além de ser uma atitude discriminatória, não assumiam a responsabilidade ética, pois segundo a médica “[...] estava claro que o atendimento adequando acarretaria baixo custo” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11).

Após a realizações de algumas reuniões na Câmara Técnica de Aids do CREMERJ, apenas a empresa AMIL, se prontificou a internar os pacientes acometidos pelo HIV, referenciando-os para o Hospital da Ordem Terceira, com o objetivo de ter condições de avaliar o paciente, seu tempo de permanência, custo e qualidade da assistência prestada, já que os referidos hospitais contavam com profissionais, médicos com experiência no atendimento.

Ainda segundo Márcia Rachid, ficaria provado que o custo com os tratamentos não eram elevados, “[...] já que o diagnóstico precoce e correto implicaria pouco exames, medicamentos específicos e curto tempo de internação” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11). Entretanto, “[...] as dificuldades geradas pela má infraestrutura do hospital foram ignoradas e, um tempo depois, a empresa AMIL ainda não [percebia] que [estava] perdendo o que conquistou” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11).

Para Márcia Rachid, a empresa AMIL havia esquecido que naquele momento já existiam outros médicos capacitados para o tratamento dos pacientes acometidos pela doença que poderiam prestar atendimento adequado mais próximo da residência do paciente e como menor desgaste emocional, “[...] resultante da incapacidade que o Hospital da Ordem Terceira [tinha] para resolver com rapidez os seus problemas” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11), tendo em vista que o Hospital tinha um número de profissionais plantonistas pequenos e boa vontade não supriria a falta de experiência com estes pacientes, fazia com que o médico assistente tivesse que ficar todo o tempo atento para qualquer emergência, já que era impossível contar com o colega plantonista. Para Márcia Rachid, “[...] fingir que tudo está ‘sob controle’ [era] bastante cômodo, principalmente quando lembramos que hoje o paciente vive muito mais e interna cada vez menos, quando bem tratado ambulatorialmente” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11).

Marcia Rachid escreveu também que para os pacientes acometidos pelo HIV que possuíam o plano de saúde “Quality”, destinados aqueles que tinham mais recursos financeiros e se tratavam com médico particulares e, que muitas vezes necessitavam apenas de exames laboratoriais, não possuindo grandes chances de internação, não ficavam sabendo que pagavam muito mais somente para serem reembolsados da consulta médica. Assim como os pacientes que possuíam o plano “Opção 22”, que pagavam planos bem mais baratos, iriam também para o Hospital da Ordem Terceira. Nas palavras de Márcia Rachid, isto era uma discriminação, “[...] uma verdadeira propaganda enganosa, quando afirmam que o plano é de ‘livre escolha’ e que aceitam pacientes com ‘doenças crônicas’ ou que ‘é por você eu voamos bem alto?’” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11).

Outra preocupação da médica foi com o plano de saúde chamado “Golden Cross”, tendo em vista que o mesmo, estava indo pelo mesmo caminho, só que de uma forma disfarçada: “[...] já que nunca existam vagas nos hospitais da zona sul e os pacientes eram encaminhados para Campinho (Jacarepaguá)” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11), o que segundo médica “[...] talvez para dificultar o acompanhamento pelo médico assistente não credenciado” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11), que “[...] evidentemente não [teria] como ‘pular de hospital em hospital’, de acordo com a vontade das Empresas de Medicina de Grupo (Entidades que operam planos de Saúde), tão bem intencionadas na hora de vender o plano” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11).

Ou talvez, para “[...] punir a família [do paciente] que morava e trabalhava longe daquele hospital, talvez por acharem que o paciente [pagasse] pouco e que ‘estariam fazendo um grande favor’ em atender esta ‘doença excluída’” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11). Situações que, segundo a médica, dificultavam as soluções para o problema em “[...] um país onde o sistema público [estava] falido e que [era] quase impossível assumir as exorbitantes contas hospitalares” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 11).

Para Márcia Rachid, deixar de levar a público casos de abuso e desrespeito aos direitos civis e humanos dos pacientes como estes, “[...] não seria uma boa estratégia muito sensata pra que tem o objetivo lutar contra estas coisas” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Para a médica “[...] no caso particular do combate à Aids e aos preconceitos e discriminações que ainda cercavam as pessoas portadores do vírus, seria, no mínimo, uma inconsequência” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Afinal, “[...] todos concordamos que a maneira que tem se mostrando mais contundente de se garantir

o respeito e o cumprimento de direito tem sido a união na reivindicação e na denúncia” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Márcia Rachid também afirmou que “[...] era preciso observar que lá se vão mais de dez anos que o HIV estava perambulando pelas correntes sanguíneas de linfócitos e não se poderia negar que muita coisa tinha mudado e para melhor” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). A médica considerava que existia uma melhora no quadro geral da Aids naquele momento em relação ao início de toda esta história, para a médica esta situação se dava em razão do “[...] resultado de um trabalho pioneiro de denúncia e muita luta de companheiros - muitos que não estavam mais vivos” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Para a médica,

[...] o que há alguns anos parecia impossível, naquele momento já [era] rotina, como o acesso à assistência médica embora muitas vezes precárias, mas com um maior número de profissionais de saúde atendendo o paciente, inclusive com abertura de empresas de medicina de grupo” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Todavia, Márcia Rachid foi enfática ao afirmar que mesmo após esses avanços, a imprensa continuava interessada em publicar apenas o que era “[...] exclusivamente bizarro, situações limites, tragédias e notícias truncadas sobre falsas promessas de cura” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). O que de certa forma estaria dentro do princípio acadêmico formador do repórter, que segundo a médica “[...] só se interessava pelo que era chocante, inusitado. Coisas que vendiam mais jornais e dariam ibope” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

A médica também afirmou que os avanços até então conseguidos eram poucos comparados ao longo caminho que ainda teria que percorrer, mas que o governo foi “[...] quem menos se mexeu” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18) para que eles acontecessem. Para a médica, “[...] saúde é um dos direitos básicos fundamentais garantidos pela Constituição. No entanto, entre transferências de responsabilidade e atitudes evasivas, o Governo não respondia às expectativas” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Nesse cenário, a médica afirma que era necessário continuar na luta, denunciando as omissões, os descasos e as incompetências, mas que o único, porém estava na imprensa “[...] em continuar a só divulgar horrores cotidianos da vida de quem vive com Aids, acabando assim, por espelhar o pânico como forma de chamar a atenção” (NÓS POR

EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Ademais, divulgar fatos positivos também poderia servir para o combate o preconceito e o desrespeito.

Para a Médica, “[...] a educação e a prevenção podem ser feitas não só com informações, mas com bons exemplos, divulgando notícias sobre práticas exemplares, podendo ter como parâmetro atitudes corretas para seguir como exemplo e obter excelentes resultados” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Não se tratava de levar falsas esperanças nem muito mesmo excesso de otimismo, a medida era divulgar que avanços ocorreram, conquistas foram garantidas e que levá-las ao conhecimento público, através da imprensa, também era mais uma forma de continuar a luta histórica contra a Aids.

Márcia Rachid que na edição de maio de 1994 do impresso, publicou uma carta intitulada “Dor de amor quando não passa é porque o amor valeu...”. Na carta, a médica revela aos leitores do impresso, que mais uma vez teve que suportar a perda de um paciente tão especial para a doença e que sentir-se impotente diante do momento tão irreversível, estava passando por um momento complicado. José Carlos, “[...] que tantas vezes [lhe] disse que era o seu paciente predileto e que queria contribuir com bem-estar foi embora” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 18).

A médica revela em sua carta que seu paciente sabia o quanto ela gostava dele e, que José Carlos deixava nela e em tantos outros a certeza de que valeu muito ter vivido e trazido alegrias para aqueles que com ele conviveu, “[...] ter trocado aquela tão falada energia que nós sentíamos fluir...” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1994, p. 18). A doutora revela que “[...] jamais [estará] chorando por arrependimento de ter sentido amor por alguém que tinha partido, que chorava pela perda e saudade, por saber que nunca mais poderia sentir o prazer de encontrar e abraçar José Carlos” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1994, p. 18).

Márcia Rachid revela em sua carta, que desejava ver José Carlos vivo, mas que queria ele “[...] sorrindo e não sofrendo, por isso [sabia] que foi melhor ter partido.... ” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1994, p. 18) e, ainda confessa que certa vez, José Carlos lhe escreveu um cartão dizendo-lhe que lutava muito para ficar entre os fortes e que as vezes não conseguia chegando a o cumulo de pedir-lhe desculpas e prometer que iria continuar lutando e, depois lhe disse “[...]que o sentido da vida estava na própria vida, na mente no corpo” (NÓS POR EXEMPLO, mai., 1994, p. 18). Márcia Rachid afirma ter aprendo muito com José Carlos, que ele foi sim forte, todo o tem e para sempre e que queria deixar registrada naquela carta, “[...] não a sua dor. Mas a sua certeza de que amar

valeu e isto bastava para dizer que viver valeu...” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 18).

Márcia Rachid, que no artigo intitulado: *Relações* publicado na coluna Agaivê- Hoje na edição de novembro de 1994, revelava aos leitores do impresso que tinha vivido bem perto dos limites, seus e dos outros, “[...] tentando equilibrar o racional e as emoções, vividas e mais intensamente possíveis, ainda que passageiras...” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18) e, que ainda se surpreendia com as diferentes formas das pessoas lidarem com as dificuldades, momentos inesperados, perdas, impotência e até mesmo com prazer. Para Márcia Rachid, perder doía tanto que o “[...] o ideal seria não sentir”, para ela “[...] quem não perde é porque não ganhou nada” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Todavia, segundo a médica, a maioria das pessoas valorizavam o duradouro, o que era consistente, o que “[...]deveria ficar para sempre...” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Mas aí veio a Aids, “[...] para jogar teorias ‘por água abaixo’, para questionar conceitos e preconceitos, para expor sentimentos e emoções, para pôr à prova a afetividade e a confiança entre parceiros, familiares e amigos...” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Diante das dificuldades impostas pela doença, Márcia Revela que poderia conhecer o outro, “[...] que vai embora ou fica perto verdadeiramente...” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18). Para ela, fingir ou fugir nunca poderia ser a solução, pois quem não aprendesse a lidar com limites impostos pela doença ou, “quem acreditasse no eterno não conseguia perceber o instante...” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Márcia, afirma que pode dizer que era evidente a diferença entre pacientes que descobrisse o valor do momento, do aqui e agora, modificando a sua qualidade de vida. Pois segundo ela, eles

[...] decidiram VIVER, literalmente, no equilíbrio das perdas e ganhos, diante de dúvidas e do inesperado, convivendo com limitações, com diversas maneiras de descobrir o prazer, com alegrias e tristezas, ou seja, vivendo enquanto estão vivos! (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Por outro lado, estavam os médicos, “[...] que as vezes não [percebiam] a importância do momento do outro e [confundia] o seu limite com o do paciente” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18), situação que se complicava segundo Márcia Rachid, “[...] quando os pacientes se calavam diante das situações” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Mas como mudar esta história que vem sendo escrita com tanto, ainda que misturada com vitórias? “[...] Com o respeito àquele que vive com HIV/Aids, não ter medo, não ter vergonha da doença e enfrentar ‘cara a cara’, não só o vírus, mas também a discriminação, a desinformação, as barreiras diversas, o preconceito e, sobretudo, enxergar as pessoas que estão por perto dispostas a compartilhar todos estes momentos” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 18).

Ao que os discursos indicam, nas últimas décadas do vigésimo século, os portadores do vírus HIV sofreram as mais diversas barreiras: preconceitos e discriminações, desinformações e insensibilidades dos planos de saúde e também por parte de familiares, empresas, médicos e do judiciário. As penitências que passaram os portadores do vírus HIV nesse período e as insensibilidades gestadas em torno destes episódios permitem uma ilustração a respeito dos estigmas da Aids que permeavam a sociedade naquele momento e que serviam de principais obstáculos para prevenção, tratamento, cuidado em relação ao HIV.

São depoimentos que refletiam como a pessoa portadora do HIV carregou consigo os estigmas construídos em torno da Aids, que acabaram repercutindo sobre a sua identidade e sua história de vida. Acreditamos que o medo do estigma e dos preconceitos podem também ter desencorajado diversas pessoas a revelar sua sorologia até mesmo para os familiares e parceiros sexuais, além de prejudicar o acesso a tratamento e aquisição de medicamentos.

Segundo o sociólogo norte-americano Erving Goffman (2013), um estigma é uma característica que faz referência a um atributo profundamente depreciativo que “estigmatiza alguém para confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (GOFFMAN, 2013, p. 6). Esse autor identificou ao menos três tipos de estigma, quais sejam:

Em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2013, p. 7).

Todos os três tipos de estigma possuem um ponto em comum: um sujeito que sofre uma exclusão social por alguma característica pessoal considerada inadequada pela

maioria da sociedade e que sofre as consequências disso no seu desenvolvimento enquanto cidadão. O termo leva ainda a duas perspectivas:

[...] assume o estigmatizado que a sua característica distintiva já é conhecida ou é imediatamente evidente ou então que ela não é nem conhecida pelos presentes e nem imediatamente perceptível por eles? No primeiro caso, está-se lidando com a condição do desacreditado, no segundo com a do desacreditável. Esta é uma diferença importante, mesmo que um indivíduo estigmatizado em particular tenha, provavelmente, experimentado ambas as situações (GOFFMAN, 2006, p. 7).

O autor Fernando Henrique Rodrigues de Lima (2014), revela que quando a Aids surgiu realizou-se uma “caça às bruxas” na imprensa nacional a fim de descobrir quem tinha ou não a doença. Vários artistas tiveram que vir a público desmentir que estavam doentes. Ainda segundo o autor, para a vida de algumas pessoas públicas, emagrecer, perder cabelo, cancelar show ou passar mal durante alguma apresentação já era motivo suficiente para especulações e fofocas tendenciosas dos tabloides. Algumas características evidenciadas como marcas ‘duvidosas’ de Aids, tais como o indivíduo que perdera peso em pouquíssimo tempo, com a pele anêmica, com as maçãs do rosto pouco ou quase não acentuadas, a apresentação de aspecto cadavérico e a escassez de cabelo já levantavam suspeitas da presença da Aids. Caracterizavam-se assim os desacreditados.

Talvez o caso mais famoso da associação entre magreza e AIDS no país tenha sido o da edição 1.077 da revista *Veja*, de 26 de abril de 1989, que estampou uma foto irreconhecível do artista Cazuza com os dizeres “Uma vítima da AIDS agoniza em praça pública”. Era esse o estigma construído à época; era essa a imagem que se tinha do sujeito doente de Aids. Além de Cazuza, Lauro Corona, Freddie Mercury, Rock Hudson e Thales Pan Chacon foram alguns dos artistas, conhecidamente homossexuais, que tiveram sua vida esmiuçadas após a morte relacionada à Aids. Casos mais posteriores receberam um melhor tratamento da imprensa, como o de Sandra Bréa, atriz que divulgou sua soropositividade ainda em vida, no ano de 1993, e tornou-se sinônimo de luta, e o de Renato Russo, que, mesmo não declarando publicamente sua soropositividade, ao morrer em 1996, recebeu um tratamento por parte da imprensa realçando seu talento e a sua ausência no cenário artístico em detrimento da Aids como causa de sua morte – sinal de que o sensacionalismo havia perdido a sua força.

Atualmente, com a profilaxia, não todos, mas muitos soropositivos para HIV levam uma vida saudável e regulada, porém o estigma ainda está enraizado, pois continuam em posição social suscetível. Mesmo com toda a evolução do tratamento e

com os medicamentos, o estigma permanece, não mais relacionado à imagem corporal, mas à do tratamento dado aos doentes.

Durante o período de 1988 a 1990, o autor Fernando Henrique Rodrigues de Lima (2014) afirma que o governo lançou uma campanha de cunho agressivo e fotos com imagem da morte a fim de conscientizar, usando o seguinte *slogan* “Quem vê cara, não vê Aids. Use camisinha-de-vênus”. Segundo este autor, a intenção era dizer que qualquer pessoa poderia estar infectada, por mais saudável que ela aparentasse ser. Começou-se a campanha para diferenciar o doente do portador; qualquer um poderia ter o vírus, não apenas os que alimentavam os estereótipos do “franzino” infectado. O mesmo *slogan* viria a ser repetido em campanha de 1995.

Á vista disso, a palavra estigma aqui não tem mais a conotação visual, o apelo do olhar, a repugnância do outro ao ver uma chaga, mas sim o sentimento ainda de medo do desconhecido, que não deixa de mostrar sua marca pelo olhar de quem é estigmatizado. Onde “a perpetuação de um preconceito que se construiu quando a doença surgiu permanece, alimentada pelos rótulos que recaem sobre o doente, mais ‘doente’ pelo sentimento de exclusão social do que pela doença patológica” (RODRIGES DE LIMA, 2014, p. 44).

A Aids era doença que estigmatizava, que colocava o doente na condição de ser apontado, anotado pelas agruras da ignorância, vítima de um discurso cristão extremamente cruel. Se o câncer era uma doença da traição do corpo, o “câncer gay” funcionava como uma traição do corpo que desejava o sexo e por isso permitia a entrada de vírus e bactérias, portanto um câncer “provocado pelo pecado” e que como castigo, colocava o infectado na condição de fragilidade, de merecedor de desdém, de desafetos e de insensibilidades.

Lutar contra a Aids sim, mas não uma Aids abstrata, e sim tudo que ela trazia de mais concreto abstratos, com a negação de planos de saúde, a falta de uma política de combate à epidemia, as constantes violações dos direitos básicos e, acima de tudo, a discriminação, foi uma das formas que o impresso encontrou de resistir contra os estigmas que eram associados aos homossexuais naquele momento.

Muito ainda precisa ser dito sobre a atuação do impresso *Nós Por Exemplo* no combate à epidemia de Aids. No próximo capítulo dessa dissertação, abordaremos a história de vida da médica Márcia Rachid, sua relação com a comunidade gay e a sua relação de afetividade com os seus pacientes. Também iremos problematizar os discursos de pessoas que contraíram o vírus e que foram publicados no jornal. São histórias

individuais que dão nomes e corpos a uma doença tida como um câncer homossexual. Soma-se a isso, as sensibilidades em esperança e da amizade contidas no jornal sobre o desejo da cura para uma doença que ceifou a vida de muitos gays na década de 1990.

Capítulo III

Um papo “Entre Nós”: homossexualidade e aids através das entrevistas com famosos

“[...] na terra não tem saída, não vou discutir, Bergman
Agora com você, o amor não tem nome
Companheiro, tudo é tão perfeito
Não fosse Lacan, claro
Na luta desarmada
Teu beijo, positivo
Soro, água
O HIV não nos vê”

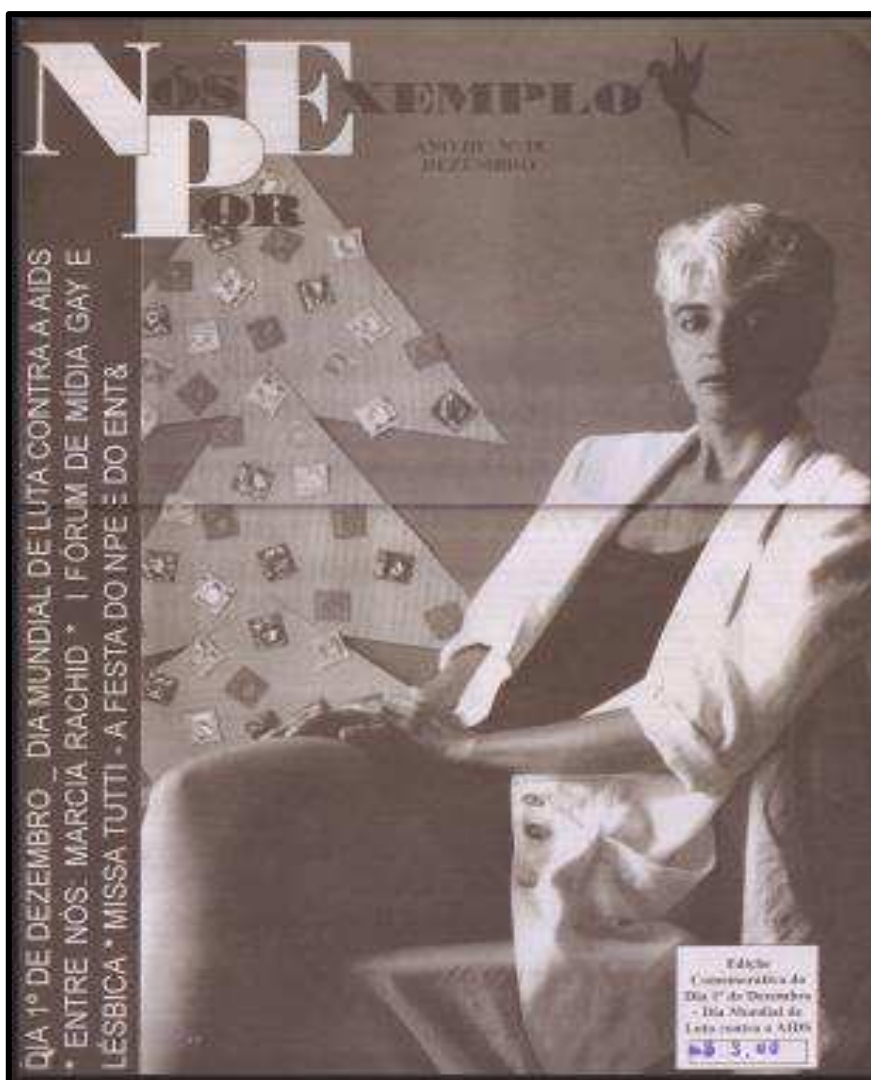
(Paulo Corrêa, mai. 1993).

3.1 Uma “traveca” ou a “rainha dos gays”: Marcia Rachid e sua contribuição médico-discursiva no combate a Aids

[...] que que é isso, uma mulher na capa? Pensei. Quem é esta perua? Uma traveca? Depois de ler a entrevista da médica Márcia Rachid, entendi. Ela merece todas as capas!

A narrativa acima, escrita pelo leitor do impresso, o Sr. João Henrique, morador da cidade de Piracicaba, localizada no interior do Estado de São Paulo, está publicada na seção *cartas* da décima nona edição impressa no ano de 1995 e, discorre sobre a capa da edição anterior do impresso e a entrevista concedida pela médica ao articulista do impresso Sérgio Barcellos em 24 de novembro de 1994. Vejamos a imagem da capa:

Imagem VIII - Capa da décima oitava edição do impresso Nós Por Exemplo



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1993).

Na imagem acima, podemos visualizar a capa da décima oitava edição do impresso. Trata-se de uma edição comemorativa publicada no dia 1 de dezembro, Dia Mundial de Combate a Aids. Na capa, a médica Márcia Rachid está sentada em uma cadeira com o seu jaleco de cor branca e ao fundo diversos preservativos (camisinhas) embalados com diferentes cores, o que ajudavam a contrastar a imagem com o fundo escuro. No lado esquerdo, em paralelo a posição da médica, o impresso anunciava a entrevista da médica imunologista Márcia Rachid na seção *Entre Nós*.

Márcia Rachid que segundo o jornalista Mauro Ferreira (2020) era a cara vitoriosa da Aids no Brasil, por ser referência nacional no combate aos efeitos da epidemia mundial surgida na década de 1980. Para Mauro Ferreira (2020), essa médica logo se “contaminou pela vida quando se deparou com o HIV nos consultórios e hospitais em que atuou há mais de trinta anos na cidade do Rio de Janeiro com reconhecida obstinação pela vida” (FERREIRA, 2020, p. 9). Além do mais, conforme afirmou Mauro Ferreira (2020), Márcia Rachid não se intimidou com os efeitos do HIV na fase inicial da epidemia de Aids, potencializados pelos preconceitos suscitados por doença associada ao prazer do sexo, pois a referida profissional da saúde desde sempre foi à luta, driblando infecções e rejeições para salvar a vida de pacientes, muitos deles jovens no auge da existência. Na entrevista concedida ao impresso, Márcia Rachid falou um pouco de sua vida pessoal, de sua relação com a comunidade gay e, de sua relação com o amor, com o afeto e cumplicidade com os seus pacientes.

Na parte inicial da entrevista, o articulista do impresso Sérgio Barcellos, perguntou a médica se quando ela iniciou o contato com o universo gay, para entender mais o que estava acontecendo, o balanço teria sido positivo. Márcia Rachid lhe respondeu que não havia dúvida sobre isso e, que o contato com o universo gay lhe proporcionou conhecer “[...] as pessoas, um pouco da história do gueto e da discriminação” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4), trazendo-lhe facilidades no seu trabalho como médica ao atender pessoas que viviam com o vírus do HIV ou com a doença.

Márcia Rachid revelou que certa vez em uma de suas palestras “[...] alguém [lhe] perguntou se era esquisito um homem com cabeça de mulher” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Segundo a médica, ela não conseguia achar que alguém poderia ser capaz de pensar que gay seria um homem com cabeça de mulher e, que hoje seria uma pessoa intolerante com situações deste tipo, não tendo mais paciência para ouvir determinadas coisas nem em relação à Aids e nem a ignorância em relação à homossexualidade, pois

segundo afirmou a médica “[...] as pessoas fingem que não são, a gente finge que não sabe e fica todo mundo fingindo” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

Márcia Rachid contou na entrevista, que buscava conversar essas situações com alguns de seus pacientes, quando eles se deixavam, por exemplo, se prejudicarem em relação às empresas. Já que em muitas empresas que dão ajuda no tratamento, as pessoas temem por sofrer algum tipo de discriminação: “[...] uns por que têm Aids e outros porque são homossexuais” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Situações que levavam os pacientes a deixarem de receberem algum tipo de medicação, de ter ajuda da empresa, porque as pessoas se auto discriminavam. Para Márcia Rachid, “[...] a pessoa que se auto discrimina não [ajudaria] a mudar a sociedade, não [ajudaria] a mudar uma história que já [vinha] sendo mudada por causa dos heróis” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

O articulista do impresso Sérgio Barcellos, perguntou ainda a médica se este paciente que buscava não se auto discriminar encontrava eco junto aos profissionais de saúde por exemplo. Em resposta, a médica informou que, isso era perceptivo no dia a dia, tendo em vista que “[...] se o paciente [passasse] tranquilidade para a família, para o parceiro e para os amigos, as pessoas não o [tratariam] com pena ou superproteção” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Segundo a médica, a depender da maneira de se colocar, tanto a discussão da Aids, quanto a da homossexualidade, teria tudo a ver com as mudanças que estavam acontecendo. Além do que, “[...] a Aids [atingia] o mundo inteiro e por isso gerou mudanças em várias coisas, mudanças sociais e até econômicas” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

Para Márcia Rachid, naquele momento se falava de homossexualidade com mais tranquilidade, até mesmo “[...] para os grandes machistas e [para] pessoas preconceituosas” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4) e, percebia-se uma mudança de atitudes nessas pessoas. A médica revelou, estar falando disto porque viveu muito de perto, o predomínio da doença entre homossexuais masculinos e, que ainda naquele momento, grande parte dos seus pacientes eram homossexuais e, que as pessoas ficavam mais relaxadas ao perceberem que o médico não tinha preconceito. Essa mudança segundo a médica vinha ocorrendo por causa da “[...] revolução que a Aids [estava] fazendo em vários [setores da sociedade], até mesmo no sistema de saúde” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

Seguindo a entrevista, o articulista do impresso Sérgio Barcellos, a indagou sobre o convívio social de um portador do HIV ou doente de Aids, se naquele momento havia sofrido alguma redução quanto aos aspectos da rejeição. Márcia Rachid lhe respondeu,

com certo receio de estar interpretado ou generalizando o que ela viveu, que em relação a essa questão específica diversas mudanças ocorreram. Ela descreveu, que não “[...] escultava mais alguém dizer que botou as roupas dos [seus] pacientes em água sanitária ou que um médico não o cumprimentou” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4) e, que os seus pacientes não passavam mais por essas situações porque eles tinham esclarecimentos. Ao que os discursos indicam, existia uma tentativa por parte da médica de vencer o preconceito existente a época, seja ela através da informação e da orientação correta ou do atendimento mais humanizado aos seus pacientes. Ainda segundo a médica, se alguém tivesse alguma atitude nessa direção (de preconceito) para com eles, seus pacientes saberiam exatamente o que responder. Márcia Rachid também, afirmou que buscava ensinar tudo sobre a doença, formas de transmissão, direitos trabalhistas, “[...] dar uma visão ao paciente para que ele não [fosse] discriminado em nenhuma circunstância” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4), embora fosse difícil responder se isto acontecia com todo mundo.

Podemos perceber a partir do discurso da médica Márcia Rachid, a promoção daquilo que Michel Foucault chamou de *estética da amizade*. A temática da amizade tratada por esse autor, faz parte do seu último projeto filosófico que ficou inacabado em razão de sua morte em 1984. Michel Foucault (1994), sugeriu que as relações de amizade fossem relações abertas, um espaço da convivência humana que precisava ser criado e recriado gradativamente, com diferentes nuances e tonalidades. Para o filósofo, a relação de amizade é, por excelência, uma relação de compartilhamento de vida; compartilha-se o tempo, a diversão, a esfera da casa, a comida. Portanto, ela está imersa nesta dimensão do prazer que extrapola qualquer tentativa de reduzi-lo ao prazer do sexo. O desejo segundo Michel Foucault (1994) é um desejo de relação, um desejo enquanto pulsão para a criação de novas formas de vida. Na sua essência, conforme definiu, “[...] a amizade é a soma de todas as coisas em relação às quais pode-se obter um prazer mútuo” (FOUCAULT, 1994, p. 164).

Para Michel Foucault (1994) pensar a partir da amizade é lançar o desafio para que novas formas de sociabilidade sejam possíveis, novos modos de relacionamentos possam surgir para além do modelo familiar nuclear. O âmbito no qual Foucault (1994) situa a amizade é o da homossexualidade, especialmente pelo fato de que a relação homossexual, para manter-se, precisa de amizades mais do que as relações heterossexuais. Por não ser uma relação institucionalizada, a relação homossexual precisa ser constantemente reinventada. Neste sentido, a amizade torna-se um conceito crítico a

um modelo de sociedade que limita as subjetividades ao padrão familiar, dificultando assim que novas formas de relação se desenvolvam. Neste contexto, pensar uma sociedade a partir da ética da amizade, é pensá-la aberta à pluralidade, à diversidade, possibilitando que o ser humano se expresse e se recrie constantemente em suas relações. Situamos assim, a amizade criada entre a médica Marcia Rachid e seus pacientes nos moldes de uma estética da amizade, como proposto pelo filósofo francês.

Nessa direção, ao ser perguntada por Sérgio Barcellos se em suas relações pessoais, a médica teria detectado algum tipo de preconceito por ela estar tão vinculada ao meio homossexual através de uma doença considerada um câncer gay: a Aids. Márcia revela como estava aberta à pluralidade, à diversidade, possibilitando que ela se expressasse e se recriasse constantemente em suas relações. Na entrevista, Márcia Rachid ao responder Sérgio Barcellos, discorreu que tinha dificuldades nas relações sociais e até afetivas porque tinha se tornado intolerante. Isto é, se ela arrumasse um namorado preconceituoso que não gostasse quando ela e seus amigos gays saíssem, ela teria quer largar esse namorado. Segundo a médica, “[...] uma pessoa que se [posicionasse] assim não serviria pra ser seu namorado, pois não [daria] para aguentar isso, ou ainda, uma pessoa que a criticasse por era ser muito afetiva e, por se envolver ou até porque ela chorava” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). E seguiu afirmando que “[...] médico é gente do mesmo jeito”. Em sua ordem discursiva, a médica deixou exposto que se ela percebesse que alguém estava convivendo com ela não entendesse o porquê que não vivenciou certos momentos, ou não queria aprender, ela se afastava, pois de alguma forma ela teria criado o seu próprio gueto. Muito por sua mudança em “[...] função de trabalhar tão perto de emoções, coisas vividas tão intensamente, ainda que passageiras” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4), sendo assim, não haveria como se transformar em outra pessoa. Assim, o discurso da médica parecia ter a função de levar o leitor a entender que algumas pessoas se aproximavam dela, muitas vezes por causa da fantasia ligada ao fato de ela ser médica e por trabalhar com a Aids e, que embora atraídas, quando chegava perto não aguentava, razão que ficaria complicado essa aproximação.

O articulista, também perguntou na entrevista a Márcia Rachid, se em suas relações afetivas, o fato dela ser adorada pelos gays geraria algum tipo de conflito ou ciúmes, mesmo ela sabendo que eles eram gays. Marcia respondeu que os amigos, “[...] as vezes [brincavam] dizendo que ela era a rainha dos gays” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

A médica afirmou não saber ao certo até que ponto ser a “rainha dos gays” era uma brincadeira ou preconceito e revelou uma situação que ocorreu com um de seus pacientes. Certa vez, estava muito envolvida com um paciente e lhe perguntaram se ela estava apaixonada pelo paciente. De forma imperativa, disparou que dependia do que eles entendiam por paixão. Pois naquele caso, era sim uma paixão, uma por uma “[...] pessoa importante que [ela] queira ajudar” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Não uma atração física, pois ela não “[...] queira namorar o seu paciente”, mas “[...] uma relação extremamente afetiva” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). O que era extremamente complicado segundo a médica, porque as pessoas não entendiam.

Márcia Rachid narrou ainda que algumas vezes os familiares dos pacientes achavam ela estranha pelo fato dela “[...] chegar no hospital, abraçar, beijar e fazer carinho nos pacientes” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4) e, que não sabia se este incômodo e/ou estranhamento era motivado por ciúme ou porque ela estava saindo do padrão e “[...] tudo que sai do padrão esperado [era] esquisito” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Ao longo da entrevista, médica reafirmou diversas vezes que não saberia trabalhar com Aids se fosse de outra maneira.

Sérgio Barcellos pergunta a Márcia Rachid se o fato dela ter esta postura e com este ritmo de vida ela chegaria a sentir solidão. Márcia então responde, que ela buscava um equilíbrio entre racional o emocional. E que muitas vezes perguntava a seus pacientes, se eles conheciam alguns heterossexuais assim. Já que segundo ela, alguns heterossexuais que ela conhecia, não tinham preconceitos, mas “[...] nem sempre passavam pelo seu caminho de forma que ela [pudesse] conviver com essas pessoas” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Sendo assim, ela vivia muito só nesta questão de relação com alguém.

Márcia Rachid afirma também, que “[...] existem histórias que acontecem e são ininterruptas por razões diversas, entre elas muitas relacionadas com a sua profissão” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Para ela, era só imaginar que não existiram duas Márcias – a Márcia médica e a pessoa Márcia e, sim “[...] uma pessoa só e que a sua profissão inferiria integralmente na sua vida social” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4), até em relação ao seu tempo, pois segundo ela, se ela quisesse ter tempo para alguém – se ela estivesse envolvida com alguém, ela abriria mão de algumas coisas, como por exemplo, “[...] responder recados um pouco depois, mudar horários do consultório, enfim, modificar coisas da sua vida” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

Segundo a entrevista, Sérgio Barcellos pergunta a Márcia Rachid se o seu posicionamento não seria uma forma de idealizar as relações. Márcia responde o articulista que “[...] se ela quisesse ir para um padrão de mulher que aguentava determinadas coisas que algumas mulheres aturavam para manter um marido, uma casa e filhos, seria muito tranquilo” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4). Mas ela não queria isso, pois não conseguiria, naquele momento, imaginá-la ao lado de uma pessoa tomando conta do que ela fazia ou do que ela deixava de fazer. Para ela, se tivesse alguém que pudesse aceitá-la do jeito que ela é, com todas as mudanças que ela passou e respeitá-la dessa maneira tudo bem. Se não tivesse, iria continuar sozinha e continuar crescendo.

Sergio Barcellos seguiu se rosário de questões, dessa vez, investigando se ao longo dos dez anos de trabalho, como desenvolveu a concepção da perda e se antes, ela encarava a morte de uma maneira diferente. Marcia Rachid respondeu que tinha uma relação de distanciamento da morte na época que ainda ela era estudante, pois quando o paciente ficava grave ela não o via mais, já que não tinha obrigação como médica, por ser estudante, mas que essa situação lhe afligia. A morte para a entrevistada “[...] era uma coisa distante que [lhe] incomodava muito, porque [ela] não queria perder” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 4).

Márcia Rachid expôs também que quando começou o seu trabalho como alergista e trabalhando com a vida, as pessoas dificilmente morreram de alergia, mesmo que tivessem asma. Sendo assim, ela não tinha vivido essa história. Os primeiros pacientes que morreram no hospital, inicialmente ela não estava tão perto, porque ela trabalhava no ambulatório. Razão pela qual, não estava tão próxima do óbito destes pacientes. E seguiu: “[...] até que houve uma história de um paciente, com quem [ela] conviveu oito meses, [ocasião na qual ela] aprendeu essa coisa da perda e do ganho” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Márcia Rachid então contou que aprendeu que, embora a morte lhe tirasse uma coisa, ela tinha que aprender com ela e, que “[...] as pessoas aumentavam sentimentos com essas perdas” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Sergio Barcellos então a questionou, como foi “exatamente” esse primeiro contato coma perda. Márcia lhe respondeu que começou a conviver com este paciente de uma maneira bem técnica. Inicialmente, “[...] fez um diagnóstico de tuberculose e falou para ele o que era” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Márcia Rachid afirma lembrar, que não sabia como dizer que era tuberculose ao paciente, pois “[...] ele estava fragilizado e era época de Natal” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Segundo Márcia, o paciente havia descoberto a doença naquele momento e já estava com tuberculose e que

naquele momento iniciou um novo exercício que “[...] era o de saber como falar determinados assuntos com os pacientes e estar presente” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5), procurando sempre se colocar no lugar dele para saber como era a melhor maneira de falar, sem agredir ou superproteger. Márcia Rachid iniciava-se assim a ser guiada pelos trilhos da alteridade.

Ainda sobre o paciente, a médica narrou que passado quatros meses, quando ele já estava bem melhor, o paciente lhe falou de um congresso sobre Aids que iria acontecer nos Estados Unidos e, que ele manifestou o desejo de que a médica fosse para o evento, incentivando-a se inscrever e, que não se preocupasse com as passagens, pois ele lhe daria. A princípio, Márcia Rachid pensou “[...]que o seu paciente estava enlouquecendo ao ofertar tal proposta e, sempre que ele tornava a falar sobre esse assunto, ela buscava mudar os rumos da conversa” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Até que a data do congresso foi se aproximando e ele cada vez mais insistente na proposta. A médica pediu para ele explicar o porquê do seu desejo de ela ir para esse congresso. Em resposta, o paciente contou “[...] que sabia que tinha uma doença grave, sem cura e que sabia também que [Márcia não encontraria] a cura para ele no congresso, mas que sabia que seria importante para as outras pessoas que a médica continuasse a trabalhar com a Aids” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Marcia discorreu sobre o quanto ficou muito emocionada e que “[...] mesmo nos momentos em que viesse a ter vontade de jogar tudo para o alto” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5), essa ocasião serviria segundo como um estímulo para seguir adiante na profissão e no cuidado com os pacientes de Aids. Márcia Rachid narrou, que “[...] num belo dia, ele entregou a ela as passagens” e que antes de embarcar o paciente começou a apresentar uma piora em quadro clínico, ocasião em que ela pensou em desistir da viagem. Mas, “[...] ele continuou insistindo pra que ela fosse dizendo-lhe que iria esperar ela voltar do congresso” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Durante a sua estadia nos Estados Unidos, Márcia Rachid revelou que o quadro de saúde de seu paciente piorou consideravelmente e, que quando ela retornou do congresso, ele lhe presentou com “[...] um abraço muito forte dizendo-lhe que não aguentava mais esperar por ela” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). No dia que o seu paciente morreu, Márcia revela que ficou “[...] muitas horas na casa dele até que, num determinado momento, seu paciente lhe mandou embora. [Naquele momento] sentia que ele sabia que estava morrendo e não queria que o visse morrer” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Norbert Elias (2001), n' *A Solidão dos Moribundos*, nos ensina que existem várias maneiras de lidarmos com o fato de que todas as vidas, incluídas as das pessoas que amamos, têm um fim. Para o autor “o fim da vida humana, que chamamos de morte pode ser mitologizado pela ideia de uma outra vida no Hades ou no Valhalla, no inferno ou no paraíso. Sendo essa, a forma mais antiga e comum de os humanos enfrentarem finitude da vida” (ELIAS, 2001, p. 9). Ainda para o autor

[...] podemos tentar evitar a ideia da morte afastando-a de nós tanto quanto possível – encobrindo e reprimindo a ideia indesejada – ou assumindo uma crença inabalável em nossa própria imortalidade – “os outros morrem, eu não” [ou] encarar a morte como um fato de nossa existência, ajustando nossas vidas, e particularmente nosso comportamento em relação as outras pessoas, à duração limitada de casa vida [ou ainda] considerarmos parte de nossa tarefa fazer com que o fim, a despedida dos seres humanos, quando chegar, seja tão fácil e agradável quanto possível para os outro e para nós mesmo (ELIAS, 2001, p. 9).

E por fim, “podemos nos colocar o problema de como realizar essa tarefa” (ELIAS, 2001, p. 9). Essa pergunta, que segundo o autor só é feita de maneira objetiva por alguns médicos – no debate mais amplo da sociedade, raramente se coloca.

Ainda segundo Norbert Elias (2001), muitas pessoas morrem gradualmente: adoecem, envelhecem, e suas últimas horas se tornam importantes. Todavia, muitas vezes a partida começa muito antes e, a fragilidade dessas pessoas é, muitas vezes suficiente, para separar os que envelhecem dos vivos. Para o autor, sua decadência as isola, podendo tornar-se menos sociáveis e seus sentimentos menos calorosos, sem que extinga as necessidades dos outros e, isso é o mais difícil- o isolamento tácito dos velhos e dos moribundos da comunidade dos vivos, o gradual esfriamento de suas relações com pessoas a que eram afeiçoados, a separação em relação ao seres humanos em geral, tudo que lhe dava sentido e segurança. O fato de que, sem que haja especial intenção, o isolamento precoce, os moribundos ocorram com mais frequência nas sociedades mais avançadas, é uma das fraquezas dessa sociedade.

Como podemos visualizar a partir da entrevista da médica Márcia Rachid, seu paciente buscou isolar-se antes de falecer, pedindo-lhe que se retirasse de sua casa para não está presente no momento de sua morte. Márcia que lhe dava segurança, sentido e cuidado não se conteve com a despedida vindo aos prantos ao entrar em seu carro, pois sabia que não o veria mais. No dia seguinte, Márcia revela na entrevista, que foi vê-lo morto. Rumou ao cemitério, pois sentia a necessidade de ir despedir-se, já que “[...] alguns médicos [falam] que nunca vão ou que não tem obrigação de ir” (NÓS POR EXEMPLO,

dez. 1994, p. 5). Para ela, não tinha isso se era certo ou errado ir ao velório, se ela achasse que deveria ir, iria.

Seguindo a entrevista, Márcia também trouxe a cena de quando retornou do cemitério. Encontrou Paulo Henrique Longo e disse-lhe que nunca mais trabalharia com Aids. Paulo, me “[pediu] para ir para casa e esfriar a cabeça. Ele sabia que [ela] falava aquilo por falar e que [ela] estava mal, naquele momento”. A entrevista nos permite imaginar a cena em que ela entrou em seu carro e virou o volante para sair da vaga na qual estava estacionada. Lembrou-se do que o paciente tinha lhe dito sobre as passagens para o congresso: “[...] isso é para quando você tiver vontade de jogar tudo para o alto, lembrar que eu te dei como estímulo. Não é por minha causa, é pelos outros” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Caminhando para o término da entrevista, o articulista Sérgio Barcellos, perguntou a Márcia, de que maneira ela sentia a influência deste paciente no seu trabalho. Márcia lhe respondeu que este paciente era muito presente em sua vida e que ele estava presente em seus discursos e, que as pessoas não sabiam de quem ela estava falando neles. Márcia afirmou que não achava agradável perder uma pessoa que ela gostava, “[...] não só este paciente, mas outros também que ensinaram a ela coisas importantes” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Uns lhe “[...] diziam que estavam felizes porque poderiam sair da cama e se sentar na cadeira, ou porque podiam tomar banho de chuveiro” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Márcia contou ainda que mesmo começando a enxergar algumas mudanças de parâmetros e de referências, percebia que não tinha fórmula para se acostumar com a perda. “[...] não é que [ela] tenha me acostumado com a perda, [ela] apenas aprendeu” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Ela anunciou que ficava com muita raiva quando alguém vinha a óbito, situação que lhe trazia uma sensação de impotência, mas que o aprendizado construído nessa relação com este paciente, serviu para ela perceber que ela não tinha que privar-se de conviver com uma pessoa só porque ela iria morrer. Pois, ao final, “[...] todo mundo iria morrer, não se morria só de Aids” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Defendeu que quando se fala de Aids, ela não falava sobre morte. O que era a grande diferença de pessoas que falavam de Aids focando na morte. Segundo a médica, nas primeiras campanhas de prevenção enfatizou a morte fazendo parte da vida, pois a morte chegaria na hora. Ninguém tinha poder de decisão sobre o fim da vida. Sendo

assim, Marcia Rachid falava de Aids como vida, porque ela aprendeu isso com as próprias pessoas que estavam morrendo ou que morreram vítimas da enfermidade.

Márcia, mais uma vez, revelou uma história de um de seus inúmeros pacientes. Certa vez, um paciente lhe disse que teve que ter o vírus para descobrir que podia ser mais feliz. Para Márcia Rachid “[...] a gente não poderia esquecer deste privilégio que estamos tendo que é a oportunidade de mudarmos valores, a oportunidade de valorizar este momento e ter a oportunidade de acordar e ficarmos felizes, porque estamos acordados” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Ainda segundo a médica, “[...] quem não tinha o vírus estava apreendendo isso, coisas que eles nunca enxergaram antes” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Sendo assim, o seu enfoque é que não dava para falar de morte como o inimigo número um. Mas, sim, falar de morte como fazendo parte do processo da vida. Elencar de forma enfática a diferença entre o seu trabalho com a Aids e de outros médicos era a ordem discursiva de sua fala: “[...] ela não falava de Aids como morte e sim como vida” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Segundo a médica “[...] existia uma constante troca de energias e, ela recebia em troca tudo o que ela doava a um paciente”, pois “[...] ela buscava ser médica de uma forma mais ampla” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5), na qual, aliviar a dor dos pacientes não era uma tarefa feita apenas com analgésico, mas com afetividade. Essa era a principal forma de “[...] tirar a carga da doença, tirar a carga da morte” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Márcia Rachid também afirmou que, se tivesse alguma coisa imediata que ela pudesse fazer para as pessoas que possuem o vírus, “[...] ampliando o universo delas, transmitindo a mensagem que não era uma coisa sem solução, que existiam diversas maneiras de encarar o fato de estar HIV positivado ou doente de Aids” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5), passando exemplos como forma de energia para que as pessoas saíssem da depressão, tirassem o peso da doença e encarassem a vida. “[...] é óbvio que em alguns momentos [dará] vontade de encontrar logo um remédio milagroso que cure as pessoas” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5).

Márcia afirmou que se tivesse como fazer alguma fórmula mágica na sua cozinha, com certeza ela faria, pois, a doença trazia uma carga em que o sofrimento físico não era o pior, mas sim, o preconceito. Mas enquanto essa “[...] fórmula definitiva não fosse desenvolvida, existia muita coisa para se discutir sobre a doença” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). A doença que naquele momento segundo a médica era “[...] muito mais fácil de tratar do que já foi nos anos iniciais da epidemia” (NÓS POR EXEMPLO, dez.

1994, p. 5). Já era possível ter uma melhora no tratamento caso usassem o “[...] exemplo de pessoas que convivem com Aids de uma forma positiva” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994, p. 5). Segundo o enunciado discursivo da médica, se conseguissem fazer provar que era possível viver feliz, mesmo tendo a doença, daria para mudar e não precisaria de uma fórmula mágica, pois era só conseguir atingir essas pessoas que não acreditavam numa mudança. Sendo assim, era preciso contaminá-los com a valorização vida, com cargas vitais ideais de solidariedade, afetividade e alteridade. Talvez esse tenha sido o grande desejo de Márcia Rachid.

Na décima nona edição do impresso, dois leitores enviaram cartas para o impresso tecendo elogios a entrevista da médica. As cartas dos leitores foram publicadas na seção *Cartas*. O leitor Luís Carlos Dantas da cidade de Manaus, no estado do Amazonas, afirmou que a entrevista com a médica foi excelente e que “[...] se os profissionais de saúde tivessem sua competência e profissionalismo, certamente não viveria no caos que estavam vivendo” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995, p. 2). Já o leitor Gerson Luiz do Rio de Janeiro, revelou em sua carta que esteve uma vez no mesmo lugar que a médica Márcia Rachid (uma boate gay onde ela foi homenageada) e que ficou impressionado com sua dedicação e seu carinho para os que a cercam. Para o leitor “[...] esta entrevista [vinha] confirmar o que ele pensava naquela ocasião: ela era uma pessoa muito especial” (NÓS POR EXEMPLO, jan. 1995, p. 2).

Acreditamos que cada paciente desta médica era tratado como um ser individual, um ser humano a quem ela se apegava, por quem vibrava com suas conquistas, de quem virou amiga e, em alguns casos, compartilhou tanto lembranças quanto essas de seu paciente. São lágrimas e risos que brotavam de sua cumplicidade com os seus pacientes.

A partir da entrevista da médica Márcia Rachid, podemos perceber como esta profissional ajudou os seus pacientes dando-lhes “vida” e, com eles aprendendo a viver mais um pouco, vivenciando incompreensões para poder adquirir a mais próxima compreensão de cada uma destes pacientes. A vida desta médica foi marcada não só pelo encontro permanente com estes pacientes, mas também pela perda de muitos deles. A cada paciente que perdia, a médica compreendia que sua morte se anunciava, que cada um que partia levava partes dela mesma. A médica nem sempre conseguiu evitar o óbito dos pacientes na “devastadora fase inicial da epidemia, nos anos 1980 e na primeira metade da década de 1990. Até porque a decisiva combinação de diferentes antirretrovirais, popularmente conhecida como ‘coquetel’, surgiu somente em 1996” (FERREIRA, 2020, p. 9). Seu depoimento cativante nesta entrevista concedida ao

articulista do jornal *Nós Por Exemplo*, o Sr. Sérgio Barcellos, trouxe o relato da luta que ainda não findou pela ignorância e pela injustiça social. Porque, “se ainda não há cura, já há tratamento eficaz para paralisar o HIV, embora os medicamentos nem sempre estejam acessíveis aos que mais precisam” (FERREIRA, 2020, p. 9).

Nesta entrevista, podemos visualizar a inexistência da frieza racional dos prontuários e dos diagnósticos. Existe a combinação de emoções, amizade, alteridade cumplicidade e informação aplicada por ela em suas palavras ao conceder esta entrevista numa edição tão importante para o impresso. Era a edição que comemorava a luta mundial contra a Aids. São enunciados que explicitam o amor da médica ao seu ofício, que buscou exercê-lo com paixão e realizando o exercício da alteridade com os seus pacientes. Márcia Rachid em sua entrevista ao articulista do impresso, o Sr. Sérgio Barcellos, mais uma vez quebrava o estereótipo do médico frio, insensível e impessoal.

No próximo tópico deste capítulo iremos analisar e problematizar a entrevista concedida por Lucinha Araújo ao articulista do impresso, o Sr. Sérgio Barcellos. Lucinha é mãe do cantor Agenor de Miranda Araújo Neto, mas conhecido como Cazuzá. Cantor, compositor, poeta e letrista brasileiro, Cazuzá é um dos ícones da luta contra a Aids no Brasil nos anos finais da década de 1980 e 1990.

3.2 “O preconceito não era contra a doença, era contra as pessoas serem homossexuais”: João Silvério Trevisan e Lucinha Araújo falam sobre a Aids

Neste tópico, nosso objetivo é analisar as entrevistas concedidas por João Silvério Trevisan e Lucinha Araújo ao jornal *Nós Por Exemplo*. São histórias individuais contidas no impresso de pessoas que viram de perto o surgimento da epidemia e, como no caso de Lucinha Araújo, conviveu de perto com as consequências nefastas da Aids em sua família, a exemplo do preconceito e da discriminação, que acometeu o seu filho Cazuzá. Convidamos nossos leitores a embarcarem numa viagem repleta de sensibilidades, esperança, amor e amizade.

Para iniciar essa conversa, apresentamos o trecho que abre a entrevista:

[...] eu gostaria de estar vivo quando fosse descoberta a vacina contra a Aids. A sociedade que se prepare porque antes mesmo de chegar à vacina, a sombra já começou a fazer seus efeitos (NÓS POR EXEMPLO, out. 1993).

A narrativa acima, foi retirada da entrevista concedida pelo escritor João Silvério Trevisan³⁰ ao articulista e editor do jornal *Nós Por Exemplo*, o Sr. Sylvio de Oliveira em outubro de 1993 na cidade do Rio Janeiro. A entrevista foi publicada na seção *Entre Nós* da décima primeira edição do impresso. Nela, João Silvério Trevisan discorreu sobre seus trabalhos e emoções.

Na parte inicial da entrevista o articulista e editor do jornal Sylvio de Oliveira questionou a João Silvério Trevisan como era para ele, trabalhar com temas considerados tabus, marginalizados como, por exemplo, a homossexualidade. Em resposta, João Trevisan afirmou que, “[...] o trabalho do escritor é extremamente solitário e trabalhar com o tema da sombra é mais solitário ainda” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Pois, segundo o entrevistado, ao tentar iluminar essa temática, seria como levar uma tocha no escuro, o que fazia dele, não um herói, mas sim um para-raios. Esse discurso era revelador de que aqueles que “ousavam” falar sobre o tema da homossexualidade além da coragem de debater sobre um tabu, também serviam de “saco de pancadas”, estavam preparados para aparar os raios, ou seja, para receber as críticas.

Ao falar um pouco de sua experiência com o jornal *Lampião*, João Trevisan revelou que o impresso lhe deu como vivência o fato de que “[...] o meio homossexual ou o que [era] delimitado ao meio homossexual socialmente [seria] um espaço exclusivo para cumprir a função imediata de prazer, de se divertir” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Explicou a afirmação dizendo que “[...] boates, saunas e lugares de pegação foi o máximo que se conseguiu – a duras penas com o Jornal” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Para João Trevisan, quando o homossexual penetrava no meio homossexual, ele se identificava apenas do ponto de vista do prazer que só nesse meio poderia obter. Essa afirmativa foi gestada a partir de sua experiência com a própria solidão.

Durval Albuquerque Jr. (2010), ao discutir sobre as reflexões de Michel Foucault acerca de uma estética da existência homossexual, afirmou que a solidão é uma temática recorrente nas entrevistas e textos escritos por Michel Foucault. Para Albuquerque Júnior (2010), se o tempo dos amores homossexuais começa quando o amante se afasta no táxi, este tempo para ao autor, começa quando se instala a solidão. E é neste tempo de solidão que “a narrativa dos amores homossexuais, as narrativas que constituem uma temporalidade mais alongada do que aquela permitida pela vivência do tempo intensivo

³⁰ João Silvério Trevisan foi um dos fundadores do Movimento Homossexual Brasileiro.

do ato sexual, são possíveis de serem elaboradas” (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 52). O tempo dos amores homossexuais seria o tempo de solidão, da solidão habitada por muitas presenças, condições indispensáveis, segundo Michel Foucault (2010), para que a literatura se faça.

Daí, porque, para Michel Foucault (2010), a literatura homossexual se construiria neste tempo de solidão, tempo de ruminação lenta daquilo que foi fugaz, passageiro, mas intenso. Instaurando assim, um tempo da criação, que segundo Michel Foucault (1992), permite a rememoração, o trabalho de fixação na memória de traços e aspectos daqueles acontecimentos que são memoráveis, que devem ser descritos para si mesmo, várias vezes, para que ganhem foro de verdade, para que se tornem críveis para si mesmo, para que, com eles, um sujeito vá se desenhando.

Para Albuquerque Júnior (2010) com a autoestima, com o amor-próprio, quase sempre, afetados pela denegação social que sofrem, os homossexuais precisam, constantemente, fazerem como que um trabalho de reconstrução de si. Como se fossem roupas rasgadas, a autoimagem dos sujeitos homossexuais, numa sociedade heterodominante, precisa estar sendo sempre remendada. Ainda segundo o autor, cada vez que um encontro amoroso, que uma relação de afeto fornece um tecido precioso de carinho, de respeito e de desejo, os homossexuais utilizarão este tempo de solidão para restaurar com este tecido a sua figura de sujeito mutilada. Em que, este contar e recontar das aventuras, dos encontros, que pode vir, inclusive, a se tornar literatura “como em Oscar Wilde, em Proust, em Cocteau, em Arenas, em Genet, em Lezama, em Caio Fernando Abreu, em Glauco Mattoso” (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 52).

À vista disso, para Albuquerque Júnior (2010) “o estender, o exagerar, o aumentar cada acontecimento erótico que ocorre em sua vida, torna-se parte de um estilo de vida, de uma estética da existência que requer o uso constante da fantasia, da ficção, da capacidade de simulação, de invenção e criação, sem as quais o tempo de solidão se tornaria tempo vazio, tempo de tédio, tempo morto. “Agitar, palavra que tanto se escuta na boca dos homossexuais, para que o tempo que promete ser de solidão e de estagnação possa dar lugar ao fazer acontecer, a um tempo de criação dos outros com os outros e de si consigo mesmo” (ALBUQUERQUE JR., 2010, p. 54). Segundo o entrevistado, ao fundar o Movimento Homossexual no Brasil, ele foi motivado “[...] por sua solidão, pois não [lhe] era suficiente ir a uma bate ou uma sauna” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). O escritor queria ter um contato com as pessoas que vivesse o mesmo estilo de vida que ele, que sofresse as mesmas discriminações” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4).

Mas, “[...] a coisa funcionou até determinado ponto e não passou dali” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4).

Trevisan falou aos leitores do periódico que no próprio jornal *Lampião da Esquina* isso ficou bem claro: em uma das edições, ele teve muito trabalho para conseguir material sobre a perseguição aos homossexuais em Cuba. Com a caricatura de Fidel Castro vestido de rumbeira na capa, a edição incomodou e “[...] muitos intelectuais no Brasil que sempre foram metidos a serem de esquerda, apesar de serem quase todos de direita enfim, uma matéria muito provocadora” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Esse número do jornal *Lampião da Esquina* que segundo o escritor, custou tanto trabalho, foi a edição menos vendida do jornal para espanto dos editores, “[...] exatamente porque foi o mais sério” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4).

Na edição seguinte do periódico, João Trevisan contou que foi colocado na capa fotos escandalosas do Carnaval. Sendo esta, a edição que mais vendida do impresso. A partir daí, “com as divergências acirrando-se dentro do conselho editorial, decidiu-se fechar o jornal, em julho de 1981, depois de três anos de vida e 37 números publicados mensalmente, com distribuição em todo o território nacional” (TREVISAN, 2000, p. 344).

O entrevistador Sylvio de Oliveira, perguntou ainda a João Trevisan, quais as suas opiniões em relação a Aids. Sobre a doença, o entrevistado respondeu que recentemente fez uma viagem de pesquisa para escrever o seu último romance e na ocasião alguns amigos seus o alertaram da seguinte forma: “[...] cuidado, você vai para a Europa, as pessoas lá só falam em Aids, está todo mundo doente” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Todavia, Trevisan narrou que o que encontrou na Europa, foi justamente o contrário: “[...] além de estar tudo extremamente organizado em torno da questão da Aids, os homossexuais [estavam] organizados para combater a doença” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Para Trevisan, o contexto europeu era diferente do que vivenciava no Brasil que “[...] tinha que esperar o Ministério da Saúde fazer uma campanhazinha de merda” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Em sentido contrário, na Europa, os recursos eram entregues as organizações homossexuais que os aplicavam muito bem em ações de prevenção.

Defendendo que “os homossexuais deveriam interpretar a Aids num sentido extremamente positivo, com uma análise sobre o que aconteceu, sem nenhuma culpabilidade”, pois “[...] a incidência da Aids, individualmente [era] um grande momento de crescimento pessoal porquê [era] um encontro consigo próprio onde não

existia mais escusas a serem dadas” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Trevisan argumentava que o indivíduo com Aids estava dentro da “verdade”: “[...] é agora ou nunca” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Afirmou não falar isto, do ponto de visto religioso e, que nunca se falou tanto sobre homossexualidade como nos últimos anos. Por caminhos considerados “tortos”, “[...] a sociedade nos deu de presente a Luz. Não mexam com a sombra!” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Deu o exemplo do escritor dinamarquês Hans Christian Andersen:

[...] escritor de contos infantis que escreveu a obra *O Patinho Feio*, presente no imaginário de uma grande parte de crianças do mundo inteiro, que era homossexual e, através da análise de seus contos, esse imaginário das crianças do mundo inteiro estava cheio de situações homossexuais. O próprio O PATINHO FEIO era um homossexual tornando, de repente, um lindíssimo cisne. Com a sobra não se brinca! Pois, quanto mais você esconde uma coisa, mas ela tende a explodir (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4).

Sylvio de Oliveira perguntou ao entrevistado, a que passos andava o movimento Homossexual Brasileiro. Trevisan lhe respondeu que saiu do Movimento Homossexual ao perceber que estava tornando um porta-voz e líder do movimento. Segundo o entrevistado, o movimento não “[...] precisava de porta-voz, uma vez que não somos paus mandados, cada um é dono de sua própria voz” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Segundo Trevisan, a base da luta homossexual iria se aliar com outras lutas, como a dos negros, das mulheres e dos indígenas” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Sendo assim, ele não acreditava naquele momento em qualquer direção do movimento, considerando-se inclusive a do homossexual.

Prosseguindo a entrevista, Sylvio de Oliveira afirmou que tem notado uma mudança nas bases dos grupos que trabalhavam com a questão da emancipação homossexual, uma vez que, antes o movimento era mais intelectualizado e que naquele momento, na maioria, 41 grupos gays espalhados no Brasil, as bases eram formadas por pessoas simples, trabalhadores e operários e, perguntou a João Trevisan se ele considerava importante esta mudança. Em resposta, disse que essa mudança é muito significativa, “[...] pois demonstra a necessidade muito interior, muito pessoal de ir à luta” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Por outro lado, temo em vista que “[...] os intelectuais corriam o risco de serem muito ditadores, desagradáveis, insolentes, pernósticos” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Trevisan afirmou, que achava saudável que o movimento pudesse escapar das mãos deles, uma vez que eles adoram o poder e usam muito bem o saber para manipular o poder.

A pergunta seguinte versou sobre uma possível facilidade de naquele momento ser homossexual no Brasil. Diante da inquisição, o escritor avisou: “[...] o Brasil é o país da máscara, um país de exilados, um país da conciliação. Um país que faz, mas não diz” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4). Em seu discurso, defendeu que um jornal como o LAMPIÃO, por exemplo, e tudo mais que foi feito no movimento homossexual foi esquecido, porque a “[...] a nível de Brasil, estava-se propondo coisas extremamente sérias não só para viado, mas para o Brasil. E que havia uma reflexão nova em termos de Brasil, mas que não foi dada a menor importância” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4).

No fim da entrevista, Sylvio de Oliveira pediu para João Silvério Trevisan, falar um pouco sobre si. Trevisan afirmou que desde que ele se deu conta dos seus desejos e das suas emoções homossexuais ele vivia em permanente estado de exílio. Para ele, era muito comum sair nas ruas de São Paulo onde ele morava e perguntar a alguém onde ele estava. Talvez por isso ele gostasse tanto de estar no estrangeiro, “[...] porque era como ele se encontrasse com a sua Pátria: Ali estaria entre estrangeiros, no estrangeiro. Então seria o avesso do exílio” (NÓS POR EXEMPLO, nov. 1993, p. 4).

João Silvério Trevisan foi um dos fundadores do Movimento Homossexual Brasileiro, um dos mais dedicados lampiônicos³¹ de São Paulo e liderança importante no Grupo Somos - SP. Ao falar um pouco de seu trabalho e de suas emoções para os leitores do impresso, acreditamos que esta entrevista influenciou os leitores desde ações emancipatórias, como também continuar vivendo a vida com todas as infinitas potencialidades que ela propicia, ou seja, abrindo o amplo horizonte das possibilidades.

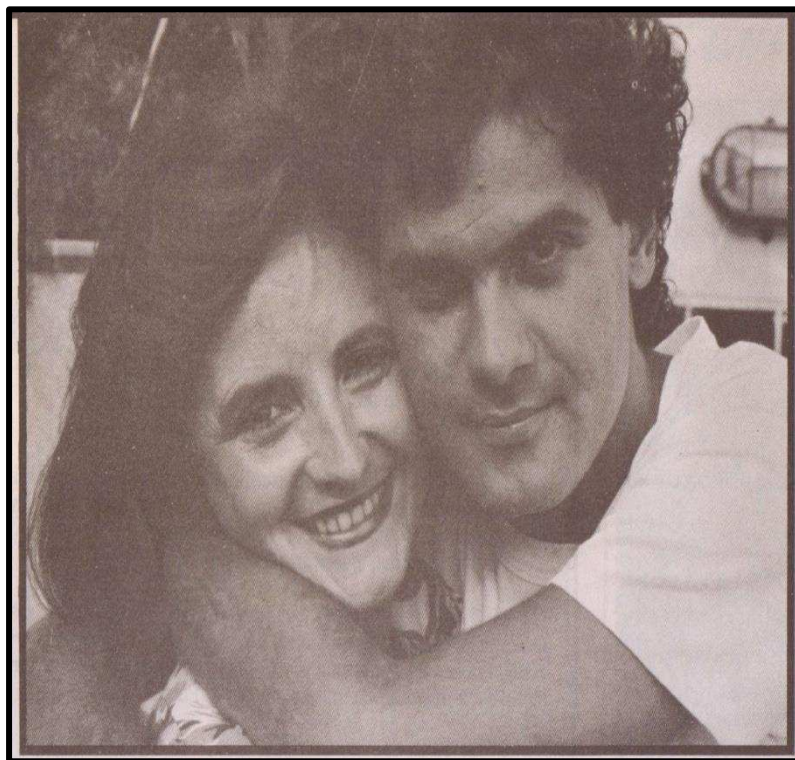
Nesse segundo momento deste tópico, iremos analisar e problematizar a entrevista que o articulista do impresso Sérgio Barcellos fez a Sra. Lucinha Araújo publicada na seção *Entre Nós* da décima quarta edição do impresso. Uma mulher corajosa, mãe de um dos maiores gênios da poesia brasileira contemporânea e, profissional exemplar na luta contra a Aids. Lucinha Araújo brindava os leitores do impresso com a sua entrevista, com todo o seu amor, pois eles também faziam do seu show.

Ao lado da entrevista, foi publicada pelo impresso uma fotografia de Lucinha Araújo abraçada com o seu filho Cazuzá. Ambos sorridentes, revelava uma relação de cumplicidade, fraternidade, cuidado e amor entre mãe e filho. Acreditamos que a imagem

³¹ José Silvério Trevisan fez parte do conselho editorial do jornal *Lampião da Esquina*.

foi retirada do arquivo pessoal da entrevistada, tendo em vista que a sessão de perguntas foi datada de maio de 1994, e o seu filho Cazuzo, faleceu em julho de 1990. Vejamos:

Imagem IX - Lucinha Araújo abraçada com Cazuzo



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1994).

Na parte inicial da entrevista, Sérgio Barcellos perguntou a Lucinha Araújo como estava a sua relação com a imprensa naquele momento. Lucinha lhe respondeu que tirando a *Revista Veja*³², que ela não atendia, era a melhor possível. Informou que desde a publicação da matéria sobre o seu filho Cazuzo com a sua foto na capa na edição de 26 de abril de 1989, a revista tentou fazer contato com ela pedindo depoimento diversas vezes e, ela respondia sempre “que não dava entrevista à imprensa marrom³³” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Nada mais coerente da parte de uma mãe que viu naquela edição a exposição – em veículo de circulação nacional de direita, da intimidade de seu filho que lutava contra o vírus do HIV, utilizando a sua imagem e de uma manchete

³³ Imprensa marrom é uma expressão de cunho pejorativo, utilizada para se referir a veículos de comunicação (principalmente jornais, mas também revistas e emissoras de rádio e TV), considerados sensacionalistas, ou seja, que buscam elevadas audiências e vendagem através da divulgação exagerada de fatos e acontecimentos.

sensacionalista para atrair leitores, focando no seu estilo de vida para justificar uma sentença de morte que a própria revista o sentenciou, deixando de lado a discursão sobre a Aids, seus sintomas ou medidas contraceptivas.

Em suas palavras, talvez tenham esquecido do que fizeram, mas ela não esquecia, pois “[...] a sua memória não era fraca”: “[...] eu sei o que o meu filho passou, abriu as portas da casa dele, serviu cafezinho, atendeu já doente. Depois escreveram aquelas coisas horríveis e puseram aquela capa horrorosa” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Lucinha Araújo, contou que Cazuzza, foi parar no hospital quando viu a edição da *Revista Veja* devido à queda de pressão. E confessou que era bastante rancorosa com a revista, “[...] e mesmo que eles a oferecessem um milhão de dólares por uma entrevista ela não daria. Pois a Revista Veja, ela não atende” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4).

Sérgio Barcellos perguntou como a entrevistada via a vinculação entre homossexualidade e a Aids. Lucinha Araújo construiu um discurso na tentativa de justificar um tema que lhe “deixava louca”. Anunciou que precisou assistir ao filme “Filadélfia”, três vezes para participar de um debate. Para a entrevistada, já estava na hora de não fazerem mais filmes sobre Aids só com homossexuais, porque “[...] se quisermos apagar a imagem de que isso é doença de veado isso teria que mudar, pois ao final, o preconceito não era contra a doença, era contra as pessoas serem homossexuais” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Lucinha confessou na entrevista que deu uma ideia ao pessoal da *Rede Globo* para fazer um filme sobre a história de um jogador de vôlei que se contaminou e não se dizia como. Não importando como se contaminou, o que importava é que ele estava HIV positivo. Na história o jogador iria sofrer preconceito, mais ou menos a história do jogador de basquete Magic Johnson.

Sérgio Barcellos também a inquiriu sobre como foi o incidente grave, ligado ao preconceito, que ela sofreu por parte dos vizinhos. Lucinha Araújo contou que nos últimos quatro meses de vida do Cazuzza, ele foi morar na sua casa porque não tinha condições de ficar sozinho em seu apartamento. Seguiu narrando que “[...] sempre foi uma pessoa certinha e, que trouxe dos Estados Unidos tudo, inclusive esterilizadores, um verdadeiro hospital montado dentro da sua casa, melhor que muito hospital público do Rio de Janeiro” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Disse ainda que reuniu as empregadas e as orientou quanto a forma de conviver com aquela doença. Descreveu a existência de “[...] um recipiente que [ela] trouxe dos Estados Unidos para colocar seringas e agulhas usadas, que só se colocavam as coisas dentro e não poderia retirar. Uma vez cheio, era

descartado, selado, sem nenhum perigo de nada” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4).

Certo dia, contou Lucinha Araújo ao jornal, que um servente do prédio bateu em sua porta dizendo que tinha se espetado com uma agulha que tinha ido para o lixo. Ela informou que “[...] mostrou que não poderia ter sido lá na sua casa, mas o servente insistiu que sim. Por acaso o médico de Cazuzza estava lá. Tirou o sangue dele, fez o exame e depois fez outros, claro que deu negativo e [ela] não tinha a menor dúvida” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Lucinha revela também, que após 15 dias o servente apareceu mais uma vez, desta vez lhe pedindo dinheiro para ir embora para o norte, “[...] fazendo chantagem”, achando que aquilo não seria uma coisa de uma pessoa analfabeta. Sendo assim, pediu ao seu motorista que sondasse a história.

Feito isso, Lucinha informou que descobriu que no apartamento 1201 do seu prédio existia uma advogada. Lucia Viegas, que tinha proposto ao servente fazer a chantagem e dividir com ela o dinheiro: “[...] ela queria também propor ao condomínio de não deixar o seu filho, Cazuzza, usar o elevador, para não pegar Aids no elevador” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4) e fazia comentários do tipo “[...] para que ele comprou um carro novo se ele vai morrer mesmo?” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Situação que segundo a entrevistada, despertou nela repulsa pela pessoa da advogada.

Erving Goffman (2013), ao definir estigma como “um atributo que é profundamente depreciativo” e que, aos olhos da sociedade, serve para desacreditar a pessoa que o possui, argumentou que o indivíduo estigmatizado é visto, assim, como uma pessoa que possui “uma diferença indesejável” (GOFFMAN, 1988, p. 12). Ele observa que o estigma é atribuído pela sociedade com base no que constitui “diferença” ou “desvio”, e que é aplicado pela sociedade por meio de regras e sanções que resultam no que ele descreve como um tipo de “identidade deteriorada” para a pessoa em questão (GOFFMAN, 1988, p. 12). No caso narrado pela entrevistada, podemos visualizar como a consequência nefasta da Aids, transformou o filho de Lucinha em uma vítima de preconceito e discriminação por parte da moradora do apartamento 1201, que induziu um trabalhador do prédio a chantageá-la. Certamente, a mãe era tão vítima, quanto o seu filho.

Lucinha revelou ainda, que depois que Cazuzza faleceu, estava acompanhada de seu marido e mais dois amigos no elevador do prédio, quando ela entrou: “[...] ela entrou e [Lucinha] encostou o dedo no nariz dela e falou ‘olha aqui, eu vou te dar uma surra. Eu sei que meu marido não vai deixar, mas eu vou te encher de porrada’” (NÓS POR

EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Passados mais de trinta dias do ocorrido, Lucinha contou que estava na porta do seu prédio e a advogada estava lá, “[...] dando sopa”, então, “[...] saltou do carro e deu uma surra nela em frente ao prédio, em frente o Country Club, o clube mais chique do Rio de Janeiro, imagina a vergonha que foi!” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). A mãe de Cazuza contou que a advogada lhe bateu também e, que ficou toda roxa,

[...] foi uma baixaria total. Cada pancada que eu dava nela, dizia “essa aqui é para você não se mancomunar com servente de prédio”; “essa aqui é para você deixar de ser escrota, porque dinheiro para você vale tudo”. Para mim, se dinheiro fosse alguma coisa, meu filho estava vivo” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4).

Diante da narrativa, o articulista Sérgio Barcellos perguntou a Lucinha Araújo se ela continuava brigando muito. Lucinha informou que brigava sim, mas só se escutasse comentários do tipo, “[...] a Aids é doença de veados. Aí eu avanço, e isso aconteceu várias vezes” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Sérgio Barcellos também perguntou a Lucinha Araújo, se ela concordava com o fato de que o Movimento Homossexual foi pioneiro e o mais eficaz na luta contra a disseminação do HIV. Lucinha afirmou que sim e, prosseguiu sua resposta argumentado que “[...] cada vez mais está diminuindo o número de homossexuais contaminados. A doença, agora é uma doença de qualquer um, perdeu a cara. Não é mais doença de veado” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Ela também anunciou que não admitia que dissessem que a Aids é uma doença de veado em sua presença: “[...] é um absurdo, preconceito por preconceito”. Segundo a entrevistada, cada vez mais estava crescendo o número de mulheres com Aids, crianças e um número enorme de usuários de drogas. Para Lucinha Araújo, “[...] cada vez mais crescia os casos porque era onde as pessoas poderiam evitar e não evitavam, não tomavam os cuidados devidos” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4).

A próxima pauta da entrevista foi sobre o seu envolvimento com a comunidade homossexual. A entrevistada discorreu que quando gravou o seu primeiro disco, ela só tinha compositoras mulheres e, todas eram homossexuais. Que não escolheu elas, que foi por acaso entre os anos de 1968 e 1969. Segundo Lucinha Araújo, as pessoas diziam que ela havia se tornado a rainha gay, por esse motivo, ela dizia que por ter se tornado a rainha gay iria cantar a poesia dos marginais. Disse também, que a primeira música que cantou “[...] chamava-se ‘COMO SE FOSSE’ e era uma música de um amor entre mulheres” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Revelou que no início da carreira era careta,

mas que suas compositoras achavam que não existia ninguém melhor para cantar o amor de duas mulheres.

Sérgio Barcellos perguntou, se a temática homossexual estava evidente na música ou era do tipo mensagem velada. Lucinha, contou que a temática ficou evidente e, que a imprensa dizia que ela era a cantora dos marginais, discurso que achou ótimo. Sérgio Barcellos questionou se ela já havia sido estigmatizada. Lucinha respondeu que “[...] detestava estigmas, rótulos, não gostava de nada disso!” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4), gostava sim “[...] de cantar o amor, não importando para quem fosse” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Sérgio Barcellos ainda perguntou se essa postura de Lucinha poderia ter influenciado na carreira do Cazuza. Sua resposta foi negativa. Alegou que Cazuza, segundo ela, não era uma pessoa influenciável. O próprio Cazuza dizia “[...] não aconselho nenhum cachorro a me seguir quanto mais uma pessoa” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4).

Prosseguindo para o término da entrevista, o articulista Sérgio Barcellos, perguntou a entrevistada, o que ela pensava sobre a homossexualidade. Lucinha afirmou que possuía uma ideia formada na sua cabeça sobre a homossexualidade. Segundo ela, “[...] o nosso corpo era o nosso universo, se você deseja tirar prazer do seu corpo, você tira da maneira que achar melhor. Não importando se era com jacaré, cobra, lagarto, homem, mulher, cavalo” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4). Ainda para a entrevista, ela afirmou que achava importante as pessoas não incomodarem quem estava do seu lado, “[...] você fechou a porta... pode fazer o que quiser, até casal casado! Pois ninguém tinha nada a ver com a opção sexual de ninguém e, o ser humano não podia morrer sem ter tido prazer na vida” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 4).

Sérgio Barcellos então perguntou a entrevistada, como ela enquanto mãe, encarou a homossexualidade. Sua resposta foi a de que quem a ensinou foi o seu filho Cazuza. Em suas palavras ela afirmou “[...] que aprendeu muito mais com o seu filho que com ela mesma” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Segundo Lucinha, quem a conheceu antes e a conhece hoje, dizia que ela “[...] era uma pessoa pós-Cazuza e outra antes do Cazuza e, que sua experiência com o seu filho foi muito frutífera - maravilhosa” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5).

Para Lucinha Araújo, a descoberta não aconteceu do dia para a noite. Ela percebeu pelo menos cinco anos antes. Disse que com o seu marido foi diferente, pois “[...] ele era muito machão e não queria tocar no assunto” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Lucinha informou que chegou para o seu filho Cazuza e perguntou se ele era gay. Cazuza

então, respondeu-lhe “[...] que gostava de transar com homens e com mulheres, mas que nada no mundo era definitivo” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Ela confessou também que foi preparada para essa ocasião, logo não ficou chocada com a resposta do seu filho e, até preferiu essa abertura dele. Após a repostagem, afirmou que respondeu Cazuzo, dizendo-lhe que “[...] o caminho de minorias era sempre um caminho de luta e também de sofrimentos, mas que se foi esse o caminho por ele escolhido ela estaria ao seu lado e não abriria mão [...] e, ai de alguém que abrisse a boca para falar alguma coisa sobre esse assunto”(NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Quando o assunto se tornou familiar, houve brigas. A ordem discursiva deixava exposto o pavor que a homossexualidade era tratada na dita família tradicional brasileira.

O articulista do impresso Sérgio Barcellos dando prosseguimento a entrevista, perguntou a entrevistada se ela achava que uma postura sincera do seu filho quanto a esse assunto, poderia prejudicar Cazuzo no campo profissional. Lucinha responde-lhe que para a vida profissional de Cazuzo nada atrapalhou, pelo contrário, para ela “[...] uma pessoa teria que ser muito macho para confessar o que não é. E o homem não deixaria de ser macho só porque fez a sua opção sexual, ele continua homem” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Ademais, para Lucinha Araújo “[...] ser veado não quer dizer que você não tinha ereção ou que seja estéril e, cada uma fazia o que quisesse da sua vida” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5).

Cazuzo, nas palavras de sua mãe, tinha uma cabeça de homem e, essa atitude foi mais uma atitude de vida. Ele “[...] gostava de enfrentar, ter feito isso talvez tenha sido um dos modos de enfrentar” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). No discurso construído sobre Cazuzo, sua mãe, na entrevista, o descreveu como aquele que ajudou muita gente, porque era uma pessoa muito famosa e confessou em plena fama. Para ela, Cazuzo ao ter confessado que estava com Aids foi a atitude mais corajosa dele, “[...] e, ela tinha o maior orgulho dele por isso” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5).

Sérgio Barcellos então questionou se ela costumava repetir uma frase muito interessante que era “de repente caiu um Cazuzo na sua vida” e a pediu para explicar essa frase. Lucinha respondeu a Sérgio que, foi aquela menina que se casou com o primeiro namorado. “[...] Conheceu o João com quinze, casou-se com vinte, estudou em colégio de freira e, apesar de ter uma personalidade forte, ela saiu da casa da sua mãe para dividir a casa com o seu marido. Com o seu marido, só teve um filho porque teve problemas na hora do parto e nunca mais conseguiu ter outro” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Quanto ao seu filho, ela afirmou não estar preparada quando ele iniciou a sua

adolescência, pois ele era “[...] o oposto que ela tinha programado para ele e de repente, ele caiu na minha vida e na de meu marido” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5).

Em seus discursos, Lucinha afirmou ter pensado que filho poderia ser programado, mas que logo entendeu que não e, que antes de Cazuzza falecer ela teve tempo de compreendê-lo e de gozar a vida junto com ele. Sérgio Barcellos pergunta a entrevistada sobre o que aliviou o choque quando ela percebeu que ele fugia as suas expectativas. Ela respondeu que, antes de Cazuzza começar a fazer sucesso, ela conseguiu descobrir que ele era uma pessoa especial. Aos 22 anos ele fez sucesso, mas já aos 17 ela notava que ele era diferente. “[...] Ele tinha muita personalidade e [ela] não poderia dobrá-lo de jeito nenhum, sendo assim, chegou o momento que ela virou para ele e disse que havida resolvido entrar na dele” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5), pois gostava tanto do seu filho, e resolver dar forças para todas as suas loucuras, mas que cometeu a insanidade de colocá-lo em um colégio de padres” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5).

Sérgio Barcellos então indaga a entrevistada, se Cazuzza serviu para ela reavaliar seus conceitos e valores. Responde-lhe que não tinha dúvida sobre isso. Lucinha achava que se ela tivesse “[...] vivido na época em que ele viveu, ela teria feito mais loucuras que ele” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5). Em suas palavras, na década de 1940 ela era uma adolescente, “[...] muito reprimida pelos seus pais e, não teve forças para berrar, mas ainda assim, dentro da moral da época, namorou escondida e não se casou virgem, apesar de ter casado com o mesmo rapaz, o único namorado que ela teve” (NÓS POR EXEMPLO, mai. 1994, p. 5).

Lucinha, revelou ao articulista que contava para Cazuzza suas histórias, crente que ele iria achá-la moderna, mas ele achava ridículo, pois queria que ela tivesse casado grávida, que segundo ele, seria mais emocionante” (NÓS POR EXEMPLO, 1994, mai., p. 5). Por fim, na entrevista, Sérgio Barcellos pede para a entrevistada explicar a frase “há muito tempo vocês fazem parte do meu show”, frase dita por ela na festa de entrega do *Troféu Nós Por Exemplo*, na qual Lucinha foi homenageada. Ela então respondeu que estava se referindo não só pelos integrantes do NOSS serem homossexuais, mas também ao trabalho desenvolvido pelo grupo e, que achava o Paulo Henrique Longo, uma pessoa muito articulada e inteligente, além de ver nele um pouco do seu filho Cazuzza.

Ao longo desse tópico podemos perceber como a Aids foi vista e sentida através das entrevistas ao ativista João Silvério Trevisan e a Lucinha Araújo. A doença que trouxe consequências nefastas a uma mãe que lutou ao lado do seu filho até o fim contra uma

doença e, acima de tudo, contra o preconceito e da discriminação. Um preconceito e discriminação que nas décadas de 1980 e 1990 não era contra a doença e, sim, contra as pessoas serem homossexuais. No pânico trazido pelo vírus da Aids, eclodiu e caíram as máscaras do puritanismo moral, ainda mais no Brasil, que todo homem gosta de comer cu. No próximo tópico iremos analisar entrevistas a dois artistas gays publicadas no impresso, Renato Russo e Ney Mato Grosso, que falaram aos leitores sobre as suas histórias e sobre a Aids.

3.3 “Ainda mais no Brasil que todo homem gosta de comer cu”: os artistas gays falam sobre o imaginário acerca da Aids

Fazia frio na cidade de Santos. A madrugada avançava devagar num dia desconhecido da segunda semana de 1994. O relógio ainda não marcava seis horas da manhã e, o leitor Renato Matheus preparava o seu café para aquecer o seu corpo. Morador da zona sul daquela cidade, dirigiu-se até o centro da cidade praieira para adquirir mais uma edição do jornal *Nós Por Exemplo*, na Banca de Jornais e Revistas localizada na praça da Independência. Em sua face, um olhar de alegria e sussurros de surpresa com o anúncio da entrevista feita com o cantor, compositor, produtor e multi-instrumentalista brasileiro, Renato Russo na capa do impresso. Ao sair da banca de jornais, parou em uma cafeteria, fez o seu pedido e lá mesmo se deleitou com a leitura daquele corpo textual e imagético.

Ainda extasiado com o que tinha em mãos - a entrevista que o impresso trazia -, resolveu escrever ao jornal: “[...] Renato Russo e sua coragem abrilhantaram as páginas de seu jornal, edição 16. Daqui a 100 anos haverá que fale naturalmente e tão bem sobre sua homossexualidade?” (NÓS POR EXEMPLO, dez. 1994). A escolha dessa carta pelos editores do impresso aponta para a voz de um sujeito, do qual sabemos o seu nome, deixando assim a sua identidade revelada. Sua transcrição explícita a alegria de ter no impresso um artista falando tão abertamente sobre sua orientação sexual como Renato Russo. A entrevista em questão, foi concedida pelo cantor e compositor ao articulista do impresso Sérgio Barcellos na data de 31 de agosto de 1994 e, foi publicada na seção *Entre Nós* da décima sexta edição do impresso. Neste tópico, que finaliza o último capítulo dessa dissertação, analisamos a entrevista feita com os cantores Renato Russo e Ney Matogrosso e publicadas no jornal *Nós Por Exemplo*.

Na parte inicial da entrevista ao cantor e compositor Renato Russo, o articulista perguntou a Renato, como foi para ele, levar ao público a sua homossexualidade. Atendendo a primeira pergunta, o cantor respondeu que a princípio não foi fácil, tendo em vista que “[...] não se nascia um gay maravilhoso, passando por um sofrimento brutal” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). O artista contou que só começou a se resolver após os seus vinte anos de idade, quando em um determinado momento e, “[...] devido à natureza do trabalho do Legião Urbana, das letras, percebeu que tinha que abrir o jogo, senão estaria mentindo para todo mundo” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para Renato Russo, qualquer menino gay ou menina gay ao ouvir as suas músicas iria perceber o que estava sendo dito, “[...] mas sempre daquele aspecto de ser uma coisa pra todo mundo” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Seguiu afirmando que não tinha nada contra os heterossexuais, nada contra ninguém, mas que de repente chegou o momento que teve que se abrir, senão ele estaria mentindo para as pessoas que gostavam dele e, a coisa que ele mais detestava era a mentira.

O entrevistador, o Sr. Sérgio Barcellos, seguiu inquerindo sobre como o cantor e compositor atribuía uma crítica social afiada nas suas músicas apesar de elas serem atemporais. Renato Russo respondeu que, por ser formado em jornalismo sempre teve uma preocupação social e, que se pudesse contribuir de alguma maneira iria contribuir, mas, não com um “[...] pensamento de querer salvar o mundo” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Afirmou possuir uma forte ligação com o Renascimento, que para ele era a “[...] última grande época da humanidade, onde a ciência não estava ainda completamente deslocada do resto das coisas e da própria ética” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para Renato Russo, o homem do renascimento tinha um quê de criatividade, de visão, de poesia e que naquele momento “[...] a um nível acadêmico, a nossa história (nossa no sentido de pessoas que tem a sua identidade sexual) era constantemente mutilada” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5), desde “[...] as mudanças nos pronomes dos sonetos de Michelangelo até biografias de cinema como Cole Porter com namorada” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

A entrevista foi utilizada pelo cantor para fazer uma acentuada crítica a forma como o homoerotismo estava sendo usado para vender coisas: “[...] nós somos os veados doentes, pervertidos e a sociedade se movia em cima disso, das nossas criações, do nosso talento” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para Renato Russo, o homossexual era quem levava a cultura adiante e não se falava disso na sociedade e, “[...] quem quisesse fazer uma pesquisa, não receberia bolsa e ainda seria ridicularizado” (NÓS POR

EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Essa situação, conforme o enunciado do entrevistado, era uma coisa completamente estúpida, “[...] pois o mundo sempre foi gay! Pelo menos no século 20 e, tudo era feito em cima de uma sensibilidade gay” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Sergio Barcellos então indagou Renato Russo se esta sensibilidade não ficaria mais aguçada na medida que ela era reprimida. Em resposta, o compositor confirmou positivamente. Defendeu a sensibilidade das minorias e elencou a existência de outro ponto: “[...] o que acontecia com o gay? Porque o judeu e o negro tinham família, mas o homossexual não tinha” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para Renato Russo essa situação ocorria, porque “[...] os homossexuais podiam fingir que não eram gays, embora existissem uns caras que não conseguem, mas a maioria conseguia” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Segundo a entrevista, Renato Russo foi questionado sobre se ele não percebia uma modificação na atual conjuntura gay (da época). Sua resposta foi positiva. Todavia, ressaltou que o tempo era circular e poderia ter um retrocesso total, haja visto o Renascimento. Para o artista, “[...] nós não podemos deixar a história ser apagada. Caravaggio e Michelangelo só pintaram homens, todos com uns pintinhos pequenos, mas todos com os pintinhos de fora! Mas não existia o reconhecimento” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). E seguiu afirmando: “[...] por que não se fala que os samurais eram um bando de veados? Qual o medo que essas pessoas possuem? O medo do anus? É uma hipocrisia, ainda mais no Brasil, que todo homem gosta de comer cu” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Defendeu que “[...] no dia que em liberasse, não iria mais controlar, porque não iria ter mais a revistas CARAS, não haverá mais isso de sonho de consumo de casar-se, ter filhos, comprar uma fazenda e aparecer na revista CARAS” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Em sua ordem discursiva, o homoerotismo já estava muito forte e, em todo final de século rolava uma coisa assim, de liberdade” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Sergio Barcellos perguntou ainda como se visualizava uma certa condescendência da sociedade em relação ao artista. Renato então afirmou que descobriu que no Brasil, é do caráter do brasileiro respeitar quem peita. Nas palavras do artista, “[...] O Margarida [era] respeitado, o Renato Russo [era] respeitado, a Rogéria [era] respeitada, o que não se é respeitável [era] o double-atandard, o cara que todo muno sabia que [era] gay e que fica fingindo que não [era]” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Renato Russo narrou que passou por situações na rua, em que gritaram para ele “[...] aí, veado!”. E, ele

responde a essas pessoas dizendo-lhes, “[...] sim, mas rico e famoso!” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

O cantor contou que pensava que a partir do momento em que ele se assumisse, essa seria a coisas mais difícil, pois pensava “[...] que era só isso e pronto” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5), mas não era. Segundo a fala de Renato Russo, ele tinha que se assumir todos os dias, mas não se colocando como vítima ou não se colocando como uma pessoa passível de chantagem. Chantagem que o cantor revelou ter passado, quando um homem queria que o artista o chupasse para não contar para todo mundo. Sergio Barcellos então perguntou a Renato Russo, se ele considerava extensiva a todos esta atitude do artista do assumir-se e ser respeitado. Em resposta, afirmou que esse assunto era um processo difícil pois não tinha a quem recorrer. E revelou que ele mesmo, só conseguiu chegar à conclusão tendo o apoio dos seus pais.

Para Renato Russo, “[...] não existia só preconceito, existia medo, pois as pessoas tinham medo do desconhecido” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Ainda para o artista, se as pessoas tivessem a liberdade de “[...] dizer que são gays, não teriam problema nenhum” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5), os mais liberados segundo Renato, “seriam justamente os rapazes que não conseguiam fingir” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Renato Russo também revelou que quando começou a falar sobre o assunto, as pessoas lhe diziam que ele “[...] não era gay, porque ele não fazia parte daquilo que elas acreditavam” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Sergio Barcellos perguntou a Renato Russo se a Aids trouxe algum retrocesso (muito bem explorado por todas as igrejas...) a toda uma geração libertária. Sobre o assunto, respondeu ser terrível falar sobre isso, pois falar de sexo era um assunto melhor. Como podemos visualizar, o entrevistado se esquivou de responder ao entrevistador sobre a Aids. Renato Russo que descobriu que era soropositivo em 1990, após o breve relacionamento com o norte-americano Robert Scott Hickmon, que ele conheceu em Nova York e chegou a morar junto no Brasil, ao tempo da entrevista, já sabia que era soropositivo para HIV, mas preferiu mudar o assunto trazendo à tona uma história de vida pessoal de quando ele era adolescente. Nesta história o cantor contou que pegou uma época, em que ele “[...] ficava pensando em quando ele veria um peru... porque não sabia como era!” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5) e que “[...] ficava olhando pelo buraco da fechadura quando o seu tio ia tomar banho. Para o artista, seu tio era “[...] um bofe maravilhoso de 17 anos e ele ao tempo tinha 10 anos” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Renato Russo anotou que mulheres peladas sempre via, mas homens não tinha nem

nos quadros. Os que tinham, eram aqueles “[...] com peruzinhos deste tamanhinho, mas ele quer ver aqueles cabeludo, aquela coisa maravilhosa!” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Na entrevista, foi pontuado que naquele momento, se falava muito mais em sexo, pois existia liberdade de se discutir, de assumir uma identidade gay. Para o artista, isto era interessante, “[...] porque colocou a sexualidade em aberto, acabando com uma visão errônea de que só era gay o que dava” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para Renato Russo, ficava exposto que todo mundo fazia sexo, “[...] até o seu pai e a sua mãe, a sua mãe dá o cu! Mas tem que usar camisinha, podia até fingir que não fazia, mas tinha que usar” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Como podemos visualizar no discurso de Renato Russo, o uso da camisinha, embora não exclusiva, era a principal forma de evitar a disseminação do vírus do HIV, fosse o sexo anal ou não. Renato Russo afirma que até o seu filho de cinco anos já sabia que tinha que usar camisinha e, ele com dez anos não sabia de nada, “[...] ainda era aquela história de sementinha” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para o artista, a grande vantagem, ao tratar da temática da Aids, era desfocar da questão primata da penetração, pois para muita gente, sexo era penetração e, existiam “[...] zilhões de coisas para se fazer que [ele] não conhecia” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Contou que estava um pouco careta, pois quando começavam a chupar o dedão do seu pé ele quase enlouquecia. O cuidado não deveria ser só em relação com a Aids, mas também, com a herpes, sífilis, chato, sarna. E revelou aos leitores já ter pego sarna: “[...] não queiram, é o fim do mundo” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Narrou ainda, que infelizmente a Aids matava pois não havia cura, mas ela trouxe uma outra visão. Alegou “[...] ter feito várias loucuras, como transar com cinco pessoas e ir para casa sozinho e acordar numa enorme ressaca” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Para Renato Russo, o deus *Eros* estava doente, mas existia uma nova consciência e, se a Aids iria acabar não se sabia. Ao que o discurso do entrevistado indica, o cantor em uma associação metafórica³⁴ a Aids ao Deus de amor e do erotismo ou ao amor que estava adoecendo prevalecendo o deus *Thánatos*, ou seja, a morte, ao invés de *Eros*, vida, minando a cada dia de sua existência seus sonhos, seus projetos e seu poder

³⁴ Partilho com Susan Sontag (2007, p. 81) o sentido de metáfora: a definição mais antiga e sucinta que conheço, que é a de Aristóteles, em sua *Poética* (1456). “A metáfora”, escreveu Aristóteles, “consiste em dar a uma coisa o nome de outra”. Dizer que uma coisa é ou parece ser outra que não ela mesma é uma operação mental tão antiga quanto a filosofia e a poesia, e é a origem da maioria dos tipos de saber – inclusive o científico – e de expressividade.

vital, mas a existência e uma nova consciência, poderia cessar esse adoecimento do deus Eros.

Sérgio Barcellos então perguntou a Renato Russo se ele considerava os movimentos organizados essenciais no processo de bloquear a escalada do preconceito e da discriminação ou se era necessário um projeto de educação mais amplo e demorado. No enunciado organizando em forma de resposta, afirmou antes de expressar a sua opinião não ser antropólogo nem sociólogo, e seguiu alegando que o que estava em jogo era a liberdade do espírito humano, pois independentemente de ser minoria ou não, tinha que tentar se buscar um caminho, não porque a pessoa era gay ou lésbica.

Dentro de um processo político, conforme entrevista, a partir da Declaração dos Direitos Humanos, das leis que existiam e não foram seguidas, era importante exigir direito à liberdade de expressão e a liberdade de ação. Nas palavras do artista, “[...] nós somos um espectro muito grande, não sei se nós conseguimos organizar as identidades sexuais não heteronormativas num grupo só. Pois, cada grupo tinha a sua luta e o mais importante era deixar claro que cada um tem direito a vida, a sua opção” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Ainda segundo Renato Russo, o movimento homossexual brasileiro esbarrava num problema que era a falta de cultura, pois não existira uma “[...] tradição de organização, de comunicação e de troca de informação” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Anunciou que a ignorância era vizinha da maldade e, essa situação poderia ser resolvida usando as armas que eram usadas pela sociedade, como os meios de comunicação de massa, arte e educação. Nas palavras do artista “[...] um jornal, uma entrevista, uma música, um círculo de amigos, eram muito importantes e, o papel fundamental dos movimentos organizados, naquele momento era buscar quem estava em dúvida, oprimido e estender a mão” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5).

Partindo para o término da entrevista, o articulista do impresso, Sergio Barcellos perguntou se não seria uma faca de dois gumes a mídia está descobrindo a identidade gay como gancho para ampliar uma fatia de mercado até então ignorada. Para Renato Russo, “[...] dada história do movimento gay, quanto mais se falar e existirem modelos, melhor” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Citou como exemplo, as travestis, que abririam os caminhos para todo mundo: “[...] a bicha de rua, bem ou mal, estava segurando a maior onda. A não ser que fosse uma coisa fascista, como os estereótipos do programa do Sr. Chico Anísio ou as rádios Transamérica e Cidade, que tinha a bicha cômica, o que não deveria existir!” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Defendeu que o movimento gay

deveria lutar por uma representação constitucional no Brasil em todos os níveis, em especial nos municípios, pois existiam neles redutos completamente fascistas. Acreditamos, que o cantor fazia referência a busca de representação pelo movimento gay por meio da política nos espaços legislativos (federal, estadual e municipal), mas de forma especial nas câmaras legislativas municipais, que para o entrevistado, eram redutos completamente conservadores e fascistas, o que prejudicavam as pautas dos movimentos.

O Brasil precisava de mais alimentação, mais trabalho e educação, senão não teria quem lê-se um jornal e, a partir do momento que o sistema usava o homoerotismo e o sexo para escravizar, tudo fica complicado, afirmou ao compositor ao jornal. Para Renato Russo, a questão principal era a liberdade do indivíduo, mas tinha o pessoal da “[...] tradição, família e propriedade, com essas coisas de Jesus! Jesus! Imagina se Jesus era da pá virada” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5), pois quando “[...] se chegasse a falar de Jesus e São João, que poderiam não terem transados, afinal o homem era filho de Deus, mas... metade dos santos eram gays! São Francisco de Assis andando com aqueles machos! Isto não era uma coisa sexual, eles estavam transcendendo” (NÓS POR EXEMPLO, set. 1994, p. 5). Por fim, defendeu a existência do amor independente de sexo e o fato de que a Aids veio para mostrar isso e não que era uma coisa de Deus, mas algo da evolução. Renato Russo em seu discurso na entrevista fez a defesa do amor independentemente de sexo e que Aids não seja vista como um castigo divino, incorporando a noção de comportamentos e práticas de maior e menor riscos aos quais todos estão expostos.

Conforme afirma o autor João Silvério Trevisan (2000), nos seus últimos anos de vida, Renato Russo tomou atitudes francamente militantes em favor dos direitos homossexuais. Ainda segundo o autor, já ciente de sua condição de HIV positivo, o cantor lançou em 1994 um “estranho” disco, *The Stonewall Celebration Concert*, no qual enviava sinais dos mais diversos: cantava canções americanas em estilo dor de cotovelo, buscando uma frágil esperança após a ruptura amorosa com seu namorado; ao mesmo tempo, já no título, comemorava os vinte e cinco anos da luta de Stonewall (quando se considera ter nascido o movimento homossexual contemporâneo).

Outro fato importante que o autor João Silvério Trevisan (2000) aponta, é que Renato Russo fez inscrever no compacto um triângulo rosa (símbolo dos homossexuais sob o nazismo), e inseriu no encarte uma longa lista de endereços de entidades ligadas à cidadania em geral, com destaque para grupos de liberação homossexual e de assistência

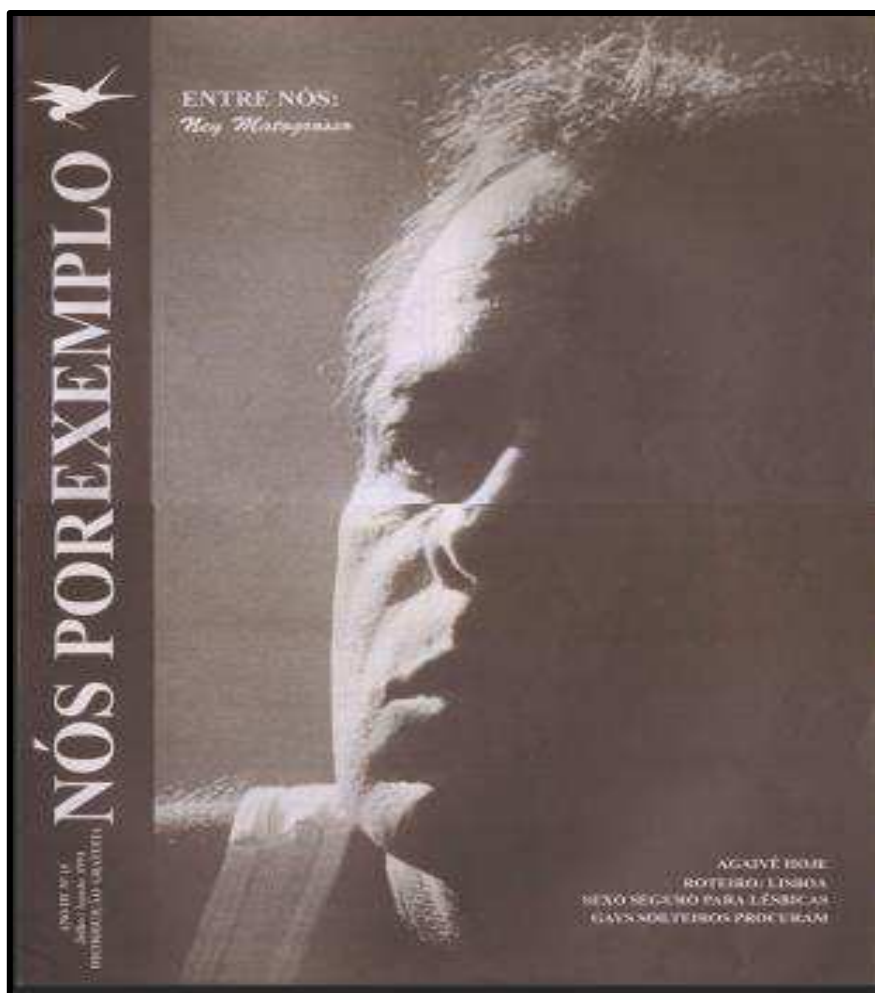
às vítimas da Aids. Trata-se de uma espécie de testamento musical, em que ele vinculou de modo comvente sua imagem pessoal a de homossexual assumido.

Não contente, João Silvério Trevisan (2000), indicou que Renato Russo começou a frequentar reuniões de ativistas homossexuais, chegando a financiar encontros entre grupos militantes: “Seu último projeto, encaminhado, mas nunca terminado, buscava transformar em ópera o livro Bom-Crioulo, ícone da cultura homossexual no Brasil” (TREVISAN, 2000, p. 304). Tais atitudes conforme revela Trevisan (2000), provocaram na grande imprensa notícias até então inusitadas, como a que a Folha de São Paulo estampou na sua primeira página, em pleno domingo, sob uma foto do cantor: “Renato Russo [...] está de namorado novo e com um disco solo na praça”. Ou logo após sua morte, a manchete na “Ilustrada”, do mesmo jornal: “Música inédita revela mágoa de líder da Legião Urbana com ex-namorado”.

Para João Silvério Trevisan (2000), foi determinante o fato de que as experiências atrevidas e, às vezes, radicais de um Cazuzza e de um Renato Russo tivessem terminado com sua morte trágica por Aids, em pleno florescimento criativo. A doença marcou muito suas vidas e obras, deixando marcas nas canções. Cazuzza se referia constantemente às suas dores físicas, no final da vida, e Renato Russo compôs um dos mais tocantes testemunhos sobre a doença, nos versos de sua canção “A via láctea” (1996) em que dizia: “Hoje a tristeza não é passageira/ Hoje fiquei com febre a tarde inteira/ E quando chegar a noite/ Cada estrela parecerá uma lágrima”. Aliás, tanto esses artistas das gerações mais jovens quanto aqueles já consagrados sofreram na pele os abalos sísmicos da Aids e seus devastadores desdobramentos enquanto doença social. “O surto de paranoia que assolou o país, nos anos de pânico da peste muitas vezes tomou esses personagens, marcados pelo estigma do desvio homossexual, como para-raios e bodes expiatórios, “receptores” da ansiedade coletiva” (TREVISAN, 2000, p. 306).

Ainda segundo João Silvério Trevisan (2000), era compreensível, portanto, certa atitude regressiva manifestada por expoentes da geração anterior, como a priorização das confissões heterossexuais na biografia autorizada de Ney Matogrosso e sua insistente preocupação em não “carregar a bandeira da homossexualidade”. Ney Matogrosso, que foi capa da décima quinta edição do impresso em julho de 1994. Vejamos com atenção:

Imagem VIII: Capa da décima quinta edição do impresso *Nós Por Exemplo*



Fonte: (NÓS POR EXEMPLO, 1994).

Como podemos visualizar na imagem acima, o cantor e compositor Ney Matogrosso era o modelo da capa da décima quinta edição do jornal. Fotografado por Eduardo Velásquez em preto e branco, o rosto de Ney Matogrosso aparece parcialmente na capa. Ainda podemos visualizar, que a entrevista ao cantor foi anunciada na seção *Entre Nós*.

A entrevista foi feita pelo articulista do impresso Sérgio Barcellos em junho de 1994. Ao abordar a temática da Aids, Sérgio Barcellos, perguntou a Ney qual era a sua participação em campanhas de prevenção à Aids. Em resposta, afirmou ter feito várias campanhas, mas em relação a Aids, ele acha que a preocupação deveria ser outra, humana. Para o artista, “[...] não era só ficar nesse blábláblá, que não resolvia nada, pois a Aids era uma doença fatal e, isso era sabido” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 5). Então Ney Matogrosso indagou, “[...] então o que é que se pode fazer para uma pessoa que

esteja próxima da gente, o que pode fazer por essa pessoa” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 5). Insistiu na alegação de que esta seria a questão que ninguém discutia e, era nesse campo que ele poderia ser útil, pois contra a doença não poderia fazer nada, pois segundo afirma o artista “[...] infelizmente, não havia um interesse de descobrir a cura para ela” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 5), sendo assim, o que poderia ser feito para uma pessoa que se queria bem e estava com a doença era estar com ela o maior tempo possível, tendo disponibilidade até o fim, com solidariedade, carinho e remédios, se ela quisesse tomar.

Sérgio Barcellos perguntou ao cantor se ele estava aberto a participar de novas campanhas. Ney Matogrosso, afirmou que sim, pois para ele mais campanhas deveriam ser feitas. Mas ele evoca uma preocupação, a de que as pessoas que ficavam doentes, eram rejeitas pelas famílias, no trabalho em toda parte e isso era muito triste. Sobre a eficácia das campanhas, o artista informou que eram ridículas, “[...] se bem que já existiam um pouquinho melhores” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 5). Para Ney Matogrosso, as antigas campanhas eram terrorismo: “[...] primeiro disseram que Aids não matava, tiveram essa petulância, depois foi terrorismo e, foi melhorando, o que não foi muito” (NÓS POR EXEMPLO, jul. 1994, p. 5). As campanhas deveriam ser mais agressivas no sentido de serem constantes, de estar em todos os canais constantemente. Para o artista ao que parecia as campanhas contra a Aids não vendiam, não eram atrativas.

Como podemos perceber, ao longo deste tópico, dois artistas gays falaram sobre o imaginário acerca da Aids. São artistas, que emprestaram suas vozes, suas vidas e obras no combate à doença e na luta contra o preconceito nos anos finais de 1980 e início da década de 1990, em um momento em que eram poucos os famosos abertamente gays que tratam de falar acerca da temática da Aids. São falas, que buscavam incutir; práticas educativas – como o uso do preservativo, responsabilidades, cuidados com a saúde do corpo e a saúde sexual.

Fechamos esse capítulo, no qual abordamos também a história de vida da médica Marcia Rachid, sua relação com a comunidade gay e sua relação de amor e cuidado com os seus pacientes, somando-se a isso, a problematização dos discursos de familiares como a da senhora Lucinha Araújo - mãe do cantor e compositor Cazusa. São histórias repletas de sensibilidades, esperança, amor e amizade contidas no jornal sobre o desejo da cura para uma doença que ceifou a vida de muitos gays na década de 1990.

Considerações Finais

Nas últimas décadas tem sido notável o avanço da historiografia sobre as doenças, especialmente a partir do caminho aberto pela coletânea *História brasileira das doenças* que tem mostrado novas possibilidades de estudo. O tema das doenças faz parte do escopo de objetos que o historiador pode analisar em seu ofício. Sabemos que a Aids é uma doença como outra qualquer, de que existem, mecanismo de prevenção contra ela e de que a luta contra o HIV é também uma luta contra o pânico, a desinformação, os preconceitos e a discriminação que devem ser combatidos com solidariedade, como apontou Dilene Nascimento (2015, p. 96).

O enfrentamento à epidemia do HIV/Aids e a organização de campanhas preventivas, tornou-se no Brasil, pauta do movimento LGBT. Dessa forma, assumiu-se a responsabilidade pela fundação de diversos grupos, ONGs e entidades, tais como o NOOS, Triangulo Rosa, Pela Vidda e Abia que buscaram equilíbrio entre as pautas de defesa da cidadania plena, direitos humanos, direitos sociais e a prevenção e combate ao HIV/Aids.

A comunidade homossexual foi fortemente impactada quando surgiram os primeiros casos de Aids. À vista disso, a doença foi compreendida inicialmente como um mal que atingia apenas homossexuais masculinos. Contudo, conforme a epidemia de HIV/Aids expandiu-se, tornou-se evidente que a enfermidade não era de uma única ou determinada sexualidade. Na verdade, era o comportamento dos indivíduos que ditava o grau de exposição ao risco. Apesar disso, a Aids continuou estigmatizando os homossexuais masculinos e, conseqüentemente, parte da comunidade LGBT.

Isso representou um novo desafio para o movimento LGBT no contexto pós redemocratização política do Brasil, quando alguns movimentos sociais começaram a se desarticular com a queda do inimigo comum, isto é, o regime autoritário. Assim, os ativistas voltaram-se para a construção da resposta coletiva ao vírus e à doença. Dessa forma, durante a década de 1980 e 1990 o combate ao HIV/Aids e aos seus estigmas deram um novo fôlego para o movimento LGBT brasileiro que precisou encontrar novas formas de organização e de atuação.

Nesse cenário e sob essas circunstâncias, outro protótipo de organização passou a vigorar. Esse novo modelo, que permitiu a gestação do NOSS (Núcleo de Orientação em

Saúde Social), inspirado na atuação dos grupos Triângulo Rosa, do Rio de Janeiro, e o Grupo Gay da Bahia (GGB), que eram associações baseadas nos direitos humanos. Frente ao desafio da Aids, mas sem abandonar as pautas de reivindicações tradicionais, o movimento LGBT brasileiro passou a concentrar esforços principalmente no combate ao HIV/Aids, mas sem abandonar a luta pela garantia de direitos e o combate à discriminação e a violência.

Nesse sentido, esse trabalho tratou de analisar as práticas educativas sobre a Aids, publicados no periódico *Nós Por exemplo*, voltados para o público gay entre 1991 e 1995, como uma forma de contribuir para uma compreensão de um tema ainda não trabalhado, utilizando o periódico como fonte, bem como contribuir para a historiografia que vem se dedicando a entender as práticas educativas na perspectiva da História Cultural. Ao longo de três capítulos pudemos demonstrar como o impresso *Nós Por Exemplo* passou a investir nos primeiros anos da década de 1990, em uma educação da saúde que visava inculcar nas pessoas práticas de cuidado na hora do sexo por meio de artigos, conselhos pedagógicos, conversas informais que desfazia os mitos sobre o sexo seguro e a promoção do uso da camisinha. Compreendo que todos esses fatores contribuíram para fomentar práticas educativas do corpo, da saúde e da doença, voltados para enfrentar a ameaça do vírus do HIV.

Na *Operação Historiográfica*, Michel de Certeau (1982), considera o ato de escrever uma operação que é a combinação de “de um lugar social”, de “práticas científicas” e de “uma escrita”, sendo a escrita o momento da concretização das pesquisas dos historiadores em um produto. “Por intermédio da pesquisa e escrita, o historiador transforma seus objetos de estudo e neste movimento opera uma transformação e consolida um produto” (CERTEAU, 1982, p. 80). Assim, para ter uma maior compreensão a respeito da temática abordada nessa dissertação, optei por, inicialmente, apresentar o jornal *Nós Por Exemplo*, levando em consideração o seu corpo e o público que ele é criado e endereçado. Buscando entender o jornal em tela a partir de seus interesses e vinculações. Tratou-se de um momento de pensar o jornal enquanto um impresso responsável por educar sexualmente um determinado público através de propostas de prevenção à doença e da união de forças para prevenir o vírus do HIV.

Em um segundo momento, me dediquei a analisar o modelo de cuidado dedicado ao corpo veiculado no impresso *Nós Por Exemplo*. Para tanto, mergulhamos nas orientações de prevenção contidas no impresso, como por exemplo o “use camisinha” ou a “Pedagogia da Aids, discuto também o preconceito, a discriminação e o estigma ou as

penitências sofridas por portadores de HIV através dos depoimentos de pessoas que perderam seus companheiros, amigos e pacientes - no caso da médica Márcia Rachid, para a Aids.

Em um terceiro momento, nos concentramos na análise dos discursos de pessoas ditas famosas que contraíram o vírus, de familiares de pessoas que contraíram o vírus de profissionais que tratam de pacientes soropositivos para HIV, a exemplo da médica Márcia Rachid. São histórias individuais que dão nomes e corpos a uma doença tida como um câncer homossexual. Soma-se a isso, as sensibilidades em esperança e da amizade contidas no jornal sobre o desejo da cura para uma doença que ceifou a vida de muitos gays na década de 1990.

Não podemos ainda afirmar em termos quantitativos sobre os leitores que tinham acesso ao periódico ou mesmo que se apropriaram das práticas educativas postas em circulação em suas páginas. Mas podemos afirmar que o jornal, por meio de sua militância, investiu em divulgar essas informações tão caras a defesa da vida. Tornando-se de grande relevância para os homossexuais. Um impresso que revelava a amizade como estética de vida, fazendo com que os iguais cuidassem de si e do outro.

Outro fator que nos salta os olhos é a pouca presença de discursos proferidos por médicos. Ou seja, as publicações timbradas nas páginas do impresso já era uma leitura do discurso médico em voga no combate a propagação do vírus do HIV e disseminação da Aids enquanto doença. Destaca-se assim, o protagonismo de jornalistas gays que se esforçavam em aprender com o discurso médico para investir numa educação da saúde, do cuidado do corpo através de uma linguagem própria aos homossexuais.

Aprendi lendo Marc Bloch (2001), que o historiador deve partir de questões, de problemas colocados no tempo presente. No Brasil, desde o ano de 2012 tem se registrado queda no número de casos de infecção pelo vírus do HIV. Desde 2012 também, observa-se uma diminuição na taxa de detecção da doença no país, que passou de 21,9/100 mil habitantes em 2012 para 17,8/100 mil habitantes em 2019, representando um decréscimo de 18,7%. A taxa de mortalidade por Aids apresentou queda de 17,1% nos últimos cinco anos. Em 2015, foram registrados 12.667 óbitos pela doença e em 2019 foram 10.565. Tais dados revelam que, longe de ser uma doença circunscrita em uma temporalidade já transcorrida, a Aids está mais uma vez na ordem do dia do discurso médico suscitando campanhas de combate e prevenção e ações como a testagem para a doença e o início imediato do tratamento para reduzir o número de casos e óbitos.

Por essa razão, considero que esse trabalho tem uma grande relevância social. Em primeiro lugar, porque toca em um tema que vem sendo, novamente, alvo do investimento dos discursos médicos para a prevenção e o combate dessa doença. Em segundo, historicizar o fenômeno mórbido da Aids nos permite visualizar uma diferença no tempo. O conceito de Aids, sua forma de tratamento, diagnóstico e medicamentos empregados na sua terapêutica eram muito diversos do que o saber médico compreende hoje. Em terceiro lugar, estudar essa diferença no tempo permite pensar a experiência do outro. Esse outro, o doente, que sofria com o abandono da família, a falta de assistência do Estado, com tratamentos discriminatórios, que por vezes adotavam (como ainda se adota), práticas violentas e invasivas que reforçam a sujeição de corpos, transformando-os em “culpados”.

Destarte, considero ainda que esse trabalho venha prestar uma relevante contribuição para a Linha III de História Cultural das Práticas Educativas do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande e para a historiografia brasileira sobre o tema, uma vez que analisei O jornal Nós Por Exemplo como mais um dos espaços de propagação de um saber dito médico que visava incutir no público gay os devidos cuidados para “manter o corpo limpo” de enfermidades como as doenças causadas por vírus – a Aids. O espaço informativo serviu ainda como forma de resistência ao estigma na qual os homossexuais eram acusados: o da sexualidade desviante e o fato de portar um “câncer gay”. Não se tratava de naturalizar a doença, mas de alterar as práticas sexuais como parte de um projeto biopolítico de promoção a vida. Acreditamos que esse impresso pode servir para percebermos formas de combate à doença através da educação sanitária. Uma fonte histórica que nos permitiu escrever uma história dos homossexuais, bem como, uma história do combate as doenças.

Acredito que esse trabalho abre um leque de possibilidades e reflexões, não somente em torno da Aids, que vem a se somar a uma já consistente produção a nível nacional, mas abre margem também, para investigar as práticas educativas gestadas em torno de outras doenças. A historiografia sobre as doenças é um campo ainda em formação. A contribuição de novos pesquisadores interessados pelo tema, dispostos a mergulhar na documentação dos arquivos é muito bem-vinda. As doenças existem aos montes. Sua experiência foi materializada na forma de discursos médicos, anúncios de medicamentos, políticas públicas, instituições etc. Uma história das doenças está, quem sabe, na estante empoeirada do arquivo mais próximo, esperando para ser escrita. Como diria Durval Muniz de Albuquerque Júnior (2019), façam do seu ofício sua droga diária,

faça da história e da arte de tecer o passado seu *Prozac* de todas as horas e, com muito amor e humor, vocês resistirão a fábrica de deprimidos que se tornou a sociedade burguesa. Que vocês sejam como historiadores, artistas e arteiros, é tudo o que desejo para aprendizes de feiticeiros no ateliê da história.

Referências

- AGRA, G. F. **Dissecando um campo historiográfico**: uma produção brasileira da história das doenças. Anais do XIII Encontro Estadual de História - História e Historiografia: entre o Nacional e o Regional, 2014.
- ALBUQUERQUE JR., Durval Muniz. **História**: a arte de inventar o passado. Ensaio de teoria da História. Bauru: Edusc, 2007.
- _____. **O tecelão dos tempos**: novos ensaios de teoria da história. São Paulo: Intermeios, 2019.
- _____. **Amores que não têm tempo**: Michel Foucault e as reflexões acerca de uma estética da existência homossexual. Revista Aulas (UNICAMP), v. 07, p. 41-58, 2010.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas**: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Companhia das letras, 2008.
- ANDRADE, Augusto José de Abreu. **Visibilidade gay, cotidiano e mídia**: Grupo Arco-Íris - consolidação de uma estratégia: um estudo de caso. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade de Brasília, Brasília, 2002.
- BARTHES, Roland. **Mitologias**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S.A., 1993.
- BARATA, Germana Fernandes. **A primeira década da Aids no Brasil**: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006.
- BRAGA, Amanda. **Retratos em preto e branco: discursos, corpos e imagens em uma história da beleza negra no Brasil**. 2013. Tese (Doutorado em Letras) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.
- BASTOS, Mário Jorge da Motta. “Pecado, castigo e redenção: a peste como elemento do proselitismo cristão (Portugal, Séculos XIV/XVI)”. **Tempo**. Rio de Janeiro, Vol. 2, n° 3, 1997, pp. 183-205.
- BESSA, Marcelo Secron. **Os perigosos**: autobiografias e Aids. Rio de Janeiro: Ed. Aeroplano, 2002.
- BLOCH, Marc. **Apologia da história ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- BORGES, Vavy Pacheco; JANOTTI, Maria de Lourdes M.; MARSON, Izabel “**A esfera da história política na produção acadêmica sobre São Paulo (1985-1994)**”. In: Antônio Celso Ferreira. (Org.). Encontros com a História: percursos históricos e historiográficos de São Paulo. São Paulo: Unesp/Fapesp/ANPUH, 1999, p. 141-168.
- BURKE, Peter. **O que é história cultural?**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

BLANCHOT, Maurice. **O Espaço Literário**. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

BLOCH, Marc. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CAETANO, Marcio. NASCIMENTO, Cláudio. RODRIGUES, Alexsandro. **Do caos reemerge a força: AIDS e mobilização LGBT**. GREEN, James; QUINALHA, Renan;

CAETANO, Márcio; FERNANDES, Marisa; (org.). **História do Movimento LGBT no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Alameda, 2018.

CAETANO, Marcio Rodrigo Vale. **Gestos do silêncio: para esconder a diferença**. Dissertação (Mestrado em Educação). Niterói: Universidade Federal Fluminense, 2005.

CAMUS, Albert. **A peste**. 29 ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.

CARDOSO, Guilherme da Silva. A autoficção como luto: a contranarrativa da AIDS em Hervé Guibert (1990). **Revista Em Perspectiva**, Fortaleza, v. 5, n. 1, p. 120-145, 2019.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CÂMARA, C.. Um olhar sobre a história do ativismo LGBT no Rio de Janeiro. **Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro**, v. 9, p. 373-396, 2015.

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CONTRERA, Wildney Feres. **GAPAs: Uma resposta comunitária à epidemia de Aids no Brasil**. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas de Saúde Coordenação Nacional de DST e Aids. Brasília, 2000.

ELIAS, Nobert. **A solidão dos moribundos**. Tradução de: DENTZIEN, Plínio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

ELLSWORTH, Elizabeth. Modos de endereçamento: uma coisa de cinema; uma coisa de educação também. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. **Nunca fomos humanos, nos rastros do sujeito**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

FARGE, Arlete. **O sabor do arquivo**. São Paulo: Edusp, 2009.

FERREIRA, Mauro. In: RACHID, Márcia. **Sentença de vida**. Rio de Janeiro: Editora Máquina de Livros, 2020.

FOUCAULT, Michel. **O Nascimento da Clínica**. Ed. Forense Universitária, 2011.

_____. **História da Sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **História da sexualidade III: o cuidado de si**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

_____. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

_____. **Segurança, território, população:** curso dado no Collège de France (1977-1978). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **O nascimento da biopolítica:** curso dado no Collège de France (1978-1979). São Paulo: Martins Fontes, 2008.

_____. **Microfísica do poder.** Rio de Janeiro: Graal, 2012.

_____. **A ordem do discurso.** São Paulo: Edições Loyola, 2012.

_____. **Vigiar e punir:** história da violência nas prisões. Petrópolis: Vozes, 1977.

_____. **Resposta a uma questão.** In: Repensar a política. Coleção ditos e escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010. p. 1-25.

_____. **A arqueologia do saber.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010.

_____. **Ética, sexualidade, política.** Col. Ditos e Escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

_____. **Hermenêutica do sujeito.** São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A Escrita de Si.** In: *O Que É Um Autor.* Lisboa: Vega, 1992.

_____. **Sexualidade e Solidão.** In: *Ditos e Escritos.* Vol. V. Ética, Sexualidade, Política. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária, 2010. Tradução de Elisa Monteiro e Inês Autran Dourado Barbosa.

_____. **Da amizade como estilo de vida.** In: DEFERT, D; EWALD, F (Org.). *Dits et Écrits IV.* Paris: Gallimard, 1994. p.163-167.

GALVÃO, Jane. **Aids no Brasil:** a agenda de construção de uma epidemia. Rio de Janeiro/São Paulo: ABIA/Editora 34, 2000.

GONÇALVES DIAS, Antônio. **Cantos:** coleção de poesias. F. A. Brockhaus, Leipzig, 5. ed.1877.

GOFFMAN, E. **Estigma:** notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

GUIBERT, Hervé. **Para o amigo que não me salvou a vida.** Trad. Mariza Campos da Paz. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1995.

GRMEK, Mirko. Déclin et. Emergence das maladies. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, vol. 2, nº 2, jul. – out., 1995, p. 9-32.

GRMEK, Mirko. **Historie du Sida:** début et origine d'une pandémie actuelle. Paris: Pyot, 1989.

GRUZINSKI, Serge. **Por uma história das sensibilidades.** In: PESAVENTO, Sandra. LANGUÉ, Frédérique. (Orgs.). *Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais.* Porto Alegre: UFRGS, 2007.

LUCHESE, Terciane Ângela; BARAUSSE, Alberto. Apresentação. In: **Cadernos de História da Educação.** v. 18(2), p. 305-308. <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-2>.

- HERZLICH, Claudine. “**Os encargos da morte**”. In: Instituto de Medicina Social. Série: Estudos em Saúde Coletiva. n.º. 052. Rio de Janeiro: UERJ/IMS, 1993.
- LIMA, Fernando Henrique Rodrigues de. *A construção do preconceito no sujeito portador de hiv: o poder do discurso midiático na representação do estigma social*. 2014. Dissertação. (Mestrado em Linguística Aplicada) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2014.
- LUCA, Tânia Regina de. “**História dos, nos e por meio dos periódicos**”. In: PINSKY, Carla Bassanezi. (Org.). Fontes Históricas. 2 ed. 1 reimp. São Paulo: Contexto, 2008.
- JARDIM, Eduardo. **A doença e o tempo: aids uma história de todos nós**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.
- KALICHMAN, A. O. **Vigilância epidemiológica de AIDS: Recuperação histórica de conceitos e práticas**. Dissertação (Mestrado em Medicina). Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, 1993.
- KOENIGKAM, Claudia de Arruda Reis et al. **Sarcoma de Kaposi simulando granuloma piogênico**. RBM Rev Bras Med [Internet], v. 71, p. 29-32, 2014.
- KOSSELECK, Reinhart. “**Uma História dos Conceitos: problemas teóricos e práticos**”. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, vol. 5, n 10, 1882. p. 134.
- LARROSA, Jorge. “**Ler em direção ao desconhecido**. Para além da Hermenêutica”. In: Nietzsche e a educação. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, p. 13-46, 2002.
- LE GOFF, Jacques (org.). **As doenças têm história**. Lisboa: Terramar, 1985.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Unicamp, 1994.
- LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Autêntica, 2018.
- LUCHESE, T. Ângela; BARAUSSE, A. **Apresentação**. In: Cadernos de História da Educação. v. 18(2), p. 305-308. <https://doi.org/10.14393/che-v18n2-2019-2>.
- MAIOR JR, Paulo Roberto Souto. **Tornar-se gay em tempos de AIDS: a homossexualidade no jornal Nós Por Exemplo (1991-1995)**. *Historien*, v. 5, p. 414-427, 2014.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo imagens**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de (orgs.). **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.
- MERTON, Robert King. **Sociologia**. Teoria e Estrutura. São Paulo: Editora Mestre Jou, 1970.
- MISKOLCI, R. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, n. 21, 2009, pp. 150-182.
- _____. **Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay**. Cadernos Pagu, n. 28, 2007.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo; SILVEIRA, Anny Jackeline Torres. **Epidemias do século XX: gripe espanhola e Aids**. In: TEIXEIRA, Luiz Antônio; PIMENTA, Tania Salgado; HOCHMAN, Gilberto. (Org.). *História da Saúde no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2018, v. 1, p. 284-327.

- NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **As pestes do século XX**. Tuberculose e Aids no Brasil: uma história comparada. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2005.
- NASCIMENTO, Dilene Raimundo; CARVALHO, Diana Maul de (Org.). **Uma história brasileira das doenças**. Brasília: Paralelo 15, 2004.
- NÓS POR EXEMPLO. Rio de Janeiro, 1991,1992,1993,1994,1995.
- OLIVEIRA, Marcus Aurélio Toborda (Org.). **Apresentação**. In.: Sentidos e Sensibilidades: sua educação na história. Curitiba: Editora UFPR, 2012.
- PAIVA, V.; VENTURI, G.; FRANÇA, I.; LOPES, F. **Uso de preservativos: Pesquisa Nacional IBOPE**. Brasil, 2003.
- PARKER, Richard. “**Depois da Aids: Mudanças no comportamento (Homos)sexual**”. In: DANIEL, Herbert & PARKER, Richard. **Aids a Terceira Epidemia: ensaios e tentativas**. São Paulo: Iglu, 1991. 102-113.
- POLLAK, Michael. **L’Expérience concentrationnaire**. Essai sur le maintien de l’identité sociale. Paris: Métailié, 1990.
- PELÚCIO, Larissa; MISKOLCI, Richard. **A prevenção do desvio: o dispositivo da Aids e a repatologização das sexualidades dissidentes**. Sexualidad, Salud y Sociedad. Revista Latinoamericana. n. 1, 2009, p.125-157.
- PESAVENTO, Sandra. **Cultura e Representações, uma trajetória. Anos 90**, Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.45-58, jan./dez. 2006.
- _____. “**Sensibilidades: escrita e leitura da alma**”. In: PESAVENTO, Sandra. LANGUÉ, Frédérique. (Orgs.). **Sensibilidades na História: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFGRS, 2007.
- _____. **História e História Cultural**. 2ªed. Belo Horizonte: Autêntica,2004.
- PORTER, Roy. **História do corpo**. In: BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: UNICAMP, 1992.
- RAIZER, E. C.; CAVALHEIRO, Telma Regina. **Roteiro preliminar de oficina de sexo seguro para mulheres**. In: PAIVA, Vera (Org.). **Em Tempos de AIDS**. São Paulo: Summus, 1992, p. 125-132.
- REVEL, Jacques. PETER, Jean-Pierre. “**O corpo: o homem doente e sua história**”. In: LE GOFF, Jacques. NORA, Pierre. **História: Novos Objetos**. Rio de Janeiro: F. Alves, 1988.
- RODRIGUES DE LIMA, Fernando Henrique. **A construção do preconceito no sujeito portador de HIV: O poder do discurso midiático na representação do estigma social**. Dissertação (Mestrado em Linguística). Universidade Estadual do Ceará, 2014.
- RODRIGUES, Jorge Caê. **Impressões de identidade: Histórias e estórias da formação da imprensa gay no Brasil**. Tese (Doutorado em Letras). Universidade Federal Fluminense, 2007.
- _____. “**Impressões de identidade: os caminhos da imprensa gay nacional**”. In: COSTA, Horácio et all. (orgs.). **Retratos do Brasil homossexual: fronteiras, subjetividades e desejos**. São Paulo: Edusp/ Imprensa Oficial, 2010, p. 499-508.

- ROSSI, Clóvis. **O que é jornalismo?** São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- ROSEMBERG, Charles Ernest. **Expaining epidemics and Other studies in the history of medicine.** Cambridge. University Press, 1992.
- ROSEMBERG, Charles Ernest. **The cholera years: The United States in 1832, 1349 and 1866,** Chicago, The University of Chicago Press, 1987.
- SÁEZ, J.; CARRASCOSA, S. **Por el culo: políticas anales.** Barcelona: Egales, 2011.
- SARGENTINI, Vanice. **Arquivo e acontecimento:** a constituição do corpus discursivo em Análise do Discurso. In: NAVARRO, Pedro. (Org). **Estudos do texto e do discurso: mapeando conceitos e métodos.** São Carlos: Claraluz, 2006. p. 35 – 44.
- SLACK, Paul. Introduction. In: RANGER, Terence; SLACK, Paul (Ed.). **Epidemics and ideas:essays on the historical perception of pestilence.** Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- SOARES JUNIOR, Azemar dos Santos. **Corpos hígidos: o limpo e o sujo na Paraíba.** João Pessoa: Ideia, 2018.
- SONTAG, Susan. **“The Way We Live Now”**, The New York, 24 nov. 1986.
- _____. Susan. **Doença como metáfora. AIDS e suas metáforas.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TERTO JÚNIOR, Veriano. **Sexo seguro.** In: PAIVA, Vera (Org.). **Em Tempos de AIDS.** São Paulo: Summus, 1992, p. 115-124.
- TREVISAN, José Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade.** Rio de Janeiro: Record, 2000.
- TRONCA, Ítalo. **As máscaras do medo: lepra e aids.** Campinas: Editora da Unicamp, 2000.
- VIANNA, Eliza; NASCIMENTO, Dilene Raimundo. **Produz-se um contradiscurso: o Grupo Pela Vidda RJ e SP na luta contra a Aids.** In: BATISTA, Ricardo dos Santos; SOUZA, Christiane Maria Cruz de; SILVA, Maria Elisa Lemos Nunes da. (Org.). **Quando a História encontra a Saúde.** São Paulo: Hucitec, 2020.